

Os Enigmas do Nome

(Na Interface Lógica/Semântica/Pragmática)

Jorge Campos

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Urbano Zilles e
à Prof.^a Dr. Regina Zilberman

pelo apoio e suporte institucional;

À Ana Maria T. Ibaños,
pelo estímulo incondicional e pelo trabalho sobre os originais, ainda nos EUA;

A Cláudio de Almeida,
pela leitura crítica da seção sobre Russell, colaborando para que a minha interpretação fosse um pouco menos problemática;

A Feryal Yavas, da Universidade da Flórida, com um sem-número de observações relevantes sobre o texto acadêmico original do qual emergiu este ensaio;

A Gustavo Brauner e Claire Ducatti Machado, pelo trabalho cuidadoso e exaustivo de organização do texto e preparação final para a edição.

Sumário

Introdução	06
1 - Nome Próprio - A Linguagem Natural na Lógica	13
1.1 - A Teoria Clássica dos Nomes de Mill	14
1.2 - A Teoria Descritivista de Frege (TD1) - Contexto Lógico-Lingüístico- Ontológico.....	43
1.3 - A Teoria Descritivista de Bertrand Russell (TD2) - Contexto Lógico-Lingüístico- Epistemológico.....	81
1.4 - O Nome Próprio do Ponto de vista Lógico.....	101
2 - Nome Próprio - A Lógica da Linguagem Natural	113
2.1 - A Teoria Neodescritivista (TND) de Wittgenstein, Strawson e Searle	114
2.2 - A Teoria Causal de Kripke (TCa) e a Crítica aos Descritivismos	124
2.3 - A Extensão Causalista de Donnellan e Putnam e a Réplica de Searle e Dummett	155
2.4 - O Nome Próprio do Ponto de vista do Debate	175
3 - Nome Próprio - A Lógica Natural da Linguagem	195
3.1 - O Descritivismo e suas Variantes - Perspectivas e Problemas	197
3.2 - A Teoria Causal - Perspectivas e Problemas	212
3.3 - A Reinterpretação do Debate e a Abordagem Alternativa na Interface Semântica/Pragmática	227
3.4 - O Nome Próprio do Ponto de Vista da Comunicação: Expressões Referenciais e Enigmas	278
Conclusão	294
Referências Bibliográficas	299

INTRODUÇÃO

(I.01) "Os nomes próprios estão vinculados aos objetos em si, e não dependem da permanência de qualquer atributo do objeto" (SL, p. 33)

Essa passagem, de John Stuart Mill, cuja forma é de uma enganosa simplicidade, expressa, na verdade, um dos enigmas mais intrigantes da história da filosofia da linguagem:

(A) COMO OS NOMES PRÓPRIOS REFEREM OS OBJETOS?

No uso cotidiano da linguagem ordinária, nada mais elementar que o ato de nomeação. As pessoas executam-no com a maior naturalidade e de maneira absolutamente não-problemática. Exatamente por isso, passa a ser, sem dúvida, surpreendente que, de Aristóteles a Kripke, as tentativas de esclarecimento dessa propriedade básica da linguagem humana tenham esbarrado em obstáculos, se não irremovíveis, pelo menos de uma extrema complexidade.

A semântica, em sua versão contemporânea, provavelmente represente a disciplina mais específica para as investigações de ordem lingüística, lógica e filosófica que se realizam, hoje, sobre o fenômeno da referência. E, dentro dele, escondem-se, talvez, as questões mais relevantes para uma teoria do significado da linguagem natural, tendo em vista que, através do ato de referir, o mundo das coisas participa da linguagem e a linguagem participa do mundo das coisas.

No contexto geral da teoria da referência, o nome próprio ocupa o lugar privilegiado. É ele que parece tornar-se opaco de significação no ato especialíssimo de fisgar o objeto. Essa falta de espessura semântica tem trazido, principalmente aos lógicos, as maiores dificuldades teóricas. Frege, na sua tentativa de fundamentar logicamente a aritmética, debateu-se energicamente, com o conceito de nome próprio, que aparece de maneira decisiva, embora fragmentária, em quase toda sua obra. É Dummett, seguramente um dos mais competentes especialistas em Frege, quem chama atenção para isso:

(I.02) "Se nós não sabemos precisamente o que constitui um 'nome próprio' no sentido de Frege, isto é, um termo singular, então nós, da mesma forma, não sabemos precisamente o que constitui qualquer uma das várias categorias de expressão incompleta, salvo os operadores sentenciais. Pois, como nós vimos, estas categorias são definidas indutivamente, partindo dos nomes próprios." (FPL, p. 54)

Também para Russell, interlocutor de Frege, o nome próprio constituiu-se num problema de grande relevância teórica, ao qual ele dedicou enorme energia intelectual. Isto porque o processo referencial é decisivo não só para as disciplinas formais, mas para a própria epistemologia.

(I.03) "O tópico da denotação é de grande importância, não somente em Lógica e Matemática, mas também para a teoria do conhecimento" (OD, p. 41)

Ele observa, entretanto, que, pelo fato de isso ser evidente só para os lógicos, a teoria dos nomes tem sido, ao longo dos anos, negligenciada. Russell, como Frege, envolvido com o projeto de fundamentar logicamente a matemática, enfrentou, rigorosamente, os ásperos enigmas da referência e chegou ao ponto de, praticamente, banir do reino do nome próprio autêntico os nomes próprios da linguagem ordinária. Nesse sentido, fez caminho inverso ao de Frege, para o qual a categoria de nome próprio tornou-se excepcionalmente abrangente.

Kripke, certamente o crítico mais radical das idéias de Frege e Russell sobre o nome próprio, também tem desenvolvido uma análise extensa e minuciosa desse conceito problemático, tão problemático, que ele apresenta sua abordagem, insistentemente, como um quadro descritivo e talvez mais coerente do que os demais, recusando o rótulo de teoria, que, como tal, já estaria provavelmente errada. É o que ele diz ao comparar sua proposta com o que se denominou teoria dos feixes para os nomes próprios:

(I.04) "Você pode suspeitar de mim como propondo uma outra teoria em seu lugar; mas eu espero que não, porque eu estou certo de que ela estaria errada também se ela é uma teoria." (NN, p. 64)

Kripke, como observa Putnam, é uma das mais destacadas contribuições à lógica modal, com notável impacto para a filosofia da linguagem (RR, p. 88). E, no interior de sua concepção teórica sofisticada, está o nome próprio e seu complexo papel na semântica dos mundos possíveis.

Embora a questão dos nomes próprios ainda não se encontre suficientemente elucidada, delineou-se, indiscutivelmente, um quadro teórico relativamente estável nos últimos anos e que revela a predominância de duas grandes correntes de interpretação dessa problemática categoria: a Descritivista e a Causal.¹

Essa classificação, que deve surgir como ponto-de-partida para uma investigação sobre o nome próprio, tem sua origem numa pergunta que revela o nó teórico a ser desatado pelas especulações semânticas:

(B) OS NOMES PRÓPRIOS TÊM SENTIDO ALÉM DA DENOTAÇÃO?

A tentativa de elucidar esse problema é que tem levado a grande maioria dos lógicos e filósofos da linguagem a um posicionamento bipartido. Frege, Russell, Mill e Kripke, cuja menção anterior não foi, evidentemente, arbitrária, representam, na opinião quase unânime dos críticos, o centro monopolizador dessas divergências. Frege e Russell, apesar das diferenças, são apontados como o núcleo clássico do modelo descritivista, enquanto Kripke, apoiado em Mill, ocupa uma função similar em relação à posição dita causal. O quadro a seguir ilustra bem as tendências contemporâneas agrupadas em relação ao problema do significado do nome próprio.²

Os nomes próprios têm sentido além da denotação			
	SIM		NÃO
FREGE RUSSELL (QUINE)	Os nomes próprios têm o sentido de uma descrição definida co-designativa conhecida para o falante	MILL	Os nomes próprios têm denotação mas não conotação
WITTGENSTEIN SEARLE (STRAWSON)	Os nomes próprios têm o sentido de um subconjunto indeterminado de algum conjunto aberto de descrições co-designativas	ZIFF	E nem são parte da linguagem
DAVIDSON BURGE	Os nomes próprios são como predicados	KRIPKE PUTNAM KAPLAN	São designadores rígidos cujo uso é determinado por cadeias causais

¹ J. J. Katz é um dos que adotou esse tipo de classificação, referindo-se à oposição entre a teoria clássica e a causal, em *A Proper Theory of Names*. J. Searle, em *Intentionality*, 1983, também adota o mesmo procedimento.

² O quadro que se segue, com pequenas alterações, é apresentado pelo bom texto introdutório de HAAK, S. *Philosophy of Logics*.

As tendências descritivistas caracterizam-se, grosso modo, por atribuir um sentido ao nome próprio, a partir da equivalência que se estabelece entre ele e uma descrição ou um conjunto delas, expressões essas usualmente conhecidas como do tipo 'o tal e tal'. Dentro dessa perspectiva, o nome próprio 'Aristóteles' equivale, semanticamente, a descrições, como, por exemplo, 'o mestre de Alexandre' ou, ainda, 'o discípulo de Platão', 'o autor da Metafísica' ou, até a um subconjunto indeterminado do conjunto aberto de expressões daquela classe.

As propostas do tipo causal, em princípio, defendem uma posição oposta: Os nomes próprios não têm sentido e apenas denotam, de maneira dita 'rígida', um indivíduo, a partir de uma cadeia causal inaugurada por um ato batismal qualquer. Dentro desse contexto, o nome próprio 'Aristóteles' não tem sentido e designa Aristóteles em todos os mundos possíveis, ou seja, naqueles em que Aristóteles é o mestre de Alexandre e naqueles em que não é.

O debate contemporâneo apresenta variantes sofisticadas das duas tendências. Searle, por exemplo, filia-se a uma espécie de descritivismo, defendendo a necessidade de uma abordagem intencionalista no uso do nome próprio:

(I.05) "Já que a referência lingüística é sempre uma forma de referência mental ou dependente dela e já que a referência mental é sempre decorrente do conteúdo intencional incluindo base e rede, os nomes próprios devem, de algum modo, depender do conteúdo intencional, e já é tempo de tornar estes ou aqueles modos totalmente explícitos." (IT, p. 232)

Putnam, ao contrário, defende a posição causal, associando a sua abordagem dos termos para espécies naturais como 'água', 'ouro', etc., à de Kripke.

(I.06) "A relação com a abordagem dos nomes próprios de Kripke é esta: Em ambas abordagens, coisas que são dadas existencialmente e não por critério, ajudam a fixar sua referência. Coisas reais, quaisquer que sejam suas descrições, que têm desempenhado um certo papel causal em nossa aquisição e uso de termos, determinam o que os termos referem. Um termo refere algo, se ele denota na relação correta (continuidade causal, no caso de nome próprio; mesmidade de natureza no caso de espécies naturais) estas coisas existencialmente dadas. No caso de nomes próprios, as coisas existencialmente dadas são pessoas ou coisas originalmente "batizadas" com o nome; no caso de termos de espécies naturais, as coisas existencialmente dadas são os paradigmas reais" (RR, p. 73)

O debate Searle/Putnam traduz, na verdade, duas posições radicalmente opostas para o enfrentamento de uma questão cada vez mais intrigante no interior da filosofia da linguagem:

(C) ONDE ESTÁ O SENTIDO DE UM NOME?

A resposta de Searle é a de que não é possível desvincular o sentido do conteúdo intencional que o envolve. Significação e intencionalidade estão na mesma ordem no jogo da linguagem. Encontram-se indissolivelmente ligados. Por isso, Searle é categórico ao afirmar que o sentido está na mente:

(I.07) "Eu penso, no sentido relevante, que significados estão precisamente na mente."³ (IT, p. 200)

³ Traduzimos aqui 'meanings' por 'sentidos' tomando esta última expressão como equivalente a 'significados', para não precipitar, na introdução do trabalho, uma distinção que se fará posteriormente.

Putnam pensa exatamente o contrário. O sentido não está na mente. À ideia de que o sentido determina a referência, da tradição filosófica, Putnam opõe a sua hipótese. É a referência que determina o sentido. Os sentidos não estão, pois, na mente; eles estão no mundo:

(I.08) "Eu descrevi a mim mesmo como um 'realista' (sem qualquer adjetivo qualificador) e eu enfatizei, principalmente, a importância da referência na determinação do sentido, em oposição à ideia, tradicional entre ambos, realistas e idealistas, de que é o sentido que determina a referência. A referência, ela própria, eu a descrevi idealista como uma questão de conexões causais."⁴ (RR, p. vii)

O debate entre Searle e Putnam é, obviamente, bem mais sofisticado do que essas breves indicações sugerem. Ele representa, de fato, para a teoria da referência, uma espécie de paradigma para as posições extremas, quanto ao que deve ser uma semântica da linguagem natural. Dummett e Davidson, Carnap e Quine, por exemplo, poderiam caracterizar debates sobre o mesmo tema em outras direções.

Nos últimos vinte anos, a questão da referência e do sentido do nome próprio tem merecido a atenção dos mais influentes lógicos e filósofos contemporâneos. E no âmbito da lingüística?

Por mais estranho que possa parecer, embora o nome próprio seja uma entidade lingüística que transite por todos os lugares da sentença, que participe de todos os contextos, que, praticamente, dirija, com o verbo, o jogo da linguagem, os lingüistas têm dedicado pouca atenção a ele. Já se tornou até uma imagem desgastada dizer-se que o nome próprio é o parente pobre da lingüística.⁵ Não cabe, aqui, uma exposição de razões históricas que justifiquem esse fato. Mas vale a pena lembrar que a semântica como tal, em toda sua extensão, é uma das áreas menos desenvolvidas, e seguramente, mais problemáticas da disciplina lingüística. As duas assim chamadas revoluções lingüísticas, a estrutural de Saussure e a gerativo-transformacional de Chomsky, não chegaram a estender-se à semântica. O "Cours" de Saussure é mais um trabalho de filosofia da lingüística, como uma postura metodológica de reação aos estudos históricos e assistemáticos do século XIX. A revolução chomskyana, como é sabido, consistiu, fundamentalmente, no desenvolvimento da sintaxe, como um componente relativamente autônomo em relação às interfaces com a fonologia e a semântica.⁶

Nesse contexto, não é difícil compreender por que a categoria do nome próprio ficou um tanto congelada, historicamente, no âmbito da lingüística. Trata-se, sem dúvida, de uma entidade gramatical que, pelo menos em princípio, apresenta grande simplicidade mórfica e uma sintaxe que não parece distinguir-se expressivamente daquela dos termos referenciais em geral. Decorre daí que, embora lingüistas contemporâneos como Katz tenham feito investigações sobre o nome próprio, fazem-no com a pesada herança da história da filosofia e com a sofisticada maquinaria da lógica moderna.⁷

Esse silêncio metodológico sobre o nome próprio por parte da lingüística mais típica, preocupada com a sintaxe, com a fonologia e com a semântica mais tradicional, tem trazido, indiscutivelmente, algumas conseqüências problemáticas para a semântica das expressões referenciais.⁸

⁴ Vale a mesma observação da nota de rodapé anterior.

⁵ Expressão usada por Jean Molino em "Le Nom Prope dans la Langue", p. 5.

⁶ Chomsky (SST/ATS) faz apenas considerações metodológicas sobre os limites da sintaxe com a semântica, nos textos de *Syntatic Structures* e *Aspects of the Theory of Syntax*.

⁷ O texto anteriormente citado de Katz é um exemplo desse reconhecimento, à medida que Katz propõe uma hipótese alternativa, uma teoria neoclássica da referência, tomando como ponto de partida a crítica de Kripke ao modelo de Frege e Russell.

⁸ Ziff, por exemplo, chega a sugerir que o nome próprio não pertence à linguagem (SA, p. 85 e 93-94).

Ocorre que a própria caracterização do 'nome próprio' como rótulo técnico, diz respeito a um fenômeno da linguagem natural que, apesar de toda a sua importância para a lógica e filosofia, não deve ser lingüisticamente desconsiderado. Não é razoável, nas investigações lógico-filosóficas, ser invocado, a todo momento, o dispositivo das intuições lingüísticas dos falantes como recurso teórico para sustentar determinadas teses, sem que tenha havido pelo menos uma sistematização dos problemas sob o ponto de vista lingüístico.⁹ Afinal, o nome próprio, termo singular da lógica, não é, no contexto da linguagem natural, a única expressão referencial e, portanto, não se desprende de suas propriedades lingüísticas no ato de referir. Os lógicos e os filósofos têm, é verdade, levado em consideração os fatos lingüísticos, mas o ponto de suas investigações não tem sido, efetivamente, uma teoria semântica do nome próprio como entidade da linguagem natural e, muito menos, como manifestação em uma língua particular. De alguma maneira, entretanto, o lógico e o lingüístico estão articulados na questão do sentido e da referência do nome próprio; de alguma maneira, as relações puramente lingüísticas do nome próprio sustentam a expressão lógica e até ontológica da referência; e isso é que aqui parece inquestionável.

Este ensaio, considerando o contexto teórico apresentado, propõe-se os seguintes objetivos:

I - Sistematizar as investigações lógicas-filosóficas sobre o sentido e a referência do nome próprio, tendo em vista que elas freqüentemente não se encontram sob a forma de teorias explícitas;

II - Reconstruir o debate contemporâneo entre a tendência causal e a descritivista, destacando os aspectos lingüísticos relevantes para o tratamento dos problemas anômalos no que diz respeito ao sentido e à referência do nome próprio;

III - Apresentar contribuições alternativas aos modelos causal e descritivista, refazendo problemas sob o ponto de vista lingüístico e metodológico, com exemplificações no português.

Esses objetivos estarão subordinados, no contexto do ensaio, a trazer alguma elucidação às questões A, B e C, anteriormente contextualizadas e a tentar sistematizar D:

(D) QUE PROPRIEDADES SEMÂNTICAS SÃO RELEVANTES PARA A CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA NOME PRÓPRIO DE LINGUAGEM NATURAL NA INTERFACE LÓGICO-SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA?

⁹ Zeno Vendler chamou a atenção para isso em seu *Singular Terms*, p. 177.

1 - NOME PRÓPRIO - A LINGUAGEM NATURAL NA LÓGICA

Como se disse anteriormente, a história das investigações sobre o nome próprio tem sido construída, de maneira predominante, por lógicos e filósofos.

Neste capítulo, para atender o primeiro dos objetivos mencionados, trataremos de examinar, detidamente, algumas abordagens fundamentais do nome próprio, ressaltando as semelhanças e divergências que existem entre elas. Nesse sentido, é importante destacar o fato de que os estudos sobre o aspecto semântico dessa categoria, dentro do contexto lógico-filosófico, não constituem, efetivamente, *teorias propriamente ditas*. São, na verdade, *considerações* dentro de modelos teóricos cujo ponto é claramente *lógico*, razão pela qual a expressão 'Teoria', daqui por diante, deve ser entendida em seu sentido amplo.

As teorias escolhidas serão as seguintes:

- A Teoria Clássica de J. S. Mill (TCL)
- A Teoria Descritivista de Frege (TD1) - Contexto Lógico-Linguístico-Ontológico
- A Teoria Descritivista de Russell (TD2) - Contexto Lógico-Linguístico-Epistemológico¹⁰

A escolha de tais Teorias se deve ao fato de que elas representam as origens modernas das especulações lógico-filosóficas sobre o nome próprio. Interesses essencialmente lógicos, como os de Church, Carnap e Quine; ou, como os de Strawson e Searle, mais preocupados com a linguagem ordinária em seu papel filosófico, ou, ainda, voltados para ambas as direções, como os de Wittgenstein e Kripke, fundamentaram-se em Mill, Frege e Russell.

Neste capítulo, a nossa abordagem será estabelecida em dois sentidos básicos:

- Sistematizar o papel teórico da categoria nome próprio dentro do sistema conceitual de cada teoria;¹¹
- Avaliar, dentro dos sistemas analisados, a posição do nome próprio enquanto categoria da linguagem natural.

Como as abordagens de Mill, Frege e Russell estão submetidas a interesses primeiramente lógicos, o ponto desse capítulo será o de ver o nome próprio da linguagem natural, tomando como pano de fundo tais interesses, inclusive em seus desdobramentos contemporâneos. Daí a seção final ser: "O nome próprio do ponto de vista lógico".

1.1 - A Teoria Clássica dos Nomes de Mill¹²

No primeiro livro do seu *A System of Logic* (SL), cujo título é *Of Names and Propositions*, J. S. Mill desenvolveu a sua análise da linguagem, dentro da qual aparece a sua teoria dos nomes em geral e do nome próprio em particular¹³.

¹⁰ Os rótulos de cada item não devem ser tomados como simplificadorios em relação às características de cada teoria, mas, apenas, como expressões que marcam a diferença mais didática entre elas, tendo em vista a estrutura das seções do capítulo. Só o desenvolvimento de cada uma poderá fazer alguma justiça às delicadas diferenças entre Frege e Russell, por exemplo.

¹¹ Neste primeiro capítulo, serão consideradas, prioritariamente, os aspectos menos problemáticos de cada modelo, tendo em vista que, nos capítulos seguintes, com a interpretação neodescritivista e a crítica de Kripke, se terá o contexto adequado para o detalhamento das questões mais complexas.

¹² O texto que constitui esta seção já foi publicado, com pequenas alterações, em *Filosofia, Lógica e Existência*, de L. Bombassaro. Agradeço a permissão para reapresentá-lo aqui. A citação dos textos de Mill refere-se sempre a *A System of Logic: Ratiocinative and Inductive*. Também é utilizada a útil tradução brasileira de J. M. Coelho e P. R. Mariconda de parte do Sistema de Lógica de Mill para a Coleção Pensadores da Abril, de 1984.

¹³ As idéias básicas de Mill (cf. sua Autobiografia, vol. I, p. 72-73) foram desenvolvidas em encontros da *Society of Students of Mental Philosophy*, um pequeno grupo de discussões sobre Economia e Lógica do qual Mill

Enraizado num contexto de expressivos debates filosóficos entre o empirismo e o idealismo do século XIX, *A System of Logic* representa, para Mill, a necessária tentativa de demonstrar que são falsas as poderosas e atraentes teses em defesa do conhecimento *a priori* e que, conseqüentemente, é possível oferecer uma fundamentação empirista à Lógica e à Matemática.

- (1.01) "[...] Por que são certa matemática e evidência de demonstração frases comuns para expressar o próprio grau mais alto de segurança alcançável pela razão? Por que as matemáticas, por quase todos os filósofos e (por alguns) mesmo aqueles ramos da filosofia natural que, através do instrumento da matemática, têm sido convertidas em ciências dedutivas, são consideradas como independentes da evidência da experiência e observação e caracterizadas como sistemas de Verdade Necessária?" (SL, p. 224)

Evidentemente, a resposta que Mill oferece à sua própria indagação percorre um longo e exaustivo argumento que se constitui no eixo teórico de todo o seu trabalho.

Um primeiro e fundamental aspecto diz respeito a um certo tipo de naturalismo subjacente a toda a arquitetura argumentativa que Mill propõe em defesa do empirismo. Para ele, os seres humanos fazem parte integralmente da natureza, enquanto sistemas causais dentro de uma ordem natural mais ampla a ser investigada pela ciência. E, se a mente humana é parte do mundo físico, e nele constitui a sua história, é inconcebível, para Mill, que o conhecimento da realidade possa ser *a priori*. De fato, para ele, ou todo o conhecimento é *a posteriori*, baseado na experiência, ou nenhum conhecimento é possível; e, se isso é assim, a recusa à alternativa céptica é, ao mesmo tempo, uma opção necessária pelo empirismo (JSM, p. 5.)

Um segundo ponto decisivo para o sucesso do argumento milliano refere-se à sua concepção de lógica. Reavaliando-a em suas relações com a mente e com o mundo, Mill compreende a Lógica como a ciência das operações do entendimento que são subservientes à estimação da evidência.¹⁴ Ela é, nesse sentido, uma parte da arte do pensamento, exatamente aquela dedicada ao raciocínio inferencial que está a serviço da verdade. Não lhe interessa a natureza do pensamento ou as propriedades subjetivas da mente, objetos próprios da Psicologia, mas as proposições e inferências que expressam as coisas e fatos do mundo e, conseqüentemente, possibilitam o progresso do conhecimento.¹⁵

Uma última e crucial questão localiza-se na forma como Mill concebe a linguagem natural. Para ele, as operações do entendimento essenciais à Lógica encontram na linguagem o seu mais poderoso veículo. Isto significa, em outras palavras, que a linguagem é o instrumento mediador fundamental das relações entre a mente e a realidade. Se, de fato, para Mill, a Lógica é a disciplina das formas pelas quais o conhecimento do mundo evolui, então o exame das propriedades semânticas da linguagem passa a ser uma parte inescapável da atividade dos Lógicos. Especialmente porque a natureza do instrumento lingüístico apresenta impropriedades e imperfeições que podem obscurecer o rigor dos resultados desejáveis.

- (1.02) "A lógica é uma parte da arte de pensar; a linguagem é, evidentemente, e pelo consenso de todos os filósofos, um dos principais instrumentos ou auxiliares do pensamento; qualquer imperfeição no instrumento ou modo de empregá-lo está, evidentemente, sujeita mais ainda do que em qualquer outra arte, a confundir e enterrar a operação e destruir qualquer confiança

participou nos seus anos vinte. (veja-se, também, a introdução textual de J. M. Robson ao *A System of Logic* p. Iiii e o interessante trabalho *John Stuart Mill* de J. Skorupski (1989)

¹⁴ Essa é uma forma supersimplificada de expressar o que parece ser a essencial concepção de Lógica de Mill, discutida, por ele, nas 14 páginas de sua introdução ao *A System of Logic*.

¹⁵ Para Mill (SL, p. 20), 'Verdade' é apenas um termo frouxo para a expressão 'proposição verdadeira'.

em seus resultados... Eis por que a investigação crítica sobre a linguagem tanto quanto é necessária para evitar os erros que ela origina, sempre foi considerada uma introdução necessária ao estudo da lógica" (SL, p. 19)

Dado, assim, esse quadro de premissas epistemológicas, lógicas e lingüísticas, tudo o de que depende o argumento de Mill, agora, é demonstrar que a Lógica e, por extensão, a Matemática, são disciplinas constituídas de proposições e inferências que não são sustentadas por princípios *a priori* ou verdades do pensamento puro independentes da experiência. Tal tarefa, então, começa, necessariamente, pela análise da natureza da proposição, tomada como unidade semântica básica da linguagem natural e se estende, automaticamente, à natureza do processo inferencial constituído, basicamente, de proposições em relação.

Em *A System of Logic*, a proposição não é tratada, absolutamente, de maneira uniforme. Ela, a maioria das vezes, é definida como a parte do discurso em que algo é afirmado ou negado de algo.¹⁶ Dadas estruturas como S é P, S não é P, todo S é P, nenhum S é P, algum S é P e algum S não é P, convenientes à sintaxe da teoria silogística, além das palavras estruturais (sincategoremáticas), como 'todo', 'nenhum', 'algum' e 'não', a proposição é constituída, para Mill, de três partes fundamentais: o (P)redicado, representado pelo nome que designa o que se afirma ou se nega, o (S)ujeito, representado pelo nome que refere aquilo de que se afirma ou se nega algo e a cópula, signo de que há uma relação entre as coisas nomeadas.¹⁷

Dentro dessa forma de conceber a proposição como estrutura lingüística concreta, instrumento da razão a serviço do conhecimento, passa a ser decisiva, para Mill, a compreensão de que os nomes são nomes das próprias coisas e não de entidades mentais como as nossas idéias das coisas. Criticando uma passagem de Hobbes que caracteriza o nome como marca para um pensamento na mente do usuário, Mill abre o segundo capítulo, *Of names*, com uma expressiva observação:

- (1.03) "Quando digo 'O sol é a causa do dia' não quero dizer que a minha idéia do sol causa ou provoca em mim a idéia do dia, ou, em outras palavras, que pensar no sol me faz pensar no dia. O que quero dizer é que um certo acontecimento físico, denominado a presença do sol (que, em última análise, se reduz a sensações, não idéias), provoca outro fenômeno físico, denominado o dia. Parece apropriado considerar uma palavra como o nome daquilo que pretendemos que seja entendido através dela quando a usamos; daquilo que deve ser entendido de algum fato que afirmamos; daquilo, em suma, com respeito ao qual, quando empregamos a palavra, pretendemos informar. Os nomes, portanto, deverão sempre ser mencionados nesta obra como os nomes das próprias coisas e não meramente de nossas idéias das coisas" (SL, p. 25)

De fato, para Mill, a proposição, instrumento de conhecimento verdadeiro ou falso, para o qual os nomes semanticamente contribuem, não deve ser confundida com o juízo, objeto determinado pelo ato psicológico de julgar.¹⁸ O papel dos nomes, nesse

¹⁶ De fato, conforme bem observa Skorupski (JSM, p. 49), nem sempre Mill adotou esta forma de compreender a proposição. Ele mantém uma certa ambigüidade (hoje mais familiar) entre a idéia de proposição como ato de asserção ou como sentença indicativa resultante de tal ato.

¹⁷ Mill não se detém na diferença entre proposições com a cópula ou sem ela como, por exemplo, 'Sócrates morreu'. Ele, provavelmente, poderia considerá-las como tendo uma estrutura comum de três partes a despeito de sua enganadora forma gramatical (JSM, p. 50).

¹⁸ A distinção que Mill oferece entre proposição e juízo, entre a expressão do conhecimento verdadeiro ou falso e o ato de julgar é uma das formas mais claras para a diferença que ele faz entre Lógica e Psicologia quanto ao objeto e, conseqüentemente, quanto aos métodos dessas disciplinas. Apesar disso, desde que ele

sentido, é veicular informações sobre o mundo e não sobre a mente. Por isso, constitui-se num grave erro de fundamentação da Lógica a concepção de sujeito e predicado, base da proposição, como relação entre idéias e não entre fenômenos.

- (1.04) "A noção de que o que é de importância principal para o lógico numa proposição é a relação entre as duas idéias correspondentes a sujeito e predicado (em vez de a relação entre os dois fenômenos que eles expressam respectivamente) parece-me um dos erros mais funestos já introduzidos na filosofia da lógica, e a causa principal por que a teoria da ciência teve um progresso tão insignificante durante os dois últimos séculos." (SL, p. 89)

A legitimidade da Lógica, acredita Mill, só é possível à medida que a proposição é tomada em sua destinação epistemológica e não em sua natureza puramente psicológica ou puramente lingüística. É fundamental, então, distinguirem-se proposições reais de aparentes e, conseqüentemente, inferências relevantes de inócuas. Nesse sentido, Mill observa que, enquanto uma proposição puramente verbal

- (1.05) afirma de uma coisa sob um nome particular, somente o que é afirmado dela pelo fato de chamá-la por aquele nome; e que, portanto, ou não dá nenhuma informação, ou a dá com relação ao nome, não à coisa. (SL, p. 115)

Proposições reais

- (1.06) ... predicam de uma coisa algum fato não envolvido na significação do nome pelo qual a proposição fala dela; algum atributo não conotado por aquele nome. Tais são todas as proposições relativas a coisas individualmente designadas, e todas as proposições gerais ou particulares em que o predicado conota qualquer propriedade não conotada pelo sujeito. Todas estas, se verdadeiras, aumentam o nosso conhecimento... Somente proposições desta classe são instrutivas em si mesmas, ou das quais quaisquer proposições instrutivas podem ser inferidas. (SL, p.115-116)

E, com isso, distingue as proposições vazias de qualquer genuíno conteúdo informativo (verbais), daquelas (reais) que, de fato, transmitem informação e são veículos de conhecimento novo. A idéia básica, na verdade, que orienta Mill para essa distinção é a de que as proposições reais e relevantes para a ciência são as que representam informações sobre as coisas. As verbais, relativas ao significado das palavras, como é o caso das definições, são importantes, isto sim, para a filosofia, uma vez que subjazem a elas, não coisas ou fatos, mas, apenas, convenções da linguagem.¹⁹

Da mesma forma, observa Mill, se o valor de uma proposição é o conteúdo semântico que ele traz para o processo inferencial, as inferências também ou são reais e informativas, ou são apenas aparentes, como puras transformações da linguagem que as expressa. Se se infere uma proposição-conclusão de uma proposição-premissa que lingüisticamente já a continha, então a inferência é puramente Verbal. Inferir-se da

entendia o raciocínio inferencial como apenas uma parte do pensamento em sentido amplo, e não defendeu nenhuma tese forte de vacina da Lógica contra a Psicologia, há quem acredite, a partir de Husserl - capítulos III e IV de suas *Logical Investigations* - que se pode atribuir às reflexões millianas sobre lógica uma inevitável contaminação do psicologismo. (JSM, p.166 e McRae, em sua Introdução ao *A System of Logic*, p. xxi-xlvi).

¹⁹ Na época em que escreveu o *A System of Logic*, Mill não dá evidências de que tivesse lido Kant diretamente. Só mais tarde, no *An Examination of Sir William Hamilton's Philosophy* ele se refere explicitamente a posições kantianas. Mas em nota de rodapé, acrescentada à edição de 1862 do *A System*, considera a sua distinção correspondente a de Kant entre analítico e sintético.

premissa de que nenhum ser humano é destituído de razão a conclusão de que todo homem é racional é inferir exclusivamente ao nível de palavras. A inferência Real é aquela pela qual o conhecimento aumenta, como acontece quando se infere de experiências particulares de que Platão morreu, Kant morreu e N morreu que todos os homens são mortais, ou que João é mortal. Estas, pensa Mill, são, de fato, inferências instrutivas e relevantes para a ciência. Elas caracterizam um certo tipo de raciocínio lógico natural, a indução, que é próprio da inferência real e do conseqüente avanço do conhecimento.²⁰ Se a dedução (ou silogismo) pode, nos mesmos termos, ser considerada como constituída de inferências reais fica na dependência de demonstração. Para Mill, rigorosamente, toda inferência é de particular para particular, uma vez que a afirmação universal não passa de uma generalização, autorizada pelo passado, de casos particulares dos quais, em si mesmos, poderia ser derivada a conclusão. Assim, o possível argumento de que Sócrates é mortal a partir de que Sócrates é homem e todos os homens são mortais depende de uma proposição geral que é, na verdade, um registro, em forma breve, de todas as experiências do passado com a morte de cada indivíduo, experiência essa que poderia, sem essa intermediação, levar à conclusão de que Sócrates é mortal. Não obstante isso, Mill acredita que o silogismo, em sua forma normal, com proposições gerais, pode ser justificado, desde que a lógica da consistência seja entendida como um instrumento importante na propagação inferencial da verdade.

Se esse quadro faz sentido então, Mill está a um passo de completar o seu tortuoso argumento contra a tese do conhecimento *a priori* e, ao mesmo tempo, de base para a justificação empirista da Lógica e da Matemática. Trata-se de demonstrar que tais disciplinas podem ser constituídas de inferências Reais, sobre proposições Reais, e que nenhuma proposição Real é *a priori*. Mas, para isso, Mill ainda depende de uma investigação esclarecedora sobre como a linguagem, em sua problemática complexidade, autoriza, interna e efetivamente, a diferença entre proposições Verbais e Reais. E ele se vê, então, na indispensável perspectiva de uma teoria dos Nomes, que fica, finalmente, contextualizada.²¹

Na direção de uma teoria dos nomes, Mill começa observando que, ao contrário das expressões sincategoremáticas, partes que só funcionam com outras palavras, os nomes, termos categoremáticos como tais, possuem a propriedade de denotar o que se afirma ou nega de algo e o de que se o faz.²² Assim, distinguem-se, para ele, palavras como 'de', 'para', 'verdadeiramente', etc., que não podem ser usadas, isoladamente, para designar algo, de nomes como 'João', 'branco', 'pedra', etc., que, sozinhos, podem designar o que se predica ou o de que se predica.²³

²⁰ A forma como Mill concebe a indução, em toda a sua complexidade, escapa aos limites deste trabalho. De qualquer maneira, para Mill, diferentemente de Hume, a indução é a base natural do conhecimento e a dedução é que precisa ser justificada. Mill não é céptico e tenta, de fato, fazer isso.

²¹ Mill considera a Teoria dos Nomes como parte da Lógica. Primeiramente, porque a linguagem natural, instrumento do raciocínio, é fonte de erros e, na metáfora milliana, se é preciso trocar os óculos que distorcem os objetos por outros mais adequados, isso se faz com a análise das palavras. (SL, p. 19). Além disso, a investigação da linguagem se faz necessária porque, sem ela, não se pode avaliar o papel semântico da proposição, com que ela contribui para o conhecimento da verdade e para o processo inferencial.

²² Mill emprega o termo 'denotar' ora de forma mais frouxa, ora mais técnica. Num sentido amplo, ele usa o termo para dizer, por exemplo, que o sujeito denota a coisa ou a pessoa, que o predicado denota o que se afirma ou se nega, e que a cópula denota a existência da relação entre o sujeito e o predicado (SL, p. 21). Num sentido mais preciso, o termo é usado, em Mill, para ser equivalente às expressões 'é verdadeiramente predicável de' ou, ainda, 'é verdadeiramente afirmável de' (JSM, p. 51).

²³ Aqui, duas considerações são necessárias. Em primeiro lugar, cabe observar que, ao usar o critério clássico de distinguir termos sincategoremáticos daqueles que podem funcionar isoladamente, como sujeito e predicado, Mill não ignorou o caso em que uma palavra estrutural como 'de' em 'de é uma preposição' pode funcionar como sujeito. Nesse caso de menção (*suppositio materialis*), entretanto, como ele observa, a palavra não está em seu uso normal e, apenas, designa as próprias letras de que se compõe. A segunda consideração diz respeito ao fato de que Mill não vê problemas em enquadrar adjetivos tipo 'branco' em 'A neve é branca' ou 'Branco é agradável' como nomes, embora admita que se poderia considerar esse uso de 'branco', como predicado ou sujeito, uma forma abreviada de 'objeto branco' ou 'cor branca', respectivamente. Para ele, a

Dada essa propriedade básica dos nomes em geral de denotarem ou, como diz Mill, de serem todos nomes de alguma coisa real ou imaginária, trata-se, então, de examinar as diversas formas como o fazem.²⁴

Mill apresenta uma exaustiva classificação dos nomes de acordo com sua forma de atuação semântica, porém, três de suas divisões são especialmente relevantes para o exame das questões do sentido e da referência que estão envolvidos no fenômeno da nomeação.²⁵

A primeira grande divisão dos nomes separa-os em gerais e individuais ou singulares. Sobre ela, diz J. S. Mill:

- (1.07) “Um nome geral é familiarmente definido, um nome que é capaz de ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de cada uma de um indefinido número de coisas. Um nome individual ou singular é um nome que é capaz somente de ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de uma coisa.” (SL, p. 28)

O que, de fato, Mill está observando é a diferença de papel semântico que existe entre nomes como 'homem' e 'Aristóteles', por exemplo. Enquanto 'homem' pode ser verdadeiramente asserido de Aristóteles, Kant, Tarski, como nome geral, enfim, de uma infinidade de indivíduos, no mesmo sentido, uma vez que tais indivíduos possuem a propriedade comum de serem humanos, 'Aristóteles' só pode ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, como nome singular de um único indivíduo. Realmente, afirma Mill, ainda que mais de uma pessoa tenha o nome 'Aristóteles', como tal nome não as indica mediante qualquer propriedade, não o faz em qualquer sentido, conseqüentemente não no mesmo sentido. Isto não significa que só os nomes tipicamente próprios sejam individuais para Mill. Expressões como 'o rei que sucedeu Guilherme o conquistador' ou, até mesmo, 'o rei', quando as circunstâncias definem uma única pessoa a quem se as aplique verdadeiramente, podem ser entendidos como nomes individuais. Da mesma forma, observa Mill, coletivos não devem ser confundidos com nomes gerais. Eles não podem ser predicados de cada indivíduo da classe, mas, apenas, da classe inteira, que, então, é tomada como algo singular. 'O 76º regimento de artilharia da armada britânica' é um coletivo a ser entendido como um nome individual, à medida que designa o regimento singular composto de John, Peter, Paul, etc., mas não é aplicável a cada um deles individualmente.²⁶

Sobre a segunda classificação dos nomes, em concretos e abstratos, Mill propõe para ela uma concisa caracterização:

- (1.08) “Um nome concreto é um nome que designa uma coisa; um nome abstrato é um nome que designa um atributo de uma coisa.” (SL, p. 29)

diferença é mais gramatical do que propriamente lógica. Não há diferença de significação entre a forma simples e a complexa, e isso é o que importa. De maneira análoga, ele não vê dificuldade em aceitar que um conjunto de palavras como 'O discípulo de Platão' possa funcionar como um nome só, à medida que pode ser usado para denotar um único indivíduo, a saber, Aristóteles (SL, p. 25-26).

²⁴ Ao oferecer tal caracterização, Mill parece não ter nenhuma preocupação específica com nomes de entidades sem existência real. A questão, entretanto, reaparece, no exame das formas de denotação dos nomes próprios e descrições.

²⁵ Além das divisões que se seguem, Mill ainda considera uma quarta entre nomes positivos e negativos, tipo 'homem' e 'não-homem', uma quinta entre relativos e não-relativos, como 'pai', 'filho' e 'civil' e, finalmente, uma divisão entre unívocos e equívocos que, para ele, é menos uma diferença de tipos de nomes do que de formas de aplicá-los. Tais classificações são, aparentemente, menos expressivas e têm recebido menor atenção.

²⁶ Não se entenda que Mill aceite um nome geral tipo 'homem' como nome da classe dos seres humanos. Para ele, não se define a noção mais clara - a de nome geral - pela mais obscura - a de classe. Ao contrário, deve-se pensar em definir classe como a multidão indefinida de indivíduos denotados pelo nome geral. 'homem', então, não denota a classe como uma entidade abstrata, mas cada indivíduo da coleção ao qual se aplica verdadeiramente, dado que possui a propriedade comum a todos os outros.

Aqui, Mill está dividindo os nomes pela forma como eles podem ser usados para designar ou coisas ou propriedades. 'Sócrates', 'o mar', 'este livro' são nomes de coisas. 'Juventude' é o nome de um atributo possuído pelas pessoas jovens. Nesse sentido, 'branco' é, também, um nome de uma coisa ou, mais precisamente, de muitas coisas, como, por exemplo, uma cegonha, o leite ou a neve; 'brancura' é o nome do atributo comum a estas coisas. À objeção de que 'branco' não deixa de ser, também, o nome da cor como 'brancura', Mill argumenta que não se pode abstrair, nesse caso, a diferença de uso das duas expressões. Ao dizer 'a neve é branca', não se diz que a neve é uma cor, mas que aquela coisa possui aquela cor. Já 'brancura', em 'a brancura da neve', não designa a neve, mas o atributo cor que tal coisa possui.²⁷ Se tais nomes abstratos como 'brancura' são gerais ou individuais é uma questão problemática para Mill. De fato, diz ele, alguns nomes abstratos como 'cor' ou 'brancura' podem ser considerados gerais, à medida que o primeiro parece ser nome de uma classe de atributos como brancura, vermelhidão, etc., e o segundo porque se aplica a vários tipos de brancura. Já nomes como 'visibilidade' podem ser entendidos como individuais, uma vez que parecem designar um único atributo. De qualquer maneira, diz Mill, talvez o problema devesse ser encaminhado na direção de que nomes abstratos não sejam subclassificados em gerais ou individuais. (SL, p. 30)

Quanto à terceira divisão dos nomes em conotativos e não-conotativos, Mill atribui a ela importância especial.

- (1.09) “Esta é uma das mais importantes distinções que nós teremos oportunidade de mostrar, e uma das que vai mais fundo na natureza da linguagem. Um termo não-conotativo é aquele que significa somente um sujeito ou somente um atributo. Um termo conotativo é aquele que denota um sujeito e implica um atributo.” (SL, p. 31)

Nesse ponto, a distinção a que Mill se refere diz respeito à diferenciada atuação semântica de palavras como 'Platão', 'Londres' ou 'brancura', nomes cuja função é apenas denotar um sujeito ou um atributo, em oposição a outras como 'branco', 'homem' ou 'filósofo', que denotam todos os indivíduos a que se aplicam, exatamente conotando a propriedade comum que os identifica. Assim, 'Platão' denota Platão diretamente, sem indicar-lhe, através dessa denotação, qualquer propriedade. 'Platão' não informa nada de Platão a não ser que este é o seu nome. Da mesma forma, 'brancura' é um nome abstrato não-conotativo à medida que funciona como nome do próprio atributo. Ao contrário, um nome conotativo tipo 'branco' denota coisas como neve, leite, cegonha, etc., conotando a propriedade da brancura comum a essas coisas, ou seja, conotando o que 'brancura' denota. Nessa perspectiva, os nomes concretos gerais como 'branco' e 'homem' são os genuinamente conotativos, enquanto os genuinamente não-conotativos são os nomes próprios típicos. Subjacente a essa diferença está, na verdade, a concepção milliana de que a significação de um nome conotativo é a sua conotação e que, exatamente por isso, um nome próprio, que nada conota, não tem a rigor significação nenhuma.²⁸

Dado esse quadro teórico sobre o fenômeno da nomeação e seu papel na filosofia da linguagem e da lógica de J. S. Mill, trata-se, agora, de proceder a uma síntese de avaliação do que é mais relevante da concepção milliana de denotação e conotação dos nomes para

²⁷ Aqui, mais uma vez, destaque-se que, para Mill, o nome abstrato não indica a propriedade enquanto uma entidade abstrata. Ele não aceitaria uma ontologia desse tipo. A propriedade, para ele, existe em cada objeto que a possui.

²⁸ Mill observa que o nome próprio esgota a sua função semântica na denotação do seu objeto. Mesmo que um nome tenha, em sua origem, uma motivação conotativa, ela fica esvaziada. Em seu exemplo, ainda que 'Dartmouth' possa ter sido um nome para significar que a cidade que designa está situada na boca do Dart, o desaparecimento do rio não impediria que a cidade continuasse, sem estranhezas semânticas, com o mesmo nome. (SL, p. 33-34).

um programa de investigação semântica da linguagem humana. Isto quer dizer, em outras palavras, que o ponto de interesse de tal avaliação não será, mais amplamente, a lógica ou a filosofia de Mill, mas, de maneira restrita, a sua semântica, entendida como a sua teoria da referência e a sua teoria do significado para os nomes da linguagem natural.²⁹

Se Mill foi, com suas especulações lógico-lingüísticas, o pioneiro dos estudos modernos sobre o significado é questionável³⁰; mas o que não se discute é a relevância das suas investigações sobre os nomes e sua importante influência sobre trabalhos de grande repercussão contemporânea para a semântica e a filosofia da linguagem como os de Frege, Russell e Kripke. De fato, Mill é um dos filósofos que abre o conjunto de problemas e de respostas possíveis para os enigmas semânticos da linguagem natural, tendo em vista os obstáculos que eles oferecem à fundamentação moderna da Lógica. Aqui, entretanto, cabem algumas primeiras e básicas considerações, indispensáveis para avaliá-lo, adequadamente, em sua contribuição semântica. Mill pertence a uma tradição de discussões filosóficas em que a Lógica é a disciplina central para a investigação da racionalidade humana e a base de sustentação do pensamento científico. Nessa tradição, a linguagem natural é entendida essencialmente como um instrumento do raciocínio e da comunicação. Um instrumento fundamental, é verdade, mas não mais do que isso. Essa, exatamente, é uma herança que Mill recebeu e deixou aos seus sucessores na filosofia da linguagem no século XX. A linguagem humana é vista exclusivamente em sua natureza mediadora entre o pensamento e o mundo das coisas. Nessa medida, não se trata de examiná-la em todos os seus aspectos ou em sua estrutura global articulada em termos de sons, formas, sentenças, proposições e usos; se ela não é tomada como um objeto em si mesmo de investigação, só o que é essencial ao seu papel mediador deve ser elucidado. Nas origens da moderna filosofia da linguagem, então, a vertente lógico-filosófica reduz a essência da linguagem à sua natureza semântica, à medida que tal é a instância própria da mediação entre a mente e a realidade. Uma constatação fundamental, entretanto, decorre desse ponto de partida: Se a relação entre a mente e o mundo parece ser abordável inescapavelmente através da linguagem natural, então as complexidades do instrumento podem caracterizar defeitos na mediação a serem elucidados e dissolvidos na direção de uma linguagem logicamente perfeita. Evidentemente, toda essa tradição filosófica tem como pano de fundo desse tipo de constatação uma aproximação subjacente da linguagem cotidiana, em seu uso frouxo para fins de comunicação, com a linguagem matemática, em sua notável precisão no rumo do rigor científico. Assim, como a matemática era um padrão de linguagem instrumental das diversas ciências, sendo a linguagem natural o instrumento de fundamentação da Lógica, era necessário retificá-lo em suas impropriedades e inexatidões para que esta disciplina pudesse ser tão confiável quanto àquela. De modo que quando, em (1.01), Mill questiona o dedutivismo da matemática e seu exemplo para as outras ciências, fá-lo no sentido de que não aceita toda essa extensão de conhecimento científico como decorrente de valores necessários ou independentes da experiência.³¹ Mas ele pressupõe que aceita o papel da matemática para as demais ciências à medida que fundamentá-la logicamente parece ser decisivo para a sustentação do próprio pensamento científico. É dentro desse contexto, então, que Mill se preocupa com a linguagem natural. Como se observa em (1.02), ele a concebe como o principal veículo do processo inferencial cujo rigor,

²⁹ De fato, o que interessa da lógica e filosofia milliana é, apenas, o relevante para uma contextualização da sua teoria dos nomes, o que parece indispensável para que se possa avaliar, adequadamente, a contribuição que ele deixou à semântica.

³⁰ Ryle (1966), por exemplo, destaca o pioneirismo de Mill; Bennett (1966), diferentemente, acredita que as questões sobre o significado já estavam em Locke, Berkeley e Hume, no que não é apoiado por Hacking (1975). Veja-se, também, De Jong (1982).

³¹ Mill defende uma concepção indutivista da matemática tendo em vista a sua concepção de filosofia da ciência como centrada no progresso do conhecimento. Se todo conhecimento humano é resultado da experiência e não ancorado em verdades *a priori*, então a demonstração disso passa pela necessidade de mostrar que também a Matemática é caracterizada por proposições reais e inferências indutivas.

fundamental à Lógica, depende de retificações quanto às imperfeições da natureza do veículo e do modo de empregá-lo. Tais problemas, para Mill, decorrem, basicamente, da ambigüidade das palavras, de sua vaguidade, do desacordo entre a forma gramatical da superfície e a forma lógica, da mudança que as expressões lingüísticas sofrem na evolução histórica das línguas, etc. (SL, 79-80), de defeitos, enfim, que podem e devem ser consertados. A linguagem perfeita, então, para Mill, não é exatamente um código novo construído, senão a própria linguagem natural reformada para os fins logicistas a que ele se propõe.³²

Dentro desse restringido horizonte de preocupações com a linguagem, a concepção semântica de J. S. Mill sofre naturalmente de algumas limitações. Ele não se questiona seriamente, por exemplo, sobre a natureza do fenômeno lingüístico em suas propriedades intrínsecas. Com exceção de raras passagens, Mill não demonstra maior interesse nos aspectos fonéticos, mórficos ou sintáticos da língua que examina. Ao contrário, ele os reduz aos interesses semânticos, quando, para citar um caso, ele trata expressões complexas inteiras do tipo 'O lugar que a cultura ou diplomacia da antigüidade tinha destinado como residência para os príncipes abissínios' como simples nomes (SL, p. 26). Fica mais patente, ainda, o seu desinteresse pela natureza própria da linguagem e a subserviência aos interesses lógicos a que ele a condena, por ocasião de sua análise do papel dos nomes, proposições e inferências em sua teoria. Quando em (1.03) e (1.04), Mill acentua a necessidade de se entender que a relação fundamental é aquela entre o nome e a coisa nomeada e não entre o nome e a idéia da coisa, ele, evidentemente, está destacando aquela relação que é relevante para o conhecimento científico e para a lógica, e não a que poderia ser crucial para a linguagem propriamente dita. De fato, tendo em vista a natureza da linguagem humana, a relação entre o nome e a idéia da coisa ou, em outras palavras, entre o código lingüístico e o mental poderia ser considerada de decisiva importância.³³ Da mesma maneira, quando, em (1.05) e (1.06), ele distingue proposições Reais de Verbais, com a perspectiva de separar inferências informativas daquelas irrelevantes para o progresso do conhecimento, Mill pressupõe uma concepção de semântica própria para a sua filosofia da ciência. Fosse uma Semântica Lingüística o que estivesse em jogo, certamente as ditas proposições e inferências verbais, a que Mill atribui valor menor, teriam uma outra dimensão já que elas expressam relações de hiponímia e sinonímia, por exemplo, de relevância para a mencionada disciplina.³⁴ E é ilustrativo, ainda, um último exemplo de que o fenômeno lingüístico, fora dos interesses lógicos, não faz parte das preocupações de J. S. Mill. Embora a mente, para ele, tal como o corpo, faça parte da ordem natural do mundo³⁵, e isso sugira um questionamento sobre as relações entre linguagem e cérebro, não lhe ocorre que possa haver uma base biológica subjacente às variações da cada língua, uma espécie de gramática natural e universal por trás da aquisição da linguagem humana. O aprendizado da linguagem, para ele, é explicável, naturalmente, pela capacidade que as

³² Mill considera que a reforma da linguagem natural não só é necessária para o trabalho dos lógicos como também é indispensável à adequada argumentação cotidiana das pessoas. A sua metáfora, conforme a nota 21, de que os professores sentem a necessidade de trocar, em seus discípulos, os óculos que distorcem o objeto, é ilustrativa e inspirou idéias análogas na filosofia da linguagem do século XX.

³³ De fato, ainda que Mill não tivesse uma tese forte de despiciologização da Lógica, ele tentou distinguir as duas disciplinas claramente e, nessa medida, procurou descaracterizar a relação linguagem-mente, tratando-a como não-essencial para a semântica.

³⁴ Katz (1972) pode ser um exemplo de interesse para o estudo de inferências lingüisticamente dependentes ou, no dizer de Mill, puramente verbais. Katz (PTN, p. 3), aliás, reconhece a influência da teoria milliana dos nomes sobre o seu trabalho.

³⁵ Skorupski (JSM, p. 8-9) é um dos que acredita que a filosofia milliana é precursora do movimento atual, em termos quineanos, por exemplo, de naturalização da epistemologia. Ele cita uma passagem do *A System of Logic* - vol VIII, p. 833 como contendo todos os ingredientes para satisfazer os seus critérios do que se entende por epistemologia naturalizada. Realmente, embora Mill trate a mente como um lugar misterioso e ainda a ser desvendado, ele, já nos seus rascunhos iniciais do *A System of Logic*, a caracteriza, como ao corpo, pela categoria de substância. O ser humano, então, em seu corpo e sua mente, é uma parte da ordem natural do mundo. (Para mais detalhes, De Jong (SJSM, p. 192) e Skorupski (JSM, p. 5) podem ser úteis).

crianças têm de generalizar as suas experiências lingüísticas particulares (SL, p. 37). Nesse sentido, se algum universalismo é pressuposto, então é o da forma geral da proposição enquanto entidade lógica e, não, lingüística. Muito ao contrário, a estrutura das línguas particulares, em suas imperfeições léxico-sintáticas, produz um verdadeiro ocultamento da universalidade da forma lógica a ser explicitada. Se, então, a concepção semântica de J. S. Mill é completamente determinada pelas formas como ele compreende a natureza da linguagem, da lógica e suas inter-relações, a sua teoria dos nomes, parte essencial de tal semântica, é um conseqüente produto das mesmas bases.

De fato, já na definição do que seja um nome como uma expressão que denota o que se afirma ou se nega de algo ou ainda aquilo de que se afirma ou nega, o ponto de referência milliano é, claramente, o quadro da lógica escolástica. Dentro dela, a tradicional oposição entre termos categoremáticos e sincategoremáticos não só está por trás da distinção que Mill defende entre nomes, palavras que denotam, e expressões não-denotativas ou estruturais, como, ainda, o dirige para a relação entre o processo de denotação dos nomes e os papéis proposicionais de sujeito e predicado.³⁶ Tal aproximação, entretanto, entre a categoria dos nomes em sua atividade denotadora e as funções de sujeito e predicado não é, de forma alguma, não-problemática. A primeira complicação que surge para Mill diz respeito aos adjetivos. Ele observa que tal espécie de palavra não ocupa, normalmente, o lugar do sujeito. Uma sentença como 'O pesado caiu' não é quotidianamente aceitável porque 'pesado' parece não poder designar uma coisa de que algo possa ser afirmado ou negado. Mas se isso é assim, se o adjetivo não designa uma coisa por que tratá-lo como um nome? A solução que Mill encontra, como já se disse em outra parte³⁷, é interpretar-se o adjetivo, em seu uso isolado, como equivalente, em termos semânticos, a uma expressão nominal mais complexa que sofreu elipse gramatical e, por meio disso, tratá-lo, naturalmente, como nome. Assim, em 'A neve é branca', por exemplo, a substituição do adjetivo 'branca' pela expressão nominal 'uma coisa branca' não altera, em nada, o importe da proposição e, se isso é assim, a equivalência semântica autoriza, argumenta Mill, a incluir o adjetivo na classe dos nomes.³⁸ Isso explicaria, ainda, os casos esporádicos em que o adjetivo aparece sem problemas como sujeito. 'O branco é agradável' seria, na mesma direção, interpretável como semanticamente equivalente a 'A cor branca é agradável'. Mas, evidentemente, ainda que essa solução seja intuitivamente plausível, ela não evita, em sua concepção reducionista da linguagem, o surgimento de outras problemáticas questões. Por que, por exemplo, a elipse gramatical não sustenta a legitimidade de todas as situações de uso do adjetivo, incluindo aquelas em que esse tipo de palavra, no papel de sujeito, torna a sentença inaceitável como o próprio Mill reconhece ser o caso de 'O pesado caiu'? Além disso, a distinção entre a forma denotativa dos nomes típicos, os ditos substantivos, e a dos, então nomes adjetivos, fica carente de explicação, à medida que, se os últimos são formas elípticas de expressões mais complexas em que aparecem os primeiros, isso deve ter causas e conseqüências semânticas. Em última análise, mesmo que não o queira, Mill abre, com a sua solução, o complexo problema das relações entre a forma gramatical e a forma lógica ou, mesmo, entre a sintaxe e a semântica. Finalmente, ainda em conseqüência de sua subordinação aos cânones da silogística clássica, Mill não consegue evitar que a sua aproximação entre a teoria dos nomes e a teoria dos termos da escolástica torne problemáticas algumas de suas definições. De fato, ao caracterizar o nome como a

³⁶ Para isso, Mill já toma a expressão 'categoremático' como derivada de 'katégoreó' no sentido de predicar. E como, pelo que Geach (1972) chamou 'a tese da intercambialidade de Aristóteles', tudo o que aparece como predicado pode também aparecer como sujeito, Mill identificou o papel do nome de maneira absolutamente compatível com o espírito clássico.

³⁷ Veja-se a nota 12.

³⁸ Ao tratar dessa questão dos adjetivos, Mill observa que sua interpretação é mais sustentável levando-se em consideração que entre os gregos e romanos este tipo de elipse era permitido pelas regras da linguagem e que, se em inglês, 'Round is easily moved' não é aceitável como equivalente a 'a round object...', isto é um problema gramatical, não semântico.

expressão que, exceto o seu uso em "suppositio materialis", pode constituir o sujeito ou o predicado de uma proposição e ao definir o sujeito e o predicado como nomes que denotam o que se asseve ou o de que se asseve, o quadro teórico milliano apresenta um pano-de-fundo indesejavelmente circular (SJSM, p. 7).

Mas as complicações da teoria dos nomes de J.S. Mill não se restringem, apenas, aos fundamentos e definições. A forma de classificá-los também é problemática. Para a distinção entre universais e singulares, por exemplo, já na definição oferecida em (1.07), aparece uma razoável questão a ser resolvida. A determinação do caráter singular ou universal de um nome parece estar problematicamente dependente de ele ser verdadeiramente afirmado de uma coisa ou de cada uma de um número indefinido de coisas. Assim, 'branco' é um nome geral à medida que se pode predicá-lo verdadeiramente do leite, da neve, da cegonha, etc., ou, em outras palavras, à medida que 'o leite é branco', 'a neve é branca', 'a cegonha é branca' são proposições verdadeiras. Da mesma forma, um nome como 'Kant' pode ser considerado singular dado que só se aplica a um único indivíduo, no caso, ao autor da *Crítica da Razão Pura*. Mas isso parece inicialmente problemático e provavelmente falso. Conforme a formulação da chamada "Lei de Buridan" por Geach (1972), a determinação da referência de uma expressão não deve depender da determinação da verdade da proposição em que tal expressão participa. Evidentemente, isso faz sentido porque a verdade da proposição, por sua vez, depende da determinação da referência de seus constituintes. A forma como Mill encaminha, portanto, a sua definição parece apontar para uma espécie de violação da Lei de Buridan (SJSM, p. 9). Além disso, a questão dos nomes individuais também parece mais complexa do que a maneira como Mill a apresenta. Ele diz que não importa que mais de uma pessoa tenha o mesmo nome porque tal nome não as designa em qualquer sentido e, portanto, não pode designá-las no mesmo sentido. De fato, se 'Aristóteles' é um nome que designa o filósofo ou o armador grego, mas não o faz através de qualquer propriedade, não o faz em qualquer sentido, e isso o distingue de um nome geral. Mas e um nome familiar do tipo 'Kennedy', por exemplo, como seria classificado na teoria de Mill? Ele parece um nome individual de uma família tomada como singular, mas, ao mesmo tempo, poderia ser aplicado verdadeiramente a cada membro daquela família, o que o credencia como geral. Ainda assim, entretanto, não parece ter qualquer sentido que o identifique nessa última categoria. Isso sugere que a oposição geral-individual, nos termos de Mill, é bastante tênue. Realmente, quando ele discute casos problemáticos envolvendo nomes como 'sol', 'Deus', 'o rei que sucedeu Guilherme o Conquistador' ou, ainda, 'o rei', a explicação que oferece não é absolutamente clara e sugere uma alta dependência de fatores extralingüísticos ou pragmáticos de uso. Mill diz, por exemplo, que uma descrição como 'o rei' pode ser um nome geral, mas, dadas certas circunstâncias de uso para um único indivíduo, pode ser considerado um nome individual, como é o caso de 'o rei que sucedeu Guilherme o Conquistador', por exemplo. Ao contrário, nomes como 'sol' e 'Deus', embora predicáveis de uma única coisa, não apresentam nada em seu significado que implique isso, devendo ser considerados como nomes gerais como justificado pelo uso daquelas pessoas que aceitam deuses e sóis (SL, p. 33). O que parece difícil na análise de Mill é, na verdade, a forma como ele pretende relacionar a questão da referência, externa à linguagem, com a questão da expressão lingüística e seu significado. A sua classificação, em última instância, ou falha ou é resgatada por circunstâncias específicas de uso, mas, nesse caso, trivializa o seu valor semântico. Em outras palavras, dizer que um nome é individual desde que ele seja usado para um único indivíduo é semanticamente trivial e pouco esclarecedor das diferenças entre as expressões propriamente lingüísticas.

A segunda classificação dos nomes em concretos e abstratos também não é isenta de problemas apesar de ser mais facilmente formulável. Mill parece centrá-la sobre a diferença de referente do nome como uma coisa ou como atributo. Mas, aqui, já surge a primeira ameaça de dificuldades para o sistema milliano. A pergunta sobre se o atributo é ou não uma coisa parece deixar Mill numa aparente falta de alternativa (SJSM, p. 10). Se a

resposta é sim, a oposição concreto-abstrato se dissolve; se é não, os termos abstratos não se ajustam à definição milliana de nomes como palavras que denotam coisas. Mill certamente diria que o atributo é uma propriedade da coisa e não ela própria e que a definição de nome tomava a palavra 'coisa' num sentido amplo que envolvia coisas e atributos. Mas, nesse ponto, estaria assumindo, de qualquer forma, um compromisso com a vaguidade e amplitude do termo 'coisa', o que não seria sem conseqüências para a sua teoria dos nomes.³⁹ Um outra questão que Mill enfrenta, com um certo preço teórico, envolve a articulação entre as classificações concreto-abstrato/geral-individual. 'Brancura', por exemplo, é um nome abstrato, à medida que designa um atributo. É tal nome geral ou individual? Mill opta por tratá-lo como geral, tendo em vista que ele parece aplicar-se a diversas matizes de branco. Já não acontece o mesmo, ele admite, com atributos como a igualdade ou a visibilidade que dão a impressão de serem uma coisa única. Seja como for, a avaliação de Mill é pouco convincente, especialmente porque a classificação dos nomes parece ficar em completa dependência de uma decisão empírica sobre a natureza dos atributos referidos. Justamente isso, aliás, aponta para um dos problemas na classificação milliana. É certo que Mill, mesmo propondo a existência de nomes abstratos, não aceitaria qualquer compromisso com uma ontologia de coisas abstratas. Os atributos, para Mill, são as próprias e naturais propriedades das coisas e não entidades platônicas. Também não aceitaria, é claro, considerá-los idéias das propriedades na mente à medida que os nomes são nomes das coisas e não de idéias delas. Mas isso implicaria, então, a completa identificação da referência semântica com o referente real o que é de altíssimo custo para a plausibilidade de sua teoria.⁴⁰

Quanto à divisão dos nomes em conotativos e não-conotativos, Mill está certo em atribuir-lhe a mais alta significação. Ela representa, sem dúvida, a mais destacada contribuição da sua teoria dos nomes à Semântica e à Filosofia da Linguagem. Através dela, Mill produz um sistema de análise bastante esclarecedor de alguns aspectos fundamentais da linguagem, em termos do significado e referência de palavras e expressões e seu papel semântico na estrutura proposicional. Associando-a às outras subdivisões propostas, a oposição conotativo/não-conotativo permite a Mill estabelecer inúmeras relações altamente elucidativas para uma abordagem da significação dos nomes.⁴¹ Seguem-se, sob a forma de tópicos, as mais relevantes para uma avaliação da teoria semântica de Mill:

✍ A conotação é uma relação pela qual um nome pode implicar um ou mais atributos para denotar os objetos que possuem tais atributos.

Se 'branco' denota as coisas brancas implicando a propriedade da brancura que as identifica, então pode-se dizer que 'branco' conota brancura. Da mesma forma, é compatível com a análise milliana que 'solteiro' denote as pessoas solteiras conotando os atributos de adultez e não-casado, por exemplo;

✍ A conotação determina a denotação, mas não vice-versa.

³⁹ Mill, na verdade, trata o termo 'coisa' como designando ora a substância, ora o atributo e ora ambos ao mesmo tempo, como no caso da definição de nome.

⁴⁰ Como bem observa Skorupski (JSM, p. 53), os "atributos" da semântica e os "atributos" da ciência não podem ser os mesmos. Cabe, ainda, observar, aqui, que a questão da natureza do atributo está evidentemente ligada ao clássico problema dos universais e que Mill criticou, explicitamente, as três posições tradicionais do realismo, conceptualismo e nominalismo. Como seu ataque, entretanto, é absolutamente mais forte quanto à existência de entidades abstratas e quanto ao papel de unidades mentais na lógica, ele se encontra mais próximo de uma variação do nominalismo, tal como entendido hoje. Na época, Mill condena o nominalismo por reduzir tudo à denotação e ficar, conseqüentemente, sem explicações para o significado e o papel informativo das proposições. Cf. Skorupski (JSM, p. 2, 5, 3 e 9).

⁴¹ A afirmação de tais relações parece justificada, explícita ou implicitamente, pelas análises de Mill entre as páginas 24 a 40 do *A System of Logic*. Sob a forma tópica de apresentá-las, veja-se Skorupski (JSM, p. 53-57).

Se 'branco' denota a neve, o leite, etc., por conotar o atributo da brancura comum a tais coisas é possível dizer-se que, em Mill, a última relação determina a primeira; O contrário já não é possível de se afirmar, em primeiro lugar porque há nomes, como os tipicamente próprios que denotam sem conotar. 'Kant' denota o autor da CRP mas nada conota; além disso, porque duas expressões podem ter a mesma denotação e diferentes conotações. 'O discípulo de Sócrates' e 'O mestre de Aristóteles' podem denotar a mesma pessoa, a saber, Platão e conotar coisas diferentes como a propriedade de ser discípulo e a de ser professor;

✍ Todos os nomes são conotativos.

De fato, se 'branco' pode denotar um número indefinido de coisas brancas, o que o caracteriza como geral, isso é possível exatamente porque conota o atributo comum a elas.

✍ Os nomes concretos são geralmente conotativos, exceto os próprios.

Assim, 'homem', 'vermelho' e 'largo' denotam coisas e conotam os atributos humanidade, vermelhidão e largura. 'Platão' denota um indivíduo, também é concreto, mas, como já se disse, nada conota;

✍ Alguns abstratos são conotativos, outros não.

Isso ocorre, segundo Mill, porque atributos também podem ter atributos atribuídos a eles. Assim, se se aceita que o nome 'defeito' denote atributos como 'preguiça', 'inveja' e 'covardia', por exemplo, isso pode ser interpretado como possível por meio da conotação de má propriedade ou nocividade⁴²; Já 'visibilidade' não conota nada.

✍ O significado de um nome é a sua conotação.

Aqui aparece um dos pontos fundamentais da teoria dos nomes de Mill, a saber, a relação que ele estabelece entre a noção de significado e a de conotação. Se 'branco' conota brancura, esse é o seu significado;

✍ Nomes próprios típicos não têm significado.

Essa oposição dos nomes próprios aos nomes comuns parece ser uma das intuições básicas do uso da linguagem, que Mill deseja capturar com sua distinção. Ao contrário dos nomes gerais, ou comuns, que são conotativos e, portanto, têm significado, os próprios são não-conotativos e, conseqüentemente, não têm significado;

✍ O significado de um nome não-conotativo abstrato é a sua denotação.

Esse tópico parece ser mais problemático, mas também responde a uma das impressões de senso comum no uso da linguagem. Se 'brancura' denota a mesma coisa que 'branco' conota, assim como a conotação do último é o seu significado, também a

⁴² Mill parece, nesse caso, estar tentando mostrar que sua distinção pode explicar certas relações semânticas um tanto vagas mas que, de fato, são estabelecidas no uso da linguagem. (SL, p. 32). Veja-se, também para isso, (JSM).

denotação do primeiro deve sê-lo. E essa constatação corresponde à intuição dos usuários do português na direção de que 'brancura' e 'branco' têm o mesmo significado.

Como se pode ver, de fato, as relações que Mill estabelece entre denotação, conotação e significado representam uma de suas mais relevantes contribuições à semântica da linguagem natural através da teoria dos nomes. Mas um tópico merece, ainda, uma discussão especial porque ele pode ser considerado um dos pontos-chave para o debate contemporâneo e, principalmente, porque tal debate tem sua origem no trabalho de Mill. Trata-se da complexa questão dos nomes próprios.

Parece consensual que a teoria dos nomes de Mill contempla a intuição básica de que os nomes próprios são palavras sem significado que servem, apenas, para denotar:

- (1.10) Nomes próprios são não-conotativos: eles denotam os indivíduos que são chamados por eles; mas eles não indicam ou implicam qualquer atributo como pertencentes àqueles indivíduos. Quando nós nomeamos uma criança pelo nome Paulo, ou um cachorro pelo nome César, estes nomes são simples marcas usadas para permitir àqueles indivíduos se tornarem sujeitos do discurso. Pode ser dito, na verdade, que não devemos ter tido algum motivo para dar a eles aqueles nomes antes que outros; e isto é verdade; mas um nome, uma vez dado, é independente do motivo. (SL, p. 33)

Sem dúvida, como argumenta solidamente Mill a propósito do nome 'Dartmouth', os elementos conotativos que poderiam ter originado a constituição de tal nome parecem esvaziar-se na centralidade da sua função denotativa. Isso explica, inclusive, porque um nome, que teve origem num atributo do objeto denominado, pode permanecer denominando-o, mesmo quando esse objeto já não mais possui aquele atributo.⁴³

Apesar dessa plausibilidade intuitiva, entretanto, a teoria dos nomes próprios de Mill carrega, nos seus *insights*, inúmeras perplexidades. A mais imediata delas e, provavelmente, a que tenha tido mais conseqüências, decorre do fato de que Mill, ao dizer que os nomes gerais denotavam os objetos mediante a conotação da propriedade comum a eles, e ao dizer que os próprios nada conotavam, deixou inexplicada a forma como a denotação destes últimos poderia ser determinada. Realmente, a determinação do referente do nome próprio é indispensável para a determinação das condições de verdade da proposição de que tal nome participa. A proposição de que Aristóteles morreu no século XX é verdadeira do armador grego e falsa do filósofo antigo. Mill não ofereceu, na verdade, nenhuma explicação conceitual para a forma de fixação da referência dos nomes próprios, embora, quando analisou o contexto de uso de tais nomes, tenha produzido um quadro teórico em que o ato convencional de origem de pôr o nome no objeto é a essência do processo. É o que Mill sugere, quando diz, a propósito de uma comparação com a marca para identificar casas, na história de Ali Babá, que

- (1.11) Quando nós impomos um nome próprio, nós desempenhamos uma operação em algum grau análoga àquela que o ladrão pretendeu ao riscar a casa. Nós pomos uma marca, não, na verdade, sobre o objeto em si mesmo, mas, por assim dizer, sobre a idéia do objeto. Um nome próprio é uma marca não significativa que nós conectamos em nossa mente com a idéia do objeto, para que, quando quer que a marca encontre nossos olhos ou ocorra em nossos pensamentos, nós possamos pensar sobre aquele objeto individual. Não sendo fixada sobre a coisa em si mesma, ela não nos permite, como o risco, distinguir o objeto quando o vemos; mas ele permite-nos distingui-lo quando falamos dele, ou nos registros de nossa própria experiência ou no discurso de outros; para saber que o que nós

⁴³ Veja-se nota 28.

encontramos asseverado em alguma proposição da qual é o sujeito, é asseverado da coisa individual com a qual nós estávamos previamente familiarizados. (SL, p. 34)

Se essa passagem, no entanto, apresenta, como se disse, um certo quadro explicativo, ainda está longe da esclarecedora clareza teoricamente desejável. Isso ocorre exatamente porque Mill, de maneira até certo ponto contraditória, apela para a idéia do objeto que ele mesmo condenara em (1.03). Um tanto traído pela própria comparação que produz e não tendo como explicar a forma de referir do nome próprio, ele acaba por introduzir uma nova relação entre a palavra e a idéia do referente que, evidentemente, também clame por uma explicação. Curiosamente, na comunicação moderna, são infinitos os usos de nomes próprios fixados sobre os objetos, justamente num processo análogo à marca nas casas que inspirou Mill e que acabou por empurrá-lo para a saída via mente que, embora ele não temesse, provavelmente não desejasse.⁴⁴ Além disso, é de se destacar em (1.11) a dependência da semântica milliana para os nomes próprios de fatores pragmáticos. São invocadas as noções de uso, de contexto, do discurso e, inclusive, de familiaridade.

As próximas perplexidades estão ligadas à concepção milliana de que o nome próprio não apresenta qualquer conotação e é destituído, então, de qualquer significado. Num primeiro momento, observe-se que Mill, ele próprio, deixa uma certa margem para interpretações dúbias.

- (1.12) Assim, eu chamo um certo homem pelo nome Sophroniscus: Eu o chamo por outro nome, o Pai de Sócrates. Ambos esses nomes são do mesmo indivíduo, mas seu significado é completamente diferente; Eles são aplicados para aquele indivíduo por dois diferentes propósitos: um, meramente para distingui-lo de outras pessoas de quem se fala; o outro para indicar fato relacionado a ele, o fato de que Sócrates era seu filho. (SL, p. 36).

De fato, (1.12) pode, sem nenhuma violência interpretativa, ser entendido como pressupondo que o nome próprio tem algum tipo de significado, que este significado é a forma de determinar a referência, e que ele se distingue do nome conotativo apenas pelo modo como refere sem indicar qualquer propriedade. É claro que tudo isso acontece porque, mais uma vez, Mill está usando a palavra 'significado' num sentido amplo. Mais especificamente, ele identificaria, é certo, a noção de significado com a de indicar uma propriedade, mas isso não exime o seu texto de alguma responsabilidade por interpretações ambíguas. Essa questão, aliás, da relação entre nomes próprios típicos e o que viria a se consagrar com o rótulo de 'descrições definidas' caracteriza um dos problemas que, possivelmente, Mill não enxergou em toda a sua extensão. Ele apenas reconhece, como em (1.12), que as descrições podem-se aplicar a indivíduos, mas, ainda assim, distinguem-se deles por serem conotativos. Suponha, entretanto, um nome comercial como 'Casa da Borracha'. É ele um nome próprio ou uma descrição definida? À primeira vista, tal nome parece enquadrar-se no mesmo tipo de análise que Mill oferece para 'Dartmouth', ou seja, a de que embora o nome possa ter sido motivado por partes conotativas em sua constituição pode vir a denotar uma casa comercial que já não mais tenha a propriedade de vender borracha. Isso parece possível, mas não deixaria de provocar estranheza em quem encontrasse o nome do estabelecimento no guia telefônico, por exemplo, e estivesse procurando borracha. Por quê? A resposta parece ser a de que nada impede que o nome

⁴⁴ Essa é uma das passagens que têm levado alguns críticos, conforme nota 18, a denunciar o psicologismo de Mill. Não obstante isso, parece que há uma importante diferença entre escorregar em algum tipo de mentalismo e construir um sistema teórico sobre as bases não confessadas da psicologia. Se o psicologismo circunstancial é um possível problema para a consistência do sistema milliano, a defesa da última alternativa seria uma tese muito forte sobre ele e, provavelmente, sem evidências textuais suficientes.

'Casa da Borracha' seja, ao mesmo tempo, o nome oficial do estabelecimento e mantenha o significado das partes. Como, na verdade, nada impediria que viesse a denotar um objeto sem essa propriedade. De qualquer maneira, o que é certo é que Mill teria dificuldade de estabelecer, como tenta em (1.12), fronteiras tão claras para esse caso. Veja-se um exemplo análogo como é o do nome 'Geografia'. Aqui, também não seria absolutamente natural que a disciplina viesse a ter esse nome ainda que estudasse a mente humana, por exemplo. Ocorre que o nome foi criado com uma certa intenção de que seu significado não seja desconsiderado. Nesse tipo de caso, o que se poderia dizer, pelo menos, é que, enquanto o significado das partes do nome está funcionando, não se pode dizer dele que não tem significado. Talvez Mill dissesse que 'Geografia' está mais próximo de 'o pai de Sócrates' do que de 'Sophroniscus', mas, então, pareceria estar trabalhando contra a intuição, e isso não seria, certamente, do seu agrado. Um outro caso problemático diz respeito a nomes próprios de família, como Kennedy, por exemplo. Tais nomes, como já se disse antes, parecem pertencer, naturalmente, à categoria dos próprios, inclusive por não ter conotação ou significado. Apesar disso, eles podem ser aplicados verdadeiramente a cada membro da família e, com isso, se aproximam dos nomes gerais. Mas não se tem a clara idéia de que conotem algo como a kennedidade, ou propriedade dos que pertencem àquela família. Talvez Mill pudesse compreendê-las assim, ou ainda, observasse que eles não se aplicam, como no caso normal dos nomes gerais, a uma infinidade de coisas, mas, apenas, a um número limitado de pessoas daquela família. Esse tipo de observação não pareceria, contudo, acrescentar qualquer *insight* novo e esclarecedor para essa situação e, provavelmente, não eliminaria o caráter problemático do exemplo para a sua teoria dos nomes (JSM, p. 56-57). Ainda na mesma direção, surge, para a concepção milliana de nomes gerais, um outro tipo de palavra problemática como 'tigre', por exemplo. Este nome parece denotar cada animal que pertence ao mesmo tipo, podendo ser aplicado verdadeiramente de cada um deles. Paralelamente, porém, não parece poder oferecer a propriedade que permita dizer exatamente se um dado animal é ou não um tigre, ou seja, o critério para identificá-lo (JSM, 58). Mas uma mais complexa dificuldade para a teoria milliana dos nomes poderia, ainda, ser levantada contra a sua concepção de que os nomes próprios são palavras sem nenhum significado. Trata-se do problema dos enunciados de identidade tipo 'Túlio é Cícero'. Mill, de fato, assume que proposições dessa forma são, apenas, verbais e que tudo o que elas dizem é, tão somente, que ambas as palavras são nomes do mesmo objeto.

- (1.13) Pois, como já tem sido destacado, nomes próprios não têm estritamente nenhum significado; eles são meras marcas para objetos individuais: e quando um nome próprio é predicado de outro nome próprio, toda a significação transmitida é que ambos os nomes são marcas para o mesmo objeto. (SL, p. 36)

A solução milliana, porém, não é tão não-problemática como ele a pretende. Se os nomes próprios, como eles os considera, não possuem qualquer conotação ou significado, então a sua denotação esgota toda a informação que eles podem oferecer e, conseqüentemente, se, em tais enunciados, a denotação é a mesma, nada é informado, e a proposição é absolutamente trivial. Mas isso não é, absolutamente, o que se pode aceitar sem discussão. 'Túlio é Cícero' não parece ser exatamente igual a 'Túlio é Túlio' e a 'Cícero é Cícero'. Enquanto as duas últimas sentenças parecem veicular proposições verdadeiras *a priori*, nada impede de que a primeira proposição fosse o resultado de uma descoberta *a posteriori*. Nesse sentido, a primeira, ao contrário das demais, poderia ser informativa. Mill não pensa assim. Para ele, é incompreensível que 'Túlio é Cícero' seja uma sentença veiculando uma proposição verdadeira *a posteriori*, se ela não expressa nenhum fato no mundo que tenha vindo a se constituir com a experiência. Se alguém aprende que Túlio é Cícero, não aprende um fato sobre um objeto nomeado mas apenas um fato sobre a

linguagem, a saber, que aquele objeto tem aqueles dois nomes.⁴⁵ Seja como for, esse tipo de enunciado de identidade constitui-se num dos obstáculos mais resistentes para a teoria milliana de que o papel semântico dos nomes próprios se esgota completamente em sua forma direta de referir. Cabe, ainda, considerar uma última questão que, surpreendentemente, não foi desafiada por J. S. Mill como mereceria. Ela diz respeito à possibilidade de o nome próprio ou não denotar nada ou denotar um objeto sem existência real (JSM, p. 68). Realmente, se se considera que todo o papel do nome próprio é denotar, se não é bem sucedido nisso, então semanticamente o que resta? A desatenção de Mill talvez não seja tão estranha. Quando ele define o nome, atribui a ele a propriedade de denotar coisas reais ou imaginárias.⁴⁶ Nesse sentido, ele parece não considerar a hipótese de qualquer comprometimento ontológico com objetos sem existência, mas, apenas, a de que constata mais uma das intrigantes propriedades da linguagem. Mill pressupõe, então, uma aceitação simplista de que os nomes funcionam assim e basta. De maneira análoga, talvez, a falta de importância que ele atribui à ausência de denotação pressupõe uma compreensão similar de que os nomes não só podem denotar coisas imaginárias como, inclusive, não denotar. De qualquer forma, o que é certo, mais uma vez, e finalmente, é que se Mill reduz toda a semântica do nome próprio à denotação, sua teoria não tem o que dizer para casos de vacuidade referencial, a não ser que não há nada semanticamente considerável. E isso não é, absolutamente, incompatível com a sua concepção de linguagem enquanto instrumento imperfeito de mediação do pensamento para a realidade. Apenas chama a atenção que ele não a tenha denunciado enfaticamente por isso.

Se é verdade que a teoria dos nomes de J. S. Mill enfrenta, como se pôde constatar, um número expressivo de perplexidades, esse é, ao mesmo tempo, o seu indiscutível valor para as Semânticas Lingüística e Lógica e para a Filosofia da Linguagem. Como ficará mais tarde evidenciado, obras de extraordinária repercussão contemporânea como as de Frege, Russell e Kripke recolheram dos *insights* de Mill problemas e encaminhamento de soluções que dirigiram as relações entre lógica e linguagem nos últimos anos. E, como se verá, seja para endossá-lo, seja para contestar as suas posições, participaram intensamente da estória contada por ele.

1.2 – A Teoria Descritivista de Frege (TD1) – Contexto Lógico-Lingüístico-Ontológico*⁴⁷

No interior de seu sofisticado projeto de fundamentação lógica da matemática, Frege desenvolveu um exaustivo trabalho sobre as relações entre lógica e linguagem natural, em que a sua concepção de nome próprio desempenha um papel fundamental. Ainda que sua obra seja de grande extensão e de extrema complexidade, a incomum estabilidade das idéias nela contida e a relativa unidade temática que a caracteriza permitem uma razoável incursão longitudinal ao contexto histórico-teórico em que Frege analisou o fenômeno da nomeação da linguagem natural e sua relevância para o referido projeto.⁴⁸

Embora, dado o roteiro central que sustenta toda a sua obra, não haja maiores divergências sobre a importância do pensamento de Frege para a Filosofia da Matemática e

⁴⁵ (JSM, p. 67-69) propõe uma forma mais elaborada de se interpretar o *insight* milliano, em termos de que alguém pode saber que 'Túlio' denota Túlio, ou seja, a regra de denotação para 'Túlio', saber que 'Cícero' denota Cícero, ou a regra de denotação para 'Cícero', e, ainda assim, não saber que Túlio é Cícero. Nesse sentido, o conteúdo semântico do nome seria dado pela regra de denotação para ele.

⁴⁶ Veja-se nota 24.

* O que se segue, nesta seção, foi anteriormente publicado em FELTES, H. P. de M., *Produção de Sentido - Estudos Interdisciplinares*, Caxias do Sul: EDUCS, 2003. Agradeço a autorização para republicá-lo.

⁴⁷ Referências a textos originais de Frege são feitas, normalmente por motivos de precisão histórica. Em geral, são usadas as traduções para o inglês e para o português, sendo que as primeiras também servem de parâmetro para citações neste ensaio que não existiam em língua portuguesa.

⁴⁸ Dummett abre o seu capítulo sobre a evolução do trabalho de Frege, observando que, mais do que a da maioria dos filósofos e, especialmente ao contrário da de Russell, é possível tratar-se a obra fregeana como uma unidade (FPL, p. 628).

para a Lógica, há bastante controvérsia sobre a forma como o desenvolvimento de suas idéias sobre Semântica e Filosofia da Linguagem repercutiram na história dessas disciplinas.⁴⁹ De fato, dentro do seu projeto de fundamentar logicamente a aritmética, Frege viu-se na necessidade de construir, previamente, fundamentos mais sólidos para a própria disciplina lógica e, com isso, envolveu-se, de maneira crucial e problemática, com profundas questões sobre a natureza da relação linguagem-mente.

No final do século XIX, época em que Frege começou o seu trabalho sob a inspiração do ideal leibniziano de uma *lingua characterica* e de um *calculus ratiocinator*, o quadro das relações entre lógica, matemática, linguagem e pensamento tornava-se cada vez mais dramático. Por um lado, havia uma verdadeira corrida para a matematização da Lógica. O trabalho, nem sempre compartilhado, de Boole, Jevons, Venn, De Morgan e Peirce, já antecipava, nesse sentido, a necessidade de rigor e precisão que os recursos matemáticos poderiam trazer àquela disciplina; por outro lado, existia uma forte tendência de interpretação psicologista sobre as investigações lógicas, representada por obras como as de Husserl, Erdman e Sir William Hamilton, por exemplo, que provinham de um tipo de reação neo-kantiana a defender uma concepção mais empirista e naturalista da mente humana contra a forma transcendental de concebê-la. Finalmente, havia um certo consenso na época, o que fica completamente claro na obra de Mill, sobre a absoluta necessidade para a lógica de se examinar a linguagem natural, complexo problemático, mas inevitável instrumento do pensamento lógico.

Esse é o contexto em que se enraíza o pensamento de Frege e contra o qual devem ser examinadas as espessas relações entre lógica, linguagem e mente que suportam a arquitetura argumentativa de todo o seu trabalho.⁵⁰

Para Frege, à semelhança de Wundt e outros de seu tempo, a lógica é uma ciência de caráter normativo a expressar as leis mais gerais da verdade:

(1.14) “Como a ética, a lógica pode também ser chamada uma ciência normativa”
(PW, p. 128)

Ela tem por finalidade estabelecer as leis ou normas do pensamento correto ou julgamento, cujo conteúdo é o objeto essencial de sua investigação. Julgar é, para Frege, reconhecer que um pensamento é verdadeiro, e fazer uma asserção é comunicar este reconhecimento. Como ciência da inferência válida, então, a Lógica examina a legitimidade da passagem de asserções para asserções, ou seja, busca determinar a validade de um argumento a partir do conteúdo dos juízos tomados como verdadeiros. Por tudo isso, a

⁴⁹ Dummett, talvez o mais famoso especialista em Frege, tem defendido a tese de que a obra fregeana é responsável por uma verdadeira revolução na filosofia do século XX, especialmente porque compreendeu e destacou o papel central das investigações sobre a linguagem como fundamentos da atividade filosófica. Dummett não aceita a idéia de que as reflexões de Frege sobre Filosofia da Lógica e Teoria do Significado sejam consideradas como absolutamente subservientes ao seu trabalho em Filosofia da Matemática (FPL, 655). Baker & Hacker (1984) criticam severamente a posição dummettiana como uma supervalorização indevida da obra de Frege. Para eles, não há evidência suficiente de que Frege tenha tido alguma intenção de produzir uma revolução metodológica na Filosofia e, além disso, a sua forma de conceber as relações entre lógica e linguagem natural não são senão um produto das concepções majoritárias dos lógicos da época. Evidentemente, o debate entre Dummett e Baker & Hacker assume proporções muito mais sofisticadas e amplas que não podem ser consideradas aqui.

⁵⁰ Sluga (FEY, p. 5) e Baker & Hacker (FLE, 11) fazem duras críticas às afirmações de Dummett (FPL, p. 661) no sentido de que “as idéias de Frege parecem não ter ancestrais”. Para Sluga, em seu trabalho de contextualizar a obra de Frege em relação à filosofia alemã do século XIX, a atitude de Dummett parece ser típica dos filósofos analíticos que não aceitam relações históricas fora de sua própria tradição. Baker & Hacker atribuem a Dummett um exagero inaceitável de interpretação à medida que ele desconsidera todo um quadro teórico de concepções lógicas e filosóficas do século XIX que subjaz claramente ao pensamento fregeano. A retórica de Dummett parece, de fato, pouco justificável, embora não seja exatamente uma negação do contexto lógico-filosófico de Frege, senão a tentativa de supervalorizar a importância que Frege atribui ao trabalho sobre a linguagem e a forma original como ele encaminhou suas investigações sobre ela.

Lógica não se constitui, absolutamente, como um conjunto de leis descritivas das inferências reais das pessoas; antes, ela é um instrumento prescritivo de como o pensamento pode alcançar a verdade e possibilitar a sua propagação, independente de cada área específica de conhecimento. Essas regras, entretanto, ainda que normativas, não são, absolutamente, arbitrárias. Elas estão de acordo com as leis gerais da verdade, e isso as legitima em sua aplicação.

Dentro dessa concepção de lógica, Frege, ainda à semelhança de contemporâneos seus como Mill, mas muito mais enfaticamente, distingue o ato de julgar do conteúdo do juízo, operação pela qual ele pretende distinguir radicalmente o objeto da Psicologia daquele que é central para a sua disciplina. É o conteúdo do juízo ou o pensamento que interessa à lógica, não a ação privada de pensar, mediante o instrumento de idéias, aquele conteúdo. Aliás, o conteúdo verdadeiro de um pensamento, observa Frege, independe de qualquer ato de pensá-lo.

- (1.15) “Pensamentos são independentes de nosso pensar. Um pensamento não pertence especialmente à pessoa que o pensa, como acontece com uma idéia para a pessoa que a tem.” (PW, p. 127)

As idéias, como as sensações e os sentimentos fazem parte da vida interior de um indivíduo e, como tal, pode-se dizer que pertencem à sua subjetividade. Ao contrário,

- (1.16) “Pensamentos não são entidades psicológicas e não consistem de idéias no sentido psicológico. O pensamento no teorema de Pitágoras é o mesmo para todos os homens; ... nós compreendemos pensamentos, mas não os criamos.” (PW, p. 127)

É exatamente esse caráter extramental e objetivo do pensamento, entende Frege, que sustenta a sua propriedade de ser verdadeiro ou falso, tudo o que, nesse caso, é relevante para a lógica. Por isso, conclui ele, categoricamente:

- (1.17) “Nenhuma investigação psicológica pode justificar as leis da Lógica.” (PW, p. 175)

Entretanto, se o pensamento, naquilo que é logicamente pertinente para Frege, está purificado de seus aspectos mentais e não é uma entidade física real, como se torna ele acessível para a expressão da verdade e sua propagação inferencial? A resposta fregeana passa, então, necessariamente, pela análise do papel cognitivo da linguagem.⁵¹

No contexto histórico da lógica em que Frege desenvolveu o seu trabalho, havia um certo consenso de que a linguagem era um instrumento fundamentalmente subserviente ao papel de expressão interna e exteriorização do pensamento. E ele não parece ter fugido dessa concepção.⁵² Para Frege, portanto, o pensamento, algo objetivo que pode ser apreendido por nossa mente, parece sempre depender de uma outra forma de linguagem, mas não por qualquer vínculo:

- (1.18) “Seguramente, nós distinguimos a sentença, como expressão de um pensamento, do pensamento em si mesmo. Nós sabemos que nós podemos ter várias expressões para o mesmo pensamento. A conexão de um

⁵¹ Dummett (TOE, p. 441) atribui a Frege a condição de ter reorientado o rumo da filosofia ao reconhecer que só pela análise da linguagem se pode chegar à análise do pensamento, o que implica o caráter básico da Filosofia da Linguagem.

⁵² Baker & Hacker (FLE, p. 63-64) tentam caracterizar as idéias de Frege sobre isso como tributárias desse contexto em que lógicos e filósofos como Hobbes, Locke e Mansel, por exemplo, pensaram a relação pensamento-linguagem como aquela contingente entre o conteúdo e seu veículo de expressão.

pensamento com uma sentença particular não é necessária. Mas que um pensamento do qual nós estamos conscientes é conectado em nossa mente com alguma sentença ou outra é, para nós homens, necessário. Porém isto não repousa na natureza do pensamento mas em nossa própria natureza. (...) A linguagem é uma criação humana.” (PW, p. 269)

Para Frege, portanto, o pensamento, algo objetivo que pode ser apreendido por nossa mente, parece sempre depender de uma outra forma de linguagem, mas não por qualquer vínculo de caráter necessário e universal, simplesmente pela histórica contingência de que a humanidade produziu esse modo de expressão. Talvez, pensa ele, alguém pudesse supor que a linguagem e o pensamento estão natural e indissolivelmente ligados, que o pensamento, na verdade, é apenas uma espécie de fala inaudível. Mas o matemático não pode pensar por meio de suas fórmulas, pergunta-se Frege. De fato, diz ele, a linguagem simbólica da matemática, embora fundamentalmente diferente da natural, é, como ela, uma criação humana. Apenas que, enquanto a primeira atinge um grande rigor e precisão em seus fins específicos, a segunda, em seu caráter histórico-social, desenvolve-se como um meio para diversos modos de expressão e comunicação, tornando-se, então, adequadamente flexível para os seus objetivos. À medida que sua utilização vai muito além da pura veiculação da verdade ou falsidade dos pensamentos, a linguagem natural em seus termos e formas gramaticais não reflete necessariamente, as forma lógicas do pensamento, constituindo-se, nesse sentido, num instrumento de mediação inadequado e problemático.⁵³

Na perspectiva de Frege, o desencontro entre a linguagem natural e o pensamento não é apenas uma forte dificuldade a ser contornada; trata-se, na verdade, do grande obstáculo subjacente a toda a fundamentação da lógica e, por isso mesmo, a motivação constante ao longo de seu trabalho lógico e filosófico. De fato, Frege não pretendia, com uma nova linguagem de fórmulas, apenas atingir o objetivo específico de um *calculus ratiocinatur* para instrumentalizar a Lógica, como queriam alguns de seus colegas matemáticos da época. Se ele se defrontava tão decisivamente com a generalidade problemática da linguagem natural é exatamente porque ele buscava uma universalidade na fundamentação da lógica que incluía o cálculo mas o transcendia no rumo do ideal leibniziano de uma *lingua characterica*. Frege confessa, aliás, que começou com ideais matemáticos mais restritos, mas a questão da linguagem o empurrou para caminhos mais amplos.⁵⁴

(1.19) “Eu parti da Matemática. A mais premente necessidade, parecia-me, era dotar essa ciência de uma melhor fundamentação.....As imperfeições lógicas da linguagem atravessaram-se no meio do caminho de tais investigações. Eu tentei contornar estes obstáculos com a minha conceitografia. Neste caminho, fui levado da Matemática para a Lógica.” (PW, p. 253)

É esse deslocamento teórico que ele tenta deixar claro quando, distinguindo o seu trabalho do de Boole, atribui à sua conceitografia o objetivo mais amplo de servir ao rigor de todo o processo da prova.

⁵³ Quanto a essa concepção fregeana de desconexão lógica entre a linguagem e o pensamento, Baker & Hacker (FLE, p. 66-67) consideram-na um dos obstáculos para que se atribua a Frege, como faz Dummett (TOE, p. 441), a deliberada contribuição à Filosofia da Linguagem como entendida hoje.

⁵⁴ Essa diferença entre os ideais leibnizianos de *calculus ratiocinatur* e *Lingua Characterica*, que serve para caracterizar a desejada universalidade que Frege pretendia em seu trabalho em oposição ao de outros matemáticos, tem sido destacada por Jean Von Heijenoort (1967) em seu *Logic as Calculus and Logic as Language*, cuja proposta Hintikka & Sandu (1994) consideram uma valiosa chave para entrar na concepção fregeana de Lógica.

- (1.20) “... eu gostaria de acentuar que o propósito de minha conceitografia é diferente daquele da Lógica Booleana. Eu quis suplementar a linguagem de fórmulas da Matemática com signos para relações lógicas como para criar uma conceitografia que tornasse possível dispensar as palavras no curso da prova, e assim assegurar o mais alto grau de rigor, fazendo, ao mesmo tempo, as provas tão breves quanto possível.” (PW, p. 47)

Realmente, pensa Frege, se se pretende a lógica como uma ciência legisladora do modo como o pensamento veicula a verdade e tal modo depende de uma linguagem, cuja forma natural de ser não pode expressá-lo precisa e adequadamente, trata-se de construir um outro código eficiente e especializado para isso. A conceitografia que ele propôs, então, é essa linguagem pretendida. Num sentido, o da forma, ela se aproxima da linguagem matemática, em sua propriedade sintática de expressão; em outro, ela, diferentemente do puro cálculo, deve ser capaz de captar o conteúdo do pensamento à semelhança da linguagem natural mas, evidentemente, com a precisão que esta última não tem para os propósitos científicos.

- (1.21) “Eu acredito que eu posso fazer mais clara a relação de minha conceitografia com a linguagem comum, se eu a comparo com a que há entre o microscópio e o olho. Tendo em vista o domínio dos seus usos possíveis e a versatilidade com a qual ele pode se adaptar às mais diversas circunstâncias, o olho é muito superior ao microscópio. Considerado como um instrumento ótico, para ser seguro, ele exhibe muitas imperfeições, as quais permanecem sem ser notadas somente em função de sua íntima conexão com a nossa vida mental. Mas, tão logo os objetivos científicos exigem refinamento de resolução, o olho prova ser insuficiente. O microscópio, por outro lado, é perfeitamente adequado exatamente para tais objetivos, embora seja justamente por isso inútil para todos os outros.” (CTG, p. 8-9)

Nesse ponto, ainda que, indiscutivelmente, as relações entre a sua conceitografia, a linguagem e o pensamento estejam sendo avaliadas dentro do contexto específico de fundamentar logicamente a aritmética, parece natural que Frege compreenda o alcance de seu trabalho para além dos limites da Filosofia da Matemática.⁵⁵

- (1.22) “Se é uma das tarefas da Filosofia romper o domínio da palavra sobre a mente humana por explicitar os enganos, que através do uso da linguagem, freqüente e inevitavelmente surgem no que se refere à relação entre conceitos, e por libertar o pensamento daquilo com que o enganam os meios de expressão da linguagem comum, então a minha conceitografia, desenvolvida posteriormente para estes propósitos, pode tornar-se um útil instrumento para os filósofos.” (CTG, p. 10)

⁵⁵ A forma como se deve interpretar essa compreensão que Frege teve da extensão de seu trabalho é um dos pontos centrais do debate Dummett-Baker & Hacker. Quanto a isso, a citação (1.22), que se segue no texto, parece clara. A intenção de Frege, ao analisar o contraste entre a sua conceitografia e a linguagem comum é, explicitamente, caracterizar o papel da questão para o seu projeto na fundamentação da aritmética; a sua compreensão era de que isso poderia ser fundamental para a filosofia em geral. Nesse sentido, se a interpretação de Dummett parece ter sido a de potencializar a compreensão de Frege, Baker & Hacker parecem privilegiar excepcionalmente as limitações de sua intenção. Evidentemente que, além disso, há ainda, no debate, um confronto claro entre a retórica da exegese e a da iconoclastia, mas essa é uma questão menos interessante.

E, com esse tipo de postura metodológica mais restrita, acompanhada de freqüentes avaliações filosóficas mais amplas, Frege está construindo um roteiro bastante expressivo de problemas e tentativas de solução que abririam o caminho, simultaneamente, à Lógica e seus fundamentos, à Semântica e à Filosofia da Linguagem.

Num dos mais significativos momentos de tal roteiro, Frege denuncia a fragilidade das noções de sujeito e predicado da lógica tradicional, destacando, por oposição, o caráter decisivo da distinção entre argumento e função.

- (1.23) Estes desvios do que é tradicional encontram sua justificativa no fato de que a Lógica, até agora, sempre seguiu muito estritamente a linguagem comum e a gramática. Em especial, eu creio que a substituição dos conceitos de sujeito e predicado por argumento e função, respectivamente, se acreditará com o tempo. (CTG, p. 10)

Realmente, se Frege entende que o relevante para a Lógica é o conteúdo dos juízos, e o mesmo pensamento pode ser expresso por diferentes formas verbais, com distintas estruturas de sujeito e predicado, então isso é um indicativo de que, nesse sentido, os modos de ver da tradição gramatical não podem servir de parâmetro para a análise lógica. É o caso, diz Frege, de duas sentenças como 'Frederico o Grande venceu a batalha de Rossbach' e 'é verdade que Frederico o Grande venceu a batalha de Rossbach' cujas formas gramaticais, mesmo diferentes, veiculam o mesmo pensamento, à medida que a afirmação do pensamento da primeira é a afirmação do pensamento da segunda e vice-versa. Disso se segue, diz ele, que as categorias gramaticais de sujeito e predicado podem ser de nenhum significado para a Lógica (PW, p. 141).

Contrariamente a isso, observa Frege, o fato semântico, extremamente importante para a Lógica, de que o indivíduo caia sob um conceito justifica a necessidade de distingui-los. E é exatamente na análise da distinção indivíduo-conceito, paralela à de argumento e função, como par destinado a substituir sujeito e predicado, que Frege começa a se envolver com a problemática categoria de nome próprio. Numa carta a A. Marty, de 1882, referindo-se a uma questão por este levantada, diz ele:

- (1.24) “A distinção entre indivíduo e conceito parece-me mesmo mais importante. Na linguagem, os dois fundem-se um dentro do outro. O nome próprio 'sol' torna-se um termo conceitual quando alguém fala de sóis, e um termo conceitual com um demonstrativo serve para designar um indivíduo. Em lógica, também, esta distinção nem sempre tem sido observada. (Para Boole, somente conceitos realmente existem).” (PMC, p. 100)

Aqui, o que Frege está destacando, já na fase inicial de seu trabalho⁵⁶, é a flexibilidade com que a linguagem natural produz, na superfície da estrutura gramatical, o intercâmbio entre os termos da relação indivíduo-conceito. Ao nível da sentença, o nome próprio deveria sempre ser o nome do indivíduo para distinguir-se do termo conceitual enquanto nome do conceito. Acontece que, como constata Frege, ora o nome próprio é usado para expressar um conceito, ora o termo conceitual designa um indivíduo, encobrindo, numa versatilidade da linguagem, um fato semântico de extrema importância

⁵⁶ Seguiremos na apresentação do trabalho de Frege sobre nome próprio uma certa ordem cronológica cujo papel é, apenas, introduzir-nos mais gradativamente na complexidade do problema. Para um estudo mais detalhado das fases teóricas de Frege, veja-se o exaustivo trabalho de M. Dummett pelo menos em dois textos sobre o tópico em questão: "Frege's Philosophy" de 1967, publicado em 1978 em *Truth and Other Enigmas* e "The Evolution of Frege's Thought" da obra *Frege – Philosophy of Language*, de 1973. Em português, a introdução de Luis H. L. dos Santos aos "Fundamentos da Aritmética", traduzidos por ele mesmo para a coleção Pensadores da Abril - 1980 e a introdução de Paulo Alcoforado para a obra "Lógica e Filosofia da Linguagem", tradução sua para a Cultrix - EDUSP, constituem-se numa útil contribuição.

para a investigação lógica. É exatamente por isso que a categoria nome próprio acaba por tornar-se uma peça central no projeto fregeano, à medida que ela serve de ponto de apoio para a definição das demais categorias de expressão incompleta, e porque da elucidação de seu problemático comportamento lingüístico toda a consistência do sistema depende.⁵⁷

Nessa direção, já no contexto da definição de número, quando Frege critica Locke, Hesse e Leibniz por não estabelecerem, como convém, a distinção entre unidade e um, a função semântica do nome próprio é chamada à cena.

- (1.25) “Para não permitir que a confusão se alastre, porém, seria bom manter rigorosamente de pé a distinção entre unidade e um. Diz-se “o número um”, e com o artigo definido indica-se um objeto definido e singular da investigação científica. Não há diferentes números um, mas apenas um. 1 é um nome próprio, que enquanto tal não admite plural, tanto quanto “Frederico, o Grande” ou “o elemento químico ouro.” (FA, p. 238)

O que Frege está dizendo, nessa passagem dos seus *Fundamentos da Aritmética*, é que a relação entre um e '1' é aquela entre um objeto singular e seu nome e que, assim como não há diversos um, não há plural para o nome próprio. O que se segue é que se a palavra 'unidades' é aceitável, isso significa que se trata de um termo geral, dado que só termos gerais podem ter plural (FA, p. 50). Evidentemente, tal aspecto não é o único dispositivo gramatical de que Frege se utiliza na distinção nome próprio-termo conceitual. Mais adiante, ainda na mesma obra, ele reafirma (v.(1.24)) que os determinantes também podem transformar termos conceituais em nomes próprios, quando, é claro, a propriedade de designar conceitos é substituída pela de designar indivíduos.

- (1.26) “O papel de um termo conceitual geral é precisamente designar um conceito. Somente quando combinado com um artigo definido ou pronome demonstrativo pode corresponder a um nome próprio, mas, nesse caso, pára de corresponder a um termo conceitual geral. O nome de uma coisa é um nome próprio.” (FA, p. 247)

Inversamente, observa Frege, também nomes próprios podem valer como termos conceituais, mas estes também podem ser gramaticalmente reconhecidos. Por isso

- (1.27) “ Não nos devemos deixar enganar pelo fato de a linguagem usar nomes próprios, por exemplo Lua, como termos conceituais, e vice-versa; apesar disto a diferença subsiste. Desde que uma palavra seja usada com o artigo indefinido, ou no plural sem artigo, ela é termo conceitual geral.” (FA, p. 247)

Nesse ponto, parece evidente que as dificuldades que Frege encontra para estabelecer precisamente a sua distinção indivíduo-conceito decorrem, naturalmente, do que já se antevira. A linguagem é um instrumento problemático à medida que possibilita a confusão de papéis semânticos das palavras mas, ao mesmo tempo, é a via de acesso disponível ao trabalho de análise. Conseqüência disso, como se vê, Frege, ao mesmo tempo que adverte sobre as impropriedades da linguagem no sentido de preservar a distinção em pauta, para não perdê-la de vista aponta para dispositivos gramaticais de que passa, então, a depender. E isso, no fundo, só é possível porque Frege, em última instância, apela para o *insight* semântico que ele supõe subjazer à superfície da linguagem.

⁵⁷ Como observa Dummett (FPL, p.54) sem o papel do nome próprio, não se sabe, em Frege, o que constitui cada uma das categorias de expressão incompleta, indutivamente definidas a partir dele.

- (1.28) “Quanto a um conceito, a questão é sempre se alguma coisa, e o quê, cai sob ele. Quanto a um nome próprio, tais questões não fazem sentido.” (FA, p. 64)

Seja como for, já no contexto de seus *Fundamentos da Aritmética*, Frege está começando a sua luta teórica contra as perplexidades que caracterizam as relações sintaxe-semântica na linguagem natural, e o nome próprio está no centro de suas preocupações. E o que é ainda mais claro, mesmo que não explícito, é que as manobras fregeanas, na análise da linguagem natural, só podem ser corretamente compreendidas dentro do seu projeto mais amplo de construir uma fundamentação lógica adequada para a Aritmética.

Mas é só a partir de 1891, quando Frege empreende o duplo esforço de formalizar o que se encontrava informal nos *Fundamentos* e de dar mais consistência à Filosofia da Lógica, que nascem os seus textos mais expressivos para o desenvolvimento da Semântica e, conseqüentemente, para as investigações sobre a complexa categoria do nome próprio. *Função e Conceito* (*Funktion und Begriff*, de 1891), *Sobre o Conceito e o Objeto* (*Über Begriff und Gegenstand*, de 1892) e *Sobre o Sentido e a Referência* (*Über Sinn und Bedeutung*, de 1892).

Ainda que as idéias contidas nesses três textos estejam mais ou menos imbricadas umas nas outras, a concepção fregeana de nome próprio vai-se estabelecendo, gradativamente, através de cada um desses ensaios. Em *Sobre o Conceito e o Objeto*, por exemplo, Frege dá continuidade à análise que já começara anteriormente, destacando o fato de que, apesar de não haver consenso sobre o emprego do termo 'conceito', a sua opção é clara.

- (1.29) “A palavra 'conceito' é usada de modos diversos; seu sentido é algumas vezes psicológico, algumas vezes lógico e algumas vezes talvez uma confusa mistura de ambos. ... O que eu decidi foi permanecer estritamente no uso puramente lógico.” (CPML, p. 182)

E, dada essa opção, o que, de fato, distingue o conceito do nome próprio é o inerente caráter predicativo do primeiro.

- (1.30) “Um conceito (como eu entendo a palavra) é predicativo [aqui Frege coloca a seguinte nota de rodapé: é, de fato, a referência de um predicado gramatical]. Por outro lado, um nome de um objeto, um nome próprio, é totalmente incapaz de ser usado como um predicado gramatical.” (CPML, p. 183)

Realmente, quando, nesse caso, Frege considera exemplos de sentenças típicas como 'Vênus é um planeta', a oposição entre o nome próprio 'Vênus' e o termo conceitual 'é um planeta' é, do ponto de vista semântico, absolutamente clara. Enquanto o papel do primeiro está limitado a referir um indivíduo, o do segundo é indicar-lhe uma propriedade ou referir o conceito sob o qual, então, deve cair aquele objeto. Nesse sentido, parece justo dizer que a diferença entre as entidades semânticas conceito e objeto se expressa corretamente na oposição entre as expressões lingüísticas que servem para nomear tais entidades. Também parece evidente que o uso padrão de nomes próprios e termos conceituais não serve para predicar ou referir objetos respectivamente. Mas há muitos casos não paradigmáticos de construção lingüística que parecem desafiar as distinções fregeanas entre objeto e conceito, nome próprio e termo conceitual, e sobre esses Frege é chamado a esclarecer.⁵⁸ Um deles, por exemplo, é o representado por sentenças como 'A

⁵⁸ O artigo "Über Begriff und Gegenstand", de 1892, responde a uma série de problemas que Benno Kerry havia levantado sobre a distinção em pauta.

Estrela da Manhã é Vênus', em que 'Vênus' aparece na posição normalmente destinada ao termo conceitual. O que acontece nesses casos, diz Frege, é que o verbo 'ser' está funcionando como um signo de igualdade entre dois nomes próprios que designam, se a sentença é verdadeira, o mesmo objeto. Esse tipo de sentença é diferente daquela típica, em que 'um planeta' funcionava de maneira predicativa, tanto que a de identidade entre nomes, ao contrário da outra, é perfeitamente reversível como o exemplifica 'Vênus é a Estrela da Manhã'. Um outro tipo ainda mais problemático de sentença é aquela em que um termo conceitual é usado como sujeito gramatical, uma espécie de nome próprio, a sugerir uma imposição na diferença entre conceito e objeto. A sentença 'O conceito "Cavalo" é um conceito facilmente adquirível', que parece, naturalmente, ser o nome do conceito cavalo, designa-o como um dos objetos que caem sob o conceito de facilmente adquirível. Mas se isso parece paradoxal para a distinção em pauta, não é tão surpreendente para Frege. Ele observa que, nesse caso, 'o conceito "cavalo"' designa, realmente, um objeto, mas não está funcionando predicativamente, como o faz 'um conceito facilmente adquirível' e, portanto, a diferença se mantém. Aliás, 'o conceito "cavalo"' aparece predicado pelo artigo definido, o que confirma a hipótese de que, nessa forma, se trata de um nome para um objeto. Há, ainda, o caso de sentenças como 'O Turco sitiou Viena', 'Trieste não é nenhuma Viena' e 'O cavalo é um quadrúpede' que justificam uma atenção semântica especial. Os dois primeiros não nos devem enganar, diz Frege. 'O Turco' é, na verdade, um nome próprio do povo, e isso é tudo. Quanto a 'Viena', não está, na sentença em jogo, em sua posição normal, mas num uso atípico como termo conceitual, o que caracteriza uma das conseqüências da flexibilidade problemática da linguagem. O terceiro tipo de sentença é, de maneira ainda mais expressiva, um exemplo de como a superfície da linguagem natural pode ocultar a forma lógica do pensamento. O que 'O cavalo é um quadrúpede' expressa é, na verdade, um julgamento universal equivalente a 'Todos os cavalos são quadrúpedes', em que 'todos os cavalos' apresentam uma natureza predicativa⁵⁹, como fica evidenciado pela forma lógica subjacente mais bem explicitada em sentenças como 'O que quer que seja um cavalo é um quadrúpede', ou 'Se algo é cavalo, então é quadrúpede'.⁶⁰ Além disso, a negação da referida sentença em 'Nem todos os cavalos são quadrúpedes', com a partícula negativa em posição inicial, também reforça a evidência anteriormente apresentada. Dois tipos de construções lingüísticas oferecem, ainda, questões interessantes para a análise de Frege sobre as relações entre objeto e conceito, nome próprio e termo conceitual. Um delas ocorre com o verbo 'existir'. Diz-se, por exemplo, 'Existe pelo menos uma raiz quadrada de 4', mas não se diz 'Existe Vênus' ou, pelo menos, tal sentença parece despropositada. Isso é assim, diz Frege, porque a existência é uma propriedade de um conceito, não de um objeto (CPML, p. 188). Em 'Existe pelo menos uma raiz quadrada de 4', embora o termo conceitual não seja o sujeito, é dele que se diz algo. Um conceito, então, pode cair sob um outro de ordem mais alta. Frege chama tal conceito, um conceito de segunda ordem ou de segundo nível (CPML, p. 189). A outra situação relevante para Frege é a que relaciona as propriedades do objeto designado pelo nome próprio com as marcas do conceito. Na sentença '2 é um número inteiro, positivo, menor do que 10', '2' é um nome próprio de dois, objeto que cai sob o conceito de número inteiro positivo menor do que dez, à medida que apresenta as propriedades refletidas pelas marcas do conceito, a saber, número inteiro, positivo, e menor do que dez.⁶¹ Finalmente, há duas questões relevantes da metodologia fregeana que devem ser, ainda, esclarecidas, quanto às bases da distinção entre conceito e objeto. Como o conceito alcança os objetos que caem sob ele, e como ocorre a concatenação lingüística entre eles na sentença. Para a primeira questão, Frege propõe a

⁵⁹ O que Frege chama de natureza predicativa de um conceito é um caso especial da necessidade de suplementação da insaturação (PW, p. 127).

⁶⁰ Com esse tipo de análise, Frege trouxe uma grande contribuição para o estudo das relações entre a forma gramatical e a forma lógica e, em seu desenvolvimento, para o progresso da Lógica dos Quantificadores.

⁶¹ Frege distingue, nesse caso, conceitos subordinados a um outro de conceitos que caem sob um outro (CPML, p. 191).

noção de extensão do conceito, que é um macro-objeto semântico constituído por todos aqueles objetos que caem sob o conceito; quanto à segunda, Frege a explica a partir da decomposição da sentença em duas partes. Uma incompleta, o termo conceitual, que refere o conceito enquanto entidade insaturada, e a outra, completa, o nome próprio, que refere um objeto enquanto entidade também completa. A concatenação sintático-semântica se dá à medida que o nome próprio completa o incompleto termo conceitual, expressando o fato semântico de que o objeto cai sob o conceito, permitindo a forma completa da proposição.⁶²

Se, no âmbito da mencionada dicotomia, Frege pensou o conceito mais relacionado à fundamentação lógica de seu sistema, ao vinculá-lo à idéia de função, sua preocupação estava explicitamente voltada para a Filosofia da Matemática. Nesse contexto, ainda que a questão lingüística fique reduzida em seu interesse, trata-se de examinar como Frege a articula ao par argumento e função, especialmente porque, desde o início, a tal dupla conceitual cabe o papel de substituir a problemática oposição sujeito-predicado, consagrada pela tradição da lógica clássica. Com o trabalho sobre função e argumento, então, Frege desfecha, na verdade, um duplo ataque aos fundamentos tradicionais tanto da lógica quanto da matemática e, com isso, tenta encontrar o caminho mais adequado para aproximá-las.

Dizer-se, como ocorria no campo da matemática de sua época, que, por uma função de x , se poderia entender uma expressão do cálculo que contivesse x , uma fórmula contendo x , era totalmente insatisfatório para Frege. Para ele, considerarem-se expressões do tipo ' $2x^3 + x$ ' ou ' $2 \cdot 2^3 + 2$ ' como funções de x ou de 2 era confundir-se o sinal com o que ele designa. Pode-se supor, diz ele, que novos numerais venham a ser introduzidos, mas isso, de modo algum, significa que passem a existir novos números. O numeral é, apenas, o sinal que representa o número, ou seja, é o nome próprio dele.

É o que diz Frege, antecipando o par sentido e referência.

(1.31) “Certamente ' 2^4 ' e ' 4×4 ' têm a mesma referência, isto é, são nomes próprios do mesmo número, mas não têm o mesmo sentido.” (CPML, p. 145)

Caso a distinção numeral-número não fosse feita, chegar-se-ia à insustentável posição de ter que explicar uma propriedade como a do número 1, que, multiplicado por si mesmo, resulta nele próprio, através de uma absurda inspeção físico-química do sinal '1'. Feita a distinção, ter-se-ia que admitir que ' 2 ', ' $1+1$ ' e ' $3-1$ ' designam o mesmo número. Isso poderia sugerir que a função fosse, então, um número, levando-se em conta que expressões como

' $2 \times 1^3 + 1$ '
' $2 \times 2^3 + 2$ '
' $2 \times 4^3 + 4$ '

se referem aos números 3, 18 e 132, respectivamente. A função, no caso, seria, apenas, a referência de uma expressão do cálculo, e isto não traria nada de novo para a aritmética (CPML, p. 140). Subjacente, entretanto, às expressões do cálculo, anteriormente citadas, vemos que ' $2x^3 + x$ ', com a letra x indicando, indefinidamente, um número, revela, exatamente, o caráter essencial da função, a saber, o que é comum às três expressões. Isso se torna, ainda, mais visível, com os parênteses vazios marcando a retirada da letra ' x ', na expressão ' $2(\)^3 + (\)$ '.

⁶² Frege reconhece que a idéia de insaturação é uma espécie de metáfora para o fenômeno da estruturação sintático-semântica da proposição, mas que isso é compatível com o caráter de suas sugestões para a distinção (CPML, p. 194).

Frege, aqui, tal como na oposição objeto-conceito, decompõe a expressão do cálculo em duas partes: a função, cuja propriedade essencial é sua insaturação ou necessidade de complementação, e o argumento, que não é parte dela e a completa (CPML, p. 141). São partes, como admite Frege, heterogêneas, que assumem o papel semântico de constituírem a expressão de um cálculo como um todo. Ainda na mesma linha da oposição objeto-conceito, Frege considera a função, portanto, como a referência da expressão incompleta. O nome próprio, então, de maneira análoga, é o sinal do argumento, enquanto parte completa. Generalizando sobre função e argumento, poder-se-ia indicar tal relação por $f(x)$ (ou $F(x)$) em que x representa o argumento da função f . Ao completar uma função, um argumento pode produzir um número como resultado. Esse número é o valor da função para aquele argumento. Assim, a função $2x^3 + x$ ou $2(\)^3 + (\)$ terá o valor 18 para o argumento 2 e 132, para o argumento 4.

À noção de extensão de um conceito, Frege faz corresponder a de percurso de valores. Nesse caso, duas funções como $x(x-4)$ e x^2-4x teriam o mesmo percurso de valores, embora não sejam a mesma.

Frege simboliza isso, assim:

$$''? (\ ?^2 - 4?) = '? (\ ? (\ ? - 4)'$$

onde o sinal do argumento é substituído pelas letras gregas, letras essa que antecedem a expressão assinalada com um espírito fraco (CPML, p. 146). Decorre, daí, que, sendo o argumento completo, e o percurso de valores também, a expressão que os designa é, para Frege, um nome próprio, opondo-se, agora, à expressão funcional.

Dentro do contexto do projeto de Frege, a função só pode cumprir seu papel lógico se relacionada à idéia de verdade. De fato, o valor de uma função, para ele, é um valor-de-verdade.

Em suas palavras:

(1.32) “Assim digo: "O valor de nossa função é um valor-de-verdade" e distingo entre o valor-de-verdade do verdadeiro e o valor-de-verdade do falso. Chamo o primeiro, para abreviar, de o Verdadeiro, e o segundo, de o Falso. Conseqüentemente, " $2^2 = 4$ ", por exemplo, refere o Verdadeiro como, digamos, " 2^2 " se refere a 4. E " $2^2 = 1$ " refere-se ao Falso. De acordo com isso, ' $2^2 = 4$ ', ' $2 > 1$ ', ' $2^4 = 4^2$ ', todos referem a mesma coisa, a saber, o Verdadeiro, assim que em $(2 + 2 = 4) = (2 > 1)$ nós temos uma questão correta.” (CPML, p. 144)

Frege pode, a partir disso, relacionar, um pouco mais precisamente, função e conceito.

Se $x^2 = 1$ refere o verdadeiro para os argumentos 1 e -1, pode-se, Frege pensa assim, parafrasear isto, dizendo: 'os números 1 e -1 têm a propriedade de que seu quadrado é 1', ou '1 e -1 são raízes quadradas de 1', ou, ainda, '1 e -1 caem sob o conceito raiz quadrada de 1'.

(1.33) “Vemos, assim, quão estreitamente ligado está o que se chama de conceito em lógica com o que chamamos de função. Com efeito, pode-se dizer, imediatamente: um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor-de-verdade.” (CPML, p. 146)

A partir daí, Frege retorna às sentenças assertivas, onde sua idéia de função também se aplica.

Em 'César conquistou as Gálias', pode-se ter a decomposição de '----- conquistou as Gálias' e 'César', em que o nome próprio 'César' completa, com o argumento,

a expressão funcional, permitindo uma sentença completa que, quando asserida, refere o verdadeiro.

Da mesma maneira, o nome próprio 'a capital do Império Alemão' pode ser decomposto em 'a capital de -----' e 'o Império Alemão', sendo que, quando esta última parte é tomada como sinal do argumento, o valor da função é designado pelo nome próprio 'Berlim'. De agora em diante, se a sentença assertiva, 'A capital do Império Alemão é Berlin', não contém lugar vazio, sendo, portanto, completa, ela é, também um nome próprio, para Frege, e sua referência, conseqüentemente, um objeto, a saber, o verdadeiro (CPML, p. 147).

Nesse ponto, Frege amplia o campo dos possíveis argumentos, estendendo-o aos objetos em geral, e isso pode gerar questões altamente problemáticas.

Uma delas, por exemplo, é saber se a letra variável 'x' designa um número indefinido. Neste caso, 'x' seria um nome próprio desse número. Frege não aceita essa hipótese. Para ele, não é possível números indefinidos. O que ocorre, aqui, é que indefinido não deve ser tomado como adjetivo de um número, mas advérbio do verbo indicar. De modo que a letra x indica, indefinidamente, isto sim, números, não sendo, portanto, um nome próprio (CPML, p. 143).

Mas, para os nossos propósitos, já é suficiente o quadro que esboçamos do par argumento e função para Frege, e do papel do nome próprio dentro dele. As questões mais problemáticas serão examinadas depois. Trata-se, agora, de introduzir a questão do sentido e da referência, sempre tendo em vista a nossa categoria-tema e o papel da linguagem natural no sistema fregeano.

Como se viu em (1.31), essa distinção já foi preliminarmente delineada, por ocasião da abordagem da relação função-conceito. Frege, entretanto, trataria de aprofundá-la em um artigo especial, com o título "Sobre o Sentido e a Referência" (Über Sinn und Bedeutung) de 1892. Nesse texto, certamente o mais mencionado de todos os de Frege com vistas à filosofia da linguagem, o nome próprio ocupa uma posição especial. Em princípio, poder-se-ia dizer que o par sentido-referência se estabelece sobre dois eixos básicos em tal trabalho⁶³: primeiro, como peça de sustentação teórica para necessidade que Frege tem de distinguir a relação entre o conteúdo de uma sentença e seu papel lógico. É mediante a intervenção do par em jogo que Frege pode dizer de uma sentença assertiva que ela expressa um pensamento, seu sentido, e designa um valor-de-verdade, sua referência; segundo, como instrumento capaz de explicar como é possível, nos juízos de identidade, que 'a = a' e 'a = b' sejam verdadeiros ao mesmo tempo, sendo que 'a = b' não deve ser trivial. A solução, no caso, é que 'a = a' e 'a = b' para a preservação da não-trivialidade da matemática, são verdadeiros, ou seja, possuem a mesma referência, mas expressam pensamentos diferentes, o que permite a 'a = b' ser informativo.

A posição do nome próprio é diferente nas duas formas de introduzir a distinção em pauta. Na primeira, a análise das sentenças em geral, passando pelas sentenças simples e compostas, ocupa a posição central, sendo que a categoria nome próprio é uma conseqüência dela; na segunda, Frege distingue entre o sentido e a referência de um nome próprio para, depois, chegar à elucidação do problema com os juízos de identidade.

Começemos com a segunda.

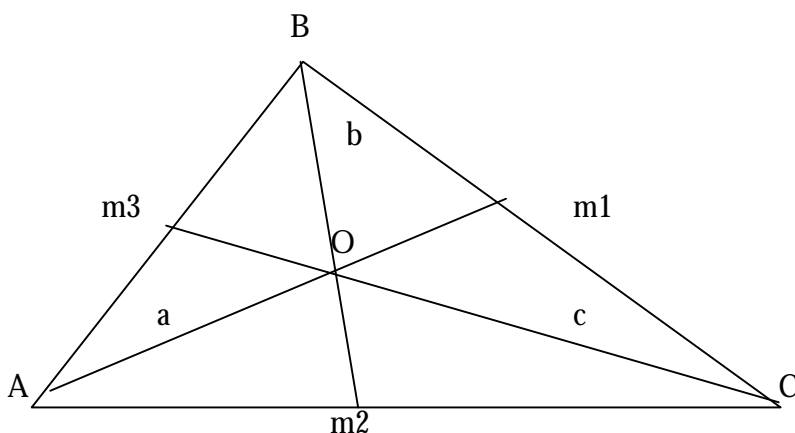
Depois de considerar que os juízos de identidade do tipo 'a = a' e 'a = b' não podem representar a mera identidade de coisa designada consigo mesma, e nem representar a mera identidade entre os diferentes sinais 'a' e 'b', Frege chega à conclusão de que só é possível explicar, corretamente, tais juízos, se considerarmos a diferença entre os sinais como diferença no modo de apresentação do objeto designado, ou seja, como diferença de sentido para a mesma referência.

⁶³ Aqui, estamos de acordo com Baker & Hacker (FLE, p. 282) que alertam para o fato de que uma leitura apressada do artigo em pauta tende a ficar girando em torno da questão dos juízos de identidade com a qual Frege começa o texto e termina.

Duas ilustrações se tornaram clássicas:

Numa, Frege observa que os nomes próprios 'Estrela da Manhã' e 'Estrela da Tarde', por exemplo, têm a mesma referência, a saber, o planeta Vênus, mas a apresentam de modo diferente, isto é, têm sentidos diferentes; na outra, as linhas a, b e c, que ligam os vértices de um triângulo com o lado oposto, cruzam-se no ponto O de intersecção, permitindo que tal ponto possa ser a mesma referência de diferentes expressões com diferentes sentidos.

Conforme o gráfico abaixo,



'o ponto de intersecção de a e b', 'o ponto de intersecção de a e c' e 'o ponto de intersecção de b e c' são três nomes próprios do ponto O, apresentando-o de maneira diferente, ou seja, mediante sentidos diferentes. De maneira análoga, então, 'a' e 'b', no juízo de identidade 'a = b', são nomes próprios que apresentam de modo diferente a mesma referência, o que representa, para Frege, a melhor forma de se interpretar o problema.

Nesse contexto, o nome próprio aparece, mais uma vez, como decorrência da atividade semântica de designar objetos singulares, independente da sua aparência lingüística superficial.

- (1.34) “A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais. Para sermos breves, chamaremos cada uma destas designações de nome próprio.” (CPML, p. 158)

Se a referência do nome próprio é o objeto singular que garante a sua constituição *qua* categoria semântica, trata-se, agora, de explicar, mais detalhadamente, a noção de sentido.

Frege diz, então que

- (1.35) “É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto.” (CPML, p. 158)

assumindo, portanto, não só a idéia de que o nome próprio tem sentido, mas, também, a de que neste está contido o modo de apresentação do objeto.

Até aqui, entretanto, 'nome próprio' é um rótulo lingüístico que vai muito além do uso que dele se tem feito na tradição gramatical. Por isso, Frege, em nota de rodapé, se vê na necessidade de esclarecer seu ponto de vista, no que diz respeito aos nomes próprios ordinários.

- (1.36) “No caso de um nome próprio genuíno como 'Aristóteles', as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o Mestre de Alexandre. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença 'Aristóteles nasceu em Estagira' do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devam ter lugar numa linguagem perfeita.” (CPML, p. 158)

Nesse ponto, Frege defende a idéia de que os nomes próprios da linguagem natural têm sentido, em oposição a Mill; que tal sentido pode ser representado por variadas descrições como forma de determinar a referência, e que tais variações devem ser evitadas no âmbito da investigação científica.

A forma como Frege expõe a questão deixa claro que os nomes próprios genuínos estão incluídos dentro de sua concepção bem mais ampla de tal categoria, e que a linguagem natural é mais uma vez pressuposta como logicamente deficiente no confronto com uma desejável linguagem perfeita. É esse tipo de característica da linguagem natural que permite que, ao mesmo sentido, possa corresponder mais de uma expressão e até que expressões possam ter sentido sem referência. Ilustram esses fatos da linguagem natural os nomes próprios 'A Estrela da Manhã' e 'A Estrela Matutina' que representam duas expressões para o mesmo sentido e 'O corpo celeste mais distante da terra' que possui sentido embora não designe, provavelmente, um objeto.

E são coisas assim que problematizam a utilização científica da nossa linguagem, do ponto de vista de Frege. Num contexto lógico rigoroso, a cada nome próprio deveria corresponder um sentido e uma referência garantida. É possível entender o sentido de uma sentença como 'Ulisses desembarcou em Ítaca', mesmo que 'Ulisses' seja um nome próprio que não tenha referência real.

- (1.37) “Entretanto, é certo que se alguém tomasse seriamente a sentença como verdadeira ou falsa, também atribuiria ao nome 'Ulisses' uma referência e não somente um sentido; pois é da referência deste nome que o predicado é afirmado ou negado.” (CPML, p. 162)

O que Frege realmente faz, então, é subordinar a necessidade de o nome próprio referir, ao fato de ele estar numa sentença, e de essa sentença estar sob o julgamento lógico. Se o nome próprio não tem referência, isso não é problema para o pensamento desde que estejamos num contexto literário, por exemplo. Porém, se estivermos num contexto de análise lógica, tal como Frege a compreende, é condição básica que a investigação científica esteja sendo levada em conta e, nesse caso, o pensamento sozinho não é suficiente, sendo indispensável a análise do caminho que o leva para a referência. Daí por que a exigência de Frege no sentido de que o nome próprio possua uma referência de fato, como condição *sine qua non* para que uma sentença assertiva possa ser considerada verdadeira ou falsa.

Se se considera uma sentença como 'Kepler morreu na miséria', portanto, não se entenda que ela afirme que Kepler existe ou que o nome 'Kepler' necessariamente refira.

- (1.38) “Se esse fosse o caso, a negação não seria 'Kepler não morreu na miséria', mas 'Kepler não morreu na miséria, ou o nome 'Kepler' carece de referência'.” (CPML, p. 168)

Resulta disso, isto sim, de que a necessidade que o nome 'Kepler' refira algo é, apenas, uma pressuposição não só de 'Kepler morreu na miséria' quanto de 'Kepler não

morreu na miséria', já que é possível afirmar-se a morte na miséria ou não de algo ou alguém que seja referido pelo nome próprio.

Para Frege, ao considerarmos uma sentença como verdadeira ou falsa, estamos falando, necessariamente, da referência. Trata-se, por isso, de não confundi-la nem com a representação individual que alguém possa ter dela, nem com o sentido pelo qual se a identifica.

Se dizemos 'A lua é branca', não pretendemos dizer que a nossa representação de lua é branca, mas que o satélite da terra é branco. É preciso, portanto, distinguir a referência, aquilo de que se afirma algo, do sentido, critério de identificação da referência, e da representação, associação psicológica, logicamente irrelevante, que uma mente individual possa ter da referência.

Uma vez esclarecida a distinção sentido e referência do nome próprio, como parte constitutiva básica da sentença assertiva, trata-se, agora, de examinar a mesma distinção ao nível dessa nova entidade, então constituída.

A posição um tanto surpreendente de Frege é uma decorrência dos seus compromissos metodológicos assumidos:

- (1.39) “Somos assim levados a reconhecer o valor-de-verdade de uma sentença como sendo sua referência. Entendo por valor-de-verdade de uma sentença a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não há outros valores-de-verdade. Por brevidade, chamo a um de o Verdadeiro e a outro de o Falso. Toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio e sua referência, se tiver uma, é ou o verdadeiro ou o falso.” (CPML, p. 163)

De fato, se Frege assume que o nome próprio é a expressão da parte logicamente completa que funciona como nome de objetos singulares, e a sentença assertiva é, agora, também, uma expressão dessa completude, nada mais coerente, para ele, que ela seja considerada um nome próprio e que sua referência seja um objeto; é o que significa o emprego de o Verdadeiro e o Falso. Além disso, se a troca de nomes próprios de mesma referência no interior de uma sentença como em 'A Estrela da Manhã é brilhante' e 'A Estrela da Tarde é brilhante', altera o pensamento mas não o valor-de-verdade, então, nada mais justo para Frege do que considerar este último como a referência da sentença, enquanto o primeiro fica sendo o seu sentido. É o que justifica que o Verdadeiro e o Falso passem a ser, a partir daí, a referência da sentença assertiva no modelo fregeano.⁶⁴

Depois disso, como era de se esperar, restava a Frege tratar da questão do sentido e da referência nas sentenças compostas. Aí, certamente, ele enfrentou alguns de seus maiores problemas. Do ponto de vista do nome próprio, entretanto, não são muitas as

⁶⁴ Aqui se encontra, certamente, uma das questões mais problemáticas do pensamento fregeano. Tendo feito a oposição a uma natural aproximação da referência da sentença com o fato que ela designaria, Frege defende a surpreendente idéia de que a sentença refere um valor-de-verdade, a saber o Verdadeiro ou o Falso. Os caminhos que empurraram o pensamento de Frege para essa conclusão são, evidentemente, questionáveis. Dummett (FPL) e Baker & Hacker (FLE) mais uma vez discordam sobre a questão, embora concordem, razoavelmente, que Frege foi inconsistente em suas posições. Dummett considera relevante, para compreender a direção que Frege tomou, as distinções não adequadamente elaboradas no pensamento fregeano entre a relação de referência, o referente extralingüístico e o papel semântico de referir. Baker & Hacker acreditam que, dada a necessidade que Frege tinha de evitar que cada sentença pudesse referir a particulares e diferentes fatos, sem a necessária generalidade, o que poderia bloquear a definição direta da extensão de um conceito em termos de percurso de valores, ele se viu na necessidade de introduzir o Verdadeiro e o Falso como referência da sentença. Sem isso, argumentam Baker & Hacker, ele não poderia ir de conceitos para funções, o que representaria uma ameaça para todo o sistema. São estas considerações, concluem Baker & Hacker (FLE, p. 347) e não os próprios e frouxos argumentos que Frege usou que o impediram de reconhecer fatos como referência de sentenças e, conseqüentemente, de assumir seus problemas.

novidades teóricas que decorrem da abordagem fregeana das sentenças compostas, que interessam para o nosso ensaio.

Uma delas é a introdução das noções de sentido e referência indiretos. Em sentenças complexas do tipo 'João disse que a lua é branca', com o conetivo 'que', introduzindo uma oração tradicionalmente dita substantiva, a referência dessa subordinada não é a costumeira, ou seja, o valor-de-verdade, mas aquilo que é o seu pensamento, costumeiramente o seu sentido. Dito de outro modo, a referência, no caso indireta, de uma sentença subordinada como 'a lua é branca', no contexto acima, é o seu sentido, ou seja, aquilo que era o seu pensamento; e o seu sentido, então, passa a ser o sentido das palavras que a compõem. Como, portanto, a sentença subordinada refere o seu pensamento, pode-se dizer, dela, que é o nome próprio desse pensamento.

É o que, efetivamente, diz Frege em (1.40), referindo-se a esse tipo de contexto com orações subordinadas substantivas.

- (1.40) “A sentença subordinada poderia ser concebida como um nome, e poderíamos mesmo dizer ser ela como que um nome próprio deste pensamento, desta ordem, etc.” (CPML, p. 168)

Um outro caso que merece registro ocorre quando a oração adjetiva, que se acrescenta ao nome próprio da principal, forma com ele uma espécie de nome próprio mais complexo. É o que se vê em 'a raiz quadrada de 4 que é menor do que 0 é um número par' em que 'a raiz quadrada de 4' é o nome próprio da principal, tornando-se mais complexa, agora, como 'a raiz quadrada negativa de 4' (CPML, p. 170).

Finalmente, cabe mencionar o fato de que as subordinadas adverbiais podem ser usadas para a formação de nomes próprios, à medida que, como diz Frege,

- (1.41) “Lugares, instantes, intervalos de tempo são, sob o ponto de vista lógico, considerados objetos; portanto, a designação lingüística de um lugar determinado, de um instante determinado ou de um intervalo de tempo determinado deve ser considerada como um nome próprio.” (CPML, p. 170)

Ainda no contexto do artigo em pauta, e para encerrá-lo, cabe registrar algumas considerações de Frege sobre a possibilidade de um nome não ter referência. Para ele, a linguagem, lamentavelmente, pode permitir esse tipo de fato semântico.

- (1.42) “Agora línguas têm o defeito de conter expressões que falham para designar um objeto (embora sua forma gramatical pareça qualificá-las para este propósito) porque a verdade de alguma sentença é um pré-requisito.” (CPML, p. 168-169)

Isso, diz Frege, pode ocorrer inclusive na Matemática com expressões do tipo 'séries divergentes infinitas' e deveria ser evitado numa linguagem logicamente perfeita. Deveria ser sempre assegurado a um nome próprio o papel semântico de ter uma referência. Assim, por exemplo, poder-se-ia atribuir, por estipulação, que 'séries divergentes infinitas' referisse o número 0. (CPML, p. 169)

Mesmo que, sobre a sua concepção de nome próprio, Frege não tenha acrescentado nada de substancial em seus últimos textos, vale a pena indicar algumas de suas idéias sobre o assunto em *The Basic Laws of Arithmetic* e alguns de seus trabalhos de reflexão doutrinária sobre a Lógica.⁶⁵

⁶⁵ Trata-se, aqui, do primeiro volume de *The Basic Laws of Arithmetic*, de 1893 e dos textos "Logic" (1897), "Logical Defeats in Mathematics" (1898/1899 ou, no máximo, até 1903), "17 key sentences on Logic" (1906)

Frege, em *The Basic Laws of Arithmetic*, trata, fundamentalmente, de caracterizar o nome próprio como categoria que se define pela necessária função semântica de denotar um objeto, e a partir da qual podem ser definidas as demais expressões incompletas. Um nome, diz Frege, sempre denota algo. Esta é a sua condição semântica essencial. Os signos, como uma variável, por exemplo, que apenas indicam um objeto, não devem ser considerados nomes.

- (1.43) “Assim, eu chamarei um 'nome próprio', ou 'nome' de um objeto, um signo simples ou complexo, que é suposto denotar um objeto, mas não um signo que meramente indica um objeto.” (BLA, p. 81)

A partir disso, para Frege, uma expressão como ' $a \times a = a^2$ ', ainda que complexa, funciona, em sua forma completa, como um nome próprio, um nome que denota um objeto, no caso o Verdadeiro.⁶⁶ Desde que uma sentença afirmativa possa ser considerada um nome próprio complexo, é possível caracterizar, a partir disso, as demais categorias incompletas (ou completas) que a constituem. Assim, observa Frege, se de um nome próprio complexo, um nome próprio constituinte é removido, de modo que reste uma expressão incompleta passível de ser completada por um arbitrário nome próprio, então essa expressão é um nome de uma função de primeiro nível de um argumento. E, se desta última é possível remover-se mais um nome próprio de modo que ainda reste uma expressão incompleta passível de preenchimento no lugar do argumento, então pode-se considerá-la uma função de primeiro nível de dois argumentos. Agora, se se remove de um nome próprio complexo um nome de uma função de primeiro nível que o constitui, de modo que reste uma forma incompleta que possa ser preenchida por um arbitrário nome de uma função de primeiro nível qualquer, então tal forma é uma função de segundo nível de um argumento. Assim, o que Frege faz, na verdade, é caracterizar a formação das diversas categorias a partir do nome próprio como base. De fato, para ele, se de ' $F(a)$ ' como um nome próprio complexo, obtém-se ' $F(?)$ ' pela remoção do nome próprio constituinte ' a ', então ' $F(?)$ ' é uma função de primeiro nível de um argumento. ' ----- é um filósofo' é um exemplo desse tipo de função pela remoção do nome ' Kant ', por exemplo.⁶⁷ De maneira análoga, ' ----- matou ----- ' exemplificaria uma função de primeiro nível de dois argumentos obtida pela extração de nomes próprios como ' Caim ' e ' Abel '. Já ' $? (\text{Kant})$ ' seria uma função de segundo nível de um argumento desde que representasse a forma resultante da extração de ' é um filósofo ' da sentença ' $\text{Kant é um filósofo}$ ', para ilustrar o caso.⁶⁸ Já que, como se disse antes, a denotação de um nome precisa ser garantida, Frege, ainda no interior do mencionado texto, pergunta-se sobre as condições em que isso acontece. A sua resposta reflete, ainda que com algumas diferenças, o importante assim

ou antes), "Introduction to Logic" (1906), "A Brief Survey of my Logical Doctrines" (1906), "Logic in Mathematics" (1914), "My Basic Logical Insights" (1915), "Logical Generality" (não antes de 1923) e "Sources of Knowledge of Mathematics and the Mathematical Natural Sciences" (1924-1925), reunidos na parte final do Posthumous Writings, editado por Hermes, H. Kambartel e Kaulbach para a University of Chicago Press em 1979.

⁶⁶ A forma como Frege amplia a categoria de nome próprio, estendendo-a a qualquer expressão completa, simples ou complexa, desde que denote um objeto, demonstra o caráter essencialmente semântico dessa categoria e a importância que Frege atribui ao papel da referência, como entidade que garante a objetividade da Lógica.

⁶⁷ Dada a sua preocupação mais formal no texto em pauta, Frege não se preocupa em ilustrar com exemplos da linguagem natural. De qualquer forma, a ilustração, aqui, deve encontrar uma justificativa didática.

⁶⁸ Quanto a isso, Dummett discute exaustivamente a questão que Ramsey (1931) levanta sobre a arbitrariedade da escolha em considerar a constituição de uma sentença complexa a partir de ' Kant ' e ' $? \text{ é filósofo}$ ' ou de ' é filósofo ' e ' Kant é ? '. Para Dummett, o ponto básico a decidir a questão está ancorado no básico *insight* de Aristóteles de que a qualidade tem um contrário; a substância não. Pode-se dizer, nesse sentido, ' não-filósofo ' mas não, da mesma forma, ' não-Kant '. Dummett (1973, p. 64).

chamado princípio de contexto que ele formulara, de maneira mais doutrinária no prefácio de *Os Fundamentos da Aritmética*⁶⁹.

- (1.44) “Um nome próprio tem uma denotação se o nome próprio que resulta daquele nome próprio preencher o lugar do argumento de um nome denotador de uma função de primeiro nível de um argumento sempre tem uma denotação, e se o nome de uma função de primeiro nível de um argumento que resulta de o nome próprio em questão preencher o ?-lugares argumento de um nome denotador de uma função de primeiro nível de dois argumentos sempre tem uma denotação, e se o mesmo vale também para os ?-lugares do argumento.” (BLA, p. 84)

Isso significa, em última análise, que a garantia de que um nome próprio denota algo é o fato de que a sentença onde ele ocorre denota o Verdadeiro ou o Falso e que a expressão funcional, que o nome em questão preenche, também denota um conceito. O que Frege está dizendo, em outras palavras, é que, só no contexto de uma proposição, se pode considerar a denotação de um nome próprio.

Em seus textos doutrinários sobre Lógica, como já se observou anteriormente, Frege não acrescenta nenhuma novidade teórica propriamente dita sobre o nome próprio, mas faz considerações que ajudam a esclarecer seu ponto de vista sobre a categoria em questão. Uma delas, por exemplo, diz respeito aos nomes próprios de entidades de ficção. Para Frege, nomes desse tipo são falsos nomes próprios, e as sentenças de que participam não são, a rigor, nem verdadeiras nem falsas, ainda que possuam sentido.⁷⁰

- (1.45) “Embora a narrativa de Guilherme Tell seja uma lenda e não história e o nome 'Guilherme Tell' seja um falso nome próprio, nós não podemos negar-lhe um sentido. Mas o sentido da sentença 'Guilherme Tell atirou numa maçã na cabeça de seu filho' não é mais verdadeiro do que o da sentença 'Guilherme Tell não atirou numa maçã na cabeça de seu filho'.” (PW, p. 130)

Não é aceitável, para Frege, que se considere um nome de ficção como denotando uma idéia. Uma sentença como 'Scylla tem seis cabeças' não pode ser interpretada, observa ele, como a respeito da idéia de Scylla porque uma idéia não tem cabeças e muito menos plausível é admitir que alguém pudesse cortá-las.

- (1.46) “Se uma teoria idealista do conhecimento é correta, então todas as ciências poderiam pertencer ao reino da ficção.” (PW, p. 130)

Uma outra questão relevante para Frege diz respeito à forma como a referência de um nome participa do pensamento. Ela não aceita que o objeto como tal seja considerado um constituinte do pensamento, assim como o nome próprio o é de uma sentença em que ocorre.

- (1.47) “Nomes próprios designam objetos, e um singular pensamento é sobre objetos. Mas nós não podemos dizer que um objeto é parte de um pensamento como um nome próprio é parte da sentença correspondente. Mont Blanc, com suas massas de neve e gelo não é parte do pensamento que Mont Blanc tem mais de 4000 m. de altura.” (PW, p. 187)

⁶⁹ Para diferenças entre o princípio de contexto em "Grundlagen" e "Grundgesetze", veja-se o exaustivo trabalho de Dummett (1981).

⁷⁰ Frege admite que casos em que falsos nomes ocorram dentro de uma frase em fala indireta sejam exceções.

O máximo que se pode dizer, observa Frege é que, em certo modo ainda a ser esclarecido, uma parte do pensamento corresponde ao objeto designado pelo nome próprio.⁷¹ Tanto é assim, continua Frege, que se alguém acredita que 'Ulisses' refere uma pessoa real, o pensamento expresso por uma sentença que contenha esse nome parece não se alterar. Apenas se passa do reino da ficção para o da realidade. Mas, se o fato de o objeto ser real ou não, não muda o conteúdo do pensamento, isso indica que o objeto designado pelo nome próprio é não essencial para o conteúdo do pensamento da sentença em que tal nome ocorre. A situação é diferente, pensa Frege, quando se está no mundo da ciência, ou quando se vai do pensamento para a verdade. Aí é absolutamente lamentável que a linguagem natural possa permitir a formação de nomes próprios a que não corresponde nenhum objeto. Nesse caso, toda a confiança no pensamento se perde e isso abala toda a fundamentação lógica da ciência que depende da linguagem. Por isso, num de seus últimos textos, Frege acusa a dramática gravidade do problema para a teoria dos conjuntos e para o seu próprio projeto.

(1.48) “Um traço da linguagem que ameaça solapar a confiabilidade do pensamento é sua tendência para formar nomes próprios para os quais nenhum objeto corresponde. Se isto acontece na ficção, que todo mundo entende ser ficção, isto não tem nenhum efeito de deterioração. É diferente se isto acontece em um enunciado que se propõe a ser estritamente científico. Um exemplo especialmente válido disso é a formação de um nome próprio após o padrão de 'a extensão do conceito a', por exemplo, 'a extensão do conceito estrela'. Por causa do artigo definido, essa expressão parece designar um objeto; mas não há objeto para o qual essa frase pudesse ser uma designação lingüísticamente apropriada. Disso surgiram os paradoxos da teoria dos conjuntos os quais têm desferido o golpe mortal para a teoria dos conjuntos ela própria. Eu mesmo estava sob esta ilusão quando, pretendendo fornecer um fundamento lógico para os números, tentei construir números como conjuntos.” (PW, p. 269)

Diante disso, diz Frege, ampliando mais uma vez a sua reflexão filosófica, como já fizera em sua "Conceitografia"

(1.49) “Assim uma grande parte do trabalho de um filósofo consiste - ou pelo menos deveria consistir - em uma luta contra a linguagem. Mas talvez somente poucas pessoas estejam conscientes da necessidade disso.”⁷² (PW, p. 270)

Nesse ponto, a avaliação descritiva do trabalho de Frege sobre as questões lógico-lingüístico-filosóficas que podem ser relevantes para uma semântica da linguagem natural já é suficiente. Duas perspectivas dirigiram-na: uma, mais específica, consistiu na investigação detalhada da concepção fregeana de nome próprio, categoria semântica central do seu projeto; a outra, mais ampla, caracterizou-se pela abordagem dos aspectos lógicos e filosóficos fundamentais que sustentam todo o edifício teórico fregeano e, em particular, o conceito pivô do presente ensaio, o nome próprio. Se tal avaliação descritiva pode ser considerada adequada, então se segue uma outra, agora crítica, das propriedades e

⁷¹ A propósito dessa questão, Frege (13/11/1894) e Russell (12/12/1894) trocaram cartas de desacordo sobre a forma de participação da referência no pensamento. Russell, ao contrário de Frege, acredita que Mont Blanc, ele próprio, é uma parte do que é asseverado pela proposição 'Mont Blanc tem mais do que 4000 m. de altura'.

⁷² Na seqüência do raciocínio, Frege denuncia o mesmo problema como subjacente à confusão entre conceito e objeto por parte de exemplos como o de 'o conceito cavalo'.

limitações da construção fregeana, tendo em vista o debate contemporâneo sobre a possibilidade de uma teoria da referência e uma teoria do significado para a linguagem natural.⁷³

Dito isto, cabe reafirmar que esta última leitura não problemática do artigo “Sobre o Sentido e a Referência” tem a finalidade de, à semelhança das outras, sistematizar o papel da categoria nome próprio à luz da referida distinção, sem entrar na análise da coerência ou não do sistema fregeano; nem para os objetivos a que ele se propunha, o que não é motivo do nosso trabalho, nem para uma semântica da linguagem natural, o que faremos posteriormente.

Agora, o que convém, depois dessa reconstrução detalhada e até repetitiva das idéias de Frege sobre o nome próprio, é um balanço teórico que nos permite uma compreensão mais sintética de sua forma de abordagem da categoria em pauta. Como se viu, não há, nele, uma teoria do nome próprio, mas uma exposição fragmentada de idéias que exigem reorganização, sob pena de não se compreende-las, adequadamente.

Se Frege é ou não um filósofo da linguagem, parece-nos uma questão bizantina, uma disputa por rótulos que não nos interessam.⁷⁴ Certo é, isto sim, que, pretendendo *fundamentar* seu projeto logicista, ele se envolveu, de maneira indiscutível, com a relação entre *lógica*, *linguagem* e *ontologia*. E se o seu interesse era o lógico, então o que não se disputa é que ele faz, centralmente, *filosofia da lógica*.

Resulta daí que é só dentro desse contexto que a categoria do nome próprio e a questão da linguagem natural pode ser corretamente avaliada.

Frege desejava, de fato, construir uma linguagem logicamente perfeita, completamente livre dos efeitos psicológicos e lingüísticos contraditórios, efeitos esses nocivos, para ele, à investigação científica, com a qual sua concepção de lógica devia ser compatível. Não foi, é certo, totalmente bem sucedido. No seu ataque à psicologia, porém, conseguiu, sem dúvida, melhores resultados que no seu enfrentamento com os ardis da linguagem natural. Ele mesmo reconheceu isso, ao advertir em (1.48) e (1.49) que tal luta era uma das tarefas *centrais* da filosofia.

Nesse sentido, Frege movia não só um ataque às imperfeições da nossa linguagem mas à lógica tradicional que era, de certa forma, vítima delas. E é isso que ele observa em (1.23). Não conseguiu, entretanto, fugir ao paradoxo de ter que fazer uso do instrumento imperfeito, no momento mesmo em que o criticava, conforme ele o confessa em (1.22), e isso foi responsável pelos seus maiores dissabores.

Num de seus últimos textos, conforme 1.48, ele admite que aquela propriedade da linguagem natural de permitir o intercâmbio entre nomes próprios e termos conceituais, que ele denunciava em (1.24) e (1.30), estava por trás da grande desilusão de todo o projeto logicista.

Não há dúvida de que essa constatação, um tanto tardia, é uma espécie de carta de rendição à ilogicidade, ou logicidade incompreensível da linguagem natural. De modo que a *posição* desta no contexto da sua obra é de barreira inevitável e praticamente intransponível para sua utilização num projeto científico logicamente consistente. Isso no que se refere à sua concepção mais geral sobre o papel de nossa linguagem cotidiana em seu projeto.

⁷³ Este tipo de separação metodológica entre uma avaliação descritiva e uma crítica tenta diminuir as distorções interpretativas quase que inevitáveis do trabalho de Frege. A tentativa não vai no rumo do debate Dummett, Baker & Hacker e Sluga, onde o descritivo é acompanhado ora do apologético ora da escavação demolidora, ora do historicismo, respectivamente. Trata-se de uma apresentação menos problemática possível do contexto lógico-lingüístico-filosófico em que Frege desenvolveu sua concepção de nome próprio seguida de uma discussão dos pontos relevantes para o debate contemporâneo sobre o tema. Uma avaliação mais específica de pontos problemáticos como a natureza e a extensão das intenções filosóficas de Frege ou o caráter de sua dívida teórica para com seu contexto na história da filosofia e da lógica foi evitada até o ponto possível.

⁷⁴ Dummett tenta demonstrar isso, e é criticado, em muitas de suas idéias, por Baker e Hacker, na obra citada. Tal debate, entretanto, é sobre a obra de Frege como um todo, situando-se além dos limites do nosso trabalho.

Já no que diz respeito à distinção da gramática tradicional entre sujeito e predicado, Frege tentou demonstrar, como em (1.23), que ela é inútil quando se trata de examinar a passagem do pensamento para a verdade, objetivo essencial da lógica.

Além do exemplo examinado em (PW, p. 141), destaque-se a análise que ele fez de sentenças como 'Todos os cavalos são quadrúpedes', segundo a qual a posição sujeito e predicado da tradição gramatical não se sustenta. A negação dessa sentença 'Não é o caso que todos os cavalos são quadrúpedes' ilustra o fato, segundo Frege, de que 'todos os cavalos' tem valor de predicado. Sua forma de compreender as expressões de generalidade era a base da sua teoria da quantificação, origem do tratamento lógico moderno para este tipo de sentença.

Dito isso, cabe, então, sistematizar, mais detalhadamente, o papel da noção de nome próprio dentro do sistema fregeano, objetivo desta seção.

A categoria de nome próprio aparece, na obra de Frege, como uma conseqüência conceitual do contexto lógico-lingüístico-ontológico a que já se fez referência. Ela é, antes de mais nada, um instrumento categorial, pelo qual Frege expressa sua teoria do conceito e sua teoria da função. Nesse sentido, nem a questão lingüística isoladamente, nem a ontológica são, para Frege, os elementos centrais do seu sistema. A constituição do nome próprio, ao longo do seu texto, revela exatamente isso.

Em (1.24), (1.25), (1.26), (1.27) e (1.30), por exemplo, Frege faz referência a aspectos lingüísticos e morfossintáticos, que caracterizam o nome próprio, mas sempre subordinando-os a respaldarem o papel semântico que a mencionada categoria desempenha.

Resumindo tais critérios lingüísticos, o nome próprio parece ser marcado, em sua atividade semântica, pelo *singular*, pelo *artigo definido*, pelo *demonstrativo*, por ser *incompatível* com a *função predicativa* e, finalmente, respeitando critérios como esses, por *não ter uma aparência definida*, podendo ser um nome típico, uma descrição definida, um número, etc. Frege, como observam Dummett e Baker & Hacker, não levou em consideração o fato de que línguas particulares podem não oferecer tais dispositivos morfossintáticos.⁷⁵

Já em (1.34), (1.41) e (1.43), por exemplo, a categoria nome próprio parece ser determinada pelo termo ontológico 'objeto', como queria Geach. Mesmo, aqui, entretanto, objeto não é analisado senão pelo seu papel semântico na relação, com o conceito, não sendo, portanto, definido, de maneira absoluta, mas relativamente ao referido papel e nisso, Dummett tem razão.

Para nós, porém, exatamente porque a relação lingüístico-ontológica é determinada pelo prisma da lógica de Frege, o nome próprio é determinado *qua* categoria semântica *já na relação* entre uma expressão lingüística e um objeto, relação essa de referência, base sobre a qual a predicação se dá, na estruturação de um conteúdo judicável ou de um pensamento.

Isso parece, conforme (CPML, p. 145), sugerir que a interdefinibilidade entre o termo lingüístico 'nome próprio' e o termo ontológico 'objeto' já é uma conseqüência da subordinação de ambos os reinos ao papel lógico que Frege lhes reservava. Claro está que Dummett, num sentido, tem razão sobre Geach; a expressão lingüística do nome próprio é a *via de acesso* aos objetos e, por isso, não haveria como determinar a lista de objetos *a priori*. Parece, entretanto, que Dummett extrapola ao tentar dar o peso de determinação aos critérios lingüísticos, já que, se, em Frege, é impossível determinar se algo é um objeto *a priori*, também a lista de expressões que podem ser nomes próprios é indeterminada.

Assim, podemos resumir, *Grosso modo*, os critérios, digamos semânticos, de Frege para a constituição do nome próprio: ele é uma *expressão completa* em oposição ao termo conceitual e funcional, é o *signal de argumento* enquanto parte completa que completa a função, e *refere um objeto lingüístico e completo*, enquanto elemento que cai sob um conceito, *mediante um sentido*, que é parte do pensamento da sentença.

⁷⁵ FPL, p. 54 e Baker & Hacker, FLE, p. 250.

Como a idéia central de sua teoria da função e do conceito é a de *insaturação ou de incompletude*, baseada, provavelmente, no fato de que, se a lógica bivalente é aceita, o centro lógico do conteúdo judicável está na possibilidade de o predicado ser negado, o critério de completude do nome próprio parece ter prioridade.

Conseqüência disso, aparecem resultados *surpreendentes*, como o fato de que Frege considera a *sentença assertiva como nome próprio e sua referência, um objeto, o valor de verdade* e, até, *contraditórios*, como o de que a expressão lingüística completa que designa a extensão de um conceito ou o percurso de valores seja um nome próprio para o qual não há objeto determinado, conforme ele confessa em (1.48). Sem falar no caso estranho de sentenças subordinadas que ele trata como nomes próprios de pensamentos, sendo elas, por definição, parte da principal.

De tudo isso, resulta que poderíamos fazer uma lista de expressões lingüísticas bastante variadas e que são nomes próprios em Frege:

- ‘*Aristóteles*’ é um filósofo. (nomes próprios genuínos)
- ‘*O Rei da França em 1750 é calvo.*’ (descrições definidas desde que determinadas no tempo, por exemplo).
- ‘*2 é um número par.*’ (números determinados).
- ‘*José disse que a Lua é branca*’ (sentenças subordinadas; não todas).
- ‘*Kant é alemão*’ (sentença assertiva completa).
- *A ‘extensão do conceito filósofo’ não é vazia* (expressões com artigo definido anteposto).
- ‘*Às dez horas de janeiro de 1978, João nasceu.*’ (expressões adverbiais de lugar, tempo, etc.).

A variedade acima é uma demonstração da amplitude lingüística que a categoria de nome próprio em Frege pode assumir.⁷⁶

Dentro desse quadro, os nomes próprios genuínos aparecem, apenas, como um dos exemplos de sua expandida categoria. Deles, Frege diz, constantemente, que podem ter sentido sem referência, embora não apenas com eles isso ocorra. Nesse caso, ele os chama de falsos nomes próprios, admitindo, porém, que eles têm sentido.

- (1.50) “Nomes que falham para preencher o usual papel de um nome próprio, que é nomear alguma coisa, podem ser chamados falsos nomes próprios. Embora a narrativa de Guilherme Tell seja uma lenda e não uma história e o nome ‘Guilherme Tell’ seja um falso nome próprio, nós não podemos negar-lhe um sentido. Mas o sentido da sentença ‘Guilherme Tell atingiu uma maçã na cabeça de seu filho’ não é mais verdadeiro que o da sentença ‘Guilherme Tell não atingiu a maçã na cabeça de seu filho’.” (PW, p. 130)

Como se vê, Frege subordina à existência de uma referência o que ele chama de nome próprio, diríamos, legítimo. De modo que os nomes próprios da linguagem natural seriam de dois tipos: *legítimos*, referindo objetos reais, e *falsos*, no caso de nomes de entidades fictícias. O que se vê, com isso, é, mais uma vez, a idéia de que nome próprio para Frege é uma categoria semântica, num contexto de investigação científica. Decorre daí, como se viu antes, que, se a sentença for tomada como veículo de um pensamento para ter um valor-de-verdade, então, a referência do nome próprio deve estar garantida. Por isso, diz Frege, se aceitássemos nomes próprios sem referência, estaríamos admitindo todas as

⁷⁶ Baker & Hacker, na obra citada, observam que se expressões não satisfazem os critérios fregeanos, então falham para designar um objeto. Citam como exemplo, ‘eu’, ‘esta’, etc., que seriam casos de fragilidade do modelo fregeano. Na verdade, Frege, certamente, recusaria os exemplos, porque ‘eu’ não designa, a não ser com determinação contextual, um objeto singular mesmo. Ele distingue entre designar um objeto particular e indicar a impossibilidade de um. Nesse caso, um dêitico desse tipo seria como uma variável.

ciências no reino das ficções e, se admitíssemos a sua referência apenas como *idéia*, estaríamos subordinando tais ciências a serem ramos da psicologia (PW, p. 130).⁷⁷

A perspectiva de uma espécie de referência 0 (zero) para falsos nomes seria, apenas, uma forma de concerto semântico *ad hoc*, que não resolveria os problemas de Frege. Seria mais um tipo de objeto a povoar sua irrestrita ontologia, embora ele tenha pensado em tal alternativa, principalmente pelo fato de que a própria linguagem matemática pode apresentar expressões como 'séries infinitas XXX' para a qual não há referência. Na verdade, dentro do sistema de Frege, pelo que se disse, *parece não haver nenhuma preocupação em distinguir-se o nome próprio genuíno das outras expressões* que podem assumir o papel semântico que ele atribui.

Mesmo na nota de rodapé, conforme (1.36), que viria a se tornar o "locus clássico" do debate contemporâneo, Frege não esboça tal distinção. Bastaria ver que, ao considerar o mestre de Alexandre como um dos sentidos pelos quais 'Aristóteles' designa Aristóteles, e sabendo-se que a expressão 'O Mestre de Alexandre' é um nome próprio, segundo Frege, para o mesmo indivíduo, 'Aristóteles', e 'O Mestre de Alexandre' poderiam ser exatamente iguais quanto ao sentido e à referência. Isso porque, para acentuar mais uma vez, as diferenças lingüísticas estão subordinadas ao papel semântico de categoria.

Para encerrar este quadro sintético da abordagem que Frege faz da categoria de nome próprio, queremos observar que:

- até aqui, procuramos reconstruir o modelo fregeano para o nome próprio, pressupondo sustentar, ao máximo, a coerência do seu sistema;
- no final desta seção, voltaremos a tratar de tal modelo, aí em confronto com Mill e Russell;
- no segundo capítulo, examinaremos a variante de Wittgenstein-Strawson-Searle e a crítica sobre Frege à luz da abordagem que fizemos;
- só no capítulo final, faremos a crítica radical dos problemas que ainda restarem com o modelo de Frege, bem como a avaliação da perspectiva de seus resultados para uma semântica do nome próprio na linguagem natural.

1.3 – A Teoria Descritivista de Bertrand Russell (TD2) – Contexto Lógico-Lingüístico-Epistemológico

Russell, à semelhança de Frege e de Wittgenstein, seus dois interlocutores teóricos, preocupou-se, em boa parte de sua obra, com problemas relacionados à Filosofia da lógica. Isso significa, em última análise, que, tomando a lógica como uma espécie de eixo metodológico, tratou de questões metafísicas, epistemológicas e até lingüísticas relacionadas com ela. Além disso, à diferença de seus interlocutores, produziu uma obra política, social e moral que, entretanto, representou uma contribuição de outra natureza.

Esse caráter polimórfico de sua obra, desenvolvido através de uma longevidade intelectual notável, tem trazido aos comentaristas mais autorizados dificuldades incomuns de interpretação. Mesmo na pista exclusiva de seus trabalhos sobre filosofia da lógica, encontram-se obstáculos marcados pela forma, até surpreendente, como Russell retificava seus próprios conceitos à medida que se aprofundava na luta pela fundamentação de seu trabalho lógico. Isso sugere que qualquer texto sobre a obra de Russell, se quiser fazer justiça à complexidade do seu pensamento, deve ser exaustivo e dedicado exclusivamente a ele. Não é possível resumir, sem grandes perdas, sua contribuição mais forte à lógica e à epistemologia, por exemplo.

Por essa razão, em nosso texto, procederemos a uma restrição metodológica radical, examinando o nosso tema-roteiro, o nome próprio da linguagem natural, através de uma *incursão mínima* ao contexto lógico-lingüístico-epistemológico, em que aquela categoria

⁷⁷ Não obstante isso, Frege admite objetos sem restrição como argumento ou valores de função, conforme (CPM, p. 147).

se situa, mesmo porque *sem tal contexto, não seria possível qualquer interpretação razoável dos textos de Russell sobre o assunto.*⁷⁸

De imediato, devemos dizer que, assim como em Frege, não há uma teoria do nome próprio em Russell. Seu envolvimento, entretanto, com essa categoria é inevitável à medida que a capacidade denotativa do nome (como uma espécie de mão da linguagem agarrada na coisa) é uma questão central para o trabalho de fundamentação da lógica.

A metamorfose do nome próprio da linguagem natural em termo singular da linguagem construída não pode prescindir de uma elucidação sobre o que significa, efetivamente, essa obscura intimidade sem intermediários que o nome mantém com o objeto nomeado.

Russell enfrentou o problema sob todos os seus ângulos, ou seja, tentou construir uma espécie de holografia semântica do processo de nomeação, se nos for permitida tal metáfora, que o evidenciasse em todas as suas dimensões. O pano de fundo é, como no caso de Frege, a relação da linguagem natural com o que seria a linguagem logicamente perfeita.

- (1.51) “Um momento atrás, eu estava falando acerca das grandes vantagens que derivamos das imperfeições lógicas da linguagem, devido ao fato de que nossas palavras são todas ambíguas. Proponho, agora, considerar que espécie de linguagem seria uma linguagem logicamente perfeita.” (LK, p. 197)

Russell entende que o fato de nossa linguagem ser plurívoca, o fato de ela poder significar coisas diferentes para duas pessoas, é, no fundo, o que garante a possibilidade de comunicação. Assim, se estamos familiarizados com Picadilly, atribuímos ao nome ‘Picadilly’ um significado diferente do que outra pessoa que nunca esteve em Londres atribuiria a ele; e só dessa forma é que se torna possível uma comunicação bem sucedida entre nós sobre tudo o que de detalhes possa haver em Picadilly.

Nessa fase da obra de Russell, ele distinguia entre a estrutura gramatical e a estrutura lógica da linguagem e acreditava poder inferir desta última a estrutura metafísica do mundo. Esta não seria mais do que o conjunto de fatos atômicos, relações simples entre objetos simples ou a posse por estes últimos de propriedades também simples.

Esse método de análise lógica, que ele exporia em sua *Filosofia do Atomismo Lógico*, envolve a articulação de noções epistemológicas e metafísicas. A idéia de *acquaintance*, ou familiaridade, por exemplo, é uma delas. Russell acredita que tudo o que se conhece vem de uma relação epistemológica direta com objetos ou através de construções lógicas que se reduzem, em última análise, a ela.⁷⁹ Já quanto ao seu alcance *metafísico*, Russell distingue a linguagem perfeita da nossa.

- (1.52) “Numa linguagem logicamente perfeita, as palavras numa proposição corresponderiam uma a uma aos componentes do fato correspondente, com exceção de palavras tais como ‘ou’, ‘não’, ‘se’, ‘então’, que possuem uma função diferente. Numa linguagem logicamente perfeita, existirá uma palavra, e não mais, para cada objeto simples, e todas as coisas que não são simples serão expressas por uma combinação de palavras, por uma combinação derivada, obviamente, das palavras para as coisas simples que

⁷⁸ Nesse sentido, julgamos mais relevantes para o nosso ensaio os seguintes textos de Russell: *On Denoting* (1905), *On the Nature of Acquaintance* (1914), *The Philosophy of Logical Atomism* (1918), todos em *Logic and Knowledge* (LK)(1956), *Principia Mathematica* (PM)(1910-1913), *An Introduction to Mathematical Philosophy* (IFM)(1919), *Significado e Verdade (An Inquiry into Meaning and Truth)*(SV)(1940) e *My Philosophical Development* (MPD)(1959).

⁷⁹ Sobre a noção de *acquaintance*, ver o artigo de 1914 *On the Nature of Acquaintance*, um dos que compõem seu LK, de 1956.

entram nela, uma palavra para cada componente simples. Uma linguagem dessa espécie será completamente analítica, e mostrará num relance a estrutura lógica dos fatos afirmados ou negados. Pretende-se que a linguagem formulada no *Principia Mathematica* seja uma linguagem dessa espécie.” (LK, p. 197-198)

A linguagem natural, para ele, jamais poderia ter essas capacidades.

- (1.53) “As linguagens reais não são logicamente perfeitas nesse sentido e não podem sê-lo, se devem servir aos propósitos da vida cotidiana.” (LK, p. 198)

Russell reconhece que a linguagem logicamente perfeita tem um uso restrito e que, portanto, a linguagem natural é, para nossa vida, insubstituível. Isso não impede que todo o seu trabalho de análise lógica leve sempre em consideração as propriedades da nossa linguagem; Russell, como Frege, não aceitava que a lógica estivesse reduzida a um puro formalismo, e essa, talvez, seja a origem dos maiores problemas que teve e também, provavelmente, de sua maior contribuição.

A questão dos nomes próprios, por exemplo, é considerada a partir de diversos ângulos simultaneamente, e esse quadro cubista só pode ser bem compreendido desde que desmontado em suas várias relações.

Começaremos com a análise da relação *nomes próprios ordinários – nomes logicamente próprios*, que se insere no contexto da relação linguagem-mundo.

Aqui, Russell considera o nome próprio como o símbolo lingüístico para a designação de particulares.

- (1.54) “Nomes próprios – palavras para particulares. Df.” (LK, p. 200)

Mas o que são particulares?

Também por definição, particulares são termos constituintes de relações com fatos atômicos, e isso basta do ponto de vista lógico. (LK, p. 199)

Russell se colocou, é certo, a questão sobre qual a *natureza* de tais particulares e que tipos deles se encontram no mundo. Mas, numa lucidez nem sempre bem compreendida, distinguiu, perfeitamente, essa questão, daquela que diz respeito ao papel lógico dessas entidades.

- (1.55) “(...) porque a definição de um particular é alguma coisa puramente lógica. A questão de se isto ou aquilo é um particular, é uma questão a ser decidida em termos daquela definição lógica.” (LK, p. 199)

Sua filosofia da lógica levou-o, sem dúvida, a um questionamento exaustivo, como se disse antes, sobre os problemas epistemológicos e metafísicos que cercam a análise lógica, mas não se pode negar que ele parecia distinguir, claramente, as coisas.

- (1.56) “Toda a questão de que particulares realmente encontramos no mundo real é uma questão puramente empírica que não interessa aos lógicos como tais. O lógico como tal nunca dá exemplos, porque é um dos critérios de uma proposição lógica que não necessitamos saber nada acerca do mundo real de modo a entendê-la.” (LK, p. 199)

É num contexto desse tipo, em que particulares são considerados apenas *qua* correlatos objetivos dos nomes próprios, que se deve procurar compreender o que Russell denominou ‘nomes logicamente próprios’.

A propriedade, diríamos, lógica essencial, dos particulares, aqui, é a simplicidade. O nome próprio é a única forma de representá-lo na linguagem e, nesse sentido, é que ele é tratado como logicamente próprio.

Russell procura, entretanto, já no nível epistemológico, dar sustentação para esse uso da linguagem dizendo que

- (1.57) “Um nome, no sentido lógico estrito de uma palavra, cujo significado é um particular, pode-se aplicar somente a um particular com o qual o orador esteja familiarizado, porque não podemos nomear nada com o qual não estejamos familiarizados.” (LK, p. 201)

Ao invocar, aqui, um critério epistemológico, a saber, a noção de *acquaintance* para justificar o ato de nomeação, Russell não está misturando os níveis, mas, apenas, oferecendo uma explicação sobre o uso dos nomes logicamente próprios.

Parece que a sua abordagem está, no caso, a serviço de mostrar porque os nomes da linguagem natural não podem ser, *in stricto sensu*, logicamente próprios.

Através da noção de *acquaintance*, Russell restringe a nossa capacidade de familiarização apenas a objetos reais dos sentidos e objetos abstratos, tais como universais, no ato de nomeação; e, se é assim, nomes próprios ordinários como ‘Sócrates’, ‘Londres’ ou ‘Pelé’ não são, rigorosamente, nomes de entidades simples, com as quais quem os use esteja familiarizado. Não nos enganemos, pensando que não podemos estar familiarizados com Platão, porque não o conhecemos pessoalmente. A restrição de Russell é mais radical. É porque Platão, Pelé ou Londres não são entidades que representem, com tais, objetos reais dos sentidos.

Daí por que

- (1.58) “Os nomes que comumente usamos, como ‘Sócrates’, são realmente abreviações para as descrições; não somente isso, mas o que eles descrevem não são particulares, mas complicados sistemas de classes ou séries.”⁸⁰(LK, p. 200-201.)

A constatação de Russell é de que, na linguagem natural, nós usamos os nomes próprios como se eles representassem particulares. Eles mantêm uma semelhança com os nomes logicamente próprios, mas não podem assumir, realmente, esse papel.

É só nesse contexto *lógico-lingüístico-epistemológico*, portanto, que faz sentido a distinção nomes logicamente próprios – nomes próprios ordinários. E só nesse contexto se explica, com alguma clareza, as conclusões um tanto surpreendentes de Russell de que o significado dos nomes logicamente próprios são os próprios particulares, enquanto os nomes ordinários seriam, apenas, equivalentes a descrições truncadas. O uso dos nomes próprios ordinários como ‘Sócrates’, por exemplo, com o qual não temos familiaridade, só é possível à medida que equivale a uma descrição do tipo ‘O mestre de Platão’, ‘O filósofo que bebeu cicuta’, etc. Nesse sentido, porém, ele não tem o significado de um particular: por isso mesmo é que não é um nome propriamente dito.

Se, todavia, aceitamos essa situação, percebemos, de imediato, que o reino dos nomes próprios legítimos parece ficar cada vez mais despovoado. Realmente, Russell chega ao ponto de subordinar a categoria em pauta com tal rigor à *acquaintance* bem sucedida, que só restam como exemplos possíveis de nomes próprios palavras como ‘isto’ e ‘aquilo’, cujo papel dêitico, em sentenças do tipo ‘isto é branco’ ou ‘aquilo é largo’, parece conduzir, de fato, a particulares. Pelo menos, diz Russell, essas são as situações mais típicas de nome logicamente próprio cujo significado é o particular que ele representa.

⁸⁰ Tal argumento aparece de maneira quase idêntica nos PM e em PLA.

Dito isto, passemos ao exame da relação *nomes próprios-descrições definidas*, outra angulação de Russell, pela qual podemos analisar a nossa categoria-tema.

Aqui, o nome próprio aparece, apenas, como contraponto teórico para que Russell investigue as descrições definidas, seu objeto principal.

Russell chama de descrições definidas, em oposição às indefinidas como ‘um homem’, expressões do tipo ‘o tal e tal’. ‘O homem com a máscara de ferro’, ‘O rei da França’, ‘o número de habitantes de Londres’ são exemplos de descrições definidas.

O primeiro critério para o qual Russell chama a atenção é o sintático. As descrições não são nomes próprios. Um nome próprio, conforme se viu antes, é um símbolo *simples*, ou seja, que não é constituído de outros símbolos, e que representa um particular ou um objeto *tomado* como tal, como no caso mais trivial de uma pessoa. Já uma descrição definida como ‘O autor de Waverley’ é um símbolo *complexo* formado de outros símbolos, no caso quatro palavras, cujos significados constituem o significado do todo. Um nome ordinário como ‘Scott’, *tomado* como próprio, implica que Scott é o seu significado e que, *considerado* um particular, exige uma relação de *acquaintance* com quem usa tal nome. Em outras palavras, o uso do nome ‘Scott’ só se justifica como significativo à medida que o indivíduo a quem se o aplica é familiar. A descrição, ao contrário, pode ser entendida desde que se entenda o português; ‘O rei do futebol’ é uma descrição que se compreende, mesmo que não se a tenha ouvido antes, apenas pelo conhecimento das palavras que a compõem.

Além disso, como observa Russell, uma sentença como ‘Scott é o autor de Waverley’ seria equivalente a ‘Scott é Sir Walter’, se ‘o autor de Waverley’ fosse um nome. Acontece que ‘Scott é Sir Walter’ não depende de fato nenhum, a não ser que a pessoa em jogo assim se chamasse; ao contrário, ‘Scott é o autor de Waverley’ depende de um fato físico, a saber o fato de que Scott tenha escrito Waverley (LK, p. 244).

Ainda dentro do mesmo tipo de raciocínio, Russell observa que, se considerarmos C um nome, a proposição ‘Scott é C’ será falsa ou tautológica. ‘Scott é o autor de Waverley’ não é nem uma coisa nem outra, logo ‘o autor de Waverley’ não é um nome.

Uma outra propriedade importante das descrições definidas, em oposição aos nomes, é que elas são incompletas, ou seja, sem significado isoladamente, adquirindo-o somente em contexto. Russell as denomina, por isso, símbolos incompletos.

Para que tal argumento de Russell se sustente em sua força máxima é preciso que se entenda que subjaz a ele a idéia de que a noção de significado aí, naquilo em que ela se identifica com a noção de sentido em Frege, já não é mais endossada por Russell. Nesse momento, ele entende significar como sendo apenas o referir. O argumento de Russell contra a noção de sentido se encontra em *On Denoting* (1905), um texto considerado profundamente problemático pelos especialistas. A passagem abaixo sobre o tópico, em *Meu Desenvolvimento Filosófico*, é um exemplo de clareza lógica sobre uma questão de grande espessura filosófica:

- (1.59) “Se ‘o autor de Waverley’ significasse outra coisa além de “Scott”, ‘Scott é o autor de Waverley’ seria falsa, o que não ocorre, Se ‘o autor de Waverley’ significasse Scott, ‘Scott é o autor de Waverley’ seria uma tautologia, o que também não ocorre. Portanto, ‘o autor de Waverley’ não significa Scott nem outra coisa qualquer – isto é, ‘o autor de Waverley’ nada significa.” (MPD, p. 64)

A partir daí, embora Russell não assuma explicitamente isso, uma descrição é um símbolo *incompleto* em oposição ao nome próprio que, pelo menos em sua propriedade semântica, é *completo*. O fato de uma descrição, portanto, ser um símbolo incompleto implica que ela pode significar no contexto, mesmo não denotando, o que não é possível no caso de um nome próprio legítimo. Isso se prova através do teste da negação, mediante o qual uma sentença como ‘O atual rei da França é calvo’, com uma descrição definida,

pode permitir dois tipos de negação. A negação de que ele seja calvo, o que nos seria dado pela sentença ‘O atual rei da França não é calvo’ e a negação, inclusive, de que ele pudesse não existir, o que nos seria dado pela sentença ‘É falso que o rei da França é calvo’. Ambas as formas conduzem à negação da sentença ‘O rei da França é calvo’, o que não ocorre com um nome próprio. Para negar ‘Scott é humano’, por exemplo, bastaria ‘Scott não é humano’, uma vez que, se ‘Scott’ não denota, então ele não é um nome próprio.

Para Russell, como se vê, as descrições definidas se opõem aos nomes logicamente próprios e o exemplo de ‘Scott’, cabe lembrar, só é possível porque estamos *considerando*, Russell assim o permite, tal nome *como se* fosse próprio. Na verdade, conforme já se disse antes, todo nome próprio ordinário é, à medida que não representa um particular, uma descrição truncada e, como tal, deve ser analisado como ela.

Por isso, mesmo não sendo o nosso tema específico o tratamento das descrições definidas, faremos uma breve exposição da forma com que Russell as analisa para que possamos compreender mais claramente, o destino lógico dos nomes próprios ordinários, enquanto descrições truncadas.

Russell afirma que

- (1.60) “Uma teoria lógica pode ser testada por sua capacidade em lidar com enigmas, e é um bom plano, ao pensar-se acerca da lógica, acumular a mente com tantos enigmas quantos possíveis, uma vez que estes servem ao mesmo propósito que os experimentos na ciência física.”⁸¹ (LK, p. 47)

E é dentro dessa concepção que Russell sistematiza três *enigmas* que podem caracterizar o uso das descrições definidas, como um teste para a capacidade lógica de sua teoria.

O primeiro deles pode ter a seguinte formulação: Se uma proposição é verdadeira e um de seus constituintes a é idêntico a b, a troca de um pelo outro não pode alterar o valor-de-verdade da proposição. Nesses termos, se ‘Scott’ e ‘o autor de Waverley’ designam o mesmo indivíduo e são, portanto, nomes equivalentes, então as sentenças ‘George IV desejava saber se Scott era o autor de Waverley’ e ‘George IV desejava saber se Scott era Scott’ devem ter o mesmo valor-de-verdade, o que não parece ser plausível.

O segundo diz respeito ao fato lógico surpreendente de que, assumindo-se a lei do terceiro excluído, se a proposição ‘O atual rei da França é calvo’ é falsa, a sua negação ‘O atual rei da França não é calvo’ deveria ser verdadeira, mas procurando-se o mesmo entre as coisas não-calvas não o encontramos, e isso é paradoxal para quem supõe que a lei do terceiro excluído se aplique a todas as proposições.

O terceiro pode ser sintetizado assim: a proposição ‘o rei da França não existe’, se é verdadeira, diz o quê de quem? Ou, de maneira mais simples: como é possível uma não-entidade ser sujeito de uma proposição?

Tais enigmas, como se vê, parecem desafiar certos princípios que fundamentam a lógica, no caso, a lei de Leibniz, a do terceiro excluído e a relação sujeito e predicado em enunciados existenciais negativos, respectivamente, e Russell acredita que a sua análise lógica dê conta disso, e a sua teoria das descrições, então, é que cumpre essa função.

Sumariamente, ela pode ser resumida da seguinte maneira:

1º) – as descrições definidas são símbolos incompletos, isto é, só adquirem significado no contexto; é preciso analisá-las na proposição em que ocorrem, portanto.

2º) – as descrições definidas não funcionam como nomes próprios. Por exemplo, se aceitarmos a lei da identidade $x = x$, e ‘Sócrates’ e ‘Platão’ como (provisoriamente)

⁸¹ Russell realmente dá muita importância à capacidade de uma teoria lógica de resolver enigmas. Não é por outra razão que ele considera (MPD, p. 62) a teoria das descrições sua grande contribuição à filosofia. Não a analisaremos em detalhes mas, apenas, o fundamental que se encontra em *On Denoting* (1905) e *Descrições* (1919).

nomes próprios, podemos inferir como verdadeiras as proposições ‘Sócrates é Sócrates’, ‘Platão é Platão’. ‘O autor de Waverley é o autor de Waverley’, entretanto, poderia ser uma falácia já que poderia não existir uma tal entidade.

3º) – uma proposição como ‘O autor de Waverley era escocês’ não é da forma sujeito e predicado como parece na estrutura gramatical de superfície, podendo ser logicamente decomposta em três constituintes:

1 – Pelo menos uma pessoa escreveu Waverley.

2 – No máximo uma pessoa escreveu Waverley.

3 – Quem quer que tenha escrito Waverley era escocês.

Que, em sua forma lógica mais simples, poderia ficar assim:

$(\exists x)(\text{autor de Waverley}(x) \wedge \sim(\exists y)((y \neq x \wedge \text{autor de Waverley}(y)) \wedge \text{escocês}(x)))$

ou

existe pelo menos uma pessoa que é o autor de Waverley e não existe outra pessoa que seja autor de Waverley, e esta pessoa é escocês.

4º) – dentro desse contexto, a descrição definida não é confundida com o nome próprio (cujo significado é o particular designado, sem a indicação de qualquer propriedade), e isso justifica o fato de ela ser eliminada.

Dito isso, a teoria das descrições de Russell permite elucidar os enigmas mencionados através da interpretação que se segue:

- se ‘a’ e ‘b’ não são ambos considerados nomes logicamente próprios, não poderiam ser intersubstituíveis, o que é a mesma coisa que dizer que ‘Scott’ e ‘O autor de Waverley’ não poderiam ser intersubstituíveis, a menos que o ‘autor de Waverley’ fosse considerado um nome logicamente próprio, como ‘Scott’ o está provisoriamente sendo, o que não é o caso. E isso, sem considerar o tipo de ocorrência de descrição, responde ao primeiro enigma.⁸²
- no caso do segundo, há duas formas de interpretar a negação da proposição ‘O atual rei da França é calvo’, na hipótese de a descrição definida falhar para referir: na primeira perspectiva, ‘O atual rei da França não é calvo’ é falsa dado que significa existe uma entidade que é o atual rei da França, não há outra que o seja, e ele não é calvo. Isso é assim porque a primeira proposição é falsa. Na segunda hipótese, a proposição em pauta é verdadeira se significa é falso que existe uma entidade que é o atual rei da França e é calvo, não há outra que o seja e é calvo; em outras palavras, as duas formas diferentes de interpretação dizem respeito à consideração da ocorrência da negação como primária ou secundária.⁸³
- no caso do último enigma, a solução parece ser coerente se considerarmos que ‘O rei da França’, em proposições do tipo ‘O rei da França não existe’, não é o sujeito, à medida que se o considere como não denotando um indivíduo. Exatamente por isso não faz sentido dizer-se ‘Scott não existe’, se ‘Scott’ está

⁸² Aqui, estamos omitindo a discussão sobre o caráter problemático da questão da ocorrência primária ou secundária de ‘O autor de Waverley’. Russell distinguia, já naquela época, entre ‘George IV desejava saber se Scott era o autor de Waverley’ e ‘existe um único indivíduo que é o autor de Waverley e George IV desejava saber se este indivíduo era Scott’ onde ‘o autor de Waverley’ cai fora do alcance da sentença subordinada. Tal discussão escapa aos limites deste trabalho.

⁸³ Russell usa, para este caso, a mesma forma de interpretação, baseada na distinção entre ocorrência primária e secundária.

sendo tomado como equivalente a um nome logicamente próprio. Ao contrário, 'O rei da França não existe' é possível, porque, nesse caso, 'O rei da França' não está sendo considerado um nome como 'Louis XV'. É também, por isso que, ao dizermos 'Homero existiu', 'Homero' não passa de uma descrição truncada, do tipo 'O autor da *Iliada*', se é que pretendemos que tal proposição seja significativa. O argumento básico de Russell para abordar os mencionados enigmas é, em última análise, que, os nomes próprios da linguagem ordinária, não sendo exatamente logicamente próprios, são, apenas, descrições definidas abreviadas, podendo ser tratados pelo modelo delas. Mais brevemente, a solução de Russell é tratar as proposições problemáticas que envolvem nomes próprios ordinários como sendo não do tipo sujeito-predicado, mas expressões quantificadas.

Essas considerações sumárias sobre a teoria das descrições de Russell, portanto, foram trazidas ao nosso texto, como uma forma de esclarecimento sobre, como se disse, o destino semântico do nome próprio ordinário *enquanto* descrição truncada. Lembrando sempre que Russell, ao compará-los com descrições, noutras passagens, por motivos já expostos, trata-os, muitas vezes, *como se* fossem logicamente próprios, no sentido de não torná-los idênticos às descrições definidas.

Nesse ponto, resta, ainda, considerar uma terceira relação, a saber, *nomes próprios da linguagem natural – termo singular das linguagens formais*.

Russell parece ter perfeita consciência de que a questão dos nomes próprios é excepcionalmente relevante do ponto de vista semântico, e, inclusive, da filosofia da lógica.

Sob a perspectiva sintática, tendo em vista uma linguagem formal, Russell sugere que o nome pudesse ser definido a partir de sua forma de participar numa sentença atômica, sem maiores problemas.

(1.61) “Se $R_n(x_1, x_2, x_3, \dots, x_n)$ é uma sentença de forma atômica em que R_n é uma relação n -ádica, $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$ são nomes.” (SV, p. 87)

Nesse tipo de definição, os nomes próprios ordinários podem permanecer, evidentemente, apenas como correlatos lingüísticos de $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$, no sentido de que tais símbolos não caíam no formalismo puro e injustificado.

É esse tipo de fundamentação que Russell parece pretender, quando diz:

(1.62) “A teoria dos nomes tem sido negligenciada em virtude de sua importância só ser evidente ao lógico, e para ele os nomes podem permanecer puramente hipotéticas já que nenhuma proposição lógica pode conter qualquer nome real. Contudo, para a teoria do conhecimento é importante saber que espécie de objetos podem ter nomes, supondo-se a existência de nomes.” (SV, p. 88)

Em última análise, a posição sintática dos nomes numa linguagem formal é de marcar a diferença com o papel das relações, e isso basta. Do ponto de vista da filosofia da lógica, ou de uma teoria do conhecimento, entretanto, que pretenda dar uma fundamentação ao formalismo, a questão do nome próprio passa a ter relevância.

É à luz de tal pretensão que deve ser entendida a passagem abaixo:

(1.63) “Sustento que a lógica não deve admitir um unicórnio mais do que o admite a zoologia; pois a lógica está tão interessada tanto no mundo real quanto na verdade o está a zoologia, embora com suas características mais abstratas e gerais.” (IFM, p. 162)

É também por isso que a questão dos nomes próprios e a sua propriedade específica de identificar os objetos do mundo sem mediações, no caso dos logicamente próprios, interessa, sobremaneira, a B. Russell, dado o seu interesse pela questão da aplicação da lógica.

Dito isso, já é o momento de fazer uma espécie de balanço geral sobre a posição do nome próprio no contexto russelliano em que o apresentamos.

Inicialmente, cabe reafirmar que, como se viu, não há, em Russell, o que se poderia denominar uma teoria do nome próprio, muito menos do nome próprio da linguagem natural. Tal como em Frege, essa categoria surge no interior da filosofia da lógica e da linguagem russelliana tendo em vista que sua propriedade especial de denotar remete a questões decisivas para a fundamentação das linguagens formais. A diferença maior da abordagem de Russell, em relação àquela de Frege, está, talvez, na preocupação epistemológica que subjaz ao texto russelliano, e que Frege evitou, pelo menos, de um enfrentamento direto. Por outro lado, tal como o matemático alemão, Russell enredou-se nos paradoxos gerados pelas sutilezas da linguagem natural, objeto problemático de que ambos não conseguiram livrar-se.

Desse modo, justifica-se que só no contexto *lógico-lingüístico-epistemológico* de Russell é possível compreender-se o papel do nome próprio. Nesse contexto, o papel da linguagem natural é de servir como interface nas investigações lógico-semânticas de Russell. Ele não deixa de reconhecer, como em (1.53), que só sendo o que é, a nossa linguagem pode funcionar e que, para a nossa vida cotidiana, ela é, indiscutivelmente, mais relevante que o projeto de linguagem construída, pois, quanto a esta,

- (1.64) “Verificaríamos sem dúvida que ela seria uma linguagem muito inconveniente. Esta é a razão pela qual a lógica está atrasada enquanto uma ciência, porque as necessidades da lógica são tão extraordinariamente diferentes das necessidades da vida cotidiana. Precisamos de uma linguagem em ambos os casos e, desafortunadamente, é a lógica que deve dar lugar, não a vida cotidiana.” (LK, p. 198)

Não obstante isso, para o *projeto* de Russell é da nossa linguagem e de suas imperfeições lógicas que se deve abrir mão, conforme ele propõe em (1.52).

Tal posição já nos coloca diante do fato de que o lingüístico é abordado via interesses lógicos, e a prova disso é que ele usa os nomes próprios ordinários, ora como logicamente próprios, ora como descrições abreviadas, de acordo com o tipo de cenário que ele quer ter para examinar a forma de denotação que interesse a sua concepção de lógica, tanto nos nomes propriamente ditos, como nas descrições definidas. Daí por que em (1.58) ele afirma que os nomes próprios ordinários são usados na nossa linguagem *como se* designassem particulares, ou seja, à semelhança de suas contrapartes lógicas, deixando apenas pressuposta o que seria a lógica da linguagem natural.

Entretanto, se os nomes próprios ordinários são usados *como se fossem* logicamente próprios, supõe-se que Russell esteja aceitando que o seu significado seja o indivíduo nomeado, sendo esse um tipo de designação rígida em oposição às variadas formas descritivas.

Apesar disso, Russell diferencia, ao contrário de Frege, nomes próprios e descrições definidas na superfície lingüística. Ele concorda que nomes próprios são símbolos simples, completos e designam indivíduos sem indicar-lhes propriedades, ao contrário das descrições definidas que são compostas, incompletas e só têm significado no contexto mediante o significado das palavras que as constituem. Para Russell, esse paralelo permite esclarecer as diferentes formas de denotação.

É claro que no momento em que os paradoxos envolvendo os nomes próprios surgem, Russell apela para o rigor epistemológico da noção de *acquaintance* e reduz tais nomes a descrições truncadas, mas isso já implica uma mudança de nível de abordagem.

Dentro desse mesmo espírito é que se deve interpretar o fato de que o reino dos nomes próprios acabe despovoado.

Quando Russell, a propósito dos dêiticos tipo 'isto' é levado a considerar que

- (1.65) “Trata-se de um nome próprio ambíguo, mas da mesma forma é realmente um nome próprio, e é quase a única coisa acerca da qual penso que se usa de modo apropriado e logicamente no sentido que estou usando para um nome próprio.” (LK, p. 201)

O que ele está afirmando não é que a palavra 'isto' seja um nome próprio da linguagem ordinária, mas que, *dado o que interessa para a abordagem lógica*, o uso de 'isto' é *quase* a única situação que suporta a restrição epistemológica. Isto porque

- (1.66) “A importância dos nomes próprios, no sentido que estou falando, está na perspectiva da lógica, não da vida cotidiana.” (LK, p. 201)

Ao contrário, portanto, de Frege para quem a categoria de nome próprio, subordinada, apenas, à teoria da função, é extremamente abrangente, Russell, mediante a subordinação do contexto lingüístico à relação lógico-epistemológica, esvazia, excepcionalmente, a lista dos nomes.

Quanto à sua teoria das descrições, é importante reafirmar que, no momento em que os nomes próprios ordinários são reduzidos a descrições truncadas, os paradoxos em que estão envolvidos podem ser elucidados através dela. E, queiram ou não os críticos de Russell, tais enigmas podem ser construídos com nomes próprios de nossa linguagem e, se não elucidados, mesmo que não estejamos construindo uma linguagem formal, eles nos confundem porque geram perplexidades até para o nosso uso diário, embora neste caso a solução pragmática se imponha. Em outras palavras, ao dizermos que Apolo não existe, ninguém nos pergunta o que isso significa, mas, se alguém nos perguntasse de que estávamos falando, logo perceberíamos inconsistências, e é plausível pensar que saíssemos via descrição definida como quer Russell.

- (1.67) “Uma proposição acerca de Apolo significa o que obtemos pela subordinação daquilo que os dicionários clássicos nos dizem significar Apolo, a saber, 'O deus do sol'.” (LK, p. 54)

Finalmente, após a análise dos modelos de Mill, Frege e Russell, e antes da última seção do capítulo, cabe um retrospecto, agora comparativo, do que se viu até esse ponto sobre o nome próprio.

Inicialmente, salientamos a reafirmação de que o nome próprio, enquanto categoria lingüística, está totalmente subordinado à interface lógica nos três modelos investigados. Mill, Frege e Russell tinham, apesar das diferenças, projetos logicistas, dentro dos quais o nome próprio funciona *como categoria semântica* de grande importância para a estrutura do sistema conceitual inteiro. Por ser assim, não há, realmente, senão considerações um tanto fragmentadas sobre os nomes próprios ordinários ou genuínos, considerações essas que, dentro dos projetos em que se inserem, estão longe de caracterizar uma teoria semântica de relevância lingüística.

Dentro desse quadro, observa-se que, de Mill a Russell, passando por Frege, a forma de buscar a fundamentação da lógica foi-se tornando cada vez mais complexa. Mill, por exemplo, não faz incursões significativas ao plano ontológico e à epistemologia para caracterizar o nome, restringindo-se, para esse objetivo, praticamente à *base lógico-lingüística*. Frege, por sua vez, já se viu obrigado, dada à ambição maior de seu projeto, a trabalhar a questão ontológica mais insistentemente. A sustentação lógica de sua teoria da função e do conceito depende muito da segurança com que aquilo que ele chama de objeto mantenha

uma relação clara e justificável com o que ele chama de nome próprio. Apesar disso, ele tentou emagrecer senão seu reino ontológico, pelo menos seu envolvimento explícito com ele, evitando maiores considerações sobre os referentes do nome.⁸⁴ Se da parte do objeto ele pôde manter uma certa distância cautelosa, da questão lingüística, Frege não se pôde esquivar, discutindo-a mais minuciosamente, o que lhe trouxe muitas decepções como ele próprio admite em (1.48). De modo que o nome próprio, em Frege, está ancorado numa *base lógico-lingüístico-ontológica*, como uma espécie de pino sobre o qual gira o pensamento na constituição do juízo. Poder-se-ia até dizer, sem deixar de ser fiel ao texto fregeano, que o nome próprio é o ponto *lingüístico-ontológico* sobre o qual se funda a possibilidade semântica do verdadeiro e do falso, na organização do pensamento.

Quanto a esse mesmo nível de abordagem, Russell tentou ir ainda mais longe do que Frege. Nisso, foi tipicamente mais filosófico, por assim dizer, e nisso se expôs de maneira muito mais explícita. Apesar de reconhecer como em (1.56) que a *prioridade* lógica devia ser garantida, ele não se absteve de olhar mais arrojadamente e de questionar-se sobre a natureza dos particulares, mais ou menos equivalentes aos objetos fregeanos. Russell, em suma, articulou o plano ontológico ao epistemológico e, com isso, pôde-se perguntar por *razões* que Frege se deu o direito de evitar. Não é por outro motivo que, de repente, a decisão sobre se um nome é ou não logicamente próprio é deslocada para o plano epistemológico da *acquaintance* com toda a problemática que cerca essa noção. De modo que, sem distorcer teoricamente o sistema russelliano, é possível dizer-se que o nome próprio é o ponto *lingüístico-ontológico-epistemológico* que sustenta a possibilidade *semântica* na estrutura da proposição.

Essa, aparentemente simples, diferença entre Mill, Frege e Russell é, na verdade, responsável por conseqüências fortes quanto à caracterização do nome próprio. Para Mill, por exemplo, a lista dos nomes próprios, tais como considerados pela tradição, é respeitada. Ele parte dela tal como se a conhece e parece depreender a sua oposição básica entre palavras conotativas e não-conotativas, como uma fórmula de distinção entre o nome tipicamente próprio e outras expressões referenciais. Opondo-o às descrições, por exemplo, Mill mantém a intuição lingüística comum e defende a oposição de que os nomes próprios não têm sentido, como diríamos, hoje, na terminologia de Frege. Este e Russell, ao contrário, transgridem as nossas intuições ou, pelo menos, a nossa compreensão tradicional de nome próprio, radicalizando em direções opostas. Ambos parecem levar em consideração a idéia básica da tradição gramatical de que nomes próprios são expressões lingüísticas para nomear indivíduos e, simplesmente, retiram a máxima conseqüência dessa suposição. Em Frege, onde não há restrição epistemológica, tal conseqüência é a proliferação insuportável de nomes próprios, abrangendo todo tipo de expressão lingüística; em Russell, inversamente, a noção de *acquaintance* é um critério tão forte e restritivo que a conseqüência é a impossibilidade, praticamente, de qualquer expressão ser um nome logicamente próprio.

A idéia básica da tradição aristotélica que parece subjazer a Frege e Russell é a que opõe o suporte da substância permanente, à variação das propriedades. O nome próprio, nesse sentido, em oposição à forma predicativa, não admite negação como ela. Diz-se de Sócrates, que é filósofo ou que não é filósofo, mas não faz sentido dizer-se “nãosócrates”.⁸⁵

Nesse breve paralelo entre a posição dos três mencionados filósofos, no que se refere ao nome próprio, o que se pode afirmar, sem dúvida, é que Mill tenta encontrar uma forma de explicar o papel semântico do nome próprio da linguagem natural, tomando tal categoria em seu senso comum. E, nesse sentido, ele parece mais de acordo com as

⁸⁴ LFL, p. 47, justificando-se no texto “função e conceito”, Frege diz ser a noção de objeto impossível de uma definição regular dada a sua propriedade de ser um simples. Para mais detalhes técnicos sobre questões ontológicas em Frege, veja-se o trabalho exaustivo de Ed Zalta, como por exemplo, “Frege, Boolos, and Logical Objects”, em parceria com David J. Anderson, a sair em *Journal of Philosophical Logic*.

⁸⁵ Dummett (FPL, p. 64) chama a atenção para isso, ao discutir um argumento de Ramsey para o qual se poderia discutir se uma sentença tipo ‘Sócrates é um filósofo’ é sobre Sócrates ou sobre ser filósofo.

intuições lingüísticas dos falantes normais. Frege e Russell, por seu turno, têm compromissos com um projeto dentro do qual o nome próprio só funciona afastando-se, completamente, do quadro tradicional. Além disso, enquanto para Mill, conforme (1.10) os nomes próprios são definidos exatamente por serem não-conotativos, o que os priva de significação (outra que não o objeto denotado), para Frege e Russell, embora de maneira diferente, eles são associados a descrições definidas, o que lhes dá suporte significativo.

Frege, quanto a esse aspecto, parece trabalhar com uma noção ambígua de sentido. Por um lado, ele nos oferece, como em (1.35), uma idéia bastante aproximada de como o sentido é o *modo de apresentação da referência, independente da questão lingüística*. Por outro, como em (1.36) e (1.37), a idéia de sentido parece mais próxima da tradição, já que ele a vincula ao *conhecimento lingüístico* e até admite que uma expressão possua tal propriedade, mesmo que não refira nada.

De qualquer maneira, basta-nos, por enquanto, destacar o fato de que, em Frege, tanto nomes típicos como descrições definidas se enquadram dentro dos nomes próprios, sendo que elas, como se disse, formam a base significativa daqueles; ao contrário, portanto, de Mill, para quem os nomes próprios se distinguem das descrições exatamente por não terem nenhuma significação.

Russell, de outro lado, parece ficar entre ambos. Os nomes próprios ordinários, *tomados*, na sua utilização cotidiana, à semelhança dos logicamente próprios, distinguem-se, em sua expressão lingüística, das descrições definidas, por não atribuírem qualquer propriedade ao objeto designado. Nisso Russell se aproxima de Mill, embora, nesse caso, o próprio objeto seja o significado do nome. Fora do âmbito da utilização cotidiana, entretanto, (já sob a ótica das preocupações lógicas) os nomes próprios ordinários são, para Russell, meras abreviações das descrições definidas, posição que o aproxima de Frege.

De fato, Mill parece querer *acomodar* as intuições lingüísticas sobre o nome próprio, em seu quadro conceitual; Frege, diferentemente, faz um *uso especialmente semântico* de tal categoria, mostrando, apenas, como os nomes genuínos entram no seu sistema; e Russell parece querer construir uma interface mais amigável entre os dois tipos de abordagem, embora de maneira não muito explícita.

De resto, cabe considerar que, como se observara no início do capítulo, Mill, Frege e Russell representam a base da reflexão semântica moderna sobre o nome próprio. Não por acaso, é claro. Das categorias lingüísticas conhecidas pela tradição, o nome próprio é aquela que produz maiores perplexidades, à medida que parece inteiramente *submetida a atividade de referir*, numa espécie de vínculo privilegiado com as coisas do mundo. Não é por outra razão que Mill, Frege e Russell, no exame do processo denotativo, trazem à tona certos enigmas que parecem explicitar um certo descuido com que a tradição cuidou do nome próprio e, mais profundamente, uma inadequação semântica da própria linguagem natural no uso de tal categoria.

Essa propriedade, então, do nome próprio de transitar do uso frouxo da vida diária para o contexto preciso da linguagem formal deve ser decifrada radicalmente. A questão gira, portanto, em torno da legitimidade da noção de nome próprio segundo a tradição gramatical, à luz da análise lógica da linguagem.

Exatamente por isso, a discussão contemporânea tem esse tipo de contorno. Alguns lógicos, por exemplo, subordinaram completamente a questão do nome próprio ao contexto das linguagens construídas, reduzindo completamente a linguagem natural aos seus interesses.

Pergunta-se: *O termo singular das linguagens formais corresponde adequadamente ao papel dos nomes próprios na linguagem ordinária?*

Outros, especialmente com preocupações filosóficas da tradição, tentam resgatar uma interpretação do nome próprio mais adequada ao nosso uso comunicativo da linguagem e às nossas intuições.

Entretanto, pergunta-se: *Cabe reorganizar a categoria nome próprio em suas peculiaridades comunicativas com o sacrifício da consistência de uma análise logicamente fundamentada?*

A seção final deste capítulo examina a primeira questão, deixando a segunda para a parte final do texto.

1.4 – O Nome Próprio do Ponto de Vista Lógico

A matematização da lógica no final do século XIX, início do século XX, produziu uma certa ruptura nas relações que tal disciplina mantinha historicamente com a filosofia e com a linguagem natural. A tradição aristotélica é a própria garantia desse relacionamento íntimo entre essas duas investigações. Os textos de Frege e Russell, principalmente, traduzem ao mesmo tempo, essa ruptura e essa intimidade. Imbuídos do projeto logicista, eles pretendiam a fundamentação lógica da matemática, mas envolveram-se, radicalmente, com um poço de problemas filosóficos e com todos os ardis da linguagem natural. Por isso, talvez se devesse dizer que, antes de qualquer coisa, seus textos nessa área revelam uma preocupação com a filosofia da lógica.

Nas primeiras seções deste capítulo, tentamos demonstrar que a categoria do nome próprio se encontra no centro da reflexão de Frege e Russell, mas subordinada a um compromisso com a construção de uma linguagem artificial e com o suporte lógico de que ela necessita. Claro que tanto Frege quanto Russell revelaram grande sensibilidade e interesse para a apreensão da categoria nome próprio no seu contexto natural. Isso se justifica pelo seu desejo de uma lógica não arbitrária. É verdade, entretanto, que eles nunca pretenderam o estabelecimento de uma *lógica da linguagem natural*. Pelo contrário, como se viu, ambos tomaram como parâmetro o desenvolvimento de uma possível linguagem formal e denunciaram as deficiências da linguagem cotidiana para seus objetivos. De qualquer maneira, os filósofos e lingüistas mais típicos - talvez Wittgenstein e Chomsky tenham sido os mais reconhecidos - nesse caso, perderam oportunidade para a reavaliação de uma semântica enquanto projeto de uma disciplina consistente para a abordagem da significação da linguagem natural. A análise, porém, desse contexto da filosofia da lógica e da linguagem exige uma acuidade especial que é indispensável para que não se percam os poucos conceitos teóricos subjacentes ao debate e que merecem uma discussão detalhada, tendo em vista uma semântica da linguagem natural.

É exatamente por isso que, nas primeiras seções, procuramos fazer uma leitura dos textos de Mill, Frege e Russell, mostrando a categoria do nome próprio à luz da perspectiva lógica de cada um. O que nos interessou, em última análise, foi explicitar o papel de tal categoria dentro de cada sistema em particular. Depois disso, empreendemos a análise das relações entre esses sistemas, sempre objetivando o exame do nome próprio enquanto categoria da nossa linguagem.

Agora, para encerrar este capítulo, devemos ressaltar o fato de que, dada a sofisticação lógico-filosófica dos textos de Mill, Frege e Russell, o debate contemporâneo sobre o nome próprio tomou rumos bastante diversos. Isso teve conseqüências importantes, à medida que, de repente, lógicos, filósofos e lingüistas passaram a assumir tarefas complementares na abordagem dessa espessa categoria. Ocorre, entretanto, que esse debate interdisciplinar, por ser exatamente assim, tem um ônus um pouco pesado para a perspectiva de uma semântica da linguagem natural. Lógicos, filósofos e lingüistas, não raras vezes, estão discutindo questões sobre as quais não houve, ainda, um consenso mínimo quanto, pelo menos, à delimitação de sua esfera. Em outras palavras, para que a discussão progrida é preciso, no mínimo, que todos se ponham de acordo sobre o que estão discutindo, caso contrário, as divergências poderão estabelecer-se em bases falsas.

Para nós, no que se refere ao nome próprio, isso tem acontecido. Church, Carnap e Quine, por exemplo, mantiveram, na leitura de Frege e Russell, o filtro lógico para a análise da categoria em questão. Strawson e Searle, por outro lado, leram os mesmos textos, através de um prisma mais lingüístico. Wittgenstein e Kripke – este retomando Mill – por sua vez, fizeram uma abordagem mais de aproximação lógico-lingüística. Eles são personagens, entre outros, de uma discussão muito densa sobre a nossa categoria-tema. Por

isso, se pretendermos compreendê-la corretamente, a ponto de trazer alguma contribuição aos seus resultados, não podemos prescindir de, antes, esclarecê-la em sua forma.

Esse é o motivo pelo qual surge esta última seção. Nela trataremos, apenas, de *ilustrar o reflexo contemporâneo da leitura lógica* que decorre dos textos de Frege e Russell, principalmente. Por essa razão, serão trazidas à cena *algumas considerações* de Church, Carnap e Quine sobre o contexto lógico do nome próprio, como uma tentativa de explicitar *tão somente* a que se chega se o roteiro do nome próprio desemboca nas linguagens formais. Isso só é possível porque Church, Carnap e Quine são lógicos que, seguindo certa tradição, embora tratem o problema do nome próprio reduzido a seus interesses, não deixam de fazer referência à fundamentação filosófica e lingüística subjacente.

Evidentemente que questões de grande relevância e que se engatam na abordagem do nome próprio, como a dos compromissos ontológicos e seus critérios, por exemplo, escapam aos limites do presente texto, merecendo, apenas, algumas referências indispensáveis.⁸⁶

Começaremos com Church.

Na longa introdução de seu *Introduction to Mathematical Logic*, A. Church faz uma análise da questão dos nomes no âmbito da lógica, retomando o trabalho de Frege em sua base e retificando alguns pontos, já tendo em vista as linguagens formais.

Um primeiro aspecto que se coloca é o fato de que Church menciona o alargamento que a categoria nome próprio assume no seu trabalho, tendo em vista o seu contexto na gramática tradicional. Diz ele:

- (1.68) “Um tipo de expressão que é familiar nas linguagens naturais, e que nós transportamos para linguagens formalizadas, é o nome próprio. Sob este título nós incluiremos não somente nomes próprios que são arbitrariamente determinados para denotar de um certo modo – tais nomes, por exemplo, como ‘Rembrandt’, ‘Caracas’, ‘Sirius’, ‘O Mississipi’, ‘O Odisseu’, ‘Oito’, – mas também nomes tendo uma estrutura que expressa alguma análise do modo pelo qual eles denotam. Como exemplo do último, nós podemos citar: ‘Quinhentos e nove’, que denota um certo número primo, e no modo expresso pela estrutura lingüística, como sendo cinco vezes cem mais nove; ‘O autor de Waverley’, que denota um certo novelista escocês, a saber, Sir Walter Scott, e no modo particular expresso pela estrutura lingüística, como tendo escrito Waverley; ‘a cidade natal de Rembrandt’, ‘a capital da Venezuela’, ‘o cubo de 2’.” (IFM, p. 3)

Como se vê, a exemplo de Frege, Church assume como nomes próprios não só nomes genuinamente próprios, mas descrições definidas em seu papel referencial. Ele observa que, às vezes, a distinção entre esses dois tipos de nomes não é clara, à semelhança do que acontece com palavras cuja estrutura complexa só se revela numa análise etimológica. O nome ‘Eugênio’, por exemplo, traz em seu interior a composição de bem nascido, ou de nobre descendência, mas isso não é percebido comumente. Claro está, todavia, que Church aceita a oposição fregeana entre sentido e referência para os nomes próprios, diferenciando o sentido de um nome típico como ‘Walter Scott’ de um nome complexo como ‘O autor de Waverley’. Do primeiro, afirma Church, que seu significado diz tratar-se de um homem que tem o nome ‘Walter’ e o sobrenome ‘Scott’, do segundo, que escreveu Waverley. Tais nomes possuem, portanto, a mesma denotação e sentidos diferentes, ressaltando-se, porém, que, para Church, o sentido é o que é apreendido quando

⁸⁶ É claro que, para os nossos fins, não se trata de fazer uma investigação exaustiva do problema no nome próprio no contexto das obras de Church, Carnap e Quine. O que nos interessa é, basicamente, o modo como as contribuições de Mill, Frege e Russell para o nome próprio foram assimiladas numa leitura tipicamente lógica; por isso, tais nomes foram escolhidos.

o nome é entendido. Daí que é possível para Church compreender-se o sentido de um nome sem conhecer sua denotação. Aquele é como um conceito desta, tomando-se a idéia de conceito como algo não lingüístico. Assim, 'o conceito de o autor de Waverley' expressa o mesmo conceito que 'o autor de Waverley'.

Church reconhece, também, a diferença que há entre a ocorrência de um nome em um contexto direto e em um contexto opaco quanto ao seu sentido e à sua referência. Admite, como Frege, que nomes podem ter sentido e não referência, mas reafirma a idéia de que *as linguagens formalizadas não podem assumir essa deficiência das linguagens ordinárias*. Para o uso matemático, uma variável é definida, por ele, como semelhante à constante e ao nome próprio, com a diferença de que, em lugar de uma simples denotação, ter-se-ia a *possibilidade de vários valores da variável*.

A preocupação de Church é eminentemente lógica e a categoria nome próprio, no seu trabalho, está inteiramente submetida aos propósitos das linguagens formalizadas. E ele explicita isso ao dizer que *usa o termo 'nome próprio' como alternativa para 'termo singular'*, apenas porque deseja evitar certas idéias associadas a este pela tradição.

Carnap (1947), é mais um dos filósofos e lógicos tributários das idéias de Frege. A sua concepção de lógica, e os recursos formais de que se utiliza devem muito aos *insights* fregeanos. Ele próprio explicita essa dívida, principalmente no que diz respeito ao que chama do método Nome-Relação (*Name-Relation*), ao qual dedica o terceiro capítulo do seu exemplar *Meaning and Necessity*.

A análise do que Carnap chama de Nome-Relação pode servir aos nossos propósitos em dois aspectos: primeiramente, compreender a forma como a questão do nome próprio em Frege é absorvida para fins exclusivamente lógicos; em segundo lugar, para depreender a posição da linguagem natural, quanto à categoria em pauta, no próprio sistema carnapiano.

Três são as características do mencionado método como alternativa de análise semântica para Carnap: 1) cada nome tem exatamente um *nominatum* (a entidade nomeada por ele); 2) cada sentença fala sobre os *nominata* dos nomes que ocorrem nela; 3) se o nome que ocorre numa sentença verdadeira é substituído por outro nome com o mesmo *nominatum*, a sentença permanece verdadeira. Três princípios podem ser a elas associados: à primeira, o princípio da univocidade, à segunda, o princípio da questão-sujeito e à terceira o princípio da intercambialidade. Em tal contexto, os problemas da linguagem natural quanto aos três princípios referidos são evitados por Carnap, que faz uso deles como *convenções pré-estabelecidas na construção de uma linguagem artificial L*. Em outras palavras, se, pelo primeiro princípio, se sabe que um nome deve designar exatamente *uma* entidade, *não se admitirá mais de uma ou nenhuma*. Assim, Carnap se desfaz do problema gerado por nomes de entidades ficcionais, por exemplo. É bom lembrar que, para Carnap, o problema não é o caráter abstrato do *nominatum*, mas a ambigüidade ou falta de clareza que os significados dos nomes podem produzir. Por isso, diz ele:

- (1.69) "Uma linguagem deste tipo pode, por exemplo, ser um sistema artificialmente construído ou inglês modificado, onde as ambigüidades ordinárias são eliminadas, ou assinalando para uma palavra ambígua somente um dos seus significados usuais, ou trocando-a com vários significados, por exemplo, 'probabilidade 1', 'probabilidade 2'." (MN, p. 98)

Com relação ao segundo princípio, que envolve a questão do sujeito, aspecto também problemático das linguagens naturais, Carnap adota o mesmo tipo de procedimento, dizendo-o "suficientemente claro para seus propósitos". Aceitos os dois primeiros princípios, dificilmente se rejeitará o terceiro.

No âmbito dos sistemas construídos, Carnap admite que o dispositivo de nomeação pode ser usado de maneira correta e diferenciada ao mesmo tempo. Para ele, não há possibilidades de se reduzir, quanto ao aspecto nomeação, os diversos sistemas a

um só se não houver concordância entre os lógicos. Tomemos um exemplo de divergência quanto à relação 'nome-*nominatum*'. Uma sentença como 'Roma é grande' só poderá ser entendida se nós sabemos que tipo de entidade os *nominata* são. O nome 'Roma' refere a cidade de Roma e, pelo mesmo processo, deve haver uma entidade referida pelo nome 'grande'. Aqui, surge o problema. Suponhamos que dois lógicos concordem sobre o significado de tal sentença. Ainda assim, poderá haver uma discordância do seguinte tipo: pelo princípio da questão-sujeito, o lógico 1 acredita que 'Roma é grande' significa que Roma pertence à classe grande. Nesse caso, 'grande' é o nome da classe grande, e a sentença passa a ser então *sobre* a cidade de Roma e a classe grande. Pelo princípio da univocidade, decorre, então, que o nome 'grande' só pode designar o *nominatum* classe. Para o lógico 2, entretanto, a sentença em pauta significa que Roma possui a propriedade grande, sendo, então, *sobre* a cidade de Roma e a propriedade grande. Pelo princípio da univocidade, nessa caso, o nome 'grande' designa apenas o *nominatum* propriedade. Como o princípio da univocidade do lógico 1 e do 2 levam a resultados diferentes, está criado o impasse. Carnap demonstra que mesmo que haja uma concordância no contexto de sistemas simbólicos bem construídos, esse tipo de divergência poderia persistir, e a sua conclusão consiste em aceitar dois sistemas equivalentes e divergentes quanto ao método do Nome-Relação, desde que a consistência de cada um se mantenha.

Esse exemplo ilustra bem a posição de Carnap quanto à compreensão do que seja a nomeação num sistema lógico, bem como quanto à maneira de se tratar uma ambigüidade da linguagem natural nos sistemas formais, no que diz respeito à função semântica dos nomes.

Uma outra situação ilustrativa aparece por ocasião das antonímias produzidas pela aplicação do princípio da intercambialidade a contextos não-extensionais. Nesses casos, como se sabe, o valor-de-verdade da sentença não se mantém com a substituição de expressões de mesmo *nominatum*, o que desafia a bem conhecida lei de Leibniz. Carnap demonstra que a solução de Frege e Church, através do par sentido-referência, leva a uma proliferação de sentidos e que a solução de Russell restringe, radicalmente, a utilização de nomes no contexto lógico, no que é, em grau menor, seguido por Quine. A solução de Carnap é coerente com a sua filosofia da lógica. Ele aproxima a idéia de *nominatum* à de extensão, a de sentido, à de intensão e consegue, dessa maneira, trabalhar logicamente, diferenciando sistemas extensionais de intensionais.

Em última análise, o que parece claro é que a atividade lógica de Carnap registra os problemas decorrentes da linguagem natural quanto ao uso de nomes, mas não os aceita num sistema formal, nem tenta resolvê-los, deixando claro que a sua concepção de lógica se fundamenta numa certa arbitrariedade controlada, justificada pela consistência e eficácia do sistema formal que ela sustenta.

Se Church e Carnap seguiram, principalmente, os *insights* fregeanos e trataram de contextualizá-los logicamente da maneira menos problemática possível, Quine assumiu uma posição mais arriscada, levando, às últimas conseqüências, algumas idéias de Russell.⁸⁷

Como não se trata aqui, absolutamente, de examinar a obra de Quine sobre o assunto, basta-nos trazer à cena algumas considerações clássicas do seu trabalho lógico, envolvendo aspectos sintáticos e semânticos do nome próprio. Interessa-nos mostrar, como se disse antes, *apenas a forma* de encaminhamento que Quine dá a certos problemas levantados por Russell e discutidos na seção anterior.

Uma das preocupações de Russell, como se viu, dizia respeito à falha referencial dos nomes e descrições definidas. Com relação a isso, Quine tornou clássicas duas maneiras de enfrentar a questão. Uma delas foi propor testes que permitissem decidir, no

⁸⁷ A posição de Quine aparece em textos diversos e, também, com formulações diversas. Para nós, as suas idéias mais conhecidas são suficientes, e elas aparecem, principalmente em *Designation and Existence*, de 1939, *O Sentido da Nova Lógica*, de 1944, *Methods of Logic*, de 1950, *From a Logic Point of View*, de 1953, *Word and Object*, de 1960, *Ontological Relativity and Other Essays*, de 1969 e *Theories and Things*, de 1981.

contexto lógico, se um nome está sendo usado designativamente ou não. Uma das formulações que Quine deu para o tema consiste em se reduzir a questão à forma de inferência no uso dos quantificadores, no caso, através da regra de particularização ou especificação e da regra de generalização existencial.⁸⁸ A primeira nos autoriza a passar de ‘(? x) A(x)’ a ‘A(x1)’, e a segunda de ‘A(x1)’ a ‘(? x) A(x)’, sendo ‘x1’ um nome.

A idéia de Quine parece ser a de que pelo uso isolado de um nome como ‘x1’ não se pode determinar se ele está ou não sendo usado para referir efetivamente. De ‘Sherlock Holmes é detetive’, apenas, eu não posso garantir que ‘Sherlock Holmes’ esteja sendo usado para referir objetivamente. Entretanto, as inferências a partir das regras mencionadas representa essa garantia, à medida que, para um domínio vazio de ‘x’, essas inferências não seriam possível. Em outras palavras, é preciso que ‘x1’ designe um objeto do domínio de ‘x’ para que tenha sentido chegar a *ele* pela inferência, ou partir *dele* para satisfazê-la. Grosso modo, Quine desloca a responsabilidade da decisão sobre a garantia da não-vacuidade da referência de um nome para o processo inferencial. Nesse sentido, um nome é usado para referir, se as regras de particularização e generalização existencial são *tomadas* como válidas em relação a ele (NEN, p 113-127).

Nesse contexto, uma definição sintática possível de nome próprio para Quine é “expressões constantes que substituem as variáveis e são substituídas por variáveis de acordo com as leis lógicas da quantificação” (DE, p. 44) já que, na regra de instanciação universal eliminamos o quantificador universal e *substituímos* ‘x’ por ‘x₁’.

A outra idéia também clássica de Quine é a possibilidade de, à semelhança de Russell, eliminar os termos singulares e garantir, com isso, a imunidade dos sistemas formais em relação aos problemas provocados pelos nomes.

Como se viu em Russell, sentenças como

(1.70) Aristóteles é grego

podem ser consideradas como equivalentes a

(1.71) O discípulo de Platão é grego.

e esta a

(1.72) (?x)[x é discípulo de Platão ? (? y)(y é discípulo de Platão ? y = x) ? x é grego]

onde o nome próprio de (1.70) é transformado em uma descrição em (1.71) e está eliminada pelo processo descrito em (1.72).

Quine admite a hipótese de uma radicalização em termos de *eliminação sistemática* dos termos singulares.

Considere, novamente, a equivalência entre (1.70) e (1.71). Pela notação de Russell no “Principia”, a descrição definida ‘O discípulo de Platão’ poderia ser simbolizada por $(\exists x)Fx$; isto nos permitiria traduzir (1.70) e (1.71) por ‘ $G((\exists x)Fx)$ ’. Ainda em Russell esta última expressão por definição é igual a ‘ $(?x)((?y)(Fy = x = y) ? Gx)$ ’.

Quine, então, acredita que toda e qualquer sentença contendo nomes próprios pode ser parafraseada por uma que contenha descrições e esta finalmente por outra que só contenha quantificadores e variáveis. Alguém poderia objetar que, às vezes, há nomes próprios, para os quais não se tem certeza da equivalência com nenhuma descrição. Quine acha que isso não é problema; poderíamos, mediante um predicado artificial, contornar a dificuldade. O nome ‘Aristóteles’ (1.70) poderia ser parafraseado pela descrição ‘o que

⁸⁸ Sobre a questão ôntica e ontológica em Quine, por exemplo, merece registro a tese do filósofo brasileiro O. Chateaubriand Filho, *Ontic Commitment, Ontological Reduction and Ontology*, de 1971.

Aristóteles', e isso não é tão implausível como parece. Equivaleria, por exemplo, a 'o x que é idêntico a Aristóteles'.

Através, então, desse processo, e aceitando a teoria das descrições de Russell, Quine propõe que se aceite que sentenças como (1.71) possam ser traduzidas por (1.73), sistematicamente.

$$(1.73) \quad (\exists x)((\exists y)Fy \supset x = y) \supset Gx$$

Por esse dispositivo técnico, Quine acredita que tiraríamos peso ontológico de cima do uso dos nomes. A questão sobre com que entidade estaríamos comprometidos passaria para as inferências produzidas com os quantificadores e as variáveis ligadas conforme se sugeriu antes.

Esta questão, é fácil de se concluir, não é absolutamente simples, como se possa pensar inicialmente. Transcenderia, entretanto, completamente, os nossos objetivos discutida aqui. As idéias de Quine, aliás, pela sua radicalidade em favor da eficiência dos sistemas formais, levam, naturalmente, a extensas discussões e, por isso, mereceriam uma análise exclusiva, o que não faremos em nosso texto.

Dito isso, já podemos fazer um pequeno balanço desta seção e, paralelamente, de todo o capítulo.

Esta parte do ensaio, como se propusera, tratou de examinar, mesmo que brevemente, o contexto lógico contemporâneo em que desembocaram os resultados de Mill, Frege e Russell, principalmente os dois últimos. Church, Carnap e Quine foram trazidos ao palco da nossa análise porque representam um *modo* de ler Frege e Russell, a saber, o de aproveitar os resultados a que estes chegaram no âmbito dos sistemas formais. E, nesse sentido, eles servem, excepcionalmente, para caracterizar, com clareza, a nossa abordagem do tema em todo o capítulo, cujo rótulo "Nome Próprio – A Linguagem natural na Lógica" não pretendeu ser, obviamente, gratuito.

Se a nossa interpretação foi bem sucedida, conseguimos demonstrar que a questão do nome próprio da linguagem natural, nos textos examinados, *não foi, absolutamente, o objeto central da investigação*. Tal questão serviu, apenas, como uma espécie de templo problemático onde os filósofos e lógicos mencionados executaram o ritual sofisticado de fundamentação da lógica moderna, não sem antes denunciar as impropriedades e obstáculos do próprio templo para seu projeto.

O nome próprio em Mill, Frege e Russell é investigado, sem dúvida nenhuma, *qua categoria semântica*. Mesmo o tratamento dos aspectos relevantes dos nomes próprios típicos está totalmente submetido ao "point" lógico. A seção final deste capítulo é uma ilustração clara de que isso é assim. A forma como Church justifica o uso do termo 'nome próprio', a solução elegante de Carnap para alguns dos problemas levantados por Frege e Russell, e a absoluta frieza com que Quine propõe a eliminação dos termos singulares, esclarecem o nosso ponto de vista. Se o nome próprio da linguagem ordinária, tal como a tradição nos ensinou, é uma categoria lingüisticamente sustentável, não podemos ainda afirmar. Pelo contrário, se este primeiro capítulo foi claro, a abordagem lógica coloca sob suspeita se é possível uma caracterização semântica específica dessa categoria.

Mas, é preciso reafirmá-lo, nem todos leram Mill, Frege e Russell através da ótica de um projeto logicista. O debate contemporâneo é cheio de alternativas. Centenas de textos nas revistas especializadas nos últimos cinquenta anos comprovam-no. Do nosso ponto de vista, como enfatizamos há pouco, o aproveitamento de tal debate para uma plausível semântica da linguagem natural passa pela elucidação dos pontos obscuros e equívocos que repassam os argumentos das propostas em confronto. Essa, talvez, a principal contribuição de nosso ensaio, a qual, se bem sucedida, provavelmente o justifique.

2 - NOME PRÓ PRIO - A LÓGICA DA LINGUAGEM NATURAL

Kripke em "*Naming and Necessity*"⁸⁹ discutiu o tema do sentido e da referência do nome próprio em três direções: na primeira, desfechou um ataque consistente ao "locus clássico" do modelo descritivista, representado pelas idéias de Frege e Russell; na Segunda, estendeu a sua análise às variações do descritivismo, consideradas a partir de Wittgenstein, Strawson e Searle; e na terceira, defendeu o seu modelo causal da referência, de que extraiu, associando-se a Donnellan e a Putnam, questões de grande significação para a Filosofia e para a Lógica.

Foi tal a repercussão de seu trabalho, que se estabeleceu um debate de enorme expressão nas últimas décadas, envolvendo, além dos já citados, filósofos e lingüistas como Quine, Dummett, Katz, entre dezenas de outros.

Apesar da grande extensão desse debate, poder-se-ia dizer que o palco privilegiado das representações argumentativas é a luta entre os paradigmas causal e neodescritivista na abordagem do nome próprio.

Diante disso, a nossa estratégia para esse capítulo consiste em apresentar, detalhadamente, tal debate, aproveitando, sem nenhum pudor, as feridas teóricas abertas por ele, e, sem nenhum constrangimento, os melhores *insights* de cada teoria.

Para isso, obedeceremos aos seguintes passos:

- em 2.1 introduziremos a teoria neodescritivista (TND) de Wittgenstein, Strawson e Searle, objeto da crítica de "*Naming and Necessity*";

- em 2.2, apresentaremos os argumentos de Kripke contra a TND, bem como as teses principais da sua Teoria Causal (TCa);

- em 2.3, a extensão das teses causalistas em Donnellan e Putnam e a réplica de Dummett e Searle, escolhidos como os mais significativos integrantes dos debates contemporâneos sobre o tema e,

- em 2.4, a análise dos problemas subjacentes ao debate, e das perspectivas que dele decorrem para uma caracterização lógico-lingüística do nome próprio enquanto categoria da nossa linguagem.

Convém lembrar que, durante este capítulo, estaremos, ainda, perseguindo o nosso tema-roteiro, a saber, o *nome próprio da linguagem natural*, no contexto lógico-lingüístico-filosófico. Por essa razão, *a nossa leitura das teorias citadas já é feita através dos aspectos relevantes para os nossos objetivos*, não representando, absolutamente, uma análise exaustiva de todas as questões nelas contidas.

2.1 – A Teoria Neodescritivista (TND) de Wittgenstein, Strawson e Searle

Wittgenstein, nas "Investigações Filosóficas", fez muitas considerações sobre os nomes próprios da linguagem natural, tomando como pano de fundo o modelo russelliano.

Russell, como se viu no capítulo anterior, distinguiu os nomes logicamente próprios, mais bem representados pela palavra 'isto', cujo significado era o próprio objeto nomeado, dos nomes próprios ordinários, equivalentes a descrições abreviadas, embora tomados como próprios no uso cotidiano.

⁸⁹ *Naming and Necessity* é um trabalho que teve origem em três conferências dadas por Kripke na Universidade de Princeton, em 1970, sistematizando idéias desenvolvidas na década anterior. Trata-se de um texto que teve edição em 1972, na coletânea de D. Davidson e G. Harman, *Semantics of Natural Language* e, posteriormente, uma outra em, 1980, sob forma de livro, com pequenas alterações, justificadas pelo próprio Kripke, num prefácio esclarecedor. *Naming and Necessity*, em termos de publicação, foi precedido por *Identity and Necessity*, in M. Munitz (ed.) *Identity and Individuation*, de 1971. Por ser mais completo, usaremos, basicamente, a edição de 80 de *Naming and Necessity*.

Wittgenstein, então, fez um forte ataque à idéia de que o significado de um nome seja identificado ao objeto nomeado, e aceitou, com restrições, a hipótese de que os nomes próprios ordinários fossem equivalentes a descrições truncadas.⁹⁰

Quanto à primeira posição, diz ele:

(2.01) “É importante constatar que a palavra 'significação' é usada incorretamente, quando se designa com ela a coisa que "corresponde" à palavra. Isto é, confunde-se a significação de um nome com o portador do nome. Se o sr, N.N morre, diz-se que morre o portador do nome, e não que morre a significação do nome. E seria absurdo falar assim, pois se o nome deixasse de ter significação, não haveria nenhum sentido em dizer: “O Sr. N.N. morreu” (IF, p.31 - parágrafo 40).

O seu argumento é claro e consistente, mas deve ser corretamente interpretado. Wittgenstein refere-se ao uso dos nomes próprios ordinários. Ele parte, certamente, do conceito russelliano de nomes logicamente próprios, como expressões lingüísticas para elementos simples, mas o ponto de sua argumentação gira em torno da função cotidiana da linguagem. Por isso é que ele se pergunta, surpreendido, a propósito da palavra 'isto'.

(2.02) "Mas como se chega à idéia de querer fazer justamente dessa palavra um nome, quando evidentemente não é nome algum?" (IF, p. 30 - parágrafo 39).

É evidente a alusão ao fato de que os dêiticos, dadas as restrições epistemológicas de Russell, acabam por tornar-se praticamente os únicos exemplos de nomes logicamente próprios. Mas mesmo que Nothung, a espada de Siegfried, esteja despedaçada, ainda assim a sentença 'Nothung tem um corte afiado' tem sentido, diz Wittgenstein, porque o nome próprio 'Nothung' se esclarece num jogo de linguagem em que ele pode ser usado na ausência do seu portador. Isso se justifica, evidentemente, desde que se aceite a tese que Wittgenstein defende no seu célebre parágrafo 43.

(2.03) "Pode-se para uma grande classe de casos de utilização da palavra 'significação'- se não para todos os casos de sua utilização - explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a significação de um nome elucida-se muitas vezes apontando para seu portador." (IF, p. 32)

Assim, a significação de um nome pode ser elucidada pelo ato ostensivo, mas não se o usa com ele. Justamente por isso, não vale o argumento de que 'isto' seja um nome só porque se o usa com o gesto demonstrativo. O que, em última análise, está dizendo Wittgenstein, com sua noção de significado como uso, é que o argumento de Russell não vale.⁹¹

Quanto à outra posição, Wittgenstein, como se disse, parece concordar com Russell sobre que um nome pode ser definido por meio de descrições diversas, o que atribui às frases em que ele é usado, diversas significações. Mas Wittgenstein complementa essa posição, observando que o nome corresponde a uma ou outra dessas descrições, de tal maneira que sua significação nunca é rígida. 'Moisés' é um nome que equivale a 'O homem que guiou os israelitas através do deserto', ou 'O homem que viveu naquele tempo e

⁹⁰ Essa é a posição de Wittgenstein nas *Investigações*. No *Tractatus*, pelo menos para a idéia tradicional de significação, os nomes não têm sentido, embora em 3.203 diga “*Der Name bedeutet den Gegenstand. Der Gegenstand ist seine Bedeutung*” que, pela ambigüidade do termo “*Bedeutung*” (significado, referência), tem sido uma passagem mal interpretada.

⁹¹ Wittgenstein também ataca a idéia de particulares de Russell ou dos seus objetos no *Tractatus*, na seqüência do seu argumento sobre a natureza do uso dos nomes, distinguindo denominar e descrever no jogo da linguagem, mas não discutiremos essa parte do argumento aqui.

naquele lugar e que naquela época foi chamado Moisés', ou 'O homem que em criança foi retirado do Nilo pela filha do Faraó', ou etc. , como queria Russell, mas,

(2.04) "Não é como se eu, por assim dizer, tivesse à mão toda uma série de suportes e que me apóio em um deles quando os outros me são retirados e vice-versa? E isto pode ser assim expresso: utilizo o nome 'N' sem uma significação rígida." (IF, p. 48 - parágrafo 79)

Wittgenstein reinterpreta, então, Russell, nesse caso, à luz da idéia de significação enquanto uso no jogo de linguagem, que ele acreditava ser análoga ao célebre princípio de contexto de Frege, segundo o qual uma palavra só significa no contexto de uma proposição (IF, p. 35 - parágrafo 49).

Assim, no jogo da linguagem, um nome pode, para Wittgenstein, ser elucidado por um conjunto indeterminado de descrições, embora tal indeterminação possa causar um certo desconforto teórico.

(2.05) "Suponha que eu elucide: "Por 'Moisés' entendo o homem, se tal homem existiu, que conduziu os israelitas para fora do Egito, qualquer que tenha sido o seu nome e não importa o que tenha feito ou deixado de fazer." Mas sobre as palavras desta elucidação são possíveis dúvidas semelhantes às surgidas sobre o nome 'Moisés'(o que você chama 'Egito', quem são 'os israelitas' etc.). Mas então como uma elucidação ajuda-me a compreender, se ela não for a última?" (IF, p. 51 - parágrafo 87)

Desde que não se confunda exatidão com utilidade tudo se esclarece, diz Wittgenstein. Uma elucidação pode ser útil mesmo não sendo a última. Assim, uma descrição pode elucidar o uso de um nome próprio, desfazendo-se um mal-entendido, mesmo que ela própria careça de elucidação. Esse aparente regresso infinito não impede o êxito de um jogo de linguagem em que nomes e descrições compareçam. Uma certa indeterminação é própria da natureza das regras do jogo e não bloqueia a compreensão das palavras. Constróem-se as regras da linguagem no momento mesmo em que se as usa, e isso, pensa Wittgenstein, não deve ser surpreendente na idéia de linguagem como jogo, pois

(2.06) "... não se dá também o caso em que jogamos e - *make up the rules as we go along?*. E também o caso em que as modificamos - *as we go along.*" (IF, p. 50 - parágrafo 83)

Wittgenstein, certamente, pretendia chegar a objetivos muito além de uma mera teoria dos nomes próprios. Ele, na verdade, discutiu esse tema, tendo em vista a importância que lhe concederam Russell e Frege em seu projeto de fundamentação da lógica e, mais uma vez, radicalizou a questão, trazendo o modelo russelliano para o confronto com a vaguidade das regras da linguagem natural.

Justamente por isso, o ponto de Wittgenstein era muito mais o trabalho crítico sobre a filosofia da lógica de Russell do que a elaboração de uma semântica para a nossa linguagem. Seus *insights*, entretanto, não foram, nesse sentido, desperdiçados, e não foram poucos os filósofos e lingüistas que os incorporaram a teses que, certamente, ele não endossaria como inferências válidas das enigmáticas premissas das "Investigações Filosóficas".

Strawson (1959) é um dos que têm defendido, à semelhança de Wittgenstein, a idéia de que os nomes próprios só funcionam sobre uma base descritiva.

(2.07) "... não serve usar um nome para um particular a menos que se saiba quem ou que é referido pelo uso do nome. Um nome é sem valor sem um suporte

de descrições que possa ser produzido como exigência para explicar sua aplicação.” (IV, p. 20)

Ele pensa que os nomes próprios são as expressões referenciais típicas de particulares, cujo uso, entretanto, é sempre articulado a uma base de descrições, que trabalham ao redor delas como um eixo referencial.

(2.08) “... são os nomes próprios que tendem a ser os lugares-suporte da referência a particulares, os pontos sobre os quais as frases descritivas giram.” (IV, p. 58)

A necessidade de tal base descritiva, para Strawson, se justifica à medida que é preciso explicar como se dá a relação entre o nome de um indivíduo e os fatos que o distinguem dos outros. Um grupo de pessoas, para uma identificação bem sucedida de alguém, por exemplo, que seja o objeto da conversação, deve ser capaz de compartilhar o conhecimento de algumas das propriedades do indivíduo referido. Aqui, pensa Strawson, o conceito de pressuposição é da maior relevância. Apesar de sua complexidade, tal conceito poderia ser refinado para funcionar exatamente como esse conjunto de proposições descritivas que devem constituir a base de identificação que sustenta o nome próprio. Se 'Sócrates' é o nome em questão, então o grupo que dele se utiliza deve ter o conhecimento compartilhado de propriedades do filósofo, que permitam identificá-lo com precisão.

(2.09) "Para dar um nome ao refinamento que eu tenho justamente ilustrado, nós poderíamos falar de uma pressuposição-conjunto de proposições. As proposições reunindo a descrição composta de Sócrates poderiam formar tal conjunto." (IV, p. 132)

Três aspectos da proposta de Strawson são fundamentais: o primeiro diz respeito à natureza da pressuposição-conjunto de proposições, em que as propriedades do indivíduo designado pelo nome próprio aparecem sob forma de uma lista de proposições, entidades que, lingüisticamente expressáveis, ficam no mesmo nível do nome próprio; o segundo refere-se ao fato de que tal lista não precisa ser determinada; nem quanto à proporção em que proposições devem ser compartilhadas como condição suficiente para identificar o indivíduo, nem, portanto, quanto aos limites do conjunto-pressuposição. O terceiro aspecto que merece registro é um pequeno mas importante refinamento que Strawson introduz na sua teoria. Suponha que João tenha ouvido Pedro falar de José que ele, João, não conhece. A partir daí, João poderia referir-se a tal indivíduo com base na descrição identificadora “a pessoa a quem Pedro chamou ‘José’”. Obviamente, isso poderia caracterizar uma espécie de cadeia de referência emprestada, como se costuma dizer, embora Strawson tente negar o risco da circularidade.⁹²

Na mesma trilha teórica de Strawson, seguindo ainda os *insights* wittgensteinianos, aparece Searle (1958-1969).⁹³

No capítulo 7 do *Speech Acts*, em que trata dos problemas da referência, John Searle reserva uma seção ao nome próprio em que sistematiza de maneira precisa os problemas que envolvem a mencionada categoria. Partindo da questão fundamental sobre o sentido do nome próprio e sua relação com as descrições definidas, primeiro ele

⁹² A propósito disso, diz Strawson numa nota de rodapé: “Assim, uma referência pode tomar emprestado suas credenciais, como uma referência genuinamente identificada, de outro; e aquela de outro. Mas este regresso não é infinito.” (IV, p. 182).

⁹³ Refiro-me, aqui, ao artigo de Searle *Proper Names*, In: *Mind*, nº 67, p. 166-173, 1958, incorporado, mais tarde, ao seu *Speech Acts*, de 1969. Na forma deste último, aparece, também, com o título de *The Problem of Proper Names* em Steinberg, & Jacobovits, eds., *Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, Cambridge University Press, 1971. Trabalharemos com a tradução portuguesa Os Actos de Fala, coordenação de Carlos Vogt para a Livraria Almedina, Coimbra, Portugal.

confronta os modelos de Mill e Frege, explicitando os obstáculos que cada um deles enfrenta e, finalmente, defende a sua própria alternativa, no caso uma variante do descritivismo fregeano.

A tese de Mill, segundo a qual os nomes próprios denotam mas não conotam, isto é, não têm sentido, pode ser, para Searle, traduzida assim: usamos os nomes próprios para referir um objeto sem descrever qualquer propriedade dele, ao contrário, portanto, do que fazemos ao usar uma descrição. Essa tese, ainda do ponto de vista de Searle, pode receber três tipos de objeções:

a) Nas proposições existenciais como 'Homero existiu' ou 'Pégaso não existe', o nome próprio deve ter algum conteúdo descritivo e não pode estar sendo usado para referir. Se não fosse assim, argumenta Searle, teríamos que admitir que, para atribuímos um valor-de-verdade às proposições citadas, precisaríamos decidir se o nome refere ou não, o que já nos daria, antecipadamente, o valor-de-verdade delas. De fato, se 'Homero' referisse, isso garantiria previamente que 'Homero existe' é verdadeira e, 'Homero não existe' é falsa. Por essa razão, portanto, o nome nessas proposições parece ter um conteúdo descritivo, o que é compatível com a tese, já esboçada desde Hume, Kant e Frege, de que a existência não é um predicado, mas um conceito de segunda ordem.

b) Enunciados de identidade como 'O Everest é Chomolungma', se os nomes próprios não tivessem sentido, seriam tautológicos como 'O Everest é o Everest'. Tal não parece ser o caso, entretanto, porque o primeiro faz uma afirmação de ordem geográfica. Isso sugere que os nomes contêm um conteúdo descritivo.

c) Para que a referência seja completa, o enunciado de um nome próprio deve comunicar uma descrição tal como uma descrição definida o faria. Esse princípio, que Searle defende como princípio de identificação, subjaz ao processo de referência bem sucedida e caracteriza a exigência de que só uma descrição identificadora pode garanti-la. Daí, então, conclui-se que os nomes devem, realmente, ser equivalentes a descrições abreviadas. Essa tese, contudo, que pode ser atribuída, em sua base, a Frege e Russell, é sensível, também, a várias objeções, resumidas assim:

I. Se os nomes próprios fossem descrições abreviadas, tais descrições seriam equivalentes ao nome a que correspondem, podendo ser usadas como definições para eles; mas isso, na prática, não ocorre.

II. Se um nome fosse uma descrição abreviada, então um enunciado verdadeiro, em que o nome fosse o sujeito, e a descrição, o predicado, seria analítico. Se 'Aristóteles' fosse 'O mestre de Alexandre', então, 'Aristóteles é o mestre de Alexandre' seria analítico. Mas esse não parece ser o caso; o enunciado é informativo sobre Aristóteles, sendo, portanto, sintético.

III. Se um nome tivesse o significado de uma descrição, então, cada vez que houvesse uma mudança na propriedade do indivíduo expressa pela descrição, teríamos que admitir uma mudança na significação do nome. Quando Aristóteles não fosse mais o mestre de Alexandre, então 'Aristóteles' teria mudado de significação. Além disso, como as pessoas conhecem de maneira variada as propriedades de um indivíduo, o nome 'Aristóteles' teria, para elas, diversas significações.

Dadas as objeções parecerem justas contra os dois modelos, Searle tenta contorná-las através de uma interpretação que, analogamente ao que dissemos de Wittgenstein e Strawson, poderíamos denominar Neodescritivista.

A proposta de Searle passa pelo caminho de responder a questão sobre se uma proposição, cujo sujeito é um nome próprio e o predicado, uma expressão descritiva, é ou não analítica.

De fato, observa Searle, a necessidade que temos de saber se o objeto que designamos pelo nome próprio permanece o mesmo no tempo leva-nos a crer que:

(2.10) “A todo nome próprio é associado analiticamente um certo termo geral. O Everest é uma montanha, o Mississipi é um rio, De Gaulle é uma pessoa. Todo objeto que não fosse uma montanha não poderia ser o Everest, etc., porque para assegurar a continuidade da referência é necessário um critério de identidade, e é o termo geral, associado ao nome que fornece esse critério. Mesmo se alguém desejasse afirmar que De Gaulle poderia transformar-se em árvore ou em cavalo, permanecendo De Gaulle, haveria algum critério de identidade. De Gaulle não poderia transformar-se no que quer que seja, num número primo, por exemplo, e ainda permanecer De Gaulle, e dizer isso é dizer que um certo termo, ou certo grupo de termos, é analiticamente associado ao nome 'De Gaulle'.” (AF, p. 221)

Com isso, Searle pensa estar respondendo a uma das interpretações, no caso a mais fraca, da questão mencionada, a saber, se qualquer afirmação daquele tipo é analítica. A sua contribuição mais significativa, entretanto, é a tentativa de resposta para a interpretação mais forte, cuja forma mais simples pode-se expressar na seguinte maneira: Uma afirmação que tem por sujeito um nome próprio e por predicado uma descrição identificadora é analítica? (AF, p. 220). (2.10), diz Searle, não pode ser uma resposta para essa pergunta, tendo em vista que o predicado 'montanha' não é uma descrição que permita identificar o Everest. Para respondê-la, então, ele apela para o seu princípio de identificação, subjacente à seguinte passagem:

(2.11) “Vamos supor que pedimos aos utentes do nome 'Aristóteles' para formular os fatos que consideram essenciais e estabelecidos a propósito desse nome. Suas respostas constituiriam um conjunto de descrições identificadoras, e eu gostaria de mostrar que, embora nenhuma delas seja, por si mesma, analiticamente verdadeira de Aristóteles, a sua disjunção o é.” (AF, p. 223)

Searle acredita que, caso não houvesse descrições suficientes, mesmo que em número não determinado, para identificar o objeto designado pelo nome próprio, não teríamos condições de saber se tal objeto era o mesmo num outro momento da designação. Daí por que Searle conclui que:

(2.12) “É uma condição necessária para que um objeto possa ser Aristóteles, que ele satisfaça pelo menos algumas dessas descrições. Essa é uma outra forma de dizer que a disjunção dessas descrições é analiticamente associada ao nome 'Aristóteles' - sendo essa uma resposta quase afirmativa à pergunta “Os nomes próprios têm um sentido?”, na sua formulação mais forte.” (AF, p. 224)

Nesse caso, como se vê, Searle filia-se ao modelo fregeano de interpretação do nome próprio genuíno, embora acredite que o erro de Frege foi supor que a descrição identificadora que nós podemos substituir pelo nome do objeto devesse ser considerada uma definição.

Posta assim a questão, Searle defende a tese de que os nomes próprios são como suportes dos quais pendem as descrições, e de que essa imprecisão sobre quais as

características do objeto denominado estão em jogo é, no fundo, a propriedade pragmática típica da categoria em pauta. Não é por outra razão que Searle diz:

- (2.13) “Portanto, a nossa resposta à pergunta “Os nomes próprios têm um sentido?” - se ela equivale a perguntar se os nomes próprios são, ou não, utilizados para descrever ou especificar as características dos objetos - será “não”. Mas se ela equivale a perguntar se os nomes próprios são, ou não, logicamente ligados às características do objeto ao qual se referem, a resposta é “sim” de uma maneira bastante frouxa.” (AF, p. 224)

A sua alternativa, parece claro, é uma forma nova de apresentar o *insight* wittgensteiniano de que os nomes próprios dependem de uma base descritiva, cuja indeterminação não impede que ela funcione, uma vez que uma ou outra sempre será um instrumento suficiente de garantia de identificação do objeto nomeado.

Por essa razão, Wittgenstein, Strawson e Searle, apesar das diferenças que os separam, podem ser enquadrados dentro de uma tendência neodescritivista cuja origem é a posição clássica de Frege e Russell.

Não é, portanto, surpreendente que o ataque de Kripke ao modelo descritivista se detenha, de maneira especial, na variante contemporânea que, por isso mesmo, tentamos apresentar em seus aspectos mais relevantes.

Mas a virulência dos argumentos de Kripke, para a tradição lógico-filosófica na análise da linguagem, é assunto para a próxima seção.

2.2 – A Teoria Causal de Kripke e a Crítica aos Descritivismos

Naming and Necessity é, provavelmente, o texto que provocou maior repercussão, nos últimos quarenta anos, no contexto da filosofia da linguagem. Kripke abalou, indiscutivelmente, as bases das tendências descritivistas de Frege e Russell, estendeu o seu ataque ao neodescritivismo contemporâneo, delineou uma proposta dita teoria causal da referência e, com isso, abriu caminho para uma fortíssima polêmica em torno do nome próprio, centro de questões filosóficas detalhadamente disputadas.

Nesta seção, trataremos do referido texto através da seguinte estratégia de abordagem:

Inicialmente, faremos uma exposição minuciosa dos argumentos e contra-exemplos de Kripke contra o descritivismo clássico e suas variantes contemporâneas, o que constitui as teses negativas de *Naming and Necessity*; em seguida, apresentaremos a parte positiva do trabalho de Kripke, a saber, as teses básicas da chamada teoria causal da referência em seus aspectos mais relevantes; e, finalmente, traremos à cena as consequências lógico-lingüístico-filosóficas que decorrem do conjunto das mencionadas teses, quando chamaremos à participação mais ativa alguns dos interlocutores, sócios teóricos ou contendores mais expressivos, a que Kripke se refere.

É evidente que, pela amplitude dos problemas tratados por Kripke, muitos aspectos de grande importância, mas laterais ao nosso roteiro, não serão abordados com a exaustividade merecida, embora exijam registro à medida que também fazem parte do cenário teórico do nome próprio.

Cabe também lembrar que, pela forma como dirigimos nosso trabalho, os aspectos problemáticos do debate entre os modelos causal e descritivistas só serão discutidos no final do capítulo, após um exame detalhado dos argumentos apresentados em *Naming and Necessity*.

Kripke vê o modelo descritivista de Frege e Russell como uma reação à teoria dos nomes de S. Mill. Se, para este, os nomes próprios não têm sentido, cumprindo as funções de referir sem descrever, para Frege e Russell há competentes razões para crer que tal interpretação é insatisfatória. Kripke enumera três delas, como as que subjazem à reação do

descritivismo contra Mill. A primeira é que, apesar da plausibilidade da interpretação milliana, sua proposta não explica como é que se determina o referente de um nome usado por um falante qualquer. Dado um enunciado como 'Kant foi professor de lógica', por exemplo, como poderia alguém que não teve conhecimento direto de Kant, ou familiaridade com ele, determiná-lo como referente do nome 'Kant' no mencionado enunciado? A segunda das razões apontadas por Kripke como estimuladora do descritivismo contra Mill está no fato de que enunciados de identidade com nomes próprio, do tipo 'Hesperus é Phosphorus', só podem ser informativos se os nomes em questão significam algo; o terceiro motivo de Frege e Russell seria a constatação de que a interpretação de Mill não explica o que exatamente ocorre em enunciados existenciais como 'Homero existiu', em que alguém respondesse a uma dúvida sobre a existência dele. Parece óbvio que tal enunciado não quer dizer, apenas, de um indivíduo que ele existiu, o que seria absolutamente não-informativo (NN, p. 27, 28 e 29).⁹⁴

Kripke reconhece, portanto, que Frege e Russell não contestaram a concepção de Mill, gratuitamente. Apesar disso, ele acredita que a proposta descritivista está errada. Frege, diz ele citando (1.36), afirma que, por uma fragilidade de nossa linguagem, as pessoas podem atribuir sentidos diferentes ao nome próprio, como o fazem com 'Aristóteles', associando a ele descrições como 'O mestre de Alexandre', 'O discípulo de Platão', etc. Russell, por sua vez, mesmo distinguindo os nomes logicamente próprios dos nomes próprios ordinários, interpreta estes últimos como descrições abreviadas. Frege e Russell, mesmo com alguma interdependência, pensam responder, assim, ao que o modelo de Mill não responde. Mas tal pretensão não é correta, pensa Kripke, utilizando-se de um dos argumentos mais típicos de "*Naming and Necessity*".

- (2.14) "Se 'Aristóteles' significasse o homem que ensinou Alexandre o Grande, então dizer 'Aristóteles foi um professor de Alexandre o Grande' poderia ser uma mera tautologia. Mas seguramente não é; expressa o fato de que Aristóteles ensinou Alexandre o Grande, algo que poderíamos descobrir ser falso. Assim, ser o professor de Alexandre o Grande não pode ser parte do [o sentido de] nome." (NN, p. 30)

De fato, argumenta Kripke, se uma descrição indica uma propriedade acidental na vida de um indivíduo, dizer dele que possui tal propriedade é fazer uma asserção informativa. Isso significa que tal descrição não pode ser vista como sendo o significado do nome do indivíduo a que ela se refere, porque, se assim o fosse, tal asserção seria tautológica, o que é incompatível com o caráter contingente da propriedade expressa pela descrição.

É tal a força desse argumento, para Kripke, que ele poderia ser apontado como uma das causas do surgimento das variantes neodescritivistas de Wittgenstein, Strawson e Searle, na defesa do núcleo teórico do modelo frege-russelliano (NN, p. 31).

Realmente, uma tentativa de contornar os problemas que (2.14) levanta para o modelo descritivista é substituir a idéia de que o nome próprio equivale a uma descrição, pela de que ele é sustentado por um feixe ou uma família de descrições que lhe fornece a base indispensável para o seu uso. Essa é, pelo menos, a forma como Kripke vê a interpretação neodescritivista dos nomes próprios subjacentes a passagens como (2.04), (2.07), (2.08), (2.09), (2.10), (2.11), (2.12), admitindo, inclusive, que ela tenha mais plausibilidade que a proposta clássica de Frege e Russell. Mesmo assim, Kripke acredita que tal manobra é insuficiente para salvar a base descritivista, e que, no fundo, é sensível às mesmas objeções, desde que adequadamente formuladas. Para demonstrar isso, entretanto, Kripke precisa introduzir algumas considerações que lhe servirão como alavanca argumentativa para fazer implodir o edifício neodescritivista, bem como para justificar o

⁹⁴ As razões que sustentam o descritivismo, para Kripke, são praticamente as mesmas levantadas por Searle e já mencionadas em nosso texto.

que, modestamente, ele chama o seu quadro (*picture*) causal. Essas considerações, porém, não são absolutamente triviais e exigem um certo detalhamento, sob pena de não serem corretamente avaliadas.

A primeira delas diz respeito à forma como a tradição filosófica tem tratado de relacionar os conceitos de aprioricidade e necessidade. Em aplicação a enunciados, tais conceitos são tomados, não raras vezes, como intercambiáveis, o que, para Kripke, está longe de ser aceitável sem discussão. Na realidade, a expressão '*a priori*' que, desde Kant, tem sido usada para representar verdades que possam ser conhecidas independentemente da experiência, vem sendo associada, de maneira errada, ao uso de modalidades. Muitos filósofos, diz Kripke, passam de pode ser conhecido independente da experiência para deve ser conhecido independente da experiência, e isso é um erro.

(2.15) “Alguma coisa pode pertencer ao reino de tais enunciados que podem ser conhecidos *a priori* mas ainda ser conhecida por um determinado indivíduo na base da experiência.” (NN, p. 35)

Alguém que acredite na resposta de um computador sobre se determinado número é primo, fá-lo com base em evidência *a posteriori*, mas isso não significa que outra pessoa com o necessário cálculo não possa sabê-lo *a priori*.

(2.16) “Assim, ‘pode ser conhecido *a priori*’ não significa ‘deve ser conhecido *a priori*.’” (NN, p. 35)

Nessa perspectiva, a expressão '*a priori*', para Kripke, deve ser usada, de maneira mais simples, como o conhecimento que alguma pessoa tem, sem apoiar-se em dados empíricos. Trata-se, então, de um conceito que trabalha no âmbito epistemológico e não deve ser utilizado fora de seus limites. Exatamente por isso não se confunde com a noção de necessidade, que diz respeito ao contexto da metafísica. De fato, pensa Kripke, a questão da necessidade se coloca no âmbito da pergunta sobre se o mundo poderia ter sido diferente do que é. Ao saber que um fato é verdadeiro, ainda assim poderíamos questionar sobre a possibilidade de ele ser falso, sendo o mundo diferente. No caso de a resposta ser negativa, ou seja, de que em nenhum mundo possível tal fato poderia ser falso, diríamos dele ser necessário, caso contrário, contingente.

(2.17) “É certamente uma tese filosófica, e não uma questão de óbvia equivalência definicional, ou que todas as coisas *a priori* são necessárias ou que todas as coisas necessárias são *a priori*. Ambos os conceitos podem ser vagos. Isto pode ser um outro problema. Mas, de qualquer maneira, eles dizem respeito a dois diferentes domínios, duas diferentes áreas, a epistemológica e a metafísica.” (NN, p. 36)

O exemplo clássico de Kripke, para ilustrar essa diferença de domínios, é a conjectura de Goldbach. Como se sabe, ela supõe que qualquer número par maior que dois deve ser a soma de dois primos. Tal conjectura, tanto para o caso de ser verdadeira quanto para o de ser falsa, sê-lo-ia necessariamente. Um determinado número, como teste da conjectura, poderia, em computação direta, confirmá-la ou não. Considerando que ela fosse verdadeira, por exemplo, não faria sentido supor-se que um número par maior que dois pudesse não ser a soma de dois primos. Entretanto, na ausência de uma prova matemática decidindo esta questão, ninguém poderia ter um conhecimento *a priori* em qualquer direção. Ninguém sabe se a conjectura é verdadeira ou falsa, não tendo, então, qualquer conhecimento *a priori* sobre ela (NN, p. 37).

Diante disso, Kripke está ratificando a sua tese de que os termos '*a priori*' e 'necessário' não só não são intercambiáveis ou coextensivos como pode, ainda, haver

verdades necessárias *a posteriori* ou contingentes *a priori*, o que é radicalmente surpreendente para a tradição filosófica.⁹⁵

Quanto ao conceito de analiticidade, outra fonte de polêmicas filosóficas intermináveis, Kripke, em conexão com as idéias já apresentadas, tenta contornar os problemas que ele acarreta, estipulando o uso 'analítico' como aplicado a enunciados que, em virtude de seu significado, são verdadeiros em todos os mundos possíveis e *a priori*.

(2.18) “Então, alguma coisa que é analiticamente verdadeira será ambos necessária e *a priori*. (Isto é um tipo de estipulação).” (NN, p. 39)

A segunda consideração importante para a correta compreensão do pensamento de Kripke está justamente ligada à sua concepção de mundo possível, conceito envolvido no tópico anterior, e que tem recebido interpretações diversas e conflitantes.

Kripke se opõe à idéia de mundo possível como uma forma de construção de um outro mundo, como uma espécie de país distante que se observa com um telescópio para ver o que contém.⁹⁶

(2.19) “Um mundo possível é dado pelas condições descritivas que nós associamos a ele. O que nós significamos quando nós dizemos 'em algum outro mundo possível eu poderia não ter dado esta palestra hoje?' nós acabamos de imaginar a situação onde eu decidi não dar esta palestra, ou decidi dá-la em algum outro dia. É claro que nós não imaginamos todas as coisas verdadeiras ou falsas, mas somente aquelas coisas relevantes para a realização da minha palestra; mas, na teoria, todas as coisas necessitam ser decididas para fazer uma descrição total do mundo.” (NN, p. 44)⁹⁷

Trata-se, portanto, para Kripke, de considerar mundos possíveis a partir de situações contrafactuais. Poderíamos supor, diz ele, que Nixon não tivesse vencido as eleições dos Estados Unidos em 1968, ou seja, poderíamos supor um mundo possível onde o vencedor fosse outro, tendo em vista o indiscutível caráter acidental ou contingente de tal fato na vida de Nixon. É claro que isso sugere que, se existem propriedades contingentes, a elas devem-se opor às essenciais. De fato, é intuitivo pensar-se que Nixon pudesse não ter vencido as eleições, embora Nixon não pudesse não ser Nixon. Em outras palavras, a nossa intuição, diz Kripke, parece registrar uma distinção entre propriedades que nós podemos supor faltarem em Nixon numa situação contrafactual e outras sem as quais Nixon não seria Nixon. Exatamente por isso Kripke afirma a equivalência entre a questão das propriedades essenciais e da identidade através dos mundos possíveis. Nesse ponto, entretanto, mais uma vez Kripke discorda da interpretação de outros filósofos. Para ele,

(2.20) “'Mundos possíveis' são estipulados, não descobertos por poderosos telescópios. Não há razão por que nós não possamos estipular que, falando sobre o que poderia ter acontecido a Nixon numa certa situação contrafactual, nós não estejamos falando sobre o que poderia ter acontecido a ele.” (NN, p. 44)

O que (2.20) pressupõe, em última análise, é o privilégio que Kripke atribui ao mundo real. Propriedades essenciais, ele admite que Nixon possa tê-las no nosso mundo, mas que não seria necessário estabelecê-las para identificá-lo em outros mundos. A partir do fato de que Nixon existe, nada impede que estipulemos a sua identificação num mundo

⁹⁵ No final da exposição sobre as idéias de Kripke, analisaremos, mais detidamente, esta questão.

⁹⁶ Kripke critica, mais explicitamente, a teoria de contrapartes de D. Lewis.

⁹⁷ No interior dessa passagem, o exemplo da palestra refere-se, certamente, ao fato de que NN é um texto originado de palestras na Universidade de Princeton em 1970.

possível produzido pela possibilidade de ele não ter esta ou aquela propriedade, como ter sido vitorioso nas eleições americanas de 1968, por exemplo. Por isso, sob a ótica de Kripke, o problema da identificação de um determinado objeto através de mundos possíveis se dissolve. Não se trata de resolver o falso dilema sobre se um objeto está por trás do feixe de propriedades que o caracterizam, ou se não é outra coisa senão o próprio conjunto delas.

(2.21) “Não pergunte: como eu posso identificar esta mesa em outro mundo possível, exceto por suas propriedades? Eu tenho a mesa em minhas mãos, eu posso apontá-la, e quando eu pergunto se ela poderia ter estado em outra sala, eu estou falando, por definição, sobre ela.” (NN, p. 52-53)

Que uma mesa possua propriedades essenciais, isso é possível para Kripke. O que ele não aceita é que estas sejam necessárias para identificá-la através de outros mundos. Nós não partimos de mundos em busca de critérios de identificação de objetos.

(2.22) “Pelo contrário, nós começamos com os objetos que nós temos, e podemos identificar, no mundo real. Nós podemos, então, perguntar se certas coisas poderiam ter sido verdadeiras de tais objetos.” (NN, p. 53)

Uma última consideração que Kripke entende indispensável para dar consistência à sua minuciosa crítica ao neodescritivismo diz respeito à necessária distinção entre

(2.23) “... ‘definições’ que fixam uma referência e aquelas que oferecem um sinônimo.” (NN, p. 57)

Tal distinção, diz ele, explica-se para o caso dos nomes. Se considerarmos o nome próprio significando o mesmo que uma descrição ou feixe de descrições, ele não designará o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis, já que outros indivíduos poderiam ter aquela ou aquelas propriedades. Se o nome 'Aristóteles' é definido como significando o mesmo que 'o discípulo de Platão', então, em algum mundo possível, o indivíduo designado por 'Aristóteles' poderia não ter estudado com Platão e algum outro indivíduo poderia ter sido Aristóteles. Se, entretanto, a descrição 'o discípulo de Platão' é usada tão somente para fixar o referente do nome 'Aristóteles', então este nome pode designar o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis.

Aqui, a atenção de Kripke está voltada para o que ele entende ter sido o grande erro de Frege.

(2.24) “Frege deveria ser criticado por usar o termo 'sentido' em dois sentidos. Pois ele tomou o sentido de um designador como seu significado; e ele também o tomou como o modo pelo qual sua referência é determinada. Identificando os dois, ele supôs que ambos eram dados por descrições definidas. Definitivamente, eu rejeitarei esta segunda suposição também, mas mesmo que ela fosse certa, eu rejeito a primeira.” (NN, p. 59)

Essa ambigüidade, então, pensa Kripke, precisa ser desfeita. Se o descritivismo e suas variantes são tentativas fortes, como teorias do significado do nome próprio, de resolver problemas como os sugeridos pelos enunciados existenciais singulares ou os de identidade, estão errados; se eles são, apenas, tentativas de esclarecer a forma como é fixada a referência de um nome próprio, então são mais plausíveis, mas, ao mesmo tempo, mais triviais e incompetentes para resolver os mencionados problemas, o que lhes retira muito, aí, do interesse filosófico.

Dadas essas condições preliminares para a formulação de seus argumentos, Kripke está finalmente pronto para executar uma das tarefas básicas de "*Naming and Necessity*", a saber, fazer implodir a construção neodescritivista. A sua estratégia, então, consiste em reduzir tal modelo a algumas teses básicas e, posteriormente, negá-las, mediante contra-exemplos criativos e arditosamente preparados.

Do ponto de vista de Kripke, o neodescritivismo pode ser apresentado como teoria do significado dos nomes próprios alicerçada nas seguintes teses:

A) Para cada nome ou expressão designadora 'X', corresponde um feixe de propriedades, a saber, a família daquelas propriedades *f* tais que A acredita que 'fX'.

B) Uma das propriedades ou algumas em conjunto são acreditadas por A como apontando algum indivíduo unicamente.

C) Se a maioria, ou as de mais peso, das *f*'s são satisfeitas por um único objeto *y*, então *y* é o referente de X.

D) Se a escolha não produz um objeto único, 'X' não refere.

E) O enunciado 'Se X existe, então X tem a maioria das *f*'s' é conhecido *a priori* pelo falante.

F) O enunciado 'Se X existe, então X tem a maioria das *f*'s' expressa uma verdade necessária (no idioleto do falante).

A essas teses, Kripke impõe uma cláusula 'w' como condição para que elas possam ser satisfeitas.

(w) Para qualquer teoria bem sucedida, a abordagem não deve ser circular. As propriedades que são usadas na escolha não devem envolver elas mesmas a noção de referência de tal modo que ela seja, finalmente, impossível de eliminar.⁹⁸

Se se aceitam tais teses como o núcleo teórico da proposta neodescritivista, então, Kripke acredita poder contestá-la inescapavelmente. Antes, porém, ele esclarece a importância da cláusula (w), através da análise de uma teoria dos nomes próprios devida a W. Kneale, que não respeita as condições de não-circularidade.⁹⁹

De acordo com Kripke, a teoria de Kneale consiste, *Grosso modo*, em afirmar que o significado de 'Sócrates' é 'o homem chamado "Sócrates"', respaldada, basicamente, no argumento de que só assim se poderia explicar o fato de que é absolutamente trivial dizer a alguém que Sócrates foi chamado 'Sócrates'. Kripke nega que esse seja o caso. Para ele, Sócrates poderia não ter sido chamado 'Sócrates', o que descaracteriza a trivialidade sugerida; além disso, dizer que cavalos são chamados 'cavalos' não autorizaria a concluir que o significado de 'cavalo' é 'as coisas chamadas cavalos'; mesmo porque uma pessoa que desconheça o significado de quark, por exemplo, ainda assim sabe que quark é chamado 'quark'. Por isso, para Kripke, esse é um mau argumento. Dizer que o significado de 'Sócrates' é 'o indivíduo chamado Sócrates' cai, além disso, em evidente circularidade, à medida que a segunda ocorrência de 'Sócrates' continua pedindo elucidação, o que encerra, radicalmente, a pretensão de Kneale e esclarece, paralelamente, o papel restritivo da cláusula (w).¹⁰⁰

⁹⁸ As teses e as cláusulas estão apresentadas exatamente como Kripke as formulou em NN, p. 71.

⁹⁹ Kripke refere-se ao artigo *Modality, De Dicto and De Re*, de W. Kneale, publicado em MPSP.

¹⁰⁰ Kripke observa que Russell faz, às vezes, análise similar à de Kneale, mas não entra em detalhes.

Passemos, finalmente, aos argumentos e contra-exemplos substanciais de Kripke contra o neodescritivismo, lembrando a nossa estratégia de só discutir a propriedade e do ataque kripkiano no final do capítulo.

Kripke concede, inicialmente, que a tese (A) seja tratada como verdadeira, uma vez que se pode considerá-la uma definição, mas condena as outras cinco como, inapelavelmente, erradas. A tese (F), diz ele, expressa, basicamente, o *insight* de Searle de que se uma propriedade é contingente de um indivíduo como Aristóteles, por exemplo, passa a ser necessário que tal indivíduo tenha a soma lógica, a disjunção inclusiva das propriedades comumente atribuídas a ele, conforme (2.11) e (2.12). Mas isso está errado, afirma Kripke. Em nenhum sentido intuitivo, Aristóteles deveria ter a maioria das propriedades que têm, necessariamente. Poderíamos conceber um mundo em que ele não fosse o mestre de Alexandre, o discípulo de Platão ou o Autor da Primeira Metafísica. A não ser que se acreditasse, como nas crenças populares, que era do seu destino ter tais propriedades e que, sem elas, ele não poderia ter existido. De fato, reconhece Kripke, costuma-se pensar nas propriedades mais típicas como indissolivelmente ligadas ao indivíduo que as possui. Torna-se difícil, realmente, ouvir o nome 'Hitler', sem associar ao seu referente a propriedade de ser mau. Mesmo que isso justifique, de certa forma, o *insight* de Searle, não se pode, de modo algum, considerar tal propriedade necessariamente ligada a Hitler. Ainda que nós fixássemos a referência do nome 'Hitler' através da descrição 'o homem que mais matou judeus na história', nada nos impediria de, numa situação contrafactual, supor que Hitler pudesse não ter chegado ao poder e, portanto, não ter tido condições de ter a mencionada propriedade. 'Hitler' poderia designar o mesmo indivíduo ainda que se o imaginasse pai adotivo de centenas de crianças judias. Isso tudo porque

(2.25) “propriedades importantes de um objeto não são necessariamente essenciais, a menos que 'importância' seja usada como sinônimo para essência.” (NN, p. 77)

Se estas observações permitem a Kripke desfazer-se da tese (F), as outras cinco ainda poderiam sobreviver, já que não envolvem a idéia de necessidade.

As teses de (A) a (E) poderiam, por exemplo, servir num contexto onde a questão em jogo fosse a determinação da referência. Kripke aceita, perfeitamente, que a referência de um nome próprio possa ser estabelecida mediante uma descrição. Nada nos impede de dizer, no caso, que, por 'Cícero', nós entendemos o homem que denunciou Catilina. 'Hesperus' poderia ser um nome estabelecido, já de início, como a estrela que vimos à noite. Nesses casos, 'Cícero' e 'Hesperus' teriam a sua referência determinada por descrições como 'O homem que denunciou Catilina' e 'a estrela que vimos à noite' Kripke não só se opõe a isso, como ainda cita um caso bem ilustrativo. O nome 'Netuno' foi usado por Leverrier para designar o planeta que causava discrepâncias na órbita de outros planetas. Isso, antes mesmo que Netuno fosse descoberto. Apesar, entretanto, desse tipo de concessão, Kripke acredita que, na maioria das vezes, as teses são falsas. A tese (B), por exemplo, pode ser entendida como nos casos anteriores, oferecendo um quadro em que A acredita que 'O homem que denunciou Catilina' ou 'a estrela que vimos à noite' distinguem unicamente um indivíduo. A questão, aqui, gira em torno de aceitarmos que, se uma descrição nos ajuda a determinar a referência, essa descrição distingue um único referente. Kripke pensa que isso é falso. Imaginemos que Cícero fosse reconhecido por A como um grande orador romano. Nesse caso, a descrição 'o grande orador romano' poderia ser usada como elemento de fixação da referência, embora houvesse, certamente, mais de um orador romano e A não negasse acreditar nisso. É o que comumente acontece, aliás, em muitos casos, quando uma pessoa se torna conhecida numa área sobre a qual as pessoas comuns pouco sabem. O nome 'Newton' pode, perfeitamente, ser usado por um indivíduo qualquer para referir-se a alguém que foi um grande físico. A descrição 'o físico famoso' não designa, obviamente, apenas Newton. Da mesma maneira, 'Einstein' pode ser um nome cuja

referência é elucidada pela descrição 'o descobridor da Teoria da Relatividade'. Alguém que conhece bem a Teoria da Relatividade pode, sem problemas, descrevê-la e depois dizer que 'Einstein' é o nome de seu descobridor. Isso, contudo, não é o que realmente acontece. As pessoas, em sua maioria, não sabem nada sobre a teoria citada e são capazes de fixar a sua referência mediante a descrição 'A Teoria de Einstein', o que caracterizaria flagrante circularidade. Desse modo, a tese (B) não pode garantir que um só indivíduo seja possuidor da propriedade cuja descrição serviu, efetivamente, para designá-lo. Além disso, pode não satisfazer o critério (w). A tese (B), para Kripke, portanto, é falsa.

Quanto à tese (C), segundo a qual se uma ou a maioria das *f*s são satisfeitas por um único objeto *y*, então *y* é o referente para 'X', uma pequena ficção serve para Kripke refutá-la.

Suponhamos que alguém se refira, usando o nome 'Gödel', ao descobridor do Teorema da Incompletude, rara propriedade, aliás, pela qual as pessoas conhecem Gödel. Descobriu-se, porém, que Gödel realmente não descobriu tal teorema. Um homem chamado 'Schmidt', verdadeiro descobridor do teorema, teria passado a Gödel os seus resultados, antes de morrer. Nesse caso, quando A diz 'Gödel', refere-se a Schmidt', já que ele é o único objeto que satisfaz a propriedade citada. Mas isso, diz Kripke, não ocorre assim. Ao dizer 'Gödel', A refere-se a Gödel e não a Schmidt, embora Gödel não satisfaça o critério pelo qual sua referência foi fixada. Esse exemplo, um pouco estranho, tem uma instância na realidade. Os axiomas que caracterizam a seqüência dos números naturais devem sua descoberta a Dedekind, embora sejam conhecidos como os axiomas de Peano, seu divulgador. Caso semelhante ocorre com o nome 'Einstein', associado, pelas pessoas comuns, à descrição 'O descobridor da bomba atômica', quando, na verdade, não só ele não satisfaz essa propriedade como, inclusive, seria difícil encontrar apenas um indivíduo que a satisfizesse. Desse modo, (C) é, também, falsa.

No que diz respeito à tese (D), o ataque de Kripke ocorre em duas direções. Ou a escolha produz mais de um, ou nenhum objeto. Em qualquer dos casos, o nome próprio pode referir. É o que se verifica, por exemplo, no caso levantado por Wittgenstein sobre o uso do nome 'Moisés'. O relato bíblico, sendo falso, não necessariamente seria falso de uma personagem sem existência. Ao dizermos que é falso que os judeus tenham tido um único líder, ou que não foi Moisés que os guiou para o Egito, nós não estaríamos, obrigatoriamente, dizendo que Moisés não existiu. E, nesse caso, o nome 'Moisés' continuaria referindo, apesar de a escolha não distinguir nenhum indivíduo. Tal é o caso do profeta Jonas que teria existido, embora fosse falso dizer que ele teria sido engolido por uma baleia. A outra hipótese, já citada, mostra que a escolha pode distinguir mais de um e, ainda assim, o nome próprio referir, como no caso de 'Newton', com a referência garantida por uma descrição como 'o famoso físico' que, sem dúvida, distingue muitos outros indivíduos.

A tese (E) é refutada por Kripke, à medida que, mesmo que (C) e (D) fossem verdadeiras, ainda assim, dificilmente um falante típico saberia *a priori* que elas são exigidas pela teoria. Mesmo que se acreditasse que a crença sobre Gödel fosse correta e não a fantasia de Schmidt, tal crença não seria um conhecimento *a priori*.

Para liquidar, definitivamente, as teses neodescritivistas, Kripke levanta, ainda, uma última hipótese de salvá-la, sugerida por Strawson.

Suponhamos que, ao dizer 'Gödel', nós não queiramos dizer que 'Gödel' significa o homem que provou a incompletude da aritmética, mas que isto é o que a maioria das pessoas pensa, ou seja, que 'Gödel' significa 'o homem que a maioria das pessoas pensa que provou a incompletude da aritmética'. Ainda assim, diz Kripke, o falante que acreditou um dia que 'Peano' significa 'o descobridor dos axiomas da seqüência dos números naturais', poderia continuar em sua velha crença, mesmo que a maioria já tivesse dado atenção à nota de rodapé em que o próprio Peano atribui os axiomas a Dedekind. Em última análise, mesmo a maioria mudando, alguém poderia acreditar que a maioria era como antes. Além desse contra-exemplo, o neodescritivismo consertado não se salvaria, tendo em vista que

violaria a condição de não-circularidade. Não bastaria dizer por 'Gödel' eu significo 'aquele' a quem a maioria atribui um critério para determinar a referência de 'aquele'. Caso contrário, estaríamos dizendo que a maioria atribui esse teorema a quem a maioria atribui, o que tornaria a teoria inescapavelmente circular.

Kripke observa, nesse ponto, que Strawson tentou adiar a circularidade com o seguinte raciocínio: 'Eu significo por 'Gödel' o homem que João pensa que comprovou a incompletude da aritmética'. João poderia repetir isso de Pedro e assim por diante. "Mas e quando você não se lembra de quem você ouviu o nome 'Gödel?'", pergunta Kripke. O *insight* de Strawson, diz, ele, não é mau. Mas essa cadeia de informações, que o modelo de Strawson exige, depende essencialmente de que o falante se lembre de quem ele ouviu o nome que usa. É claro que o modelo alternativo de Strawson é uma adaptação, ainda, da teoria neodescritivista. Kripke, ao contrário, tira a ênfase do caráter mental da cadeia, ou da experiência de laboratório do tipo "A significa por 'X' o que B pensa que X é?" e atribui valor ao contexto real de uma cadeia comunicacional que passa o uso do nome de pessoa em pessoa.

Dentro desse quadro argumentativo, como se vê, Kripke vai recusando, uma a uma, todas as tentativas de reformulação do modelo descritivista. Absolutamente convicto da capacidade destruidora de seus contra-exemplos, ele denuncia a fragilidade das manobras para salvar o referido modelo e se encaminha para a apresentação de uma proposta alternativa que explique, mais adequadamente, o fenômeno da nomeação. Trata-se, então, do que poderíamos considerar a parte positiva do seu pesadíssimo *Naming and Necessity*, a qual passará, a seguir, a merecer nossa atenção.

O quadro geral que Kripke nos apresenta é bastante mais complexo do que, à primeira vista, parece. De fato, incrustadas num emaranhado de problemas filosóficos que sustentam toda uma forma tradicional de fazer filosofia da linguagem, as idéias positivas de Kripke são um reflexo de sua crítica rigorosa a tal tradição e respondem à exigência de ter que sugerir um modelo alternativo. Por isso, ao tentar uma sistematização do que tem sido comumente chamado "a Teoria Causal da Referência", nós privilegiaremos os aspectos relevantes para os nossos objetivos, mesmo sabendo que graves questões lógico-filosóficas rondam os nossos passos.

Recomeçemos:

(2.26) "A tradição lógica moderna, como representada por Frege e Russell, parece sustentar que Mill estava errado sobre os nomes singulares, mas correto sobre os nomes gerais. ... Minha própria visão, por outro lado, olha Mill como mais ou menos certo sobre nomes 'singulares', mas errado sobre nomes 'gerais'." (NN, p. 134-135)

Se essa passagem esclarecedora de *Naming and Necessity* reflete, como já se viu anteriormente, a base da crítica de Kripke à interpretação descritivista, ela própria deve ser invocada, novamente, como traduzindo, sem dúvida, a motivação histórica para as teses kripkeanas sobre nomeação. Realmente, quanto aos nomes próprios, Kripke valorizou, de maneira efetiva, as idéias de J. S. Mill. A intuição milliana de que os nomes próprios não têm sentido recebe a adesão de Kripke que, já no prefácio posteriormente anexado ao seu mencionado ensaio, defende a tese de

(2.27) "... que a natural intuição de que os nomes próprios da linguagem ordinária são designadores rígidos pode, de fato, ser sustentada." (NN, p. 5)

Kripke se refere, é claro, aos nomes ditos próprios e, para dar a nitidez teórica que convém, introduz uma nomenclatura quase técnica, no caso o rótulo "designadores rígidos".

(2.28) “Permita-nos chamar um designador rígido se em todo mundo possível ele designa o mesmo objeto, um designador accidental ou não-rígido, se este não é o caso.” (NN, p. 48)

Paralelamente à motivação histórica que o prende a Mill, Kripke parte, também, da motivação teórica que o enigma dos enunciados de identidade sugere.¹⁰¹ O seu argumento apresenta-se como se segue.

Há três teses distintas:

(I) objetos idênticos são necessariamente idênticos;

(II) enunciados de identidade verdadeiros entre designadores rígidos são necessários;

(III) enunciados de identidade entre o que nós chamamos de 'nomes' na linguagem natural são necessários.

(I) e (II) são auto-evidentes, diz Kripke, embora (I) seja sobre objetos e (II) esteja ao nível metalingüístico. Sobre o que se chama 'nomes' em linguagem natural, tudo o que se segue de (II) é que, ou eles não são rígidos, ou os enunciados verdadeiros de identidade são necessários. Como sugere a disjunção típica, o que Kripke pretende demonstrar é que a segunda alternativa é a correta.

Para chegar ao seu objetivo, entretanto, Kripke adota a estratégia de levar a sua posição ao confronto com as idéias de Frege e Russell tais como ele as entende, após um primeiro passo em que contestou o modelo descritivista, como se viu anteriormente. Ao afirmar a sua tese fundamental sobre nomes próprios, o núcleo argumentativo de Kripke pode ser resumido pela passagem abaixo, em que ele se refere às palestras que deram origem ao seu discutido ensaio:

(2.29) “Nestas palestras, eu argumentarei, intuitivamente, que nomes próprios são designadores rígidos, pois embora o homem (Nixon) pudesse não ter sido o Presidente, não é o caso que ele pudesse não ter sido Nixon (embora ele pudesse não ter sido chamado 'Nixon').” (NN, p. 49)

Tudo o que Kripke pretende com (2.29) é marcar, precisamente, a oposição entre a sua proposta e a descritivista. 'Nixon' e 'o Presidente dos Estados Unidos em 1970' não são equivalentes. 'Nixon' designa rigidamente o homem Nixon, enquanto a descrição, num mundo possível, poderia referir Humphrey, por exemplo, funcionando como designador não-rígido ou accidental.

Para melhor compreender o pensamento de Kripke, suponhamos, então, que, nesse ponto, alguém levantasse a seguinte objeção: Mas como pode Kripke saber se o homem a quem o nome 'Nixon' se refere é o mesmo em todos os mundos, para afirmar que 'Nixon' designa rigidamente? A resposta a essa objeção, implícita em (2.29), já nos permite enxergar, com mais clareza, o quadro teórico kripkiano. Dentro dele, a idéia de mundo possível como algo estipulado quer dizer, em última análise, que é a possibilidade de se designar rigidamente que permite, nos enunciados contrafactuais, a garantia de identificação. Não tem sentido, portanto, como sugere a pergunta, imaginar-se que a designação rígida só seja possível mediante a identificação do indivíduo em todos os mundos. É o que fica, aliás, absolutamente transparente, numa das passagens mais esclarecedoras de *Naming and Necessity*.

¹⁰¹ Como se verá mais tarde, a interpretação de Quine para os enunciados de identidade precisa ser rebatida por Kripke, e isso é a sua motivação mais recente.

(2.30) “Aqueles que têm argumentado que para fazer sentido da noção de designador rígido, nós devemos antecipadamente fazer sentido do ‘critério de identificação transmudana’ têm precisamente colocado a carroça na frente dos bois; é *porque* nós podemos referir (rígidamente) Nixon e estipular que nós estamos falando do que poderia ter acontecido para *ele* (são certas circunstâncias), que ‘identificações transmudanas’ são não-problemáticas nesse caso.” (NN, p. 49)

Esse dispositivo de Kripke é suficientemente forte para permitir a ele, inclusive, livrar-se da insinuação de que a utilização de um nome, rigidamente, implicaria a existência do indivíduo nomeado em todos os mundos. De fato, afirma Kripke, ao se dizer ‘Nixon poderia não ter nascido’, ainda assim ‘Nixon’ designa rigidamente o indivíduo, que poderia não existir numa situação contrafactual (NN, p. 78).

Dado esse passo, Kripke já está em condições de satisfazer a sua motivação teórica, oferecendo uma interpretação para os enunciados de identidade com nomes próprios. ‘Hesperus é Phosphorus’ é, se verdadeiro, necessário, desde que estão em jogo dois designadores rígidos. Não haveria mundo possível onde Hesperus pudesse não ser Phosphorus, uma vez que ambos designam, rigidamente, o mesmo corpo celeste. O fato de que nós descobrimos *a posteriori* que Hesperus é Phosphorus não impede que o enunciado em questão seja necessário, tendo em vista que, para Kripke, como sabemos, os reinos epistemológico e metafísico não se confundem.

Uma vez contextualizado a noção de designador rígido, tomando como pano-de-fundo a oposição ao modelo descritivista e a decisão sobre enunciados de identidade, resta a Kripke oferecer uma resposta à outra questão, fonte de vacilações filosóficas. Como se fixa a referência de um nome próprio? Frege e Russell, como já se disse, encontraram nesse obstáculo um dos estímulos para a interpretação descritivista; Kripke precisa, após recusar-lhes a solução, apresentar, então, uma proposta alternativa. E ele o faz, tomando como espelho, agora, um *insight* de Strawson, anteriormente mencionado. Strawson, no caso, concentrou-se sobre a idéia de uma cadeia comunicacional do tipo ‘Eu uso “Cícero” para referir ao homem que João chama por este nome’ (NN, p. 92) como forma de justificar a fixação da referência do nome. Kripke aproveita esta idéia e, retirando-lhe o conteúdo mental de que depende, transporta-a para um contexto pragmático em que o nome passa, após um acontecimento batismal, de um para outro, numa espécie de cadeia causal.

Diz Kripke numa das mais típicas passagens de seu texto:

(2.31) “Um enunciado grosseiro de uma teoria poderia ser o seguinte: Um ‘batismo’ inicial tem lugar. Aqui o objeto pode ser nomeado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é ‘passado de ele em elo’, o receptor do nome deve, eu penso, pretender, quando ele o aprender, usá-lo com a mesma referência do homem de quem ele o ouviu.” (NN, p. 96)

Aqui a sugestão de Kripke é cercada de precauções. Ele, que já advertira com ironia sobre a pretensão equivocada da proposta neodescritivista,

(2.32) “(...) Ela realmente é uma encantadora teoria. O único defeito que eu penso que ela tem é provavelmente comum a todas as teorias filosóficas. Está errada.” (NN, p. 64)

encontra-se, agora, na iminência de ser acusado da mesma pretensão e, por isso, se justifica

(2.33) “Eu quero apresentar um quadro melhor sem oferecer um conjunto de condições necessárias e suficientes para a referência.” (NN, p. 94)

e insiste

(2.34) “Para repetir, eu posso não ter apresentado uma teoria, mas eu penso que eu apresentei um quadro melhor do que o dado pelos teóricos descritivistas.” (NN, p. 97)

Como se viu em (2.31), Kripke aceita a hipótese de a referência ser fixada por uma descrição; ele acha, apenas, que isso não ocorre na maioria dos casos, compatíveis que são com o seu quadro causal. De qualquer maneira, o descritivismo não deve ter pretendido ser apenas uma teoria de fixação da referência, o que confere à interpretação de Kripke, mesmo sem ser uma teoria no sentido positivo, o caráter de uma contra-exemplificação teórica capaz de abalar a conceituada construção descritivista.

Em (2.34), portanto, Kripke sintetiza o alcance e os limites da sua proposta alternativa. O que ele espera, apenas, é que o seu quadro causal, dentro do qual trabalha a noção de designador rígido, tenha maior capacidade explicativa do que o descritivismo e suas variantes, para o fenômeno da nomeação. Kripke sabe, perfeitamente, que, se aceitarmos essa hipótese, pretensamente modesta, segue-se, é certo, uma bela quantidade de imodestíssimas conseqüências filosóficas. E isso é tudo o que ele quer.

Nesse ponto, então, cabe fazer algumas considerações sobre tais conseqüências, sabendo-se, de antemão, que uma análise mais exaustiva delas transcende, completamente, os limites do presente texto.

A primeira grande conseqüência das elucubrações de Kripke é o abalo que elas provocam no austero e respeitado sistema kantiano. Dentro deste, como se sabe, o necessário e o *a priori* encontram-se em indissolúvel conexão. Se uma proposição é conhecida como necessária, então o seu modo de conhecimento deve ser *a priori*, para Kant¹⁰². Kripke, de acordo com o que já se disse anteriormente, discorda, formalmente, dessa posição. É possível, ele pensa, encontrar enunciados necessários *a posteriori* e contingentes *a priori*, embora isso possa traumatizar a comunidade filosófica. Para o primeiro caso, o exemplo preferido de Kripke é o que envolve verdades matemáticas.

(2.35) “... pode-se apreender uma verdade matemática *a posteriori* consultando um computador, ou mesmo perguntando a um matemático.” (NN, p. 159)

De fato, diz Kripke, se um enunciado matemático é verdadeiro, é necessário; não se pode supor um mundo onde ele não o fosse. Mas isso não impede que esse enunciado possa ser conhecido *a posteriori*, como no caso sugerido por (2.35), daí, então, a existência de enunciados necessários *a posteriori*.

Ilustra, também, esse caso, o exemplo já mencionado de enunciados de identidade com nomes próprios. Como se viu anteriormente, Kripke os considera, se verdadeiros, necessários, não obstante tal verdade possa ser uma descoberta empírica. Retomando o enunciado 'Hesperus é Phosphorus', parece claro a Kripke que, ao denominarmos 'Hesperus' a estrela da manhã e 'Phosphorus' a estrela da tarde, a descoberta de que Hesperus é Phosphorus, mais tarde, caracteriza um fato empírico, *a posteriori*, mas nem por isso contingente. Hesperus não poderia não ser Phosphorus, embora o planeta visto pela manhã pudesse não ter sido o planeta visto pela tarde. Sendo 'Hesperus' e 'Phosphorus' designadores rígidos, uma vez estabelecida a identidade como verdadeira, sê-lo-ia, para Kripke, em qualquer mundo possível. Ele admite que uma formulação mais cautelosa, para evitar o problema do compromisso existencial, seria usar o condicional 'se Hesperus existe, então Hesperus é Phosphorus' como exemplo de enunciado necessário, mas isto também acarretaria problemas que Kripke prefere evitar.

¹⁰² Embora a obra de Kant seja uma fonte de perplexidades filosóficas, há um certo acordo sobre isso.

Quanto ao segundo caso, o de enunciados contingentes *a priori*, eles ocorrem à medida que, como observa Kripke, a fixação da referência de um nome já se dê mediante uma descrição definida, em que tal descrição expresse uma identidade contingente. Se estabelecermos a referência de 'Aristóteles' através da descrição 'o discípulo de Platão', o enunciado 'o discípulo de Platão é o discípulo de Platão' representa um conhecimento *a priori* embora Aristóteles pudesse não ter sido discípulo de Platão, fato contingente em sua vida (NN, p. 159)

Essa concepção de Kripke sobre enunciados necessários *a posteriori* e contingentes *a priori* assume toda a sua extensão no momento em que ele a contextualiza no interior de discussões sobre o essencialismo. Mesmo que tal discussão, em seus detalhes, escape, infelizmente, aos limites do nosso texto, cabe indicá-la, brevemente, para que se tenha uma idéia mais precisa do grau de complexidade filosófica a que pode remeter uma teoria semântica dos nomes próprios.

Há pelo menos quatro fatores que empurram o pensamento de Kripke rumo ao essencialismo. O primeiro deles, reside, sem dúvida, no reconhecimento de Kripke de que a nossa intuição registra uma diferença entre propriedades essenciais e acidentais de um indivíduo, independente da descrição que dele se faça.

- (2.36) “Eu não sei se alguns filósofos não tiveram consciência disso. Mas, de qualquer maneira, está muito longe de ser verdade que esta idéia [de que uma propriedade pode, significativamente, ser sustentada como essencial ou acidental de um objeto independentemente de sua descrição], seja uma noção que não tem nenhum conteúdo intuitivo, a qual nada significa para o homem comum.”¹⁰³ (NN, p. 41)

Kripke defende a idéia de que a intuição é um dos critérios que deve ser levado em conta na análise filosófica, ao contrário daqueles que a julgam sem valor para isso. E observa

- (2.37) “Mas, em qualquer circunstância, pessoas que pensam que a noção de propriedade acidental é não-intuitiva têm intuição invertida, penso eu.” (NN, p. 42)

Pois, então, diz Kripke, se a noção de propriedade acidental é significativa, isso sugere que a de essencial também o seja. De fato, é perfeitamente aceitável que imaginemos que a rainha da Inglaterra, por exemplo, pudesse não ter sido rainha, caso o rumo dos acontecimentos fosse outro. Parece, em oposição, inconcebível que essa mulher pudesse ter nascido de outros pais e, ainda assim, fosse a mesma pessoa. Da mesma maneira, se nós temos esta mesa de madeira nas mãos, não é difícil supor que esta mesma mesa pudesse estar em outro lugar. O difícil é imaginar que ela pudesse ser a mesma, sendo feita de vidro, por exemplo. Além disso, a madeira de que ela é feita poderia servir para fazer uma cadeira mas, nesse caso, não chegaríamos a pensar que tal cadeira fosse a mesa que temos nas

¹⁰³ Interpretando os enunciados de identidade com nomes próprios como necessários *a posteriori*, Kripke se coloca ao lado de Ruth Barcan Marcus na bem conhecida disputa sobre o tema. Quine, como se sabe, defende a hipótese de que tais enunciados são contingentes; R. B. Marcus, necessários. Admitindo a existência de enunciados contingentes *a priori*, Kripke pensa estar desfazendo o célebre enigma proposto por Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, sobre o metro-padrão de Paris (NN, *Lecture I*).

Quanto à contribuição de Ruth B. Marcus para desenvolvimentos recentes da Teoria da Referência Direta (TRD), tem havido muita controvérsia, especialmente depois de Quentin Smith (1995/1998), que desencadeou o debate ao criticar a maioria dos defensores da mencionada teoria por não reconhecerem Ruth Marcus, mais do que Kripke, como a pioneira sobre a tendência em pauta. Segundo Quentin Smith, Kaplan (1985), Donnellan (1966), Perry (1988), Salmon (1981), Wettstein (1986), Soames (1995), Almog (1986), entre outros, têm atribuído a Kripke (1971/1972) a origem da TRD, omitindo Ruth Barcan (1946/1947) especialmente o que foi reaproveitado para seu trabalho de 1961.

mãos. Resumindo, o que Kripke está dizendo é que a origem, a substância e ser aquilo parecem ser propriedades que, intuitivamente, distinguimos como essenciais num objeto dado, em oposição às que supomos tal objeto pudesse não ter, sendo, ainda, ele mesmo.

(2.38) “Além do princípio de que a origem de um objeto seja essencial para ele, outro princípio sugerido é que a substância de que ele é feito seja essencial... Eu não estou insinuando que somente origem e substância da constituição sejam essenciais. (...) ser uma mesa parece ser uma propriedade essencial da mesa.” (NN, p. 114-115)

O ponto fundamental, aqui, é que essas propriedades intuitivamente essenciais da mesa só parecem assim, à medida que esta mesa é dada, ou seja, que 'esta mesa' está funcionando como um designador rígido, referindo o mesmo objeto em todos os mundos, mesmo naqueles onde ele pudesse não ter outras propriedades então contingentes.

O segundo fator que leva Kripke ao compromisso com esse tipo de essencialismo reside na sua forma de compreender o papel da ciência na busca da natureza das coisas. Com base na já estabelecida diferença entre aprioricidade e necessidade, Kripke chega a já não surpreendente conclusão de que as propriedades essenciais não só devem existir como, ainda, podem ser descobertas empiricamente. A propósito do exemplo de juízo analítico de Kant 'o ouro é um metal amarelo', Kripke acredita que o engano do filósofo alemão tenha sido crer que nós sabemos *a priori* que o ouro é um metal amarelo e que não poderíamos descobrir, empiricamente, que tal coisa fosse falsa. O que ocorre, realmente, diz Kripke, é que, a propósito do que chamamos 'ouro',

(2.39) “Nós, então, como parte da comunidade de falantes temos uma certa conexão entre nós mesmos e um certo tipo de coisa. O tipo de coisa é pensado para ter certas marcas identificadoras. Algumas dessas marcas podem, realmente, não ser verdadeiras do ouro. Nós poderíamos descobrir que nós estamos errados sobre elas. Além disso, poderia haver uma substância que tivesse todas as marcas identificadoras que nós comumente atribuímos ao ouro e usadas para identificá-lo inicialmente, mas a qual não fosse o mesmo tipo de coisa, não fosse a mesma substância.” (NN, p. 118-119)

Por outro lado, diz Kripke, se viéssemos a descobrir que o ouro é, de fato, um elemento com número atômico 79, parece difícil imaginar que tal propriedade pudesse não ser essencial. Uma outra substância, em tudo semelhante ao ouro, mas sem o mesmo número atômico, parece que não poderia, conclui Kripke, ser chamada 'ouro'. A questão, mais uma vez, pode ser ilustrada pela diferença que Kripke estabelece entre o papel de uma expressão como equivalente em significado a um nome, ou como fixadora de sua referência. Se considerarmos, diz ele, a luz como algo que afeta os nossos olhos, ou o calor como algo que produz em nós a sensação 's', o enunciado que expressa tais considerações transmite algo que sabemos *a priori*, mas que nem por isso passa a ser necessário. Se todos nós fôssemos cegos, ainda assim a luz continuaria existindo. Da mesma forma, 'o que produz em nós a sensação 's' não é sinônimo do termo 'calor'. Se, entretanto, a ciência chega à definição de 'calor' como 'o movimento molecular', e isto passa a ser o que o fenômeno é, então não é possível que calor não seja o movimento molecular. Isso tudo significa que, aos olhos de Kripke, se 'calor' teve sua referência fixada pela descrição 'o que produz em nós a sensação s' é contingente *a priori*; ao contrário, se 'calor' é um designador rígido definido por outro designador rígido, como no caso de 'calor é movimento molecular', de acordo com a evolução da atividade científica, então, tal enunciado caracteriza-se como necessário *a posteriori*.

Dentro desse contexto, como se vê, Kripke está examinando o papel teórico dos designadores rígidos no interior da linguagem científica, e isso permite a ele tirar uma surpreendente conclusão para a filosofia da linguagem e para a filosofia da ciência: certos nomes de espécies naturais como 'gato' e 'tigre', de massa, como 'ouro' e 'água', de fenômenos naturais como 'calor' e 'luz', entre outros do mesmo tipo, apresentam muito maior semelhança com os nomes próprios do que a tradição supunha. Tais nomes, tidos, desde a abordagem milliana, como comuns e opostos, portanto, aos próprios, possuem, à luz da concepção de Kripke, um comportamento lógico-lingüístico de nome próprio, à medida que funcionam como designadores rígidos. Isso se deve ao fato de que, tal como Kripke advertira anteriormente, não se pode (a falha do descritivismo foi essa) considerar, em enunciados como 'o calor é o que produz em nós a sensação s' ou 'ouro é o metal amarelo', as descrições do lado direito da cópula como sinônimas dos nomes 'calor' e 'luz', quando elas são, apenas, elementos fixadores da referência, na definição.

(2.40) "'Calor' como 'ouro' é um designador rígido, cuja referência é fixada por sua 'definição'." (NN, p. 136)

Se, quanto aos nomes próprios, o modo como a referência é fixada é de pouca importância, para nomes de espécie natural, a situação não é muito diferente. Também eles se introduzem no interior de uma cadeia causal.

(2.41) "Os nomes de espécie podem ser passados de elo em elo, exatamente como no caso dos nomes próprios, de modo que muitos que tenham visto pouco ou nenhum ouro podem ainda usar o termo. Sua referência é determinada por uma cadeia causal (histórica), não pelo uso de quaisquer itens." (NN, p. 139)

Não se trata, portanto, de definir 'leão', por exemplo, mediante um conjunto de características ao estilo Wittgenstein, como pensou a tradição. Nenhuma de tais características seria necessária. Poder-se-ia encontrar um leão de três patas, sem juba, ou algo equivalente. Da mesma forma, um animal com todas as características de leão, mas estrutura interna de réptil, se encontrado, não poderia ser designado 'leão'. O que ocorre, na verdade, é que 'leão' é um designador rígido que batiza uma classe de animais a partir de exemplos que constituem um paradigma.

Diante, então, desse tipo de considerações, compreende-se o papel revolucionário das idéias de Kripke no seio das comunidades filosóficas. É ele mesmo, aliás, quem observa:

(2.42) "A moderna tradição lógica, como representada por Frege e Russell, contestou Mill na questão dos nomes singulares, mas endossou-o na de nomes gerais. ... A presente visão, revertendo diretamente Frege e Russell, endossa (mais ou menos) a visão de termos singulares de Mill, mas contesta sua concepção de termos gerais." (NN, p. 134-135)

Dito isso, passemos, então, ao terceiro fator que contextualiza o compromisso de Kripke com o essencialismo e sua teoria dos designadores rígidos. Trata-se, no caso, da inflexível e austera crítica de Quine ao papel lógico das modalidades¹⁰⁴.

Para ilustrar a questão, consideraremos, apenas, duas das principais direções da argumentação quineana. A primeira supõe que

¹⁰⁴ A crítica de Quine pode ser encontrada em inúmeros textos, ao longo de meio século. *From a Logical Point of View*, *Word and Object* e *The Ways of Paradox and Other Essays* podem servir de referência, nesse sentido, como obras onde tal crítica se encontra desenvolvida.

de

(I) $9 > 7$

nós temos, por generalização existencial

(II.) $(\exists x) x > 7$

e de (III.), 9 é necessariamente maior que 7

(III.) $(\exists x) \Box (x > 7)$

Se $9 =$ o número de planetas e vale o princípio da intersubstituição (lei de Leibniz), deveríamos ter que necessariamente o número de planetas é maior do que sete. Mas isso, pensa Quine, é obviamente falso à medida que o número de planetas poderia ser outro, sendo, apenas, contingentemente nove. A conclusão radical de Quine é a de que o cálculo de predicados de primeira ordem com identidade e o princípio de intersubstituição de termos de mesma referência são pilares indispensáveis da lógica e devem ser preservados, recaindo toda a acusação sobre o uso da modalidade 'necessariamente'. Para Quine, o princípio da intersubstituição não vale em contextos opacos, porque os termos não estão referindo de maneira pura ou direta. Mesmo que aceitemos como verdadeiras as sentenças 'Brasília é a capital do Brasil' e 'João acredita que Brasília é a capital da Argentina', não poderíamos concluir que João acredita que a capital do Brasil é a capital da Argentina. Ora, se o princípio da intersubstituição não funciona com as modalidades, deve ser porque elas caracterizam contextos opacos, como nos exemplos sugeridos, e, portanto, devem ser evitadas.

A outra direção do argumento de Quine pode ser resumida da seguinte maneira: se aceitamos que necessariamente nove é primo e que nove é igual ao número de planetas e, mesmo assim, não aceitamos que necessariamente o número de planetas é primo, isso ocorre porque o conceito de necessidade não se aplica a objetos particulares, modalidade de 're', mas, apenas, a proposições ou estados de coisas, modalidade de 'dicto'.

Se a argumentação de Quine lança uma pesada suspeita, como se vê, ao papel lógico das modalidades, Kripke não pode, é claro, deixar de contestá-la, e ele o faz, efetivamente, através da referida distinção entre designador rígido e não-rígido ou accidental. Grosso modo, a saída de Kripke consiste em dizer que 'nove' e 'o número de planetas' não são expressões referenciais do mesmo tipo. Enquanto 'nove' designa nove em todos os mundos possíveis, o mesmo não acontece com 'o número de planetas' que o designa apenas no mundo real. Se é assim, na primeira linha argumentativa de Quine, o erro está em considerar possível substituir-se 'nove' pela expressão 'o número de planetas'. Para que o princípio de intersubstituição possa valer, é preciso que ele se dê entre dois designadores rígidos, o que não acontece no referido argumento.

Quanto à segunda direção da crítica quineana, Kripke, ainda pressupondo a mesma distinção, observa, conforme (2.36) e (2.37), que a oposição entre propriedades accidentais e essenciais dos objetos é bastante intuitiva. Uma pessoa comum, diz ele, aceita, perfeitamente, que Nixon pudesse não ter vencido as eleições americanas, fato contingente em sua vida, mas não compreende como Nixon poderia não ser Nixon, por exemplo. Para Quine, se descrevêssemos 'Nixon' como 'o homem que venceu as eleições americanas', então, o enunciado 'o homem que venceu as eleições americanas venceu as eleições americanas' poder-se-ia dizer ser necessário, o que não aconteceria, caso se usasse como sujeito de tal enunciado o nome Nixon. Kripke discorda disso; trata-se, apenas, de uma afirmação contingente *a priori*. Por um lado, a expressão 'o homem que venceu as eleições americanas', se refere Nixon, refere um indivíduo que poderia não ter vencido tal eleição;

por outro, a dita expressão poderia não referir Nixon, mas o vencedor naquele mundo possível. De modo que é perfeitamente razoável a nossa intuição de que um indivíduo possa não ter certas propriedades embora não possa não ter outras. Aliás, é só porque o indivíduo Nixon é dado, ou seja, porque possui propriedades que o identificam necessariamente no mundo real, que se pode construir uma situação contrafactual onde ele pudesse não ter vencido a eleição. É nesse sentido, então, ao defender a modalidade de re, que Kripke se compromete com esse tipo de essencialismo a que nos referimos.

Antes de encerrar essa questão, é importante, tendo em vista os objetivos de nosso ensaio, destacar o fato de que, embora as chamadas descrições definidas sejam, normalmente, designadores não-rígidos em oposição aos nomes próprios típicos, elas não o são necessariamente. Esta passagem de “Identity and Necessity” é convenientemente esclarecedora:

(2.43) “Como um exemplo de um designador não-rígido, eu posso dar uma expressão tal como 'o inventor dos óculos'. Vamos supor que foi Benjamim Franklin quem inventou os óculos, e assim a expressão 'o inventor dos óculos' designa ou refere um certo homem, a saber, Benjamim Franklin. Entretanto, nós podemos facilmente imaginar que o mundo poderia ter sido diferente, que, sob diferentes circunstâncias, alguém mais pudesse ter descoberto esta invenção antes de Benjamim Franklin, e, nesse caso, tal pessoa poderia ter sido o inventor dos óculos. Assim, nesse sentido, a expressão 'o inventor dos óculos' é não-rígida. Sob certas circunstâncias, um homem poderia ter sido o inventor dos óculos; sob outras circunstâncias, outro homem poderia sê-lo. Em contraste, considere a expressão 'a raiz quadrada de 25'. Independentemente dos fatos empíricos, nós podemos dar uma prova aritmética de que a raiz quadrada de 25 é, de fato, o número 5 e porque nós provamos isto matematicamente, o que nós provamos é necessário. Se nós pensamos de números como entidades de alguma espécie, e permita-nos supor, pelo menos para o propósito desta palestra que o façamos, então, a expressão 'a raiz quadrada de 25' designa necessariamente um certo número, a saber, 5. Tal expressão eu chamo 'um designador rígido'... O que eu entendo por 'um designador rígido'? Eu entendo um termo que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis.” IN 144-145

Isso posto, não se entenda, então, erradamente, que Kripke exige, para a aplicação do princípio da intersubstituição de termos num argumento, que eles sejam obrigatoriamente nomes próprios genuínos. Como se viu, uma descrição como 'a raiz quadrada de 25' refere rigidamente, e é isso que está em jogo na resposta de Kripke a Quine. Se o enunciado de identidade '5 é igual à raiz quadrada de 25' envolve dois designadores rígidos, então, se 5 é necessariamente ímpar, a raiz quadrada de 25 também deve, necessariamente, sê-lo.

Ainda quanto à vinculação da teoria de Kripke com o essencialismo, um último aspecto não pode deixar de ser, brevemente, analisado, dada à complexidade filosófica em que uma teoria dos nomes pode estar envolvida.

Há, na história da filosofia, um problema de grande relevância, especialmente a partir de Descartes, que é o da relação entre mente e corpo. O argumento cartesiano, como se sabe, quanto a isso, é o de que se a mente pode existir sem o corpo, então eles são distintos.¹⁰⁵

O que Kripke acha inadmissível é que haja quem aceite a premissa cartesiana e pretenda negar a conclusão que dela se segue.

¹⁰⁵ Identity and Necessity in Müntz, ed., *Identity and Individuation* New York: New York University Press, 1971/1980.

(2.44) “Considere 'Descartes' ser um nome, ou designador rígido, de uma certa pessoa e 'B' ser um designador rígido de seu corpo. Então, se Descartes fosse, na verdade, idêntico a B, e suposta identidade, sendo uma identidade entre dois designadores rígidos, poderia ser necessária, e Descartes não poderia existir sem B e B não poderia existir sem Descartes.”¹⁰⁶ (NN, p.145)

O que Kripke está dizendo em (2.44) é que das duas, uma: ou se aceita a premissa cartesiana de que a mente existe sem o corpo (ou o corpo existe sem a mente) e segue-se que são coisas distintas, ou não são distintas, mas então não podem existir uma sem a outra. O argumento de Kripke se estende como uma crítica aos teóricos da identidade que pretendem reduzir os fenômenos mentais a físicos, ou uma sensação de dor particular a uma estimulação física de fibras-c, por exemplo, sem levar em conta que enunciados de identidade com designadores rígidos são necessários. Se se pretende que a dor seja idêntica a um certo estado físico, então não se pode admiti-la existindo sem ele, já que 'dor' não só designa rigidamente dor como, ainda, a referência daquele nome é determinada por uma propriedade essencial de seu referente (NN, p. 145-154). Esse caso, portanto, para Kripke, não se confunde com aquele em que se identifica calor e sensação *s*. Calor é movimento molecular, e a sensação *s* pressupõe uma intermediação entre os termos de uma identidade necessária entre calor e movimento molecular, o que não ocorre no caso de identificação de uma estimulação de fibras-c com a sensação de dor. A dor é a sensação de dor, de modo que o enunciado 'a estimulação de fibras-c é a dor', porquanto os termos designam rigidamente, é necessário, em oposição a 'calor é o que é produzido pela sensação *s*', contingente por razões já aduzidas.

Dentro desse quadro filosófico, encontra-se, então, mais um contexto de justificação da teoria dos nomes de Kripke e sua defesa de um certo essencialismo. Trata-se, no fundo, de demonstrar que, pelo menos, a questão de reduzir tudo a fenômenos físicos não é tão clara como querem alguns materialistas (NN, p. 153-155).

A nossa abordagem das idéias de Kripke se encerra com uma questão que assumirá um papel de relevância em nosso texto, a saber, como funcionam os nomes próprios de entidades de ficção.

Kripke apresenta, nesse caso, um raciocínio realmente surpreendente, pelo menos para os críticos menos atentos. De 'Nixon', nós podemos dizer que designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis, mesmo naqueles em que ele (MDR, p. 78) poderia não existir; de Sherlock Holmes, ao contrário, não se poderia supor um mundo possível onde ele existisse, mesmo que viesse a surgir um indivíduo com todas as características do excêntrico detetive.

(2.45) “... garantido que não existe Sherlock Holmes, ninguém pode dizer de alguma pessoa possível que ela poderia ter sido Sherlock Holmes, tivesse ela existido.” (NN, p. 158)

Isso é absolutamente coerente, pensa Kripke, com a adequada concepção de mundo possível como situação contrafactual. Se eu tenho Nixon como indivíduo existente, eu posso imaginar mundos onde ele não tivesse essa ou aquela propriedade *e*, até, mundos onde ele não existisse. Mas se eu não tenho Sherlock Holmes como indivíduo real, decorre daí que eu não posso estipular mundos possíveis onde alguém fosse ele. No mundo real, ele é uma entidade de ficção e nada mais. Outro indivíduo real com as mesmas propriedades não passaria de uma mera figura semelhante (NN, p. 158).

¹⁰⁶ Kripke observa que Descartes também poderia usar como premissa o fato de que o corpo, como cadáver, pode existir sem a mente.

Feita essa primeira abordagem, diríamos não-problemática, das idéias de Kripke sobre o fenômeno da nomeação em seu contexto lógico-filosófico, cabe, mais uma vez, lembrar que:

a) no final do capítulo discutiremos as teses de Kripke em confronto com os modelos descritivistas e neodescritivistas que ele ataca;

b) tendo em vista (a), tal discussão estará submetida aos interesses do tópico de nosso texto, a saber, o status lógico-lingüístico do nome próprio;

c) a teoria causal da referência possui alguns defensores ilustres além de Kripke e que merecem registro, ainda que brevemente;

d) Neodescritivistas contemporâneos reagem às críticas de Kripke, e sua réplica exige análise.

Para satisfazer (c) e criar condições adequadas de desenvolver (a), (b) e (d), escolhemos dois dos mais próximos companheiros teóricos de Kripke, K. Donnellan e H. Putnam, e dois de seus mais fortes rivais em defesa das Teorias Descritivistas, J. Searle e M. Dummett. Deles diremos, apenas, o essencial para que se compreenda a extensão do debate em seus argumentos e contra-exemplos mais típicos.

2.3 - A Extensão Causalista de Donnellan e Putnam e a Réplica de Searle e Dummett

Em um influente artigo sobre a questão da referência dos nomes próprios e descrições¹⁰⁷, Donnellan (1972) fez uma tentativa de contestação da proposta neodescritivista representada por Strawson (1959) e Searle (1958). Donnellan propôs-se a levantar contra-exemplos contra a idéia de que a referência bem sucedida de nomes depende, necessariamente, de um princípio que ele denomina de "Princípio das Descrições Identificadoras" (conforme (2.07)).

A crítica de Donnellan se estabelece em três passos:

a) Precisar bem o princípio do neodescritivismo;

b) levantar contra-exemplos de que nome próprio depende de uma base descritiva para referir;

c) levantar contra-exemplos que demonstrem que, mesmo sendo satisfeitas as condições de base descritiva, o referente pode ser outro que não o que satisfaz tal base.

Na interpretação de Donnellan, uma expressão simples do princípio poderia ser aquela de Russell em que o nome é concebido como uma descrição truncada. Assim, 'Rômulo' (que não é um nome logicamente próprio) seria equivalente a uma descrição do tipo 'O homem que matou Remo', 'O fundador de Roma', etc. Não seria difícil levantar um problema para a concepção de Russell, à medida que se imaginasse a hipótese de Rômulo não ter fundado Roma, ou matado Remo. Essa contestação já teria mais dificuldades com a versão mais sofisticada de Searle em que a base descritivista pode ser representada por um conjunto indeterminado de descrições. Russell e Wittgenstein (do "Tractatus") poderiam aceitar essa posição, já esboçada, aliás, mais tarde, pelo próprio

¹⁰⁷ Donnellan escreveu diversos artigos sobre o assunto. Para os nossos objetivos, entretanto, é suficiente uma rápida análise do artigo, publicado na mesma obra onde apareceu *Naming and Necessity*. Trata-se, no caso, de "Proper Names and Identifying Descriptions", em Davidson & Harman, eds., *Semantics of Natural Language*, 356-379. O referido artigo já havia aparecido em *Synthese*, 21(1970): 335-358.

Wittgenstein (das "Investigações"). Não haveria, inclusive, outra saída senão uma proposta alternativa, tendo em vista que, no caso de não se aceitar o nome próprio como logicamente próprio, nem como descrição truncada, restava explicar a forma como ele funciona no fenômeno da referência.

O modelo que apela para o princípio das descrições identificadoras pode ser resumido, segundo Donnellan, em dois estágios de tese.

- O usuário do nome próprio deve ser capaz de fornecer um conjunto de descrições para uma espécie de questão implícita do tipo "Quem ou que o nome usado refere?"

- O referente deve ser o único a satisfazer um número suficiente de descrições do conjunto de descrições identificadoras. Como uma espécie de corolário, segue-se que se não for assim, havendo mais que um referente satisfazendo as condições descritivas ou nenhum, o nome 'N' não tem referente.

Donnellan levanta um primeiro problema para essa proposta alternativa, ao supor que um contexto de aula, por exemplo, poderia mostrar um aluno referindo-se a Aristóteles com um pequeno número de descrições em oposição ao especialista em filosofia com uma base descritiva muito maior. Supondo-se que as descrições do estudante fossem erradas, estaria ele, ao usar o nome 'Aristóteles', referindo-se a outro que não o referente do mesmo nome na sentença do professor? Searle fala das propriedades comumente atribuídas a Aristóteles. Atribuídas por quem?, pergunta Donnellan. Crianças contemporâneas de Aristóteles e seus colegas teriam, certamente, outra base descritiva ao referir-se a ele.

Donnellan admite que seus contra-exemplos são um tanto artificiais, mas justifica esse fato.

(2.46) "Eles parecerão, sem dúvida, artificiais e tomados em si mesmos não são totalmente convincentes. Seu artificialismo é, em parte, forçado em mim pelo fato de que eu quero questionar não só a simples visão, digamos, de Russell, que usa o nome como um simples substituto para uma descrição, mas também a mais frouxa e vaga visão de Searle e Strawson." (ST, p. 367)

Dois contra-exemplos são típicos para a situação do nome próprio, em relação ao descritivismo que Donnellan pretende contestar.

O primeiro deles supõe uma situação em que um estudante pensa ter encontrado numa festa o famoso filósofo J. L. Aston-Martin. O estudante conhece alguns dos trabalhos do filósofo que permitiriam identificá-lo pelas descrições 'O autor de *Other Bodies*', 'O principal expoente da teoria do pluralismo egocêntrico', etc. A conversa de ambos, na festa, gira em torno das cidades com mais de 100.000 habitantes. Embora o estudante não suspeite disso, o homem na festa não é o famoso filósofo, mas alguém que levou o estudante a ter aquela impressão. Numa subsequente conversa com seus amigos, o estudante relata o que aconteceu na festa. 'Na noite passada, eu encontrei J. L. Aston-Martin e falei com ele por quase uma hora'. Pergunta-se: a quem ele se refere neste ponto? Poderia ser ao filósofo, ainda que sua afirmação fosse falsa. Posteriormente, o estudante continua falando dos acontecimentos da festa em que ele estava ao lado de J. L. Aston-Martin. Ao usar, então, o nome 'Aston-Martin', a quem estava referindo-se o estudante? Poderia ser ao cidadão que ele pensava ser Aston-Martin. A questão que se coloca, portanto, parece ser, segundo Donnellan, a seguinte: para um conjunto de descrições identificadoras tipo 'O autor de *Other Bodies*', 'o homem com quem eu falei na festa sobre cidades', dois referentes são localizados, a saber, o filósofo e o indivíduo da festa. Este resultado não é compatível com o princípio das descrições identificadoras de Searle-Strawson, que prediz a identificação de um único referente.

O outro contra-exemplo de Donnellan relaciona-se ao fato de que alguém pode usar um nome, mesmo não sendo capaz de descrever seu referente, pelo simples fato de tê-lo ouvido anteriormente como referindo-se a alguém de quem nada sabe. Suponhamos que tudo o que alguém soubesse sobre Tales é que se tratava de um filósofo grego que defendia a tese de que tudo era água. Imaginemos que Aristóteles e Heródoto, ao se referirem ao autor da tese, estivessem falando de um escavador de poços e que teria dito que o mundo poderia ser todo de água para que ele não tivesse que cavar. Não existindo o filósofo grego, quando alguém usasse o nome Tales, poderia estar-se referindo ao escavador, mesmo que não soubesse disso. Nesse caso, parece ser importante uma descrição implícita do tipo 'N foi referido por A' que é a base do uso do falante ao usar o nome 'Tales' para referir-se a alguém a quem Aristóteles e Heródoto ter-se-iam referido pelo mesmo nome. Mas esse tipo de explicação parece não encaixar no modelo descritivista anterior. O exemplo parece sugerir, para Donnellan, que é possível o uso bem sucedido de um nome próprio sem a base descritiva exigida por Strawson e Searle. Evidentemente, ouvir um nome de alguém poderia ser a única condição indispensável.

Os argumentos de Donnellan, como se vê, são semelhantes aos de Kripke contra o neodescritivismo e permitem, por isso, que se os considere como uma espécie de complementação das idéias contidas em *Naming and Necessity*. Isso não quer dizer que os dois filósofos não tenham chegado às mesmas conclusões independentemente, nem que eles concordem em todos os aspectos.¹⁰⁸

Putnam (1962/1975/1983) tem desenvolvido, principalmente sobre nomes de espécies naturais e magnitude físicas, idéias muito semelhantes às de *Naming and Necessity*.¹⁰⁹ Embora ele não tenha demonstrado uma preocupação especial com os nomes próprios, o seu trabalho merece um comentário, ainda que breve, tendo em vista o fato de que ele endossa a teoria dos designadores rígidos de Kripke contra o descritivismo, principalmente quanto aos nomes gerais do tipo 'limão', 'água', 'tigre', etc. Não é por acaso, aliás, que sua abordagem também tem sido enquadrada dentro da teoria causal da referência.

Putnam, ao contrário de outros filósofos de formação logicista, vê uma língua como um corpo social. Para ele, o que sustenta a validade da abordagem de Kripke não é só o fato de que ela explica a fixação da referência de um nome através de uma cadeia causal, sem recorrer, portanto, a um conjunto de propriedades, como base descritiva de tal nome. O que é importante é que, dentro dessa explicação, o uso dos nomes próprios é um fato coletivo.

(2.47) “Qualquer um que use o nome próprio para referir é, em um sentido, um membro de uma coletividade que tem contato com o portador de nome; se é surpreendente que um membro particular de uma coletividade não necessite ter tido tal contato, e nem mesmo necessite ter qualquer boa idéia do portador do nome, é somente surpreendente porque nós pensamos uma língua como propriedade privada.” (MLR, p. 203)

Dentro dessa concepção, Putnam não aceita a teoria dos marcadores semânticos de Katz, que pretende ser capaz de dar o significado exato de cada termo de espécie natural. Nesta, o significado de 'limão', por exemplo, é dado pela conjunção de propriedades que se atribuem à fruta, pressupondo-se, obviamente, que para cada uma dessas propriedades, digamos P1, P2, etc., o enunciado 'limões têm a propriedade P' é uma

¹⁰⁸ De fato, historicamente, Donnellan introduz o tema já em "Necessity and Criteria" em *Journal of Philosophy*, 59 de 1962. Quanto à divergência entre suas idéias e as de Kripke, veja-se, por exemplo, o debate entre ele e Kripke. *Speaker's Reference and Semantic Reference* de Kripke e *Speaker Reference, Descriptions and Anaphora* e *The Contingent a priori and Rigid Designators* de Donnellan, todos em Wettstein, H. K. e outros, *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, Minneapolis, Minnesota Press, 1979.

¹⁰⁹ Ambos reconhecem, explicitamente, que, de maneira um tanto independente, chegaram a conclusões bastante semelhantes (NN, p. 122, MLR, p. 198, 203, 204, 230, e RR, p. 17, 54, 55, 70, 71, 73, 74, 220, 221, 228).

verdade analítica. Para Putnam, isso é falso desde que se imagine a hipótese de membros anormais de um limão. Se o significado de 'limão' é dado pelo conjunto de suas características como ter uma certa casca, uma cor amarela, um gosto azedo, isso não satisfaz, à medida que algo poderia, anormalmente, ter uma cor azul, por exemplo, e ainda ser um limão. Alguém duvida que pudesse nascer um tigre sem listras ou um leão de três pernas? 'limões têm cor amarela' ou 'tigres são listrados' ou 'leões têm quatro pernas' não são, portanto, verdades analíticas (MLR, p. 140, 141). Nesse aspecto, o significado não determina a extensão.

(2.48) “Mesmo dado o significado, se algo é um limão ou não, é, ou pelo menos algumas vezes é, ou pelo menos pode algumas vezes ser, uma questão de qual é o melhor esquema conceitual, ou a melhor teoria, ou o melhor esquema de 'espécies naturais'.” (MLR, p. 142)

O que ocorre, na verdade, diz Putnam, é que existem dois modos óbvios de explicar a alguém o que se pretende significar com um termo como 'limão', 'água' ou 'tigre'. Ou através de uma definição ostensiva do tipo 'isto (a fruta) é um limão', 'isto (o animal) é um tigre', ou oferecendo uma descrição. Nesse último caso, o que está em jogo é a noção de estereótipo que Putnam introduz como o conjunto de traços típicos de um membro normal daquela coisa. Quando se pretende, através de uma descrição, dizer o significado de um nome como 'água', por exemplo, o que se exige é que seja apresentado um estereótipo conhecido pela comunidade lingüística. Incolor, inodora, insípida seriam algumas propriedades do estereótipo do nome em questão. Nesse ponto, reconhecendo a validade da distinção feita na teoria de Katz entre marcadores e distinguidos, apesar de não aceitá-la como teoria da analiticidade, Putnam também separa os traços gerais do estereótipo daqueles de algo grau de centralidade. Aceita-se, por exemplo, com alguma facilidade, que a água possa ter gosto, mas é difícil imaginá-la não sendo um líquido. Este, então, seria um marcador semântico, constituindo o significado da palavra 'água'. O quadro abaixo esclarece, perfeitamente, a proposta de Putnam quanto à descrição dos componentes do significado da palavra 'água':

Marcadores sintáticos	Marcadores Semânticos	Estereótipo	Extensão
nome de massa	espécie natural	Incolor	H2O
Concreto		Líquido	
		Inodoro	
		Insípido	

Nesse contexto, a noção de estereótipo ocupa um papel fundamental à medida que é uma espécie de lista aberta, cujos traços vão sendo determinados pela atividade científica e não *a priori* como um conjunto de condições suficientes e necessárias para a classificação de um elemento na extensão do conceito. A partir disso, a idéia de Putnam é a de que a referência de certos termos, como os que mencionamos, é fixada mediante a ajuda de estereótipos, paradigmas existencialmente adquiridos pela comunidade lingüística. E, aí, aparece a semelhança com a abordagem de Kripke, segundo Putnam.

(2.49) “A relação com a abordagem dos nomes próprios de Kripke é esta: em ambas as abordagens, coisas que são existencialmente dadas, e não por critério, ajudam a fixar a referência. Coisas reais, qualquer que seja sua descrição, que tenham desempenhado um certo papel causal, em nossa aquisição e uso dos termos determinam o que o termo refere. Um termo refere algo se ele permanece na correta relação (continuidade causal no caso dos nomes próprios; mesmidade de 'natureza' no caso dos termos de espécie) para aquelas coisas existencialmente dadas. No caso dos nomes

próprios, a coisa existencialmente dada é a pessoa ou coisa originalmente 'batizada' com o nome; no caso das palavras de espécie natural, as coisas existencialmente dadas são os paradigmas reais." (RR, p. 73)

De fato, com exceção de poucas questões sobre as quais Putnam não concorda integralmente com Kripke - o tipo de essencialismo, por exemplo - as suas posições, para o tópico em pauta, se identificam perfeitamente. Ambas atacam a concepção descritivista, defendem a importância do contexto externo ou existencial ou científico na fixação da referência do nome, não aceitam a idéia de que o significado esteja na mente, portanto,¹¹⁰ e propõem a noção de designador rígido tanto para nomes tipicamente próprios quanto para os de espécie natural, magnitude física, ou de massa.

Evidentemente, o trabalho de Putnam sobre a referência é bem mais complexo do que aparece aqui. Para os nossos propósitos, entretanto, basta examiná-lo naquilo em que ele endossa, basicamente, as idéias de Kripke. Mesmo porque, quando os defensores do neodescritivismo tentam rebater a crítica ao seu modelo e atacar a teoria causal da referência, o seu alvo principal é o trio Kripke-Donnellan-Putnam.

Passemos, então, à réplica de Searle e Dummett:

Searle (1983) apresenta uma resposta às críticas de Kripke (1972) contra Searle (1969).¹¹¹

A réplica de Searle consiste nos seguintes passos:

- caracterizar o problema sobre o nome próprio;
- enquadrar a proposta sobre o nome próprio em sua abordagem geral da intencionalidade;
- caracterizar o debate entre a teoria causal e a descritivista;
- refutar os contra-exemplos de Kripke e reduzir a teoria causal a uma variante do descritivismo;
- apresentar indicações de como os nomes próprios funcionam.

A questão problemática dos nomes próprios surge para Searle à medida que se coloca a necessidade de um esclarecimento sistemático de como os nomes referem. Parece necessária uma elucidação das relações que o nome próprio mantém com as descrições que, associadas a ele, permitem determinar a referência no processo de nomeação. Mesmo porque as descrições e os indexicais refletem, de maneira mais ou menos evidente, o conteúdo intencional indispensável ao ato de nomear. Mas e o nome próprio, em sua aparente vacuidade semântica, expressa de que forma a intencionalidade?

Searle parte do princípio de que a referência lingüística, através da instituição "nome próprio" não pode desvincular-se do conteúdo intencional. Diz Searle:

- (2.50) "Já que a referência lingüística sempre depende de ou é uma forma de referência mental, e já que a referência mental está sempre em virtude do conteúdo intencional, incluindo "Background" e "Network", nomes

¹¹⁰ Putnam e Searle disputam essa questão. O exemplo favorito de Putnam para negar que estados psicológicos determinam a extensão é a famosa história de ficção sobre a terra gêmea. Para detalhes, veja-se a seção "Are meanings in the head?", no capítulo "The meaning of meaning" em *Mind, Language and Reality*, p. 223-227.

¹¹¹ A réplica de Searle que levaremos em consideração encontra-se no capítulo 9, "Proper Names and Intentionality", em *Intentionality*, 1983, p. 231-261.

próprios devem de alguma forma depender do conteúdo intencional.”¹¹²
(IT, p. 232)

Para Searle, o descritivismo poderia ser mais bem entendido como uma teoria da intencionalidade ou internalista, enquanto a teoria causal talvez seja mais bem compreendida como espécie de teoria da comunicação de cadeias externas. Rótulos de lado, as abordagens críticas sobre tal questão implicam uma leitura problemática, tendo em vista as distorções que, de ambos os lados, tendem a surgir no contexto do debate.

Com relação ao descritivismo, Searle considera que há quatro tipos principais de distorções:

a) o ponto em questão não é se os nomes próprios devem ser analisáveis em termos completamente gerais;

b) a questão não é a análise do nome próprio em palavras. Às vezes, um falante só teria um tipo de descrição identificadora, a saber, sua habilidade para reconhecer o objeto;

c) o ponto em questão não é, como pensam alguns, a oposição entre uma espécie de dossiê na cabeça do falante associado ao nome e o uso dele análogo a apontar;

d) a crítica de Kripke sugere que o descritivismo consiste em um falante nomear um objeto mediante uma espécie de monólogo em que o referente é o único que possui tais propriedades.

Searle acredita que, para essas distorções, a questão que poderia resumir, de maneira mais adequada, a disputa entre teoria descritivista e causal seria esta: os nomes próprios referem de acordo com as condições internas de satisfação compatível com a sua abordagem geral de intencionalidade, ou eles referem em virtude de uma relação causal externa?

Em outras palavras, a questão central seria "Como, no enunciado de um nome, o falante é bem sucedido para referir os objetos?" Para o modelo descritivista, o êxito ocorre porque e somente porque o objeto satisfaz o conteúdo intencional associado com o nome; para a causal, porque e somente porque existe uma cadeia causal de comunicação do enunciado do falante com o objeto, ou, pelo menos, com o seu batismo.

Para Searle, o quadro (*picture*) causal é completamente descritivista; ou o batismo é dado por uma descrição definida, como no caso de 'Netuno' e, portanto, associado a um conteúdo intencional, ou é feito através de uma nomeação ostensiva o que leva a um conteúdo intencional associado à percepção. De qualquer maneira, a tese de Searle é a de que a intencionalidade acompanha, necessariamente, a nomeação bem sucedida, não podendo ser explicada apenas por relações causais externas. Mesmo no caso da nomeação ostensiva, o ato de referir não pode ser apenas o impacto físico do objeto sobre o falante, mas a intenção de designá-lo por aquele nome. Além disso, existem objetos abstratos como números, designados por numerais, e outras entidades desse tipo, que não podem iniciar cadeias causais físicas. Mais ainda, acoplada à cadeia causal, no modelo de Kripke, estaria sempre a intenção de um falante qualquer A de referir o mesmo objeto pelo nome que ouviu do falante B. A cadeia causal, então, não é pura. E essa intenção apenas não poderia ser uma explicação da referência do nome, uma vez que, sem a satisfação do conteúdo intencional, pareceria que A usa o nome 'X' só para referir o mesmo objeto que B

¹¹² Para Searle, um conteúdo intencional só pode ser considerado em termos do que o satisfaz se estiver dentro de uma rede de intenções, que ele chama de "*Network*" contra uma base de conhecimentos, um conjunto de capacidades mentais não-representacionais, que ele chama de "*Background*"

referiu por 'X'. Desse modo, no entanto, C usaria o nome 'X' para identificar o objeto referido por A, e assim por diante, em evidente circularidade.

Searle argumenta que a teoria causal não oferece nem condições suficientes nem necessárias para explicar a referência do nome próprio. Cita, como prova de sua tese, o fato de que existem numerosos contra-exemplos em que se destaca o de Gareth Evans sobre 'Madagascar'. Marco Polo teria ouvido o nome 'Madagascar' para referir-se, no uso nativo, a uma parte da África e, erroneamente, aprendeu-o referindo-se a uma ilha. O uso atual, designando a ilha, prevalece sobre a cadeia histórica. O que Searle observa é que, mesmo o nome sendo satisfeito pela cadeia causal, isso não é suficiente para permitir que 'Madagascar' se refira à parte da África e não à ilha. Um outro exemplo que Searle traz à discussão é o de Ramsés VIII levantado originalmente contra a proposta descritivista (IT, p. 232).¹¹³

O nome 'Ramsés VIII' apareceu no dicionário como 'um entre um número de faraós de que nada se conhece'. No entanto, mesmo não satisfazendo a teoria descritivista para usar este nome, ele, ainda assim, poderia referir. Searle contrapõe a este exemplo o fato de haver aí um engano. Trata-se de um caso bem simples de descrição, em que nosso conhecimento do passado, da história egípcia, nos permite dizer de Ramsés VIII que ele governou o Egito entre Ramsés VII e Ramsés IX, e isso nos mostra que a referência do nome 'Ramsés VIII' poderia se dar mesmo que a cadeia causal tivesse sido apagada pelo tempo. O que demonstra que os elos causais não são necessários para a referência bem sucedida.

Searle admite que os contra-exemplos levantados à teoria causal parecem não impressionar os especialistas, porque talvez eles sejam um tanto marginais à essência da questão do nome próprio. O modelo de Kripke, nesse sentido, mesmo não sendo uma teoria, quem sabe fosse a mais plausível explicação sobre o caráter mais essencial dos nomes próprios. Searle pensa que, ainda assim, esse não é o caso. Para justificar-se, Searle supõe a existência de uma tribo de caçadores primitivos onde as crianças aprendessem, sempre em conjunto com toda a tribo, por ostensão, o nome das suas montanhas, casas, lagos, etc. Nessa tribo, por um tabu, também não se falava no nome de uma pessoa morta. Parece, então, que, embora o contexto do uso do nome próprio seja semelhante ao nosso, não há um único uso de um nome na tribo que satisfaça a cadeia causal de comunicação. Decorre daí que o modelo de Kripke parece não dizer respeito ao caráter essencial dos nomes, à medida que é possível imaginar um perfeito funcionamento de tal categoria sem qualquer necessidade da cadeia causal externa.

Searle acredita que uma das possíveis respostas para o contra-exemplo apresentado seria o argumento de que, mesmo não havendo uma cadeia comunicacional, existe uma conexão causal entre a aquisição do nome e o objeto nomeado ostensivamente. Ele observa, entretanto, que a conexão causal é intencional, não externa. O tipo de conexão causal relacionado a esses casos é descritivista. Quando eu digo 'Fred', eu significo o homem que eu sou capaz de reconhecer como Fred, ou aquele que introduzi como Fred; e, em qualquer desses casos, o elemento em pauta envolve conteúdo intencional.

Se a teoria causal pretende ser uma alternativa para a descritivista, ela não pode apresentar uma relação causal – descritivista, sob pena de ser apenas uma variante do descritivismo. Além disso, poder-se-ia supor que numa comunidade de astrônomos que fizessem predições, todos os objetos nomeados envolvendo acontecimentos futuros, poderiam sê-lo mediante uma descrição. E, se os nomes funcionam como no mundo real, referindo-se a objetos sem qualquer elemento sugerido pela teoria causal, então ela parece não oferecer nenhuma explicação sobre a essência da instituição – nome próprio.

Para Searle, a proposta de Frege tem pelo menos dois méritos. Ele percebeu que o referir envolve um conteúdo intencional, e seu modelo permite explicar enigmas como os do enunciado existencial ou do enunciado de identidade. Seus problemas principais foram

¹¹³ Levantado por Kaplan em "Bob and Carol and Ted and Alice" in K.J. Hintikka e outros, *Approaches to Natural Languages*, 1973, p. 490-518.

o de ter pensado o conteúdo intencional sempre com palavras e o de ter suposto que uma descrição definida associada ao nome próprio funcionaria como sentido ou definição.

A teoria causal, para Searle, ao contrário do descritivismo, não esclarece os enigmas que o descritivismo explica e, além disso, não passa de uma variante fraca desse último, sendo, apenas uma caracterização de casos parasíticos em que o falante usa um nome próprio na dependência do uso que dele faz alguém anteriormente. Basta comparar as posições. A causal diz: "Quando eu uso o nome 'N' eu significo o mesmo objeto a que se referiu a pessoa de quem eu ouvi o nome 'N'"; a descritivista dirá: "Quando eu uso o nome 'N' eu significo a pessoa ou coisa a que os membros de minha comunidade chamam de 'N'".

A questão da externalidade não é uma diferença significativa, diz Searle. Ela não ocupa nenhum papel explanatório no modelo de Kripke; não é de surpreender, por isso, que este teça tão poucos comentários sobre a causalidade.

Mesmo sendo, entretanto, uma variante do descritivismo, o modelo causal apresenta diferenças em relação a ele. Searle resume essas diferenças em três aspectos básicos:

a) Para o modelo causal, a transferência de intencionalidade é o traço essencial da instituição do nome próprio; para o descritivista, esse fato é meramente incidental, embora, realmente ocorra;

b) o descritivista acha implausível que a intencionalidade básica que assegura a referência seja a de que o falante A pretende referir o mesmo objeto que o falante B. Na vida real, a quantidade de informações parece ser muito maior e necessária para assegurar a referência, principalmente, quanto ao tipo de coisa nomeada; pessoas, animais, etc.

c) Para o modelo descritivista, os casos parasíticos são menos importantes; para a teoria causal é o contrário; quando há situação de *acquaintance*, como ocorre com figuras históricas, a explicação que toma como privilegiado os casos parasíticos tende a prevalecer.

O trabalho final de Searle é responder a alguns argumentos e contra-exemplos oferecidos pelo modelo causal. Um dos contra-exemplos é de Kripke. Trata-se do caso do famoso exemplo de Gödel-Schmidt, sobre o qual Searle observa que o erro consiste em apresentar tal situação fora de contexto de sentenças reais. Imaginemos, diz Searle, que Jones esteja dizendo, "Sobre a linha 17 desta prova, Gödel parece fazer uma inferência falaciosa", e que alguém pergunte a Jones sobre quem ele fala ao dizer 'Gödel'. Ao responder que chama de 'Gödel' o homem que provou o teorema da incompletude, Jones recebe a informação de que não foi Gödel o real autor, mas Schmidt. Nesse caso, Jones poderia responder "bem, eu me refiro a quem quer que seja que provou o teorema, independente de como seja o seu nome"; ou, em outra hipótese, poderia dizer que por 'Gödel', ele tem chamado àquele a quem ele tem ouvido chamarem de 'Gödel'.

De qualquer maneira, é sempre o conteúdo intencional que determina a referência. Não é suficiente examinar só a resposta de Jones, mas o seu conteúdo intencional total, incluindo seu conhecimento da realidade do contexto.

Com relação ao argumento modal, ainda de Kripke, e que se considera um dos ataques mais fortes ao descritivismo, Searle o analisa da seguinte maneira:

O argumento de Kripke segue três passos, a saber:

a) nomes próprios são designadores rígidos;

b) descrições definidas não são designadores rígidos e, por extensão, conteúdos intencionais não o são também;

c) portanto, nomes próprios não são equivalentes em significado ou sentido ou funcionamento a quaisquer descrições definidas ou conteúdo intencional.

Searle observa que mesmo aceitando (a) para salvar o argumento, (b) não se sustenta, tendo em vista que, por duas razões, pelo menos, uma descrição definida pode funcionar rigidamente. Uma delas é que a descrição pode, porque não, expressar condições de identidade daquele objeto, ou seja, qualquer descrição que expresse condição necessária e suficiente para identificar Aristóteles será um designador rígido. A outra razão é que nós podemos, nada proíbe isso, estabelecer por decreto, arbitrariamente, que uma descrição qualquer passe a designar aquele objeto, mesmo em mundos onde ele não possua aquela propriedade. Se nós desejarmos designar Aristóteles pela descrição 'O mestre de Platão' nada nos impede de nos referirmos a um indivíduo em todos os mundos, mesmo naqueles onde ele não é o mestre de Platão. A crítica de Kripke, portanto, falha.

Quanto ao fato de que Kripke argumenta contra o descritivismo, distinguindo-o como ou teoria do sentido ou da referência, sendo que, na última hipótese é fraco e não resolve os enigmas dos enunciados existenciais, de identidade, etc., Searle observa que sua abordagem não contém os mesmos defeitos que a de Frege. Para Searle, uma descrição não pode, realmente, ser uma definição do nome, mas, sim, uma constelação de descrições, de fato, associadas ao nome de maneira bem mais fraca que uma definição, sob forma de um conteúdo intencional. Nesse caso, as virtudes do descritivismo de Frege seriam mantidas. Além disso, se uma descrição, ou o conteúdo intencional não oferece o sentido do nome próprio como demonstra Kripke, tal conteúdo intencional, pode contribuir para o conteúdo proposicional de um enunciado feito por um falante ao usar o nome. Dessa forma, o descritivismo poderia, ao explicar o modo como a referência de um nome próprio é assegurada, também oferecer uma explicação sobre como os nomes contribuem para o conteúdo proposicional. No caso de Hesperus e Phosphorus, por exemplo, tal abordagem conseguiria explicar por que um falante poderia, ao mesmo tempo, acreditar que Hesperus brilha no horizonte e Phosphorus não brilha no horizonte, mesmo sendo Hesperus idêntico a Phosphorus. Trata-se, no caso, de conteúdos intencionais diferentes associados ao uso dos nomes 'Hesperus' e 'Phosphorus' em que o falante, não sabendo que eles referem a mesma identidade, pensa-os como, intencionalmente, independentes.¹¹⁴

Searle sustenta o papel dos nomes próprios como entidades que são usadas, basicamente, para referir, através dos seguintes princípios fundamentais:

a) Para que um nome próprio possa referir, é preciso que haja alguma independente representação do objeto, que se pode expressar pela percepção, memória, descrição, etc. Mas é indispensável um conteúdo intencional que distinga o objeto ao qual o nome está engatado;

b) ainda no caso em que a conexão do nome com o objeto não envolva conhecimento de nenhum tipo, o background de capacidade para usar o nome que o falante possui, permite a ele associar o mais simples conteúdo intencional possível - pretender pelo uso do nome 'N' referir o mesmo indivíduo ao qual se referem outros com o nome 'N'. Apenas, que esses são casos parasíticos;

c) toda referência, por nomes, descrições, rótulos, ou quaisquer outros tipos, ocorre em virtude de um conteúdo intencional. Ela só é bem sucedida se o objeto satisfaz

¹¹⁴ Searle sugere que esse tipo de descritivismo poderia ser uma saída para o enigma que Kripke propôs sobre crença (Puzzle about Belief). Em sua forma mais crua, tal enigma poderia ser assim formulado: Se A diz (e acredita nisso) em francês 'Londres est jolie' e em inglês 'London is not pretty' e não sabe que Londres é London, ele parece acreditar que a referida cidade é bonita e acredita que ela não é bonita, o que é paradoxal.

as condições associadas ao dispositivo usado para referi-lo; mesmo se a condição é a mais simples, como no caso do *background*, de capacidade apenas para reconhecer o objeto;

d) o objeto, ou alvo da nomeação, é sempre determinado num sistema de representações. Como nós temos um rico sistema de identificação de objetos nas mais diversas situações contrafactuais, onde um ou outro conteúdo intencional não seja satisfeito pelo objeto referido, (a), (b), e (c) só funcionam de acordo com (d).

A resposta de Searle merece, sem dúvida, um trabalho cuidadoso de análise, tendo em vista que, paralelamente à defesa que faz do descritivismo que já sustentara em "Speech Acts", avança inúmeras teses sobre a instituição - nome próprio. Exatamente por isso, trataremos de discuti-la em profundidade na última seção do capítulo.

Dummett (1973) procura rebater a crítica de Kripke¹¹⁵ ao descritivismo, observando que ele atribui a Frege a tese de que o nome próprio tem o sentido de uma descrição, além de ter usado o conceito de sentido tanto como modo de apresentação da referência quanto como a idéia de significado. Dummett diz que Frege não fez esse tipo de análise explícita, ao definir nome próprio, e, ainda, se pergunta sobre o que entende Kripke por significado. Na verdade, segundo Dummett, Frege não pode ser responsabilizado por uma teoria do nome próprio que não chegou a desenvolver. Frege deve ser interpretado como oferecendo uma breve caracterização do conceito de sentido, e, no caso do nome próprio, associando-o a uma descrição definida como mero critério de reconhecer um objeto como referente do nome.

Aos olhos de Dummett, a estratégia de Kripke ao tentar distinguir nomes próprios e descrições definidas em contextos modais não é muito forte. Realmente, ao dizer 'Sta. Anna poderia não ter sido mãe' e 'A mãe de Maria poderia não ter sido mãe', percebemos a diferença entre os dois casos. Poderíamos, por exemplo, dizer 'Sta. Anna poderia ter ficado virgem' caso em que ela não teria sido mãe, e isso pareceria estranho para a segunda sentença. Entretanto, para Dummett, a diferença não é tão clara assim. O próprio Kripke aceita que se poderia, perfeitamente, admitir o enunciado:

'A mãe de Maria poderia não ter sido mãe'.

Se isso é assim, então qual a diferença entre nomes próprios e descrições? Em ambos os casos, o que parece haver é uma ambigüidade nos enunciados modais, o que não permite a ela ser o elemento de distinção entre as duas situações. Kripke, segundo Dummett, parece estar envolvido com um caso de ambigüidade de escopo no que se refere às descrições definidas, o que não ocorre com os nomes próprios.

Ilustremos a questão da ambigüidade do escopo. Um enunciado como 'O mestre de Alexandre poderia não ter ensinado Alexandre' teria a seguinte formulação:

$$? \sim E('x:Ex)$$

considerando-se 'Ex' como 'x ensinou Alexandre'. A variação de escopo, na teoria das descrições de Russell, levaria a duas hipóteses:

$$?(?y)[(?x)(Ex \supset x = y) \supset \sim Ey] \quad \text{ou}$$
$$(?y)[(?x)(Ex \supset x = y) \supset ? \sim Ey]$$

conforme a posição do operador modal.

¹¹⁵ Para a resposta de Dummett, levaremos em consideração, basicamente, o apêndice do capítulo 5 de *Frege's Philosophy of Language*, "Note on Attempted Refutation of Frege", p. 110-159.

Kripke aceita tal ambigüidade para as descrições, mas pretende uma abordagem totalmente diferente para os nomes próprios. Ele não reconhece, para estes, nenhum papel da noção de escopo. Kripke (1980 - notas 13-16) Como diz Dummett, Kripke acredita que o fato de a referência de 'um metro' e 'Sta. Anna' ser fixada por descrições do tipo 'a extensão da barra-padrão' ou 'a mãe de Maria' envolve um conhecimento *a priori* que não se confunde com o fato de como poderia ter sido o mundo em relação ao metro-padrão e a Sta. Anna. Sta. Anna poderia não ter sido mãe, e isso diz respeito ao mundo, não ao nosso conhecimento. Kripke distingue, portanto, entre uma situação epistêmica, o saber *a priori* e uma metafísica, a questão da necessidade dos fatos. Dummett acredita que essa visão é impossível. Sua argumentação vai no sentido de separar necessidade ôntica de necessidade epistêmica, sendo esta mais forte do que aquela. Um enunciado pode ser ôntico, mas não epistemologicamente necessário; o contrário não é possível. Kripke, como se sabe, considera-os independentes. No caso, o enunciado 'Sta. Anna poderia ter sido mãe' não seria necessário, à medida que 'Sta. Anna poderia nunca ter sido mãe'. Alguém, entretanto, que soubesse que o nome 'Sta. Anna' teve sua referência determinada pela descrição 'A mãe de Maria', poderia saber a verdade do enunciado *a priori*. De acordo com Kripke, contudo, um argumento paralelo não mostrará que o enunciado 'A mãe de Maria era mãe' não era necessário, já que o fato de que não poderíamos dizer verdadeiramente que a mãe de Maria não poderia ter sido mãe, pode ser explicado, invocando-se a noção de escopo.

Dummett tenta ilustrar o engano de Kripke com o seguinte exemplo:

(2.51) “Em um sentido, 'Eu estou aqui', é verdadeira *a priori* : isto é, qualquer falante nativo sabe que quando quer que seja que ele afirme a sentença 'eu estou aqui', ele estará dizendo algo verdadeiro. Assim, se eu digo 'eu estou aqui', eu estou expressando um conhecimento *a priori* de um fato contingente? Raciocinando como Kripke faz, o fato deve ser tomado, seguramente, como contingente, já que eu posso dizer, verdadeiramente, 'eu poderia não estar aqui'. Obviamente, isso é falso.” (FPL, p. 122)

Uma conseqüência da compreensão que Dummett faz do modelo de Kripke é a redução do emprego de um nome próprio como designador rígido a uma matéria de convenção. Bastaria convencionar que nomes próprios têm sempre um escopo amplo. Nesse caso, nomes próprios e descrições definidas não se distinguiriam em sentido forte. O argumento de Dummett, dentro da concepção anteriormente referida, é uma variação dos outros. Kripke, ao aceitar que não poderia ser verdadeiro que o professor de Alexandre não ensinasse Alexandre, estaria admitindo que, dentro de qualquer mundo possível, não seria verdadeiro dizer 'O professor de Alexandre não ensinou Alexandre'. Aqui, a descrição definida estaria sendo tomada como tendo como referente o único objeto que satisfizesse o predicado 'e ensinou Alexandre'. Em tal caso, a descrição está sendo tomada dentro do operador modal.

$$?(?y)[(?x)(Ex \rightarrow x = y) \rightarrow (\sim Ey)]$$

Ao se admitir que o professor de Alexandre poderia não ter ensinado Alexandre, o que muda, apenas, é que a descrição definida não cai sob o escopo do operador modal.

$$(?y)[(?x)(Ex \rightarrow x = y) \rightarrow ?(\sim Ey)]$$

No caso dos nomes próprios, portanto, bastaria considerá-los como sempre fora do escopo do operador.

Dummett admite que, ainda assim, nomes próprios e descrições poderiam funcionar diferente. A sua tese, entretanto, é defender a idéia básica de Frege para quem o nome próprio tem um sentido, a saber, o modo como ele determina a referência. Mesmo

não sendo correto dizer-se de 'Sta. Anna' que seu sentido é 'a mãe de Maria', ainda assim, poder-se-ia dizer que Sta. Anna tem um sentido tal que poderia ser substituído por 'a mãe de Maria', ou 'a mulher que foi a mãe de Maria', etc.

Apenas num aspecto, Dummett percebe alguma diferença entre o nome próprio e a descrição definida, na concepção de Kripke, e, ainda assim, com restrições.

Ao se dizer que a mãe de Maria poderia não ter sido mãe, referimo-nos a uma mulher específica em sua propriedade, adquirida, de ser mãe de alguém; não poderíamos dizer, pelo menos da mesma maneira, que Sta. Anna poderia não ter sido Sta. Anna; parece que Sta. Anna não é propriedade de uma pessoa e, menos ainda, adquirida. Não se olha, geralmente, 'é Sta. Anna' como um predicado de um lugar. Até, nesse caso, todavia, poderíamos imaginar uma situação em que Sta. Anna não fosse Sta. Anna, a saber, que a Igreja não tivesse reconhecido aquela que é chamada 'Sta. Anna' como Santa, caso em que ela poderia não ter sido chamada 'Sta. Anna'.

Dummett aceita, em nome de que Frege também pensava assim, que nomes como 'tigre', 'calor', 'água', espécies naturais ou nomes de identidades físicas sejam próprios. Apenas não aceita que a discussão sobre propriedades essenciais ou contingentes de tais objetos possa trazer contribuição para a questão do sentido do nome próprio, ou permitir o ataque ao modelo de Frege.

Quanto à questão da cadeia causal, que Kripke propõe como uma espécie de elemento alternativo para a explicação da determinação da referência, Dummett acredita que, realmente, tal cadeia se dá. Um indivíduo A pretende ao usar o nome 'x' referir-se ao mesmo objeto que B ao usar o mesmo nome, e assim por diante. Mas, pergunta Dummett, o que é referir-se a um objeto? Qual o esclarecimento que a teoria causal traz sobre a questão de referir? Como poderíamos descrever uma cadeia desse tipo detalhadamente? A existência da cadeia não garante que a referência é preservada. E se se deseja usar o nome para outro objeto? Parece que, na cadeia causal, não há nenhuma possibilidade de esclarecer deslocamentos de referência.

Dummett, em termos gerais, tenta refutar a crítica de Kripke a Frege e, ao mesmo tempo, demonstrar sua fragilidade para explicar, fora do modelo fregeano, os fenômenos que sustentam a referência do nome próprio na linguagem natural.

Dentro desse contexto, como se vê, Dummett e Searle tentam proteger as bases do descritivismo do ataque de Kripke, abrindo uma fortíssima polêmica no interior das comunidades especializadas em filosofia da linguagem. Centenas de artigos nos últimos anos tentam decidir tal debate, ora a favor de Frege-Russell-Strawson-Searle-Dummett, ora a favor de Kripke-Putnam-Donnellan. A nossa análise não tem a pretensão, exatamente, de propor uma solução definitiva. Bem pelo contrário, nós até consideramos que tal debate não terá uma definição, mesmo porque ele esconde questões mais profundas no seu interior do que apenas abordagens opostas do nome próprio. Por essa razão, o final do nosso segundo capítulo será dedicado a dimensionar de outra maneira a (permita-nos a expressão) luta dos paradigmas causal e descritivista. Para isso, encaminharemos uma discussão que vai do quadro estrutural, fora do qual nenhum dos modelos pode ser considerado, até as questões substantivas mais detalhadas, como é o caso dos contra-exemplos, onde o confronto realmente se dá. Só assim poderemos avaliar as perspectivas de tal debate para uma teoria semântica do nome próprio, retirando dele aquela essência teórica sem a qual ele teria sido inútil.

2.4 O Nome Próprio do Ponto de Vista do Debate

Após a apresentação dos pontos fundamentais que caracterizam o debate contemporâneo entre a proposta causal e os descritivismos sobre o nome próprio, é chegado o momento de proceder ao balanço final do capítulo. Para isso, nesta seção, perseguiremos três objetivos:

a) sintetizar as grandes linhas do debate entre o modelo causal e os descritivismos, trazendo à tona as razões mais profundas subjacentes a tal debate;

b) dimensionar a posição da linguagem natural e da categoria do nome próprio em cada modelo;

c) examinar a propriedade dos argumentos e contra-exemplos em jogo, tendo em vista uma avaliação dos problemas e perspectivas do debate, para a caracterização lógico-lingüística do nome próprio da linguagem natural.

Comecemos, ao mesmo tempo, por (a) e (b), deixando (c) para depois.

Frege e Russell, como se demonstrou repetidas vezes, não pretenderam, em momento algum, uma teoria do nome próprio. A abordagem dessa categoria só se deu, no caso, devido a uma absoluta necessidade de tratar dela para a fundamentação do projeto logicista. Em tal contexto, a categoria nome próprio, enquanto entidade da linguagem natural, está quase completamente submetida ao papel lógico-semântico que ela deve desempenhar dentro do mencionado projeto. Dizemos 'quase', porque, Frege e Russell, de fato, foram sensíveis, é justo que se diga, às propriedades lingüísticas em jogo no cotidiano da linguagem. Não se pode, entretanto, deixar de frisar que a concepção de lógica subjacente ao projeto de Frege e Russell obedecia a uma dimensão matemática em oposição às concepções tradicionais, e que, dentro de tal ótica, o papel do nome próprio e da linguagem natural era, apenas, o de lugar privilegiado de uma discussão sem o qual a lógica pareceria vazia de motivação. Qualquer avaliação do descritivismo clássico, então, que não fizesse justiça a esse aspecto seria precária. Na verdade, aliás, se Frege e Russell não foram totalmente bem sucedidos no seu projeto original, ninguém poderá retirar-lhes o mérito revolucionário de ter deslocado a velha relação um tanto frouxa da lógica e da linguagem natural para o ambiente responsável da matemática. Ocorre que tal responsabilidade não se traduz, necessariamente, por um absoluto rigor lógico, e isso surpreendeu, sem dúvida, a pretensão do projeto logicista. Em outras palavras: se, de fato, foi um grande passo para o desenvolvimento da Lógica, e inclusive da Lingüística, o movimento frege-russelliano em direção ao rigor matemático, tal giro serviu, também, para colocar uma advertência (severa) sobre os limites de tal rigor. Isto equivale a dizer, quanto ao foco de nossa abordagem, que a investigação do nome próprio de nossa linguagem, vago na tradição, permitiu, à luz do cenário matemático, enxergar, com clareza, a fragilidade dessa categoria, mas, demonstrou, ao mesmo tempo, que, por trás dessa fragilidade, havia mais filosofia do que se poderia imaginar. O trabalho de fundamentação lógica da matemática pressupunha um trabalho de fundamentação lingüístico-filosófico da lógica, e isso era bem mais complicado do que supunham Frege e Russell. Nesse contexto, o nome próprio era, sem dúvida, uma das alavancas mais escorregadias para um salto de tamanhas pretensões. Foi, aliás, o que viu Frege (cf. (1.48)) quando percebeu que a sua conceituação de nome próprio, se consistente para um grande número de casos, também produzia contradições pela possibilidade, na nossa linguagem, de se constituírem nomes que nada designam. Da mesma forma, foi essa volubilidade da categoria em questão que conduziu Russell à tentativa de separar (cf. (1.66) e (1.67)) o nome do ponto de vista lógico de sua contraparte para o uso cotidiano. Frege embarçou-se no momento em que o nome próprio, tal como ele o concebia, era capaz de superpovoar, sem que ele pudesse evitar isso, o seu reino ontológico de entidades indesejáveis ou, ao contrário, de se manifestar, lingüisticamente, sem referir objetos logicamente indispensáveis. Desde que a sua concepção de lógica dependia de uma articulação lingüístico-ontológica coerente, isso passou a ser uma verdadeira tragédia teórica como, de fato, ele confessa em (1.48). Russell, por sua vez, chegou ao paroxismo de um reino lingüístico desprovido de nomes logicamente próprios, à medida que, dadas as suas exigências de *acquaintance*, só alguns dêiticos poderiam ilustrar o papel exigido pela lógica legítima da nomeação. Desde que a

sua concepção de lógica se assentava, fortemente, sobre uma articulação coerente lingüístico-epistemológica, isso também se tornou um ponto nevrálgico de seu sistema.

De modo que, guardadas as diferenças entre os dois modelos de interpretação do nome próprio, o descritivismo de Frege e Russell nasce de um tipo de necessidade em que a linguagem natural é, não um fim em si mesma como objeto de investigação, mas um instrumento imperfeito (cf. (1.21), (1.22), (1.23), (1.48), (1.52), (1.54)) à luz do qual se tenta erguer a linguagem perfeita. Se Frege e Russell enfrentaram mais dificuldades do que supunham, é porque tiveram a clareza filosófica (cf. (1.65)) de perceber, como já se disse antes, que a fundamentação de uma nova lógica para a matemática pressupunha, inevitavelmente, enfrentar questões complexas, especialmente, no âmbito da Filosofia da Linguagem, atividades essas indissociáveis no contexto em que ambos se encontravam no início do século. Carnap - processos de estipulação - e Quine - eliminação dos termos singulares - levaram à frente, como se viu antes, as idéias de Frege e Russell, tentando contornar, por uma espécie de estratégia de fuga, os problemas graves implicados na dupla atividade referida. Wittgenstein, Strawson e Searle, entretanto, tomaram uma rota diferente, redimensionando o papel da linguagem natural na discussão sobre o problema do nome próprio.

Wittgenstein (1953) foi, indiscutivelmente, o ponto de partida do deslocamento das relações entre lógica e linguagem natural, tais como foram estabelecidas no interior do projeto logicista. Apesar da complexidade que cerca a sua obra, há um certo consenso quanto ao fato de que a posição da linguagem cotidiana, do "Tractatus" para as "Investigações" muda significativamente. De fato, após levar a proposta russelliana às últimas conseqüências, quando aceita que seu objeto seja a denotação do nome (TT, p 3203), e as proposições da nossa linguagem perfeitamente ordenadas do ponto de vista lógico (TT, p. 55563), Wittgenstein altera a sua rota e denuncia a fragilidade da teoria dos nomes de Russell no contexto da complexidade dos jogos da linguagem.¹¹⁶ Como se vê, entretanto, em (2.01), (2.02), (2.03), (2.04), (2.05), e (2.06), o movimento wittgensteiniano rumo ao contexto-de-uso de linguagem é um ataque à concepção russelliana de nome logicamente próprio, mas preserva o *insight* básico de que os nomes próprios significam, se não uma descrição, pelo menos uma família delas. Isso, no fundo, significa que, nesse ponto, a oposição de Wittgenstein a Russell se dá principalmente porque, enquanto este parte do princípio de que a linguagem cotidiana é logicamente imperfeita e a reinterpreta à luz de uma linguagem construída, aquele inverte o processo e reinterpreta a teoria logicista dos nomes próprios à luz do uso rotineiro da linguagem. O resultado dessa operação é que a crítica de Wittgenstein acaba abrindo caminho para uma, ao mesmo tempo, retificação e ratificação da concepção descritivista, embora talvez o trabalho negativo sobre a obra russelliana fosse para as "Investigações" mais central do que uma contribuição positiva para a teoria dos nomes.

Se Wittgenstein adotou uma estratégia mais cautelosa tratando, apenas, de funcionar como uma pesadíssima rede lógico-retórica de contra-exemplos às pretensões de Russell, Searle (1958/1969/1983) e Strawson (1959/1974) deram uma seqüência contemporânea ao debate entre o logicismo (identificado, agora, em Quine) e a lógica da linguagem natural, tentando uma afirmação mais positiva desta última. E o nome próprio continuava sendo, então, o lugar privilegiado das discussões, dado o fato de que, já no passado, fora a categoria que, especialmente, embaraçara o ideal logicista.

Strawson (1959), conforme (2.07), (2.08) e (2.09), deu um rumo positivo a algumas idéias de Wittgenstein, associando-se à sua proposta neodescritivista. Nela, o nome próprio não tem o sentido de uma descrição, mas exige, para referir exitosamente, uma família de descrições, como um conjunto de traços identificadores pressuposto. Tal conjunto forma uma espécie de base comum a um grupo de indivíduos que se comunicam

¹¹⁶ Na verdade, Wittgenstein, já no *Tractatus*, era sensível à complexidade dos jogos da linguagem quando afirmava, em 4.002, que "os acordos silenciosos para entender a linguagem corrente são enormemente complicados."

através do uso de nomes próprios. Assumindo um ponto de vista absolutamente pragmático ao levar em consideração o funcionamento da nossa linguagem, ele não só procura tratar dos nomes em seu contexto-de-uso, como busca uma forma de testar a abordagem logicista. Bem à semelhança do que já havia iniciado com "On Referring", tenta opor à abordagem da lógica formal, uma espécie de lógica da linguagem ordinária.¹¹⁷ Mesmo sem pretender, a exemplo de seus antecessores, uma teoria dos nomes próprios¹¹⁸, não se pode negar que Strawson foi um dos primeiros filósofos a romper com a tradição logicista de se considerar a linguagem ordinária como um instrumento logicamente imperfeito e necessariamente descartável em muitos aspectos. Isso, no fundo, é o que está presente em sua constante crítica ao ideal quineano de eliminação dos termos singulares e na sua objeção mais geral às pretensões formalistas de análise da linguagem (SPLG, p. 48).

Searle (1958-1969), embora dentro da mesma perspectiva de Strawson de retificar o descritivismo clássico a partir da variante básica feixe ou família de descrições - modelo Wittgenstein - apresenta argumentos específicos que merecem detalhamento.

Em primeiro lugar, é preciso que se repita, também, que J. Searle não pretende uma teoria dos nomes próprios em especial, examinando-os apenas como um caso problemático para a teoria da referência, tanto para o modelo de Mill, quanto para a proposta descritivista de Frege e Russell. Mesmo assim, ele não deixa de tentar um quadro alternativo que permita ao descritivismo fregeano livrar-se dos problemas que este enfrenta, alternativa já delineada em sua bem conhecida Teoria dos Atos de Fala. Nesse contexto, o ato de referir através de um nome próprio depende de um processo de identificação que, no caso dos nomes próprios, está ancorado numa descrição ou num feixe delas. Num primeiro momento, conforme (2.10), é um termo geral ou um grupo deles que se associa analiticamente ao nome para garantir a continuidade da referência; depois, a identificação se dá mesmo mediante um conjunto de descrições em que uma ou outra delas se liga logicamente ao nome, de acordo com (2.11). Searle aceita a intuição dos usuários, consagrada por Mill, de que os nomes próprios não têm sentido se se os interpreta como instrumentos de descrição de propriedades dos objetos. Defende, entretanto, uma posição semelhante à de Frege de que eles se relacionam logicamente às características do objeto que referem, embora de maneira frouxa, conforme (2.13). Em última análise, Searle aceita a idéia básica da interpretação descritivista, mas não aceita a forma como Frege sustenta que o nome próprio tem o sentido de uma descrição. Isso, contudo, só é possível porque, no projeto de Searle, as relações entre lógica e linguagem natural já não são as mesmas. No roteiro de Wittgenstein (1953), Strawson (1959) e Austin (1962),¹¹⁹ Searle se soma à linha dos que pretendem o enfraquecimento da abordagem logicista, conduzindo, mais uma vez, tal abordagem ao confronto sempre problemático com o uso da linguagem natural.

De Frege até Searle, portanto, passando por Russell, Wittgenstein e Strawson, a concepção logicista vai cedendo terreno diante dos problemas produzidos pelos nomes próprios genuínos, e a linguagem cotidiana vai-se deslocando, cada vez mais, para o centro das preocupações lógico-filosóficas. Em Frege, o nome próprio enquanto categoria lógica que se opõe à expressão funcional, completando-a, engloba, completamente, sua contraparte da linguagem ordinária; em Russell, já há uma distinção entre os dois tipos de nome; o Wittgenstein das "Investigações" derruba o nome logicamente próprio e, em Strawson e Searle, a questão já é uma abordagem logicamente razoável do nome próprio da nossa linguagem. Essa seqüência, apesar de um tanto simplifcatória, ilustra, perfeitamente, a questão básica que nos interessa agora. A posição da linguagem natural e da categoria

¹¹⁷ O paralelo entre a linguagem da lógica formal e a lógica da linguagem ordinária é, de fato, um dos temas centrais da obra de Strawson, desde *On Referring* de 1950, passando por *Introduction to Logical Theory* de 1952, *Logic-Linguistic Papers* de 1971 até *Subject and Predicate in Logic and Grammar* de 1974, para citar os textos mais expressivos.

¹¹⁸ Cf. *Subject and Predicate in Logic and Grammar*, p. 42.

¹¹⁹ Austin está ligado a Strawson e Searle na batalha contra a concepção logicista, mas, diferentemente deles, não tem uma abordagem relevante do nome próprio.

nome próprio, tal como é concebida pela tradição, não é a mesma nas diversas propostas. Dentro de cada sistema (o de Frege, o de Russell, o de Searle, etc.) o papel da linguagem natural é o de uma espécie de pano-de-fundo contra o qual o exame do nome próprio se dá, sendo que se trata de um fundo cuja posição se altera, alterando, conseqüentemente, as conclusões sobre a mencionada categoria. Se isso é assim, então, rigorosamente, entre Frege e Searle há mais diferença do que os comentaristas em geral admitem. O nome próprio, em Frege, está a serviço de uma análise da proposição cujo objetivo é a fundamentação de uma lógica mais forte. Bem ou mal sucedido, seus exemplos para os nomes próprios ordinários não devem ser apanhados senão no contexto em que aparecem. Em momento algum Frege pretendeu, efetivamente, sistematizar essa categoria lingüística. Em Searle, não há vestígios do projeto logicista. O seu objetivo é, realmente, tratar da referência e do sentido dos nomes próprios no uso da linguagem. Da mesma forma,, embora menos flagrante, é a diferença entre Frege e Russell. Os nomes logicamente próprios deste último não existem em Frege. Eles se assemelham à visão milliana a que Frege se opõe. Quanto aos nomes próprios ordinários, eles correspondem a descrições truncadas em Russell como uma conseqüência da não satisfação do princípio de *acquaintance*, enquanto que, em Frege, deve-se levar em conta que descrições podem, também, ser nomes próprios. Russell tentou, mesmo que de maneira fragmentária, oferecer uma análise para os nomes próprios da nossa linguagem; Frege, quando tratou deles, foi a título de ilustração de sua tese quanto ao papel semântico do par argumento e função na nova lógica. De modo que, generalizando ainda mais, há diferenças significativas dentro dos modelos descritivistas e neodescritivistas que não deveriam ser ignoradas. Essas diferenças se devem, fundamentalmente, à mudança das relações entre linguagem natural e lógica no movimento de Frege a Searle, à medida que o uso lingüístico passa a ser considerado um ponto de partida para a avaliação das interpretações logicistas.

Quando Kripke (1972) entra em cena e abre suas baterias contra a proposta descritivista de abordagem do nome próprio, ele o faz distinguindo, apenas, uma posição clássica (Frege-Russell) de uma contemporânea (Strawson -Searle), desprezando as diferenças recém observadas. Num sentido, isso se dá porque Kripke, conforme (2.27), (2.29) e (2.31), já aceita o contexto atual do problema em que a questão diz respeito aos nomes próprios da linguagem natural, e tenta refutar o neodescritivismo sem fugir do nível pragmático do uso da linguagem. A interpretação causal, aliás, (cf. (2.31)) é uma prova de que a sua tentativa vai nessa direção. Por outro lado, Kripke não perde de vista a posição clássica, não porque pretenda oferecer soluções para o projeto logicista de Frege e Russell, mas porque pretende refutar, também, os herdeiros daquele projeto (Quine, por exemplo) que ameaçam a base das modalidades. A lógica modal também não pode prescindir de uma fundamentação na linguagem natural, e Kripke sabe, (cf. (2.19), (2.20), (2.21), (2.22), (2.30), (2.43)) obviamente, disso. Não é por acaso, portanto, que a seqüência de seus argumentos abrange uma tão grande extensão, e, com ela, ele tente, audaciosamente, contestar, ao mesmo tempo, Kant, Frege, Russell, Wittgenstein, Strawson, Searle e Quine.

No fundo, o fato de Kripke colocar o nome próprio como centro de suas discussões em *Naming and Necessity* e, paradoxalmente, declarar, conforme (2.33) e (2.34) que não pretende oferecer teoria nenhuma sobre o assunto só se justifica pelas razões já aduzidas. Kripke, ao tratar do nome próprio como designador rígido, não está procurando uma teoria da categoria em questão, mas um dispositivo técnico que permita a identificação de um indivíduo em todos os mundos possíveis. O nome próprio é, basicamente, para ele, a expressão lingüística mais típica sobre a qual se constituem enunciados contrafactuais. Em outras palavras, a questão central, para Kripke, é a justificação lingüística das modalidades, porque ele também, a exemplo de Frege e Russell, não está disposto a suportar o peso de uma lógica que não se sustente na linguagem nem se aplique a ela. Mesmo porque a relação entre as modalidades, a linguagem e, conseqüentemente, o mundo é, ainda, mais íntima do que na lógica tradicional. Isso é justamente o motivo pelo qual Kripke assume a tarefa de tratar do nome próprio enquanto categoria da linguagem natural,

mesmo não pertencendo à linha de Searle e Strawson, para a qual a nossa linguagem em seu uso rotineiro é o centro das questões.

Ainda que Donnellan e Putnam endossem a concepção de nome próprio de Kripke, sua participação no debate contemporâneo apresenta nuances específicas. Donnellan é, sem dúvida, um dos precursores do ataque ao descritivismo e seu trabalho é mais específico do que o de Kripke, indo, atualmente, mais na direção da análise das descrições definidas, no que ele e Kripke divergem em alguns pontos.¹²⁰ Já Putnam está envolvido na defesa de uma posição filosófica bem mais ampla, que poderíamos denominar, como ele mesmo o sugere, de 'realismo' sem qualquer adjetivo, e é dentro desse contexto que ele aceita a proposta causal sobre o nome próprio. O ponto básico está na tese de que o significado não está na mente, como consequência de uma concepção em que, conforme (2.06), é a referência que determina o significado e não o contrário. No caso do nome próprio, Putnam ressalta a importância de a teoria causal explicar de que maneira ele se liga à realidade. São conexões causais históricas que o prendem ao seu referente, não descrições subjacentes a processos mentais, e isso é compatível com o que ele, Putnam, pensa sobre os nomes de espécies naturais, base de seu realismo.

Exatamente por razões inversas, Searle (1983) e Dummett (1973) participam do debate contemporâneo sobre o significado e a referência do nome próprio. Em ambos, há uma defesa explícita da interpretação fregiana. Dummett está mais preocupado em salvar o sistema de Frege, como um todo, dos ataques de Kripke. A sua posição sobre o nome próprio é mais defensiva e consiste, basicamente, em mostrar que, dentro do projeto de Frege, tal categoria é coerente. Searle já está menos comprometido com Frege desde "Os Atos de Fala" e, mais recentemente, trata de dar uma interpretação do problema no contexto geral de uma teoria da intencionalidade. Opondo-se a Putnam, o significado, para Searle, está, conforme (2.05), exatamente na mente. De modo que, para ele, só a concepção descritivista é possível, da qual a própria teoria causal não passa de uma mera variação. É óbvio que, como filósofo da mente, Searle recusa, de maneira categórica, qualquer hipótese de cadeias causais externas, como base da referência dos nomes, que não se subordine às leis gerais da intencionalidade.

De qualquer maneira, tanto Donnellan como Putnam, Searle ou Dummett, todos estão aceitando as regras do debate contemporâneo, a saber, de que a discussão gira em torno dos nomes próprios da linguagem cotidiana e de que não se pode desconsiderar o contexto de uso em que essa linguagem se insere.

Dentro, portanto, do debate contemporâneo, fica perfeitamente esclarecida a mudança significativa de perspectiva que sofrem o nome próprio e a linguagem natural. Embora a discussão ainda se dê à sombra de uma visão logicista, é indiscutível o fato de que a linguagem cotidiana passa a ser, com todas as suas peculiaridades, o lugar privilegiado dos argumentos sobre o sentido e a referência do nome próprio e o objeto de uma semântica difícil mas em estado de promissora evolução.

Preparando, através dessas considerações gerais mas indispensáveis, o solo sobre o qual se assenta esse sofisticado debate sobre o nome próprio, cabe, agora, a análise dos argumentos e contra-exemplos de cada paradigma, tendo em vista o status lógico-lingüístico da categoria em jogo.

O momento mais alto do mencionado debate é, sem dúvida, o ataque de Kripke ao descritivismo, e isso impõe começar por ele.

Ninguém nega a consistência com que Kripke organiza seus argumentos nem a propriedade de seus contra-exemplos contra as propostas descritivistas tais como ele as formula. Surpreende, entretanto, algumas simplificações feitas nessa formulação e,

¹²⁰ Donnellan, desde 1962, com *Necessity and Criteria* já toca no ponto fraco do descritivismo clássico, o que lhe dá uma autoridade histórica sobre as origens da teoria causal da referência. Quanto às suas recentes posições e diferenças com Kripke, pode-se consultar a seqüência dos artigos *Speaker's Reference and Semantic Reference* de Kripke (1977) e *Speaker Reference, Descriptions, and Anaphora* e *The Contingent a priori and rigid Designators* de K. Donnellan (1978).

inclusive, omissões comprometedoras. Já de início, por exemplo, Kripke ignora o contexto do projeto logicista de Frege e Russell e transforma em tese descritivista sobre os nomes próprios ordinários o que não passa de mera especulação, pano-de-fundo, como se viu, para a constituição do nome logicamente próprio. Aliás, com exceção de pouquíssimas passagens,¹²¹ Kripke praticamente iguala Frege a Russell, desprezando as significativas diferenças entre eles na constituição do nome próprio enquanto categoria lógica. Frege, por exemplo, só comparece no texto de Kripke através da célebre nota de rodapé em que menciona, desproblemativamente, os nomes próprios genuínos.¹²² Russell nem isso merece. É claro que *Naming and Necessity* representa uma seqüência de palestras mais ou menos informais; de qualquer modo, o quadro frege-russelliano sobre o nome próprio de nossa linguagem está completamente desvinculado de seu contexto original e simplificadíssimo na apresentação de Kripke.¹²³ Isso permite dizer, portanto, que os argumentos de Kripke contra o descritivismo clássico auto-eximem-se de maior fundamentação à medida que sua crítica se dirige contra um modelo supersimplificado que ele, estrategicamente, oferece. A questão dos nomes próprios da nossa linguagem em Frege e Russell não pode ser investigada fora do projeto logicista pela simples razão de que só tem valor teórico em oposição a que envolve os seus contrapartes lógicos. Frege e Russell em momento algum trataram dela isoladamente. Nas poucas vezes em que se referiram a ela, foi no sentido de uma ilustração dos problemas a que, para eles, lamentavelmente, as imperfeições lingüísticas remetem. Isso ocorre, no fundo, porque Kripke já recebe a proposta descritivista, através de Wittgenstein, Strawson e Searle contra cujas variantes ele, realmente, se volta. Tanto é verdade que o próprio contexto teórico problemático dos nomes próprios na luta entre as interpretações de Mill e Frege-Russell é apresentado por Kripke de maneira praticamente igual à de Searle (1958). (2.14), por exemplo, expressa um argumento já avançado por Searle na sua defesa e retificação do descritivismo clássico, a saber, que uma descrição não pode ser o significado de um nome próprio, caso contrário, predicada dele, geraria uma tautologia. A diferença, apenas, é que Searle tenta salvar o sistema fregeano com a variante "família de descrições", enquanto Kripke, implodi-la em todas as suas variações para justificar a imposição do paradigma causal. Se ele trata o quadro frege-russelliano de maneira um tanto simplificada, quanto à variante neodescritivista não se pode dizer o mesmo. De fato, embora continue citando raras passagens de Wittgenstein, Strawson e Searle, ele faz uma apresentação detalhada das teses neodescritivistas antes de atacá-las, reduzindo-as a seis pontos básicos que ele tentará refutar um por um. A idéia fundamental de Kripke é demonstrar que o conhecimento identificador, pressuposto como indispensável para a referência do nome próprio dentro de todas as propostas descritivistas, não é nem necessário nem suficiente para isso. O contra-exemplo de 'Cícero' é perfeito para o primeiro caso. 'Cícero' refere Cícero conhecido como 'Túlio' ou 'aquele que denunciou Catilina'. Isso é quase tudo o que as pessoas sabem sobre ele. Ocorre que 'Túlio' ou 'aquele que denunciou Catilina' também envolvem nomes próprios o que, pelo modelo descritivista, também exigiria novas descrições, pois seria circular dizer de 'Túlio' que é 'aquele que é chamado Cícero' ou de 'Catilina', que é 'aquele que foi denunciado por Cícero'. Caso semelhante é o do nome 'Einstein' de que muitas pessoas poderiam descobrir a referência através da descrição 'aquele que descobriu a Teoria da Relatividade', mas isso exigiria novas descrições para 'Teoria da Relatividade', coisa que, em princípio, parece difícil supor que pessoas comuns pudessem ter. Na verdade, as pessoas possuem muitas crenças falsas sobre personagens célebres. De Einstein, por exemplo, acredita-se que ele foi o descobridor da bomba atômica. Se alguém usa o nome

¹²¹ Apenas uma nota de rodapé na página 27 e uma outra observação solta no interior de *Naming and Necessity* mostram comentários de Kripke sobre a questão do nome próprio *qua* categoria lógica, onde Frege e Russell se distinguem fundamentalmente.

¹²² Referimo-nos à passagem citada em (1.36).

¹²³ Quanto a Frege, por exemplo, Dummett queixa-se, e com razão, da simplificação de Kripke. Cf. Frege, *Philosophy of Language*, p. 110.

'Einstein' mediante a descrição dessa crença falsa, no momento em que descobre sua falsidade, passa a pensar de 'Einstein' como um nome que não tem referente? Parece que não. Deve ser falsa a história da baleia que engoliu Jonas; segue-se daí que 'Jonas' não refere ninguém? Absolutamente. além disso, 'Einstein' pode ser usado por alguém que se refira ao físico famoso. Mas essa descrição, 'o físico famoso' não é um conhecimento identificador só de Einstein. De fato, Kripke parece ter razão ao supor que é possível usar um nome próprio, referir exitosamente através dele, sem o conhecimento identificador, o que permite dizer que tal dispositivo não é necessário para a teoria da referência como os descritivistas afirmam. Além disso, se alguém associa, erroneamente, o nome 'Einstein' à descrição 'aquele que inventou a bomba atômica' não estará, com aquele nome, referindo Oppenheimer. Se alguém acredita de Colombo que ele foi o primeiro a acreditar que a terra é redonda, ao usar o nome 'Colombo' não estará, por causa disso, referindo, pelo nome, algum filósofo grego antigo. O contra-exemplo da fantasia sobre Gödel vai no mesmo sentido. A maioria das pessoas que conhecem lógica sabem que ele foi o descobridor do teorema da incompletude da aritmética. Mesmo que viesse a se descobrir que tal teorema se deve a Schmidt, uma pessoa ignorante em relação ao fato não estaria, ao usar o nome Gödel, referindo-se a Schmidt, e isso demonstra que o conhecimento identificado, também não é suficiente, como querem os descritivistas.

Ora, se o descritivismo clássico e suas variantes contemporâneas têm a sua força teórica no conhecimento identificador, ou base descritiva, para uma teoria da referência, e Kripke demonstra que tal base não é suficiente nem necessária para tal teoria, então, *ipso facto*, Kripke demonstra a precariedade da mencionada proposta.

Além disso, é preciso lembrar que os descritivismos só têm maior interesse filosófico se, realmente, postularem ser uma teoria do sentido, o que as capacitaria a resolver os enigmas dos enunciados existenciais e de identidade. Mas, para isso, teriam que superar a objeção fundamental de Kripke, o que parecem não conseguir. Como se sabe, o argumento de Kripke em (2.14) parece ser intransponível mesmo para as retificações de Strawson ou Searle. De modo que, tal como aparecem até 1972, os descritivismos parecem ser, de fato, vítimas inescapáveis dos demolidores argumentos e contra-exemplos de Kripke. Não é por outra razão que Searle (1983) transforma o contexto da discussão, retirando o peso das descrições enquanto fatos lingüísticos e introduzindo, de maneira decisiva, o conceito de intencionalidade, até ali em segundo plano. Realmente, a réplica de Searle é indiscutivelmente suficiente e funciona, ao mesmo tempo, como uma espécie de recuo estratégico para englobar a teoria causal nesse novo contexto. O movimento de Searle, entretanto, não é sem ônus. Já em 1969, ele admitia que Frege se enganava ao considerar o nome próprio como tendo o sentido de uma descrição, quando ele, de fato, se associa a uma família delas. Agora, em "Intentionality", ele novamente sacrifica a interpretação fregiana, dizendo dela ter tido o demérito de, mesmo reconhecendo o conteúdo intencional no processo de referir, tratá-lo apenas ao nível lingüístico. É difícil supor que Frege, ele mesmo, autorizasse esse lance rumo à intencionalidade, tendo em vista que, apesar desse conceito ter um sentido especial no texto de Searle, ele está intimamente ligado ao contexto psicológico do qual tanta força Frege fizera para livrar-se. Em outras palavras, a variante de Searle (1985) já está bastante, senão radicalmente, diferenciada do descritivismo clássico, à medida que dá dois passos graves para fora do âmbito fregeano. O primeiro, como já se disse antes, rumo ao nome próprio da linguagem natural em seu uso, sem considerá-lo em relação ao seu contraparte lógico, e o segundo, rumo à intencionalidade, sem nenhum papel explanatório no projeto logicista. Cabe, de qualquer maneira, avaliar a argumentação de Searle e sua propriedade de trazer esclarecimentos relevantes para a interpretação dos nomes próprios da nossa linguagem, bem como para os pontos problemáticos da abordagem causal.

Como, no enunciado de um nome, o falante é bem sucedido para referir objetos? Ao formular esta questão como central para uma análise da referência do nome próprio, Searle já produz o deslocamento que lhe convém. O ponto a discutir não é a referência dos

nomes mas a intenção de referir os indivíduos quando deles se utilizam. Posto assim o problema, Searle conclui que a sua proposta não só é mais elucidatória que a de Kripke como, inclusive, a engloba. Para ele, a teoria causal não passa de uma variante descritivista, à medida que não pode dispensar o conteúdo intencional presente ao batismo tanto ostensivo quanto por meio de descrições. A explicação de Kripke não pode pretender que cadeias externas sejam desvinculadas do conteúdo intencional à medida que, mesmo no batismo ostensivo, só o impacto físico do objeto sobre a percepção não explicaria o fenômeno da nomeação. Sempre se pressupõe a intenção do falante de referir, mesmo na cadeia causal, o que implica que ela não é pura.

Aqui, de fato, Searle parece ter razão, ao afirmar que a externalidade da cadeia causal não pode dispensar a internalidade da intenção sem a qual é um processo mecânico sem sentido. O que parece falso, entretanto, é supor que Kripke tenha ignorado isso. O que Kripke parece fazer é jogar para os elos externos a responsabilidade maior da nomeação, à medida que o ato de batizar é uma intenção externalizada de referir, que dá origem a uma vinculação externa entre o nome do objeto e o referido, base da cadeia causal. Consequentemente, parece forte demais a pretensão de Searle de que a teoria causal não passe de uma variante ao descritivismo. De maneira semelhante, Searle é justo ao dizer que a interpretação causal não oferece condições necessárias e suficientes para uma explicação de referência do nome próprio. (Kripke não só aceitaria isso, bem como se antecipou a essa observação (cf. (2.33)). Seus contra-exemplos, entretanto, parecem frágeis. No caso de Madagascar, por exemplo, famosa ilustração levantada por Gareth Evans contra a teoria Causal (CTN, p. 187-208), o deslocamento da referência do nome da parte continental para a ilha parece, realmente, contrariar a seqüência de elos históricos. Mas, ainda assim, não parece ser uma objeção tão forte quanto quer Searle. Antes de mais nada, o próprio contra-exemplo oferece a saída, uma vez que, para contrastar com o uso comum do nome referindo uma ilha, precisa apoiar-se no legítimo batismo feito pelos nativos. Além do que esse deslocamento da referência apenas atesta que o engano de Marco Polo, se se perpetuou no uso do nome, garante uma nova cadeia causal em que tal engano funciona como um novo batismo. Ou quem sabe o fato de ser batizado duas vezes é contraditório? Absolutamente. O que há, na verdade, é apenas uma prática social e religiosa dentro da qual o batismo ocorre apenas uma vez. Isso não implica que o seja necessariamente. Tanto é verdade que, em diversas ordens religiosas, um indivíduo, além do nome de seu batismo original como cidadão civil, também é "batizado" *qua* elemento religioso, passando a ter, então, dois nomes. Nada impede, nesse caso, que os seus familiares o chamem pelo nome cuja cadeia causal remete ao batismo civil, enquanto seus colegas religiosos usem o seu nome, referindo-o de acordo com a cadeia causal originada pelo segundo batismo. Para tentar demonstrar que o caráter essencial do uso do nome próprio dispensa qualquer cadeia comunicacional, Searle ensaia uma fantasia que também não parece um ataque muito forte ao modelo de Kripke. O centro da fantasia, como já se viu antes, consiste no seguinte: uma tribo, onde todos os nomes fossem aprendidos por ostensão e por todos os integrantes ao mesmo tempo, usaria os nomes de maneira semelhante à nossa e não o faria com apoio em qualquer cadeia causal. O truque de Searle é, simplesmente, fazer com que, todos participando do batismo, não desencadeie mais elos comunicativos no uso dos nomes próprios. A fantasia não parece bem sucedida, entretanto, à medida que a sua única prova é a de que a cadeia tem um só elo e não a de que ela não existe. Além do mais, poder-se-ia objetar que, exatamente, por que é impossível que todos os homens estejam presentes em todos os batismos, o caráter essencial do nome próprio é sua propriedade lingüística de se propagar em cadeias causais comunicativas. Suponha, no exemplo de Searle, que as crianças das próximas gerações, mediante a fala diária, aprendessem, sem problema, o nome dos objetos que lhes cercam e, em vista disso, a tribo passasse a mudar o hábito de batismo ostensivo inicial. O que isso nos demonstraria? Que numa sociedade real, não na fantasia, isso seria bastante provável, e que essa cadeia de propagação dos nomes é exatamente o seu caráter essencial, ou seja, a

possibilidade de referir e de compreender a referência sem que, para isso, houvesse a necessidade absurda de estar presente a todos os batismos. Quanto ao argumento sobre uma comunidade de astrônomos que fizessem predições com nomes de objetos futuros, realmente Searle parece ter razão em um ponto. Não havendo ainda o referente do nome, ele não poderia dar a origem externa da cadeia causal, seguindo-se, então, que tais nomes, sendo introduzidos por uma descrição, demonstrariam que a essência da nomeação não consiste em conexões causais. No que diz respeito ao fato de que o nome poderia ter sua referência determinada por descrição, Kripke, certamente, concorda, pois seu exemplo do nome 'Netuno' é, inclusive, para mostrar isso. O que Kripke poderia argumentar é que a partir daquela nomeação por descrição, as pessoas teriam condições de usar o nome sem conhecer a descrição associada a ele, uma vez que aquela nomeação inicial era um batismo, apenas sem a presença do referente. E não é isso que ocorre quando uma pessoa ignorante fala, usando o nome 'Netuno'? Poder-se-ia, é claro, replicar que, nesse caso, das duas uma: ou o ignorante não sabe nada sobre Netuno e, portanto, não se refere a ele pelo uso do nome, ou tal indivíduo associa pelo menos uma descrição ao seu nome, como, por exemplo, 'Um planeta'. Mas essa já é uma outra questão que Kripke também prevê, ou seja, de que uma descrição desse tipo não identifica um único objeto.

Na análise que Searle faz do contra-exemplo de Kripke envolvendo o nome 'Gödel', o seu argumento mais uma vez subestima a força do conceito de cadeia causal, tal como Kripke o usa.

Segundo Searle, se alguém, desconhecendo que Schmidt era o verdadeiro descobridor do teorema da incompletude, usasse o nome 'Gödel' para referir-se ao autor de uma inferência falaciosa sobre a linha 17, estaria referindo-se, dado o contexto, certamente, a quem quer que tivesse feito a inferência, no caso Schmidt e não a Gödel. Na verdade, e aí é que Searle se engana, ao usar o nome 'Gödel', ele estaria referindo Gödel e, simplesmente, atribuindo, equivocadamente, a inferência falaciosa a ele. O nome 'Gödel', como pensa Kripke, leva, através da cadeia causal, a Gödel, e o indivíduo que usa tal nome está, queira ou não, preso a tais conexões. Se ele quisesse referir-se a quem quer que tivesse feito a inferência falaciosa, ele deveria dizer 'o autor da inferência falaciosa', mas isso demonstra, mais uma vez, que Kripke é coerente ao distinguir nomes próprios de descrições, uma vez que, enquanto 'Gödel' refere Gödel, mesmo para designá-lo num mundo possível onde ele não provou o teorema da incompletude; o autor da inferência falaciosa' referir-se-ia nesse mundo a Schmidt e não a ele, Gödel.

O último passo de Searle consiste em tentar mostrar que o argumento modal de Kripke não é o atestado de óbito do descritivismo como querem alguns. O núcleo de seu argumento consiste em defender a idéia de que descrições definidas também podem designar rigidamente e, por isso, a teoria causal não é bem sucedida em tentar negar que os nomes próprios possam ser equivalentes em sentido a elas. Quanto ao fato de que descrições podem designar rigidamente, não só Kripke aceitaria isso, como, inclusive, dá exemplos, conforme (2.43), em que 'a raiz quadrada de 25' é um designador rígido para ele. Isso, no entanto, não autorizaria a inferência de Searle. Kripke diria que o nome próprio rígido não equivaleria a descrições definidas não rígidas, em sentido. Talvez dissesse, também, que descrições definidas rígidas funcionariam como se fossem nomes próprios em oposição àquelas que não designam rigidamente. Quanto à insistência de Searle de que não há referência sem conteúdo intencional, isso parece razoável, mas o problema é qual o papel que tal conteúdo ocupa do ponto de vista explanatório em relação à forma específica de os nomes próprios referirem. A resposta de Searle a Donnellan e a Putnam, e aos seus contra-exemplos, fica na dependência de que Searle pudesse explicar tal papel, o que parece que ele não faz. Passemos, então à réplica de Dummett.

Os argumentos de Dummett devem ser avaliados em seus diversos pontos sob pena de não se fazer justiça aos seus equívocos e acertos. Num primeiro momento, como já frisamos anteriormente, Dummett tem razão em acusar Kripke de colocar no texto de Frege uma teoria descritivista do nome próprio, o que, efetivamente, não ocorre, citando

uma simples nota de rodapé. Se Dummett, entretanto, aceita esse quadro inicial, a sua réplica a Kripke não parece ter sucesso. O seu argumento principal, a saber, o de que a distinção entre nomes e descrições pode ser reduzida a uma questão de escopo em contextos modais, é, claramente, refutado pela tréplica de Kripke no prefácio da edição de 1980 de *Naming and Necessity*. Grosso modo, o que Kripke faz é demonstrar que em sentenças como 'Aristóteles era amigo dos cães' e 'o último grande filósofo da antigüidade era amigo dos cães', o nome próprio se distingue da descrição definida por designar rigidamente, mesmo não havendo quaisquer operadores modais. A sua doutrina é sobre as condições de verdade com respeito a situações contrafactuais, de todas as sentenças, incluindo sentenças simples (NN, p. 12). Além disso, como já o demonstraram diversos analistas de debate Kripke/Dummett,¹²⁴ ainda que se aceitasse a principal observação do argumento dummettiano, a saber, de que a ambigüidade de uma sentença como

(i) 'A mãe de Maria é necessariamente mãe', conforme a posição dos operadores modais,

$(\exists x)[(\exists y)(My) \supset y = x] \supset M(x)$ e

$\exists x[(\exists y)(My) \supset y = x] \supset M(x)$

também se manifesta em

(II) 'Sta. Anna é necessariamente mãe',

onde o nome próprio aparece no lugar da descrição definida, não se seguiria a tese descritivista. A descrição definida em (i) nunca especificaria o referente como o nome próprio de (II.) o faz, e este nunca ofereceria uma propriedade do seu objeto como o faz aquela. Por isso, a ambigüidade de (I) será sempre maior.

Terminada, então, a tarefa proposta no início desta seção, cabe, apenas, antes de encerrá-la, fazer, sob forma de uma pequena lista, uma relação das conclusões parciais que permitam atingir dois objetivos básicos, o de engatar este segundo capítulo ao eixo do primeiro e o de preparar, adequadamente, o terreno argumentativo para que se possa expressar a relevância do terceiro.

A - As considerações teóricas de Mill, Frege e Russell sobre o nome próprio deram origem a dois tipos de leituras: Church, Carnap e Quine, conforme se demonstrou no primeiro capítulo, conduziram o tema para o âmbito da fundamentação da lógica e examinaram os problemas lingüísticos dentro dele; Wittgenstein, Strawson, Searle, Kripke, Donnellan, Putnam e Dummett, ao contrário, centralizaram sua atenção sobre o nome próprio da linguagem natural em seu contexto lógico-lingüístico-filosófico;

B - Dentro do Descritivismo Clássico (TD1 e TD2) a questão do nome próprio da linguagem natural está subordinada à questão do seu contraparte lógico;

C - O Neodescritivismo de Wittgenstein, Strawson e Searle foi o movimento que representou a ruptura com a tradição logicista, passando a tomar como centro uma lógica da linguagem natural;

D - A Teoria Causal, ainda que menos problemática, apresenta-se como não pretendendo propor condições necessárias e suficientes para uma abordagem do nome

¹²⁴ Entre eles, W. C. Smith, no artigo "Dummett and Rigid Designators", *Philosophical Studies*, 37(1980) p. 93-103 e F. Recanati, "*La Semantique des noms propres: Remarque sur la notion de "Designateur Rigide"*" *Langue Française - Grammaire et Référence*, (1983), p.106-118.

próprio da linguagem natural . É uma proposta comprometida com uma semântica para a lógica modal e sua justificativa lingüístico-filosófica;

E - O debate contemporâneo entre os descritivismos e a Teoria Causal torna explícitas várias inconsistências dos primeiros, cujo núcleo é atingido, e também revela problemas com a segunda.

F - Nenhum dos modelos (TC1, TD1, TD2, TND e TCa) aborda satisfatoriamente duas instâncias importantes do nome próprio da nossa linguagem, a saber, variedades de grande uso como nome de ruas, cidades, produtos de consumo, etc., e nomes de identidades fictícias como personagens literárias, lendas, mitos, etc.;

G - A questão filosófica mais geral, provavelmente, que subjaz ao debate sobre o nome próprio é a luta entre realismo e mentalismo quanto aos fundamentos da semântica. O significado está na mente ou no mundo?

3 - NOME PRÓPRIO - A LÓGICA NATURAL DA LINGUAGEM

No início deste terceiro e último capítulo, cumpre esclarecer algumas questões que esperamos possam permitir uma compreensão adequada de nosso ensaio.

No primeiro capítulo, tratamos, exaustivamente, dos modelos de Mill, Frege e Russell, base da discussão contemporânea, procurando caracterizar o problema do nome próprio da nossa linguagem no *contexto* em que aqueles filósofos o desenvolveram, a saber, a partir de interesses lógicos. Tal detalhamento se justifica à medida que o debate prossegue, ainda hoje, embora tenha sido, certamente, mais intenso nas décadas de 1970 e 1980, sem que tenha havido uma análise aprofundada dos fundamentos sobre os quais ele se estabelece. Searle e Kripke, por exemplo, provavelmente os pivôs centrais da discussão contemporânea, não fazem uma avaliação minuciosa do contexto em que a categoria do nome próprio é tratada nos textos de Mill, Frege e Russell. Tanto é verdade que não dão, na formulação de seus argumentos, a devida atenção ao sistema conceitual em que, naqueles filósofos, surge a noção de nome próprio e dentro do qual nascem as fragmentárias observações sobre o papel da categoria em pauta na linguagem cotidiana. Pelo contrário, citam raras passagens que refletem tais observações, fundando uma polêmica monumental sobre uma base não explicitamente construída. Daí a razão pela qual a nossa *avaliação do debate* passa, inevitavelmente, pelo exame exaustivo dos textos a ele subjacentes. Além disso, também porque cada modelo é suficientemente fértil em *insights* sobre o nome próprio para merecer uma descrição em detalhes.¹²⁵

Quanto ao segundo capítulo, cabe, também, reafirmar um propósito semelhante. Uma centena de textos críticos sobre o debate, nos últimos vinte anos, não aborda as idéias de Kripke e Searle sobre o nome próprio em seu contexto, diríamos, estrutural. Há uma espécie de preocupação excessiva em decidir o debate pelo confronto direto dos argumentos e contra-exemplos, o que, do nosso ponto de vista, exatamente retarda a decisão.¹²⁶ De modo que, pelas mesmas razões, fizemos uma abordagem exaustiva dos pressupostos dos modelos neodescritivistas e causal. Nesse sentido, pretendemos dar a cada capítulo anterior um certo valor intrínseco, além, obviamente, daquilo com que eles contribuem para este último.

Neste capítulo final então do nosso ensaio, o objetivo básico é a caracterização lógico-lingüística do nome próprio da linguagem natural em sua forma de expressão comunicacional cotidiana. Diversamente das que a antecedem, esta parte só adquire o seu sentido e a sua relevância, considerada à luz do quadro teórico já estabelecido, reexaminado sob o prisma dos interesses lingüísticos. Nessa perspectiva, a estratégia que adotamos para atingir os nossos objetivos passa pelas seguintes seções:

- O Descritivismo e suas variantes - Perspectivas e Problemas.
- A Teoria Causal - Perspectivas e Problemas.
- O Refinamento das Teorias como Abordagem Alternativa.
- A Lógica Natural da Linguagem do ponto de vista do Nome Próprio

Nas duas primeiras seções, procederemos a uma avaliação final da contribuição desses modelos para a caracterização do nome próprio enquanto categoria da nossa linguagem, bem como ao levantamento dos problemas anômalos que resistem a tais formas de abordagem. Na terceira, submeteremos os fundamentos das teorias em debate a um refinamento tal que seja possível compatibilizar os seus pontos fortes e, ao mesmo tempo,

¹²⁵ Quanto à extensão demasiada que tal trabalho assume, preferimos arcar com esse ônus e tornar a investigação compreensível à comunidade em que ela se insere, a reduzir-lhe a amplitude temática e produzir um texto mais seguro mas inacessível.

¹²⁶ Nesse ponto, vale a pena citar alguns desses artigos, relevantes é certo, mas cuja estratégia é, basicamente, o choque lógico dos argumentos e contra-exemplos, pressupondo o terreno, em que tais argumentos se dão, devidamente firme. SMITH (DRD), HARRISSON (DI), BACH (WN), NOONAN (NB), CANFIELD (NC), SCHWARTZ (CRP), ZIFF (APN), MCKINSEY (NI), ACKERMAN (PPN), HARRISON (DCK), MCKINSEY (APL), RECANATI (LSN), SOAMES (BRNN), SALMON (RAE), ALMOG (NWN), KAPLAN (DT).

torná-las mais resistentes a contra-exemplos, constituindo, com isso, algum tipo de contribuição à sistematização semântico-pragmática do nome próprio de nossa linguagem. Na última seção, a idéia básica é a de fazer uma espécie de avaliação do que seria possível chamar, ainda que um tanto metaforicamente, a lógica natural da linguagem, sob a perspectiva, evidentemente, do nome próprio.

3.1 - O Descritivismo e Suas Variantes - Perspectivas e Problemas

A nossa avaliação dos modelos descritivistas de Frege, Russell, Strawson e Searle passa, obviamente, pelo filtro dos causalistas, mas não apenas os seus argumentos e contra-exemplos serão usados. Estes já foram desenvolvidos no segundo capítulo e, nesta seção final, serão incorporados tão somente sob forma de resultados que assumimos como válidos.

Inicialmente, diremos, de maneira sintética, o que de cada modelo é, para nós, uma contribuição efetiva e relevante, mesmo após a artilharia crítica, principalmente dos causalistas. Depois, faremos uma sistematização dos argumentos e contra-exemplos que consideramos irrespondíveis pelos defensores do descritivismo e suas variantes.

Se considerarmos que Frege não tentou, de fato, elaborar uma teoria dos nomes próprios da nossa linguagem, mencionando-os, apenas, como uma ilustração imperfeita do que deveriam ser seus contrapartes lógicos, boa parte do ataque kripkiano não lhe atinge. Pelo contrário, a grande contribuição de Frege, para o tema em questão, se bem o entendemos, foi a de *não partir* do nome próprio como categoria instituída e não problemática da tradição lógico-gramatical. Realmente, à acusação, feita em geral, de que seu modelo de interpretação não dá conta dos nomes próprios genuínos, Frege poderia replicar, como de fato o fez antecipadamente, dizendo que é a nossa tradição que é frágil e inconsistente quanto ao que diz ser o nome próprio. Nisso, ele foi, certamente, o mais coerente. As suas investigações não só oferecem um tratamento novo do nome próprio como colocam *uma séria suspeita de que essa categoria possa sustentar-se tal como a tradição a supôs*. De modo que não se justifica a crítica de que o modelo fregeano não responde às nossas intuições sobre o nome próprio, quando tais intuições podem não ser mais do que ilusões de uma velha crença lógico-gramatical. Se não é assim, tentemos dizer, então, o que é um nome próprio dentro da nossa intuição, para percebermos, de imediato, a insegurança de nossa crença e, conseqüentemente, a propriedade da crítica de Frege. É até surpreendente, aliás, que se atribua a ele a incapacidade de sistematizar corretamente categorias lingüísticas, quando, exatamente, o que ele tentou fazer foi transformar a lógica tradicional e denunciar os ardis e ambigüidades da linguagem cotidiana como origens de sua fragilidade. Frege teve o grande mérito de perceber a importância que o nome próprio assumia como via de acesso mais rápida aos objetos do mundo e não aceitava, por isso, uma lógica fundada sobre uma linguagem capaz de produzir nomes que nada designam. Nesse sentido, a sua coerência foi absoluta. Assumindo uma nova concepção de nome próprio, base de sua teoria da função e, conseqüentemente, de sua teoria do juízo, para a nova lógica, levou tal projeto às últimas conseqüências, ampliando a mencionada categoria até os limites dos paradoxos. Com isso, o que Frege provocou, na verdade, foi uma reavaliação profunda das relações entre lógica e linguagem natural, mediante uma limpeza matematizada do terreno movediço formado pelas nossas velhas crenças lógico-gramaticais. E essa foi, para nós, a sua indiscutível contribuição para uma teoria semântica do nome próprio.

Não obstante tal mérito, o trabalho específico de Frege sobre o nome próprio apresenta inúmeros pontos obscuros e é sensível a muitos contra-exemplos. A primeira questão problemática reside, exatamente, na amplitude de expressões lingüísticas que, movido pela necessidade de coerência interna, Frege se viu obrigado a assumir como nome próprio.

Consideremos as seguintes sentenças:

- (A1) **Carnap** é o autor de *Meaning and Necessity*.
- (A2) **O autor de *Meaning and Necessity*** foi aluno de Frege.
- (A3) **O conceito de intensão** é um conceito semântico.
- (A4) **Nove** é um número primo.
- (A5) **Esta teoria** é inconsistente.
- (A6) **Frege** morreu em 1925.
- (A7) **O fogo** é perigoso.
- (A8) **O nome comum** pode ser próprio.
- (A9) **Frege** acredita que a matemática era lógica.
- (A10) **a = b**.
- (A11) **O paradeiro do criminoso** é ignorado.
- (A12) **A falta de poder aquisitivo** é alarmante.

As expressões grifadas de (A1) a (A12) poderiam ser todas nomes próprios para Frege à medida que, dentro do seu sistema, estariam satisfazendo a exigência de seus critérios. Trata-se de expressões completas, que não têm valor predicativo e designam um objeto, sua referência, mediante o seu sentido. Mesmo que aceitássemos, entretanto, que a nossa surpresa fosse uma consequência de nossas impuras intuições sobre a categoria em jogo e dêssemos um voto de crédito ao sistema fregeano, ainda assim algumas constatações graves lhe ameaçariam a força como teoria dos nomes. A base de tais constatações estaria no caráter heterogêneo e multiforme com que trabalham as noções de sentido, referência e objeto no seu quadro conceitual. Se o nome próprio designa um objeto para Frege, não há dúvida de que há de (A1) a (A12) uma boa lista de objetos variados, convivendo harmoniosamente sob um céu platônico. Que objetos, por exemplo, são as referências de 'nove' em (A4), da sentença em (A5), de 'o conceito de intensão' em (A3), de 'o paradeiro do criminoso' em (A11) de 'a falta de poder aquisitivo' em (A12)? Certamente, Frege responderia que são o número nove, o verdadeiro ou o falso, a intensionalidade, e assim por diante, deixando para nós a perplexidade de uma ontologia sem restrições e da heterogeneidade de coisas abrigadas pelo conceito de referência. Não bastasse isso, veja-se a variedade de modos de apresentação de tais objetos a que Frege reservava a idéia de sentido. Não parece estranho que o conceito de sentido se aplique a uma variedade tão grande de critérios? O sentido de (A5), por exemplo, Frege diz ser o pensamento de que esta teoria é inconsistente, do nome 'Carnap' em (A1), uma descrição como 'o autor de *Foundations of Logic and Mathematics*', de 'nove' em (A4) uma expressão numérica como 'a raiz quadrada de oitenta e um' e assim por diante. Isso sem considerar a referência e o sentido de expressões funcionais como '-----era discípulo de Frege', em (A2), que Frege poderia dizer ser o conceito discípulo de Frege e o critério que se deve ter para se saber de um objeto se ele cai sob tal conceito, respectivamente. Tal heterogeneidade de entidades e critérios é, portanto, um dos pontos frágeis do descritivismo clássico.

Mas o que diz Frege sobre os nomes próprios ditos genuínos?

Conforme a citação em (1.36), um nome como 'Carnap' poderia ter como seu sentido uma das descrições 'o autor de *Meaning and Necessity*', 'o autor de *The Logical*

Syntax of Language', 'O principal expoente do empirismo Lógico', etc. Tal noção de sentido, como se sabe, teve, como uma das suas motivações, os enigmas dos juízos de identidade. Através dela, Frege, certamente, poderia explicar as razões por que (A1) é informativa, enquanto

(A13) Carnap é Carnap.

é tautológica. Mas, como ele próprio admitiria, vamos supor que 'Carnap' tivesse o sentido de 'o autor de Meaning and Necessity', (A1), nesse caso, não seria tão tautológica quanto (A13)? A não ser que se imaginasse que o sentido de 'o autor de Meaning and Necessity' fosse outra coisa que não o sentido dos termos que o compõem. Essa mesma forma de questionamento nos leva a crer que Frege não oferecia nenhum tipo de distinção entre os nomes próprios genuínos e as descrições definidas que lhe correspondiam. Se 'Carnap' e 'o autor de Meaning and Necessity' são dois nomes próprios, sendo que o primeiro pode ter como sentido o que o segundo expressa, qual o sentido deste? Frege admitiria que o sentido do segundo fosse oferecido pelo primeiro? Se sim, recairia na circularidade; se não, então teria que admitir, como de fato o fez, que se tratava de dois nomes próprios de mesma referência mas de sentidos diversos, porém, aí, não poderia ter fugido do ônus da prova dessa diferença. Na verdade, Frege não nos deixou critérios que permitissem distinguir os nomes próprios mais típicos das demais expressões lingüísticas que tal categoria, generosamente, abriga, e isso é, sem dúvida, o resultado da forma como encarava a linguagem natural: um instrumento imprescindível mas impreciso logicamente, contra cujos ardis a filosofia deve estar sempre atenta se pretende sair da obscuridade. De qualquer modo, como já se disse antes, a luta de Frege para livrar a lógica de tais armadilhas lingüísticas não foi bem sucedida. A polimorfia de objetos, referências e sentidos é a mais evidente expressão disso. E, se o nome próprio está no centro desse quadro de conceitos imprecisos, é natural e não surpreendente que também ele seja vítima dessa imprecisão e que Frege (conforme 1.48) lhe atribua os seus pressentimentos mais explícitos de fracasso. O que ocorre, no fundo, é que ele vacila entre o denunciar os defeitos lógicos da nossa linguagem e o utilizar-se dela para justificar os seus propósitos. Algumas vezes, como no caso de nomes de entidades de ficção, tipo 'Guilherme Tell', por exemplo, Frege os considera (v. 1.50) falsos nomes próprios, produtos da desastrosa impropriedade lógica da linguagem cotidiana de permitir nomes com sentido e sem referência. Outras vezes, no caso de nomes formados por termos conceituais, tipo 'as séries infinitas divergentes', Frege chega a pensar numa espécie de referência convencional, o número 0 (zero), como uma forma de dizer que nenhum objeto cai sob o conceito. Entretanto, e paradoxalmente, não se constrange, em outras situações, de assumir uma ontologia irrestrita de objetos, conseqüência da produção de nomes a partir de propriedades sintático-semânticas da nossa linguagem. Em (A5), (A8), (A11) e (A12), desde que Frege aceite, conforme (1.25), (1.26) e (1.27), que o nome possa ser determinado pela presença do demonstrativo, do artigo definido, ou da ausência de plural, por exemplo, não importa se objetos estranhos, como a falta de algo, são produzidos. Isso é bastante contraditório se se levam em consideração sentenças como

(A14) **Eu** sou professor de Filosofia.

(A15) **Isto** é uma bola.

(A16) As **Ilhas Malvinas** foram atacadas.

(A17) **Os meus olhos** são bons.¹²⁷

¹²⁷ Baker & Hacker, em (WMU), fazem observações semelhantes, conforme p. 251

em que as expressões grifadas poderiam não ser nomes próprios para Frege, ainda que, como em (A16), sejam nomes típicos e, em (A14), (A15) e (A17) refiram objetos específicos e concretos como Frege parecia desejar. É certo que, conforme já o dissemos repetidas vezes, tudo isso ocorre como conseqüência da própria teoria da nomeação dentro do sistema fregeano, mas, justamente aí, surge a suspeita de que tal sistema seja demasiadamente contra-intuitivo para a análise dos nomes próprios genuínos.

De fato, se Kripke foi um tanto injusto ao não avaliar a teoria descritivista clássica dentro do seu contexto logicista, foi absolutamente correto ao denunciá-la insustentável como teoria do sentido e problemática como teoria da referência, tendo em vista a abordagem dos nomes próprios da linguagem cotidiana.

Como teoria do sentido, o descritivismo falha à medida que o nome próprio não pode ser considerado sinônimo de uma descrição definida pelas razões expostas na análise de (A1) e (A13). Realmente, dizer de um nome como 'Carnap' em (A1) que ele é sinônimo de uma descrição definida como 'o autor de Meaning and Necessity' é assumir compromissos bastante problemáticos. Além do mencionado contra-exemplo, segundo o qual 'Carnap é o autor de Meaning and Necessity' não é tautológica como seria se nome e descrição fossem sinônimos, parece evidente que, enquanto o nome próprio designa sem indicar propriedade alguma, a descrição o faz exatamente através de uma característica do referente. Não bastasse isso, fazer de um nome algo equivalente a uma descrição seria desastroso, à medida que, como Searle já observara, teríamos que assumir o fato de um nome mudar de significado e de ter significados diversos para diversas pessoas. Com efeito, se o nome 'Aristóteles' significasse 'o mestre de Alexandre', tal não teria esse significado até 343 a.C., ano em que Felipe da Macedônia confiou-lhe a educação do filho Alexandre. Da mesma forma, os amigos de infância de Aristóteles certamente atribuiriam ao seu nome significados diversos do que o fazem historiadores de filosofia, uma vez que só adulto ele foi discípulo de Platão, escreveu a 1ª Metafísica e fundou a Lógica.

Mas o pior de tudo, como bem observou Kripke, é que nem como teoria da referência o sistema fregeano se sustenta. Se é justo que se reconheça a existência de situações em que a referência de um nome é fixada por uma descrição, caso típico do nome 'Netuno', não se pode negar que isso não é nem necessário nem suficiente para explicar o processo em questão. O caso mais típico de identificação de referência sem necessidade de descrição é o uso de um nome próprio com gesto ostensivo. Nada impede, também, que alguém use um nome próprio apoiado em uma descrição indefinida que, no caso, poderia conduzir a mais de uma referência.

(A18) **Wittgenstein** era um filósofo famoso.

poderia ser afirmada por alguém que só soubesse de Wittgenstein o que afirma dele. E, embora haja muitos filósofos famosos, não se pode negar que (A18) diga respeito à Wittgenstein. Além disso, é comum as pessoas usarem o nome de um indivíduo sobre o qual possuem só crenças falsas. Nem por isso, entretanto, se pode dizer que tais pessoas não se referem a tal indivíduo. É o que está por trás do já discutido contra-exemplo de Kripke envolvendo o nome 'Gödel'.

Por tudo o que se disse, parece, realmente, que o descritivismo fregeano não pode ser tomado como uma abordagem satisfatória sobre o status lógico-lingüístico do nome próprio, apesar de ele ter introduzido alguns *insights* que, certamente, representam um importante ponto de partida para a análise da questão.

Se TD1, embora tenha méritos indiscutíveis, é bastante problemática, não se pode dizer muita coisa diferente de TD2. Russell, como Frege, teve a clareza filosófica de perceber a importância da categoria do nome próprio para a fundamentação da lógica. A grande diferença entre eles, como já vimos, está no fato de que Russell, pelo menos durante uma fase, procurou, obsessivamente, uma sustentação epistemológica para o papel lógico-semântico da categoria em jogo. E nisso, também como Frege, teve o mérito de levar o

processo às suas últimas conseqüências, embora, ao contrário do mestre alemão, tenha chegado ao extremo de ficar sem representantes legítimos de nomes logicamente próprios na linguagem natural. Mesmo comprometido com o projeto de uma linguagem perfeita à luz da qual a nossa é cheia de imperfeições, Russell, ainda assim, reconheceu (cf. (1.53)) que as linguagens reais não podem ser diferentes se devem ser úteis na vida cotidiana. Além disso, explicitou, de maneira muito mais clara do que fez Frege, no tratamento do nome próprio, as importantes diferenças entre os níveis metafísico, da linguagem ordinária, da sintaxe da lógica matemática e da filosofia da lógica. Em (1.54), (1.55), (1.56) e (1.57), por exemplo, é bastante clara a relação que Russell está estabelecendo entre o absolutamente empírico e o estritamente lógico. Da mesma maneira, em (1.63), ele distingue o nível da sintaxe lógica, do nível da linguagem cotidiana e, também, da filosofia da lógica ao dizer que um nome real não pode ocorrer numa proposição da lógica, mas que interessa, ao nível epistemológico, saber que espécies de objetos podem ter nomes. A conseqüência positiva dessa sua lucidez é o fato de ele ter diferenciado os nomes próprios ordinários de descrições, por um lado, e dos logicamente próprios, por outro, e de, ao mesmo tempo, tê-los estudado em suas relações recíprocas. A sua teoria das descrições, fato reconhecido, inclusive, pelos seus críticos mais ferozes, é uma das contribuições mais concretas à história da filosofia da linguagem, e a perspectiva de resolver, na sintaxe lógica, o problema dos termos singulares começou, sem dúvida, ali.

Se suas virtudes, como se disse, são muitas, são muitos, também, os seus problemas, tanto ao nível dos nomes logicamente próprios quanto ao dos nomes da linguagem ordinária.

Consideremos as sentenças:

(B1) **Wittgenstein** era branco.

(B2) **Sócrates** foi o mestre de Platão.

(B3) **Homero** escreveu a Odisséia.

(B4) **Pégaso** não existe.

(B5) **O cavalo alado** não existe.

(B6) **O autor das Investigações Filosóficas** era branco.

(B7) **Este** é branco.

(B8) **Wittgenstein** é o autor das Investigações Filosóficas.

Para Russell, já se sabe, há duas maneiras de se analisar o nome próprio de (B1): ora em relação ao dêitico de (B7), ora em relação à descrição definida de (B6).

Quanto à primeira relação, Russell, como se viu anteriormente, distingue os nomes ordinários daquilo que poderia ser um nome logicamente próprio. *Este*, como em (B7), só se justifica à medida que seu objeto é um particular com o qual se pode manter uma relação de *acquaintance*; aqueles, como em (B1), são usados na linguagem cotidiana, *como se* referissem particulares mas, conforme (1.58), não o fazem, descrevendo, apenas, sistemas de classes ou séries. Exatamente por isso é que eles equivalem a descrições abreviadas. O nome de (B1), no caso, equivale à descrição de (B6). Quanto à segunda relação, Russell distingue o nome de (B1) como símbolo simples e completo, da descrição de (B6), símbolo complexo e incompleto. De modo que um nome próprio da nossa linguagem é uma espécie de descrição abreviada mas é, ao mesmo tempo, distinto dela. Dentro de uma concepção mais ou menos milliana, o nome logicamente próprio não conota nada, ou seja,

esgota-se na denotação de seu objeto, no caso (e agora diferentemente de Mill) o seu significado; dentro de uma concepção mais ou menos fregeana, os nomes próprios ordinários equivalem a descrições truncadas que eles, apenas, abreviam.

Como já se viu antes, Wittgenstein pensa liquidar a primeira concepção, e Kripke, a segunda.

O contra-exemplo de Wittgenstein consiste em dizer que Russell confunde o portador do nome com seu significado. Ele diria que, embora o portador do nome de (B2) tenha bebido sicuta e morrido, é absurdo pensar que o significado do nome em questão tenha morrido envenenado. A objeção de Kripke segue o mesmo roteiro daquela contra Frege. O nome de (B1) não pode ter como significado a descrição de (B6) à medida que (B8) seria, então, tautológica. Os dois contra-exemplos, na verdade, não são felizes contra Russell. Ao primeiro, Russell responderia, como de fato está implícito em (1.58), que usamos os nomes da nossa linguagem como se fossem logicamente próprios, mas eles, efetivamente, não o são. De modo que não cabe a observação de Wittgenstein em (2.01) quanto ao argumento de Kripke, Russell em (1.59) nega que (B8) pudesse ser tautológica, à medida que as descrições, como símbolos incompletos, nada significam fora do contexto; 'Wittgenstein' equivale a uma abreviação de 'o autor das Investigações Filosóficas', mas esta não tem significado isoladamente. Kripke, inclusive, reconhece (NN, p. 27) que se desvia um pouco da concepção de Russell ao interpretá-la como se descrições e nomes tivessem sentido.

Apesar disso, as respostas de Russell continuam, ainda, problemáticas. Se, no primeiro caso, ele não deseja incluir nomes próprios da nossa linguagem, poderia ter usado a expressão 'termo singular' ou equivalente, à medida que, se os nomes próprios não são usados deiticamente, é absurdo considerar 'isto' um nome como conclui Wittgenstein em (2.02). 'Isto', na verdade, não designa, lingüisticamente, um objeto simples específico, servindo, apenas, à complementação de um gesto ostensivo na direção de uma referência sempre subordinada às variações do contexto. Quanto ao segundo caso, a defesa de Russell também é problemática. Se ele considera os nomes da linguagem ordinária meras descrições abreviadas, três alternativas insatisfatórias se impõem: ou os nomes não têm sentido isoladamente, sendo símbolos incompletos como as descrições que abreviam; ou eles não têm sentido nenhum em oposição a elas; ou eles têm o sentido que elas lhe atribuem. Na primeira hipótese, nomes e descrições só se distinguiram, para Russell, por serem, os primeiros, constituídos de símbolos simples em oposição às segundas, sintaticamente compostas. Ele parece não ter considerado que os nomes próprios, em geral, também podem ser compostos, como é o caso de 'René Descartes', 'Porto Alegre', 'A Casa Branca', etc. Como Russell explicaria isso? Na segunda hipótese, se os nomes não têm sentido algum, como pode ser que eles sejam descrições abreviadas, se elas têm sentido contextual? Na terceira, Russell está ao alcance dos contra-exemplos de Kripke.

No fundo, a teoria dos nomes de Russell chega a essas dificuldades em virtude da sua tentativa, justificada, de contornar os paradoxos a que podem levar os nomes e descrições definidas se interpretados erroneamente. Sentenças como (B4), por exemplo, são inquietantes para Russell, à medida que elas parecem, se verdadeiras, não significativas e se significativas, falsas. E é essa espécie de enigma que o motiva a descrever (B4) como (B5), para, considerando os nomes próprios como descrições abreviadas, livrar-se deles, jogando-os para o predicado via teoria das descrições. 'O cavalo alado não existe' torna-se 'A função proposicional 'x é cavalo e x é alado' é falsa para todos os valores de x'. Da mesma maneira, (B1) é analisado através de sua equivalência com (B6), em (?x)[x é o autor das Investigações Filosóficas ? (? y)(y é o autor das Investigações Filosóficas ? y = x) ? x é branco]. Esse dispositivo marca, inclusive, nitidamente, a diferença entre os nomes próprios ordinários e os logicamente próprios como em (B7). 'Pégaso' e 'Wittgenstein' não são nomes próprios como 'isto' e as sentenças em que aparecem não são do tipo sujeito e predicado como a estrutura gramatical sugere.

Esse modelo de interpretação, entretanto, apesar de sua engenhosidade lógica, remete, tendo em vista o uso rotineiro da linguagem, a novas perplexidades. Parece difícil acreditar que (B1) e (B4) não sejam sobre Wittgenstein e Pégaso, respectivamente. A solução russelliana é onerosa, sem dúvida, para a nossa intuição lingüística. Além disso, também é pouco intuitivo que, 'Wittgenstein', 'Pégaso' e 'o cavalo alado' estejam convivendo juntos no reino dos nomes não logicamente próprios pelos mesmos critérios de Russell, ou seja, que a relação de *acquaintance* não os distinga a ponto de impedir que eles tenham o mesmo destino lógico. Conseqüência disso é que Russell acaba, praticamente, não fazendo nenhuma distinção semântica entre nomes próprios ordinários e descrições. Nesse sentido, tanto ele, que exclui os nomes ordinários da classe dos logicamente próprios reduzindo esta ao extremo, quanto Frege, que a ampliou ao máximo incluindo aqueles, não forneceram condições suficientes e necessárias para a caracterização semântica específica da categoria em pauta.

Passando ao neodescritivismo de Wittgenstein, Strawson e Searle, esse movimento, como se disse anteriormente, contribuiu, de forma decisiva, para que os nomes próprios da nossa linguagem saíssem da posição subalterna do descritivismo clássico e passassem a ser o centro das discussões. Mas, se isso é inegável, também fica claro que suas retificações, na tentativa de preservar o núcleo descritivista, também falharam. Consideremos as sentenças abaixo:

(C1) **Aristóteles** é o Mestre de Alexandre.

(C2) **Aristóteles** é o Mestre de Alexandre, ou o discípulo de Platão, ou o sistematizador da lógica, ou o filho do médico da corte de Amyntas II, ou ...

(C3) **Aristóteles** é um filósofo grego.

(C4) **Aristóteles** é o homem que inventou a Filosofia.

O movimento teórico básico dos neodescritivistas deve ser analisado em seus vários passos. Em primeiro lugar, (C2) representa, em relação a (C1), a modificação fundamental. O nome não equivale a uma descrição, mas a uma família delas. Com isso, se (C1) não é analítico, (C2) deve sê-lo. Isso quer dizer que, de qualquer maneira, o nome próprio equivale à disjunção da família de descrições. Esse passo, entretanto, parece inútil por três razões básicas: primeiro, como bem observou Kripke, mesmo com a retificação, nada impediria que 'Aristóteles' designasse Aristóteles, ainda que este não tivesse nenhuma daquelas propriedades. Além disso, porque as descrições em jogo também apresentam nomes próprios a exigirem novas descrições num regresso infinito. 'Alexandre', 'Platão', 'lógica', 'Amyntos II', deveriam ser descritos por alguma descrição ao mesmo tempo identificadora e sem nomes próprios. (Isso é possível?) Finalmente, porque tais propriedades têm uma história. Antes de Aristóteles ter conhecido Platão, ele não poderia ter sido o discípulo de Platão, embora já fosse Aristóteles.

Diante desse argumento, o refinamento pretendido por Strawson, de fazer uma seleção de descrições mais relevantes, também parece insuficiente. No caso, 'O sistematizador da lógica' teria mais peso que 'o filho do médico da corte de Amyntos II', e assim por diante.

Mesmo que fosse plausível quanto ao uso que as pessoas fazem de tais descrições, tal seleção sofreria uma variação insuportável de tempo e lugar. Para a maioria dos contemporâneos de adolescência de Aristóteles, por exemplo, certamente as descrições mais "pesadas" seriam outras. Também num curso sobre a biografia do filósofo grego, os estudantes poderiam referir-se a ele mediante descrições que ali eram mais relevantes do que as divulgadas pelos manuais de História da Filosofia. Considerem-se, também, outros dois fatos já apontados pelos causalistas: sentenças como (C3) são as mais comuns para a

maioria, ou seja, Aristóteles é identificado por uma descrição indefinida que não o identifica exclusivamente. Além disso, uma ocorrência de (C4), com uma descrição falsa, permitiria afirmar que seu emissor não se referia a Aristóteles?

Outro refinamento de Strawson que também não se sustenta, apesar de plausível no uso rotineiro da linguagem, é a tentativa de uma definitiva descrição salvadora do tipo 'Aristóteles' equivale a 'aquele que a maioria chama de 'Aristóteles', ou, 'aquele a quem João, de quem ouvi o nome 'Aristóteles', se refere'. Como Kripke demonstrou, isso carrega uma evidente circularidade, além de exigir que o indivíduo sempre se lembre, ao usar o nome, daquele de quem tomou emprestada a referência do nome, o que é, francamente, pouco provável. A tentativa neodescritivista, portanto, parece não conseguir salvar o núcleo do modelo frege-russelliano e, conseqüentemente, não servir para uma abordagem lógico-lingüística do nome próprio ordinário.

Feita a análise das perspectivas e dos problemas do descritivismo em suas diversas variantes, passemos, agora, à objeção dele como um todo, através de suas teses mais gerais.

É indiscutível que o movimento neodescritivista e suas variantes, pretendendo ou não, ser uma teoria do sentido e da referência dos nomes próprios da linguagem natural, tratou deles e buscou neles uma sustentação lógica para os seus contrapartes nas linguagens formais. Se isso é assim, a nossa primeira objeção aos descritivismos em geral diz respeito ao fato de que, mesmo nas variantes de Wittgenstein, Strawson e Searle, a intuição lingüística sobre um contexto de uso mais amplo não foi considerada. Dissemos de Frege que ele teve o mérito de desconfiar de nossas intuições preconceituosas sobre o nome próprio; dissemos de Russell que ele teve o mérito de suspeitar que nomes próprios da linguagem ordinária e logicamente próprios são entidades distintas; reconhecemos em Wittgenstein, Strawson e Searle o mérito de terem trazido a linguagem natural para o centro da discussão lógico-filosófica. Mas objetamos, vigorosamente, o fato de que todos eles trabalharam sobre a sua própria intuição, não respaldando as suas propostas num contexto de uso mais amplo do nome próprio. Por que quase só nomes, e sempre os mesmos, de personagens históricas? e nomes de ruas, de cidades, de disciplinas, de plantas, de lojas, de filmes, de música, de animais, de livros, etc., são nomes espúrios ou quem sabe seu uso trivializa o rigor lógico? Ou será que os filósofos querem falar da linguagem natural sem o ônus da exemplificação mais pesada?

Por que os descritivismos não levaram em conta, se pretenderam defender a tese de que os nomes próprios têm sentido, como significado, o comportamento lingüístico mais variado dos usuários e das línguas reais?

Consideremos as situações abaixo.¹²⁸

(C5) Que significa **Aristóteles**?

(C6) **Pelé** é sinônimo de **Edson Arantes do Nascimento**

(C7) **João** é um nome ambíguo porque designa muitos indivíduos'

(C8) **Renato** significa renascido

Sentenças como (C5), (C6) e (C7) aparecem na realidade? Os usuários afirmam, normalmente isso?

Em

(C9) **Porto Alegre** é uma cidade fria

¹²⁸ A partir daqui, também nos valem de muitos exemplos levantados por Katz no seu importante artigo sobre o debate "A Proper Theory of Names" em que defende uma teoria neoclássica de referência.

'Porto Alegre' significa o quê? 'A capital do Rio Grande do Sul'? Mas e o sentido de 'Porto' e de 'Alegre' foram para onde? Se 'Porto Alegre' não tem mais o sentido de seus componentes, isso permite dizer que o composto tem o sentido da descrição mencionada? Mas e se o sentido etimológico fosse a questão, como em (C8), ainda assim se poderia dizer, no mesmo sentido da palavra 'sentido' que 'Renato' tem o sentido 'o ponta direito do time do Flamengo'?

Em

(C10) Se **João** é brasileiro e todo o brasileiro é alegre, então João é alegre.

Qual é o sentido do nome próprio 'João'? a que descrição ou família de descrições ele equivale?

Frege defendeu a tese de que o sentido de um nome só se dava no contexto de uma proposição; Russell, dizendo ser um nome próprio da linguagem ordinária uma descrição abreviada, subordinou-o a só adquirir significado no contexto proposicional. Wittgenstein disse que o significado era o uso. Strawson e Searle defenderam uma base descritivista como conhecimento contextual para que fosse possível a identificação da referência. todos, ao que parece, compreenderam o papel do contexto-de-uso de um nome. Por que, então, não o examinaram nos seus contextos diversos? Porque não pretendiam uma teoria do nome próprio? Mas, então, por que não usaram uma outra expressão ao invés de 'nome próprio'? Se não quiseram respeitar a noção, talvez obscura, de sentido, no seu uso rotineiro, por que continuaram a tratá-la ambigualmente? Para Frege, é o modo de apresentação da referência e está ligado à compreensão (cf. 1.36) dos falantes; para Russell, ora o significado é o objeto-referência do nome logicamente próprio, ora é o sentido que a descrição adquire no contexto proposicional; para Wittgenstein, é a polimorfia dos usos nos jogos de linguagem; para Searle e Strawson, é a base descritivista subjacente a um nome para que se possa identificar o seu referente. Some-se, portanto, a uma desconsideração dos diversos contextos-de-uso dos nomes, a vaguidade e a variação do conceito de sentido e significado no interior dos descritivismos.

Além disso, temos uma outra objeção que deve ser, certamente, a mais grave de todas. Os descritivismos partem, na análise do nome próprio, da idéia de significação dos nomes comuns. Nesse sentido, transformam a questão dos nomes próprios na questão das descrições definidas e, conseqüentemente, na questão dos nomes gerais. De fato, que faz Frege ao dizer que o sentido do nome 'Aristóteles' é 'o mestre de Alexandre' ou uma outra descrição? Que faz Russell ao eliminar tal descrição e, indiretamente, o nome via teoria das descrições? que fazem Wittgenstein, Searle e Strawson ao introduzirem a idéia de família de descrições? Transferem o problema essencial da nomeação do nome próprio para o comum, mas não o resolvem. Esse problema poderia ser assim formulado: Como os nomes próprios referem os objetos do mundo? ou, de maneira mais geral, como a linguagem toca a realidade, no caso dos nomes próprios? Os descritivismos, ao não explicarem como as descrições fazem isso, *ipso facto*, não explicam também como os nomes próprios o fazem. Frege disse que o sentido é o modo de apresentação da referência, mas quando diz que 'O mestre de Alexandre' é um sentido possível de 'Aristóteles', deveria explicar como tal descrição se aplica ao seu referente. A saída poderia passar pela relação notas de conceito-propriedades do objeto, mas, então, Frege não faz isso. Russell, por sua vez, fez com que 'isto' tocasse o seu referente, mas, então, disse que os nomes próprios da nossa linguagem não são como 'isto'. Wittgenstein, Strawson e Searle também tornaram o problema ainda mais disperso, à medida que cercaram o nome de descrições que, por não explicados, só o arrastaram, definitivamente, para o reino lingüístico.

Em outras palavras, os descritivismos como abordagem da referência permaneceram, circularmente, no âmbito da relação entre lógica e linguagem sem explicar a relação linguagem-mundo, central, desde o início, para toda a filosofia da linguagem. Kripke percebeu isso, e a resposta de Searle é o reconhecimento dessa fragilidade de

origem, ao tentar, através da noção de intencionalidade, resgatar o nexó entre linguagem e realidade. Mas, aí, já pouco restava do descritivismo original.

Dito isso, podemos considerar que pelo fato de:

a) não responder satisfatoriamente a questão central da nomeação, a saber, como os nomes próprios se ligam aos seus referentes;

b) não tratar de nomes próprios ordinários em seu contexto de uso mais amplo;

c) não ter uma noção precisa e constante de sentido, significado e referência;

d) por ser contra-intuitivo, na maioria dos casos, em relação ao que pensam os falantes comuns sobre o sentido do nome próprio;

e) por não distinguirem os nomes próprios de outras expressões referenciais da linguagem;

Os descritivismos falham como abordagem de sentido e referência dos nomes próprios da linguagem natural.

3.2 - A Teoria Causal - Perspectivas e Problemas

Procederemos, nesta seção, a uma avaliação crítica do modelo causal, suas perspectivas e seus problemas, essencialmente como apresentado por Saul Kripke.

A partir do esquema interpretativo que montamos no segundo capítulo, podemos ter uma compreensão relativamente clara da complexidade lógico-filosófica que caracteriza o contexto em que se insere a abordagem causal dos nomes. Não são poucas, realmente, as perspectivas abertas por *Naming and Necessity*. Kripke, como ele próprio esclarece em (2.33) e (2.34), não pretendeu estabelecer nenhuma teoria sobre os nomes próprios. O quadro que ele oferece tem, na verdade, três vertentes no campo da filosofia, da lógica e da linguagem, que justificam, plenamente, a sua interpretação dos nomes como designadores rígidos no contexto das cadeias causais. A primeira delas é o desafio que Kripke faz a toda uma tradição que é a própria história moderna das investigações lógico-filosóficas da linguagem.

De Kant a Mill, passando por Frege, Russell e Wittgenstein, os argumentos de Kripke vão provocando convulsões sobre pares conceituais consagrados como *a priori-a posteriori*, analítico-sintético, modalidade *de re - de dicto*, denotação-conotação, nomes próprios-nomes comuns, tais como aparecem no contexto daqueles filósofos. Kripke, na verdade, apanha o fio condutor da velha oposição entre o empiricismo e a abordagem racionalista clássica do significado e, embora com restrições, coloca-se ao lado de Mill, expoente do primeiro. Enquanto os descritivismos, à luz da distinção milliana nome comum-nome próprio, interpretaram o segundo pela ótica do primeiro, Kripke fez o contrário, dando prioridade para o nome próprio. Em termos mais precisos, enquanto os descritivismos, sobre o solo racionalista, atribuíram sentido ao nome próprio, apoiados na concepção de sentidos dos nomes comuns, os defensores da proposta causal, Kripke e Putnam, principalmente, acabaram retirando o sentido dos nomes comuns como 'água' e 'calor', entendidos, agora, como designadores rígidos. Conseqüência, portanto, de sua adesão à tradição empirista, a segunda vertente da concepção causal dos nomes é uma espécie de teoria do sentido reduzida a uma teoria da referência. Isso significa, como bem observou Putnam em (I.08), a reversão da velha idéia de que é o sentido que determina a referência em favor de uma nova postura, em que o papel principal é atribuído à realidade dos objetos do mundo, cujo desvelamento é circunscrito à atividade das ciências empíricas. É o que está por trás, sem dúvida, das passagens (2.39) e (2.41) de *Naming and Necessity* e que Kripke, ainda no mesmo texto, explicita em (2.42). Ainda como conseqüência desse

tipo de abordagem, digamos, empirista do significado, aparece a terceira vertente da interpretação dos nomes, a saber, a defesa da modalidade de re. Quine, em seu nominalismo de base e em sua defesa ortodoxa da lógica padrão, lança suspeitas sobre a lógica modal. Kripke precisa respondê-las e, no centro de sua defesa, está a sua concepção do nome próprio como designador rígido. O nome próprio é, para Kripke, o eixo sobre o qual se constroem os enunciados contrafactuais, e isso só é possível porque ele funciona como um designador rígido do objeto real que nomeia, e sobre o qual se constroem os mundos possíveis. A sua semântica para a lógica modal, então, está perfeitamente articulada com a sua teoria dos nomes e sua base empirista, à medida que dá prioridade ao mundo real, ponto de partida para a construção de outros mundos.

Uma vez contextualizada, assim, a interpretação causal dos nomes próprios, não é difícil avaliar-se o alcance das teses de Kripke e Putnam, principalmente. Apesar do desgaste retórico, não é exagero dizer-se que a abordagem causal provocou uma verdadeira revolução na filosofia da linguagem e da lógica.

Uma aventura teórica, entretanto, tão ambiciosa não se faz, obviamente, sem muitos embaraços. De fato, a abordagem causal, exatamente pelo seu forte caráter, assume pesado ônus que será, agora, motivo de nossa discussão.

A primeira questão problemática que se coloca é o fato de que a abordagem causal dos nomes próprios não apresenta condições necessárias e suficientes para distinguir tal categoria de outras expressões de nossa linguagem. É certo que o próprio Kripke confessou que não pretendia constituir uma teoria dos nomes, mas, se isso atenua, realmente, a crítica, não deve, de modo nenhum, evitá-la. Kripke diz que os nomes próprios da nossa linguagem designam o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis e, por isso, designam rigidamente. Ele também observa que o fato de o mesmo nome, por exemplo 'Aristóteles', designar vários indivíduos, não altera a sua interpretação, tendo em vista que, para seus objetivos, cada nome designa um único indivíduo, por uma espécie de convenção não-problemática. Assim, 'Aristóteles' é tomado no enunciado

(D1) '**Aristóteles**' é o sistematizador da lógica.

como designando o famoso filósofo e não o armador grego, Onassis, sendo o 'Aristóteles' deste último um outro nome, apenas foneticamente igual (NN, p. 8-9).

A argumentação de Kripke, para esse caso, é coerente, sem dúvida, mas não corresponde ao nosso uso comum de linguagem (NN, p. 8).¹²⁹ De fato, é possível que Aristóteles Onassis tenha recebido o seu nome, como sendo o mesmo que distinguiu o filósofo, seu compatriota. Isso significa, na verdade, que, mesmo aceitando-se a restrição de Kripke, ainda assim não é possível negar que a intenção dos usuários de uma língua registra muitos indivíduos com o mesmo nome. Não é, aliás, por outra razão que os sobrenomes justificam a sua funcionalidade acoplados ao nome. Kripke poderia dizer que exatamente o nome com o sobrenome, por exemplo, 'Aristóteles Onassis', então, é um designador rígido, porque, agora, distingue um único indivíduo. Mas não disse. Talvez porque percebesse que 'Onassis' é um tipo especial de nome que designa não um indivíduo, mas uma família deles. Kripke cita muitas vezes o nome 'Nixon' para dizer que, embora ele pudesse não ter vencido as eleições, ele não poderia não ser Nixon. Mas num sentido, como observou Ziff, ele poderia não ser Nixon, desde que não pertencesse àquela família (APN, p. 325). Mesmo que Kripke pudesse dizer, tendo o seu essencialismo por trás, que Nixon não seria ele mesmo se não tivesse aquela origem familiar, ainda assim se os seus pais não tivessem se chamado 'Nixon', ele não seria um Nixon. Isso só para dizer que, de qualquer maneira, não se pode negar que 'Nixon' não designa um só indivíduo, mas uma família e que, portanto, está preso a vários batismos com várias cadeias causais sem deixar de ser o mesmo nome. Se 'Richard Nixon' designa, então, rigidamente, é só mediante essa composição que acaba restringindo, mas não necessariamente, o conjunto dos 'Richard' e o dos 'Nixon' a um só

¹²⁹ O próprio Kripke reconhece isso.

indivíduo. É comum, aliás, numa família, o acréscimo de 'Júnior', 'Filho', ou 'Neto' para distinguir indivíduos de mesmo nome. 'Frank Sinatra Júnior' e 'Serafim da Silva Neto', por exemplo. Nesse caso, inclusive, a descrição 'o filho de Frank Sinatra' e 'o neto de Serafim da Silva' parecem descrições contidas no próprio nome, ajudando a fixar a referência. De maneira que, mesmo aceitando-se o argumento de Kripke para se desfazer desse tipo de problema, ainda assim, tendo em vista a prática usual dos nomes próprios, tal argumento parece indicar uma simplificação bastante contra-intuitiva.

Além disso, como o próprio Kripke admite, descrições definidas, pronomes pessoais, demonstrativos e, até variáveis, podem designar rigidamente,¹³⁰ conforme ilustram (D2), (D3), (D4) e (D5).

(D2) A **raiz quadrada** de 81 é ímpar.

(D3) **Eu** escrevi esta sentença.

(D4) **Isto** é meu gato.

(D5) **Fx**.

De modo que, se, pelo menos no uso intuitivo da nossa linguagem, um nome como em (D1) pode designar mais de um indivíduo e se, como em (D2), (D3), (D4) e (D5), outras expressões podem designar rigidamente, então a abordagem de Kripke não oferece condições necessárias e suficientes para distinguir os nomes próprios da nossa linguagem de outras expressões referenciais, conforme, aliás, ele próprio advertira.

A segunda questão problemática para o modelo causal de Kripke está no fato de que ele assume a forte tese milliana de que os nomes próprios não têm sentido, entendido como significado, sem ter examinado uma variedade mais ampla de expressões lingüísticas que se encaixam dentro daquela categoria. De fato, assim como os descritivistas, Kripke não aborda nomes próprios de ruas, de filmes, de música, de livros, de plantas, de instituições comerciais, que, entre outros, poderiam complicar a idéia de nome próprio sem sentido.

Suponhamos os enunciados abaixo:

(D6) **Geografia** é uma disciplina importante.

(D7) **O Ocidente** manteve a tradição cristã.

(D8) **A Sonata ao Luar** é uma suave peça musical.

(D9) **AIDS** é grave.

(D10) **Noites de Horror** é um filme assustador.

(D11) **O Diário de Anne Frank** é dramático.

(D12) **A água** é decisiva para a saúde.

(D13) **Brassica rapa** tem valor alimentício.

¹³⁰ Sobre descrições definidas que designam rigidamente, veja-se citação (2.43). Sobre demonstrativos, pronomes pessoais e variáveis livres, Kripke, em nota de rodapé, reconhece que tais expressões designam rigidamente, conforme NN, p. 10 e 49. Kripke também observa, na oportunidade, que o trabalho de Kaplan enfatiza o caráter de designador rígido dos demonstrativos.

(D14) **Os Kennedy** são marcados pela tragédia política.

(D15) **A rua Cristóvão Colombo** é movimentada.

(D16) **Ortopé** é o sapato da criança.

(D17) **A Casa das Borrachas** é a mais completa do gênero.

(D18) **A Doença de Chagas** é alarmante no Brasil.

Pode-se dizer, realmente, que esses nomes em destaque de (D6) a (D18) não têm sentido nenhum? Kripke, é verdade, percebeu, como Mill já o havia feito, que um nome próprio como 'Porto Alegre', embora possa ter sido dado a uma localidade com as propriedades de ser um porto e alegre, designa rigidamente, uma vez que, mesmo que tal localidade não tivesse mais as propriedades mencionadas, ainda poderia ter o mesmo nome. De fato, Kripke tem razão. (D19) certamente não é contraditória.

(D19) **Porto Alegre** é uma cidade triste.

Ele parece não se ter dado conta, entretanto, de que não necessariamente um nome próprio desse tipo perde o sentido dos termos formadores. E, pelo menos enquanto tal sentido permanecer, como se poderia afirmar que tal nome não tem sentido?

Em (D6), por exemplo, o nome Geografia encerra o sentido dado por Geo (terra) e grafia (modo de escrever). É pouco provável que um nome desse tipo perca o seu sentido, que parece indicar a propriedade essencial da disciplina em questão. Mas mesmo que isso acontecesse, o máximo que poderíamos dizer é que o nome próprio da referida disciplina já não tinha o sentido original, o que é, na verdade, reconhecer que, se o teve um dia, não é necessário que não o tivesse tido.

O nome próprio 'Brassica rapa' de (D13) também parece resistir à análise de Kripke. Se o considerarmos um nome sem sentido, porque não compreendemos o sentido das expressões latinas que o compõem, então, para nós é "Flactus vocis".¹³¹ Na verdade, é o nome dito científico da couve-nabo. Não designa um só objeto, mas uma espécie de legume. Um botânico, familiarizado com os nomes de plantas, dirá que 'Brassica rapa' significa 'couve-nabo'. Pode-se, obviamente, supor que 'Brassica rapa' designa o mesmo legume em todos os mundos possíveis, onde o tal legume não tenha esta ou aquela propriedade. Mas, o difícil é imaginar que um nome próprio, a serviço de uma classificação, como 'Brassica rapa', em virtude do que significam, em latim, os termos que o compõem, possa perder o sentido, origem de sua função como nome. É mais ou menos o que acontece com o nome 'AIDS' em (D9). Acrograma de Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida, o nome próprio 'AIDS' designa a doença mediante o sentido de cada letra. Suponhamos que viesse a se descobrir que a doença não era adquirida, mas congênita, provavelmente o nome mudaria para 'CIDS'. É verdade que um kripkiano poderia dizer que 'Geografia', 'Brassica rapa' e 'AIDS' são nomes comumente usados por pessoas que desconhecem o seu sentido, e que isso não as impede de se referirem à disciplina, ao nabo e à doença, respectivamente. Mas essa constatação nos obriga a aceitar, apenas, que um nome próprio pode ser utilizado exclusivamente para referir. Ela não autoriza a negar que tais nomes possam ter sentido. Caso fosse assim, não haveria diferença nenhuma entre os nomes próprios do tipo puro rótulo como 'Aristóteles' e os que funcionam sobre o sentido de seus componentes como 'AIDS', e isso é contra-intuitivo.

¹³¹ O exemplo é de Lévi-Strauss em "O Pensamento Selvagem", p. 234. Para ele, a tese de Gardiner (1959), que parece equivalente à de Mill, é falsa. Os nomes próprios não podem ser determinados nem como só denotadores nem como conotadores. Ser um nome próprio depende da atividade classificatória de uma sociedade (PS, p. 248).

Num contexto culto, as pessoas, ao usarem o nome 'AIDS', poderão não só se referirem à doença, mas, também, à sua propriedade denunciada no acrograma. Da mesma forma, nomes próprios como 'Sonata ao Luar' em (D8), 'Noites de Horror' em (D10), 'A Casa das Borrachas' em (D17) e 'Ortopé' em (D16) podem, como de fato o fazem, ser usados para referirem um objeto, a saber, uma peça musical, um filme, uma casa comercial e um sapato, indicando-lhes, paralelamente, a propriedade fundamental. Mesmo que a Casa das Borrachas viesse a vender só parafusos e permanecesse com o nome original, ainda assim seu nome teria sentido. A prova disso seria a estranheza das pessoas que, localizando tal nome pelo guia telefônico, procurassem borracha em tal casa, encontrando, apenas, parafusos.

Assim, quando Kripke em (2.26) endossa Mill e contesta Frege e Russell, assumindo a tese de que a função de um nome próprio da nossa linguagem se esgota ao denotar, ele é, ao mesmo tempo bem e mal sucedido. Frege, realmente, equivocou-se ao tornar um nome como 'Aristóteles', por exemplo, equivalente a uma descrição do tipo 'O mestre de Alexandre'. E isso Kripke demonstrou com clareza. Ao supor, entretanto, que Mill estava correto ao afirmar em (1.13) que os nomes próprios não têm nenhuma significação, foi Kripke quem se expôs demasiadamente. Um nome próprio pode ser, ao mesmo tempo, próprio e ter sentido, conforme ficou anteriormente evidenciado. Ou para refutar Mill em seus próprios termos, um nome próprio pode denotar o objeto e nada impede que ele o faça, indicando-lhe uma propriedade. 'A Casa das Sedas' denota o estabelecimento comercial que fica na rua Cristóvão Colombo, nº 17 e pode fazê-lo, indicando-lhe a propriedade de possuir sedas. Num ponto de vista pragmático mais amplo, se considerarmos o contexto de um anúncio publicitário, por exemplo, ainda se poderia arriscar a dizer, num sentido griciano, que tal nome poderia implicar a venda de sedas. A abordagem de Mill-Kripke não dá, absolutamente, conta de tais casos. E isso permite dizer, então, que, como tese de que os nomes próprios não têm nenhuma significação, a abordagem causal também falha.

Mas passemos à análise do papel das cadeias causais, outro ponto forte do quadro kripkiano.

Por ocasião dos contra-exemplos levantados por Searle contra a explicação causalista da nomeação, já havíamos observado que, tanto para o caso de deslocamentos de referência tipo 'Madagascar' como para o caso de nomes de corpos celestes em previsões para o futuro, ou da fantasia da tribo com nomeação em ato coletivo, a posição de Kripke era embaraçosa, mas permitia uma réplica satisfatória. Tal réplica, todavia, implicaria o ônus de algumas retificações que Kripke, de fato, não fez. É preciso, por exemplo, admitir-se a possibilidade de mais de um batismo com o mesmo nome. Consideremos o caso do nome 'Cristóvão Colombo'. Ele remete, através de cadeias causais, sem dúvida, ao descobridor da América, mas em (D15) tal nome refere uma rua. Kripke talvez dissesse, como o fez para os nomes de pessoas, que se trata de dois nomes, apenas foneticamente iguais. Mas não parece ser esta a situação. O nome da rua, sendo uma homenagem ao descobridor da América, não é, semanticamente, outro nome. É o mesmo. E aí, como fica a cadeia causal de um batismo original? O nome deixa de referir a rua para referir o descobridor da América? Ou ele refere só a rua através de um batismo, cuja homenagem foi uma ilusão? A saída, como já dissemos, é admitir-se a concatenação de dois batismos, mas isso Kripke não tornou explícito. Da mesma maneira, o caso dos nomes de astros no futuro exige uma retificação no quadro kripkiano. Trata-se de uma situação em que a referência, ainda não existindo, não poderia ser a origem externa da cadeia causal. Kripke precisaria admitir que a cadeia pudesse ser inaugurada em cima de um batismo de entidades possíveis. O nome 'Kriptônio' em

(D20) **Kriptônio** trará problemas para a Terra.

poderia referir um asteróide a se desprender de uma explosão em Marte em 2019. Mas, dada a concepção kripkeana de mundos possíveis, isso seria difícil de explicar. Em Kripke, objetos que não existem não poderão vir a existir em um mundo possível, e isso deixa a proposta causal, para (D20), paralisada. De maneira análoga, o contra-exemplo de Searle sobre a fantasia da tribo exigiria que Kripke assumisse a hipótese de uma espécie de cadeia de um só elo, à medida que, se todos participassem do batismo, cada uso do nome para referir um objeto particular estaria ligado apenas àquele ato coletivo. Mas cadeia de um só elo é, em si, contraditória no sentido kripkiano. De modo que, se Searle pretendesse apenas mostrar que é possível o uso de nomes sem cadeias kripkeanas, seria bem sucedido. Isso, entretanto, não acontece porque, como vimos, a essência da instituição do nome próprio parece ser exatamente uma consequência da impossibilidade de batismos coletivos com a comunidade inteira presente. De qualquer modo, o exemplo mostra que é possível o uso de nomes sem cadeias kripkeanas, e essa é a questão aqui. O quadro causal, já problemático como abordagem dos nomes da nossa linguagem por não distinguir entre os nomes próprios, as descrições e os pronomes, por não dar conta de nomes próprios com sentido, por não considerar uma variedade mais ampla de ocorrências da categoria em jogo, também se mostra, agora, problemático, quanto ao papel desempenhado pelas cadeias causais no fenômeno da nomeação.

Se os contra-exemplos são pertinentes, e a abordagem causal pode merecer contestações pelo que tentou explicar, ela também pode ser contestada pelo que deixou sem esclarecimento.

Na fantasia de Gödel, por exemplo, o indivíduo que, não sabendo que o autor do teorema da incompletude era Schmidt, ao dizer 'Gödel' referia-se a Gödel, mesmo que a sua base descritiva fosse satisfeita só por Schmidt. Mas suponhamos que tal indivíduo, agora esclarecido de seu equívoco, e vendo Schmidt se aproximar dissesse, ironicamente:

(D21) **Gödel** vem chegando.

Como Kripke explicaria isso? Searle tem razão ao dizer que, para a nomeação em linguagem natural, nós não podemos prescindir da noção de intencionalidade. A abordagem kripkeana admite, totalmente, que o uso de um nome para referir depende de uma intencionalidade inicial. Em (2.31), ao usar a expressão 'pretender' (*intend*), como observa Searle, está implícito esse reconhecimento (IT, p. 235). Mesmo assim, Kripke joga todo o peso da sua interpretação para a externalidade dos elos causais e deixa a relação de tais cadeias com a intencionalidade, no processo da nomeação, sem explicações convenientemente esclarecedoras. Não é por outra razão que Searle e Devitt, entre outros, observam que as cadeias kripkeanas não podem ser puras (IT, p. 235; LR, p. 65). Além disso, se a externalidade das cadeias não explica, adequadamente, a intenção de referir que alguém possui ao usar um determinado nome próprio, também a questão da compreensão de um nome fica aberta. Que significa, em Kripke, compreender o uso de um nome próprio? Quando alguém usa um argumento do tipo

(D22) Se José é viciado em drogas
e todo viciado em drogas é doente
então José é doente.

compreende o uso do nome e sua contribuição ao sentido das sentenças e do argumento inteiro, mas é implausível pensar que 'José' remete, através de alguma cadeia causal, a um batismo qualquer. Como a abordagem causal explica isso? Ainda dentro do problema da compreensão do uso do nome próprio, o quadro de Kripke deixa em aberto dois aspectos que merecem registro. O primeiro deles diz respeito à forma como a própria sentença possibilita a compreensão do sentido e da referência de um nome próprio. Consideremos o enunciado abaixo:

(D23) **Tom** late muito ao beber **Uvita**.

Nela, o verbo 'late' permite a compreensão imediata de que se trata de um cão. Na presença do próprio, então, a identificação pode ser feita até sem gesto ostensivo. Da mesma forma, 'beber' possibilita a compreensão imediata de que 'Uvita' refere algum líquido. Além disso, como já observamos anteriormente, o elemento 'uva', nome comum presente na marca, sugere que o líquido contém uva. O segundo é de ordem mais social e representa a articulação de compreensão e conhecimento. Kripke, como se sabe, demonstrou que o conhecimento descritivo de um objeto não é necessário nem suficiente para o uso referencial bem sucedido de um nome. Seus argumentos, nesse sentido, já foram aceitos. Todavia, não se pode negar que o quadro causal passa em branco sobre a forma como o conhecimento da realidade em que se insere o objeto designado pelo nome ajuda a compreensão do seu papel significativo num enunciado. Em

(D24) **Hitler** está vivo.

o conhecimento de descrições não é indispensável, como o quer Kripke, para a determinação da referência. De qualquer modo, o contexto histórico, que pode ser reduzido a descrições como 'O chefe nazista alemão na 2ª guerra', 'O maior assassino de judeus na história', 'O líder nazista alemão que se suicidou na 2ª guerra', não deixa de servir como base para a compreensão do significado social, político, etc., de (D24). E, mesmo sendo tal base introduzida pelo nome próprio, Kripke nada diz sobre isso. Em (D14), por exemplo, o nome próprio refere a conhecida família americana. Pode-se negar que a história tenha carregado esse nome de significações? Parece que não. A evidência disso é que nomes próprios como esse, de tanta espessura histórica, são, freqüentemente, usados como comuns. Ao ouvirmos

(D25) Ted não quer concorrer à presidência porque é um **Kennedy** e sabe o que isso significa.

não só achamos natural o uso do nome 'Kennedy', como, ainda, só compreenderemos o sentido do enunciado inteiro, com a base significativa que o nome, agora propriedade, lhe empresta.

Uma outra questão também se apresenta problemática na abordagem de Kripke, a saber, o nome próprio das entidades de ficção. Embora trate sumariamente da questão, Kripke observa que Sherlock Holmes, porque não existe, não poderia vir a existir.¹³² Isso é, de fato, perfeitamente coerente com a sua noção de mundo possível como expressão semântica de enunciados contrafactuais. Se Sherlock Holmes existisse, poder-se-ia, a partir dele, no mundo real, supor as propriedades que ele pudesse não ter sem deixar de ser Sherlock Holmes. Como ele não existe, não se pode supor nada sobre ele. Mesmo coerente, mais uma vez, Kripke, que faz, ele próprio, conforme (2.36) e (2.37), uso do argumento da nossa intuição, propõe algo contra-intuitivo para os usuários de uma língua. Realmente, do ponto de vista da lógica da linguagem ordinária, para seus fins comunicativos, não parece ser possível estabelecer a questão ao modo de Kripke. Consideremos os enunciados abaixo

(D26) **Sócrates** bebeu cicuta.

(D27) **Homero** foi um grande poeta.

¹³² Em (SCM), Kripke assume a hipótese de que Sherlock Holmes não existe, mas poderia existir noutro estado de coisas. Arrepende-se, entretanto, já em 1971, no *Addendum* acrescentado ao texto de Linsky, e ratifica sua mudança em *Naming and Necessity*.

(D28) **Sherlock Holmes** apanhou o criminoso.

(D29) **Pégaso** é branco.

(D30) **Osagep** não existe.

Qual é a diferença que o uso rotineiro da linguagem estabeleceria entre a relação 'Sócrates' - o filósofo - e 'Sherlock Holmes' - o detetive? Teoricamente, não há dúvida de que essa diferença tem sido estabelecida pelos extensionalistas radicais. A expressão dessa diferença está, diria Kripke, no fato de que a primeira relação poderia ser instanciada na sentença contrafactual 'Sócrates poderia não ter sido chamado "Sócrates"', enquanto não seria plausível constituir-se a sentença 'Sherlock Holmes poderia não ter sido chamado "Sherlock Holmes"'. Se aceitássemos, entretanto, a hipótese de Kripke, seríamos obrigados a admitir que os nomes próprios de (D28), (D29) e (D30) se nivelam nessa relação. Mas é aí que a lógica da nossa linguagem parece ser diferente. Quanto ao uso do nome, desde que o contexto justificasse, nenhum utente da língua veria diferença entre os cinco nomes. Desde que haja uma adequação sintático-semântica do nome próprio na sentença, e há, o uso dos nomes poderia ser o mesmo, pelo menos para o contexto comunicacional. Quanto à questão ontológica, Kripke parece ter razão, mas, novamente, nossa intuição se choca com a sua interpretação. 'Sherlock Holmes', 'Pégaso' e 'Osagep' parecem referir de maneira diferente. Nós aceitaríamos que o tal detetive pudesse existir, pelo menos com mais facilidade que o faríamos com o cavalo alado. Sobre 'Osagep', nada poderíamos dizer, porque não sabemos o que refere nem se refere. Kripke, porém, teria que aceitar um nivelamento na relação dos três nomes com os objetos fictícios que designam, o que é um tanto implausível. Além disso, 'Homero' em (D27) carregaria um problema difícil para Kripke, à medida que não há nada decidido sobre a existência ou não do indivíduo que designa. Nesse caso, alguém escreveu a *Ilíada* e a *Odisséia* e esse alguém é Homero, mesmo que não se chamasse 'Homero', ou 'Homero' não existiu e outro deve ter escrito a *Ilíada* e a *Odisséia*. De qualquer modo, a dúvida autorizaria o enunciado,

(D31) A "**Ilíada**" e a "**Odisséia**" poderiam não ter sido escritos por Homero.

e, nesse contexto, uma situação contrafactual envolvendo Homero seria construída. De todo modo, parece estranho que uma decisão empírica, que talvez jamais ocorra, possa determinar o uso de um nome próprio, a ponto de diferenciá-lo dos outros. Também porque, mesmo não referindo entidades reais, suponhamos 'Homero' e 'Shakespeare', por exemplo, tais nomes remetem a algum batismo e envolvem uma cadeia histórica indiscutível que independe da existência real ou não dos indivíduos batizados. A não ser assim, também 'Homero' e 'Shakespeare' estariam no mesmo nível de 'Pégaso' e 'Osagep', quanto à possibilidade de gerarem enunciados contrafactuais.

Finalmente, uma consideração sobre 'água', 'calor' e nomes como esses que Kripke e Putnam consideram designadores rígidos e, portanto, semelhantes aos ditos genuínos. De fato, parece que, em (D12), 'água' poderia ser próprio. Mas o que dizer de enunciados como

(D32) A "**água potável**" está na garrafa de meio litro, a outra no balde.

(D33) A "**água tratada**" é mais saudável que a água comum.

'Água' é nome próprio, aí? parece difícil aceitar isso. Mesmo a idéia de que designa o mesmo objeto está comprometida. Pelo menos, é certo que não se comporta

exatamente como um nome próprio genuíno, e cabe a Kripke o ônus de demonstrar que essa diferença é desprezível.

No início desta seção, ressaltamos a importância lógico-filosófica da abordagem causal para os nomes próprios. Cabe encerrá-la, agora, através das seguintes constatações sobre tal abordagem:

A - Não oferece condições necessárias e suficientes para a caracterização lógico-lingüística do nome próprio da nossa linguagem;

B - Apesar de ser apenas um quadro teórico, apresenta inúmeros *insights* importantes para uma teoria dos nomes. As noções de designador rígido e de cadeia causal são básicas para uma teoria da referência dos nomes próprios;

C - Assim como formulada por Kripke, a proposta causal é desafiada por muitos contra-exemplos da linguagem natural;

D - Ao não dar conta da intencionalidade no processo de nomeação, perde força explicativa para a referência pragmática; ao não explicar a questão do sentido em suas diversas manifestações, torna-se fraca como teoria do significado; ao não oferecer esclarecimentos sobre a competência lingüística para usar o nome próprio e para entender o seu funcionamento, mostra-se insuficiente como abordagem da linguagem natural.

Antes de passarmos, entretanto, à terceira seção, cabe ressaltar que, apesar de a teoria causal não se mostrar competente para explicar os diversos usos do nome próprio da nossa linguagem, ela, ainda assim, parece mais plausível, nessa tarefa, do que os descritivismos. Trata mais especificamente do nome próprio autêntico; está mais de acordo com as nossas intuições e foge da pura circularidade lingüística que enfraquece TD1, TD2 e TND. Além disso, investiga o nome próprio da nossa linguagem em um contexto lógico-filosófico mais amplo, sem as restrições a que o logicismo frege-russelliano conduziu tal categoria.

Do ponto de vista técnico, a TC também vem-se impondo nos últimos anos, através, especialmente, do que se tem chamado a teoria da referência direta, um dos tópicos que tem dominado o cenário da filosofia da linguagem recente. Soames, Salmon, Perry, Wettstein e, principalmente, Kaplan (veja-se a nota de rodapé 103), são alguns dos expressivos nomes que têm endossado a TRD e apontado a contribuição da TC para isso. De modo que, TC e TRD, não são, exatamente, a mesma coisa. A idéia básica de referência direta é uma espécie de conseqüência de se assumir a tese de Mill-Kripke sobre o nome próprio, mas a TRD potencializa as premissas de TC, retirando-lhe o essencial resultado para uma teoria da proposição; de maneira que, se numa proposição singular, assume-se a idéia de referência direta, então o indivíduo-objeto singular referido pelo nome é, ele próprio, um constituinte da proposição.

Por tudo isso, não se poderia encerrar esta seção sem registrar esse caráter, diríamos, menos problemático e mais consensual das virtudes da interpretação causal se comparada aos descritivismos.

Dito isso, passemos à terceira seção que pretende trazer uma re-interpretação do debate, mediante considerações mais exploratórias do que propriamente afirmativas.

3.3 - A Re-interpretação do Debate e a Abordagem Alternativa na Interface Semântica/Pragmática

Nas seções anteriores, constatamos que as abordagens descritivistas e causal, apesar da inegável contribuição para o desenvolvimento de uma teoria dos nomes próprios da nossa linguagem, são, ainda, muito sensíveis a críticas e contra-exemplos. Constatamos,

além disso, que, confrontados com a variedade lingüística que pode representar a categoria em jogo, mostram-se insuficientes para distingui-la, em seu comportamento lógico-lingüístico, de outras expressões referenciais. Observamos, também, que, apesar de suas limitações, a teoria causal trata um pouco mais especificamente dos nomes próprios ditos autênticos do que o descritivismo clássico, sendo, por isso, um pouco menos problemática do que este na análise do fenômeno da nomeação. Constatamos, finalmente, que, tais como estão, a teoria causal e os descritivismos são incompatíveis apesar da força de seus conceitos.

Diante disso, poderíamos selecionar os seguintes possíveis roteiros de investigação do nosso tópico:

(A) Assumir a vaguidade da categoria nome próprio, aceitando a sugestão de Kripke de que qualquer teoria sobre o tópico pode não ser suficientemente consistente;

(B) Fortalecer a argumentação de uma das propostas envolvidas no debate, assumindo-a decididamente e minimizando-a em suas fragilidades;

(C) Propor uma abordagem original;

(D) Tentar uma reavaliação do debate entre as teorias em jogo, reexaminando-as sob uma nova perspectiva, que possibilite um avanço no cenário dos argumentos e a emergência de abordagens alternativas de intersecção.

A análise das alternativas é esclarecedora e justificará a nossa opção.

Apesar de parecer implausível, a alternativa (A) possui fundamento. Frege radicalizou o papel do nome próprio enquanto sinal de um objeto e chegou ao paradoxo de ver tal categoria contaminando a linguagem natural; Russell aplicou-lhe uma restrição epistemológica para testá-la em sua coerência lógico-lingüística e quase acabou com ela. Kripke declarou, explicitamente, que qualquer teoria nesse sentido seria, em princípio, falsa. Quem sabe o nome próprio é, apenas, uma fantasia da tradição filosófico-gramatical e cabe dissolvê-la? Embora não a consideremos implausível, não adotaremos tal alternativa por considerá-la demasiadamente onerosa para a história da filosofia da linguagem e para as nossas restrições lingüísticas.

A hipótese (B) vem sendo perseguida por um sem-número de especialistas sem muito êxito. Há contra-exemplos muito significativos para ambas as teorias, e os argumentos de uma e de outra têm-se demonstrado contestáveis.

(C) é a alternativa mais atraente, mas menos viável. Basta ver que, a partir de Mill e Frege, na seqüência, Russell, Wittgenstein, Strawson, Searle e Kripke, deram, apenas, andamento ao debate com crítica e contra-exemplos, procurando elucidar questões de filosofia da linguagem, mas evitando, cautelosamente, a pretensão de uma teoria nova.¹³³

Resta-nos (D) que será, então, a alternativa assumida. De fato, ambas as teorias apresentam problemas, mas, também, *insights* indiscutíveis que estimulam a idéia de compatibilizá-los pelo menos em alguns aspectos. **Evidentemente, a tentativa de trazer alguma contribuição a um debate tão filosoficamente enraizado e com tantas nuances argumentativas deve se caracterizar mais pelo seu caráter exploratório do que por resultados propriamente técnicos.**

Feita essa opção, adotaremos a seguinte estratégia para concretizá-la:

(a) Proceder a uma reavaliação dos conceitos nucleares de sentido e referência, examinando-os em dois contextos distintos: o da interface lógico-lingüística e o da interface semântica/pragmática. Para isso, é necessário:

(a1) Apresentar justificativas para o passo teórico dado;

(a2) Avaliar as condições metodológicas de tal refinamento conceitual à luz da Filosofia da Lingüística, especialmente quanto às interfaces externas da disciplina, com a Lógica e Comunicação;

¹³³ A cautela de Kripke é sempre um bom exemplo.

(a3) Considerar as bases histórico-teóricas para a constituição da interface interna semântica/pragmática;

(a4) Demonstrar que a idéia de interfaces externa/interna já se encontra em estado latente nos textos de Frege e Kripke, contendores principais do debate, que tratam de forma inadequadamente indiferenciada os conceitos de sentido e referência;

(a5) Demonstrar que, tanto em Frege quanto em Kripke, já há distinções análogas à de semântica/pragmática quanto ao tópico;

(a6) Sistematizar a reavaliação dos conceitos nucleares de sentido e referência, base do debate;

(b) Reexaminar à luz do novo quadro teórico as críticas e contra-exemplos mais expressivos anteriormente discutidos;

Isso será feito em duas etapas:

(b1) Sistematização da proposta teórica, tendo em vista as interfaces externas, internas e a reorganização do conceito de nome próprio;

(b2) Reavaliação das principais críticas e contra-exemplos aos modelos inteiros.

Começemos, então, com (a1):

Inicialmente, trata-se de responder à seguinte questão:

Por que a interpretação do debate entre descritivistas e causalistas passa pelos conceitos de sentido e referência nos contextos de interface?

Em primeiro lugar, porque, quanto à abordagem lógico-lingüística do nome próprio, o par conceitual sentido e referência tem sido, indiscutivelmente, o núcleo teórico do debate. Com o status metodológico que adquiriram na obra revolucionária de Frege, esses conceitos sempre estiveram no centro das discussões à medida que a eles coube o papel principal na elucidação do problema essencial da nomeação, a saber, como os nomes próprios se vinculam aos objetos nomeados. Depois, porque sentido e referência, presos, em sua origem, a um contexto logicista, não poderiam deixar de ser reexaminados, quando a linguagem natural, antes instrumento imperfeito de análise, passasse a ser o objeto específico das investigações.

Já quanto à inserção do referido par conceitual no quadro da interface semântica/pragmática, várias justificativas podem ser levantadas.

A primeira delas está no fato de que a mencionada interface emerge exatamente quando Wittgenstein promove a sua espetacular revolução nas *Investigações Filosóficas*, deslocando o alvo da concepção logicista de Frege e Russell, onde a questão do sentido e referência do nome próprio é central, para o uso social da linguagem.

A segunda é consequência da primeira. No rumo apontado por Wittgenstein, algumas tentativas de distinguir significado e referência, em termos semânticos e pragmáticos, como as de Grice e Searle, por exemplo, *sugerem que essa distinção é fundamental e pode ocupar um papel decisivo para fazer avançar o tratamento da linguagem natural*.¹³⁴

¹³⁴ Grande parte da obra de Paul Grice é dedicada a esse tema. *Meaning* (1957), *Utterer's Meaning and Intentions* (1969) e *Logic and Conversation* (1975) são alguns dos textos mais divulgados. Neste último, aparece desenvolvida a sua célebre Teoria das Implicaturas. Nela, distingue-se o dito (relevante para a semântica) do implicado (inferência pragmática), sustentado este último por um conjunto de máximas (quantidade, qualidade, relação e modo) enraizado num princípio de cooperação subjacente. Tal princípio seria a base da racionalidade na comunicação.

A terceira justificativa consiste no importante fato metodológico de que a interface semântica/pragmática tem sido intensamente investigada nos últimos anos. Bach (ILFS), Carston (SPD) e Levinson (PMT) são exemplos expressivos disso.

A quarta justificativa também é suficientemente sugestiva. Nos textos "Sobre o Sentido e a Referência" de Frege e *Naming and Necessity* de Kripke, bases do debate contemporâneo, não há uma distinção entre os planos semântico e pragmático, nem entre as interfaces com a lógica e com a comunicação. Neles, as noções de sentido e referência são tratadas ora como propriedades de expressões ora como atividades dos usuários, ora em seu papel lógico, ora em sua função comunicativa.

Passemos então a (a2):

Trata-se, aqui, de considerar o conjunto de suposições que assumimos em termos do que se poderia chamar Filosofia da Lingüística, como base para a sustentação de investigações de interfaces externas e internas. Decorre das posições que se seguem uma desejável não-autonomia da Lingüística enquanto disciplina, e da Semântica e Pragmática enquanto subteorias;

- A Filosofia da Ciência contemporânea registra uma forte tendência interdisciplinar na revitalização do conhecimento científico;
- A Lingüística é a disciplina mais específica sobre a natureza da linguagem humana, mas deve ser construída sob a perspectiva de suas interfaces externas e internas;
- A Lingüística pode ser considerada, basicamente, em sua interface externa, como integrante das Ciências Naturais, Formais ou Sócio-Culturais-Comunicativas, conforme opções metateóricas. No primeiro caso, faz fronteira com a Psicologia Cognitiva, Neurociência, etc.; No segundo, relaciona-se com a Lógica e a Matemática, por exemplo, e na terceira hipótese, com a Sociologia, Psicologia Social, Educação, Teoria da Comunicação, Semiologia, etc. Sua perspectiva metodológica será, então, determinada pela interface externa escolhida.
- A Lingüística em suas partes componentes terá suas interfaces internas ao nível da Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica e Pragmática, sendo fonemas, lexemas/morfemas, sentenças, proposições e enunciados seus objetos básicos. Formas discursivas, por exemplo, poderão ser assumidas como derivadas.

Ilustremos, já de volta ao nosso tópico, as três perspectivas metodológicas distintas, através de suas lideranças clássicas Chomsky, Montague e Saussure, e o que se desprende delas se a questão é semântico-pragmática.

Chomsky (1986, 1993 e 1995) lidera, nos últimos 50 anos, a concepção de lingüística como Ciência Natural. Para ele, a Sintaxe é o componente central que constitui uma teoria da gramática cujo objeto é a faculdade natural da linguagem humana, assentada sobre condições inatas enraizadas no sistema computacional do cérebro/mente. Nessa direção, não é surpreendente que a semântica ocupe uma posição lateral no modelo chomskyano, dado que parece envolver condições externas ao fenômeno lingüístico específico, tal como a teoria gerativa da gramática o entende. De fato, Chomsky tem, sistematicamente, advertido sobre a complexidade metodológica de noções como sentido e referência, assumindo uma certa posição cética sobre a adequação de tais conceitos e de sua

A obra clássica de Searle, nesse sentido, é *Speech Acts* (1969), principalmente o capítulo 4. A chamada Teoria dos Atos de Fala é um dos momentos mais reconhecidos de proposta pragmática como defesa de uma espécie de prática comunicativa-racional.

motivação - as condições-de-verdade - para uma teoria lingüística legítima. Numa de suas passagens mais esclarecedoras, Chomsky diz:

- (3.01) “O que dizer da terceira idéia básica de Frege, de que um signo seleciona um objeto no mundo de maneira determinada pelo seu sentido? Note, primeiramente, que essas idéias não são parte do uso ordinário; Frege teve que inventar termos técnicos por essa razão. Esse fato não desacredita esses movimentos; o discurso teórico raramente adere à ‘ciência popular’. Mas isso com certeza levanta algumas questões: as inovações técnicas são apropriadas? É verdade, as pessoas usam as palavras para referir e falar sobre as coisas, mas é realmente um salto concluir que as *palavras* referem essas coisas.” (LT, p. 22)

O que Chomsky, de fato, está considerando, é, mais uma vez, a complexidade de se assumirem conceitos de sentido e referência como aqueles introduzidos por Frege. Tal passagem, na verdade, faz parte de um argumento mais geral que consiste em desautorizar a idéia de referência como externa à mente e a de sentido como compatível com a nossa tradição. A compreensão básica que subjaz ao raciocínio chomskyano é a de que, se existe uma perspectiva para uma semântica da linguagem natural, esta deve orientar-se numa direção internalista, em que expressões referenciais dizem respeito a representações conceituais e não às coisas em si mesmas. 'Londres', nome, diz Chomsky, não tem qualquer conexão com Londres, cidade real no mundo. Esta poderia ser destruída completamente e ainda ser designada por aquele nome. Sob essa óptica, o argumento principal de Chomsky, se aceito, implica uma teoria da significação em bases internas, e não deixa de ser, como ele próprio já tem concordado por diversas vezes, uma outra forma de sintaxe. Em outras palavras, não é exatamente o significado lingüístico o objeto da semântica na perspectiva chomskyana, mas o conhecimento dele enquanto propriedade cognitiva humana. Mais especificamente, o que se poderia considerar semântica está localizado na forma lógica que faz interface com o sistema intensional-conceptual, e é isso que, de fato, faz com que, numa certa medida, para Chomsky, sintaxe e semântica sejam, em última instância, variações dentro de um mesmo tratamento formal.

Montague (FP), por sua vez, defende uma concepção formalista para a abordagem da linguagem humana, avançando numa direção dos abstratos objetos da Matemática. Diz ele:

- (3.02) “Em minha opinião, não existe nenhuma diferença teórica importante entre as linguagens naturais e as linguagens artificiais dos lógicos; na verdade, eu considero possível compreender a sintaxe e a semântica de ambos os tipos de linguagem dentro de uma única teoria natural e matematicamente precisa.” (FP, p. 222)

Para Montague, portanto, não deve haver diferenças metodologicamente essenciais no tratamento da nossa linguagem e das linguagens formalizadas, em que o conjunto de símbolos é, também, formalmente interpretado. Como conseqüência, a chamada gramática montaguiana considera o componente semântico como central na teoria, sendo a sintaxe a estrutura subserviente que o sustenta. Nessa perspectiva, Montague inverte o entendimento de Chomsky, assumindo as idéias de Frege, agora incorporadas no par intensão-extensão. Para ele, uma pragmática formal também tem seu lugar na teoria da linguagem, exatamente para representar a possibilidade do contexto. Numa certa medida, Montague anteviu a interface semântica/pragmática, reservando, para esta última, o papel formal de examinar, especialmente, as expressões indexicais, conforme sugestão de Bar-Hillel (IE), ou os pontos de referência contextual, tipo lugar, tempo, falante, ouvinte, etc., conforme sugestão de Dana Scott (OMTC), ou, ainda de Lewis (CV).

Saussure (CLG), assume uma concepção de linguagem enquanto fenômeno complexo, basicamente constituído pelo binômio língua/fala, em que o primeiro membro caracteriza-se como um sistema social de signos, e o segundo, como a manifestação individual de tal sistema. Dada tal natureza da linguagem, a lingüística, na óptica saussureana, está enraizada dentro das Ciências Sociais, e, mais imediatamente, dentro de uma possível semiologia ou teoria da comunicação. Diz ele:

- (3.03) "Pode-se então conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela se constituirá numa parte da psicologia social, e por conseqüência da psicologia geral; Nós a nomearemos Semiologia (do grego *sémeion*, <signo>). Ela nos apontará em que consistem os signos, que leis os regem. Já que ela não existe ainda, não se pode dizer o que ela será. Mas ela tem direito à existência, seu lugar é determinado *a priori*. A Lingüística não é senão uma parte dessa ciência geral, (...)" (CLG, p. 33)

Nessa perspectiva, a língua (*langue*) é o objeto específico da teoria lingüística, à medida que representa um conjunto de propriedades estruturadas da linguagem, a partir do processo histórico da fala. A unidade básica da língua é, para Saussure, uma entidade bifacial, constituída do significante, ou imagem acústica e pelo significado, ou conceito associado ao significante. Saussure considera, portanto, o objeto como tal, externo à natureza da linguagem e, conseqüentemente, arbitrariamente conectado a ela. Ainda do ponto de vista interno do signo, também a relação entre significante-significado é convencional. Evidentemente, isso decorre da concepção social que Saussure tem de linguagem e de sua opção metodológica em relação ao que deveria ser a teoria lingüística. Assim, em Saussure, a noção de significado, enquanto elemento teórico, é uma entidade social em última instância, que só se depreende na mediação do significante. Em outras palavras, significante e significado estão inevitavelmente ligados em Saussure e se justificam reciprocamente na unidade do signo. Quanto ao que se poderia chamar de referência, na tradição fregeana, objeto extralingüístico designado por um nome, ela não se constitui em entidade da teoria lingüística, ficando, então, alheia à dicotomia significante-significado. Funcionalmente, Saussure representa uma modelagem da lingüística como Ciência Social, cujo objeto, a língua, é concebido como uma abstração do código subjacente à prática comunicacional de uma determinada comunidade. Nesse sentido, a sua opção metodológica é garantida como interface externa com a Psicologia Social ou Sociologia, e, se a Semântica ocupa algum lugar no sistema teórico de que faz parte, terá, por conseqüência, uma natureza lingüístico-social no sistema saussureano.

Assim, decorre de todas essas considerações sobre filosofia da lingüística, entendida como a disciplina dos fundamentos histórico-filosóficos e metateóricos da ciência da linguagem, que a interface externa com as ciências naturais, formais ou sociais, representa um dos pontos de partida para a determinação metodológica e programática de uma investigação em que a linguagem é o objeto que pode ser construído, pelo menos nessas três direções. Isso significa que, racionalmente, as formas de se tratar lingüisticamente um tópico, o do significado em linguagem natural, por exemplo, vai, naturalmente, depender da opção por uma interface qualquer. A partir disso, não se dá, exatamente, que uma forma de modelagem seja verdadeira ou falsa em relação a outra, ou, ainda, que possa haver questões de necessidade conceitual. O que ocorre, na pesquisa racional, é, isto sim, a necessidade de consistência entre uma opção programática e os fundamentos que sustentam o edifício teórico descritivo e explanatório. O debate sobre sentido e referência, por exemplo, foi todo encaminhado na perspectiva de uma interface lingüística/lógica e tal opção representou uma diretriz a balizar o roteiro de Frege, Russell, Kripke, etc. O que se deu, apenas, foi um conflito provocado pela crítica ao processo reducionista da visão clássica de base lógica, por parte dos que pretenderam privilegiar a linguagem natural chamando, para a zona de interface, questões comunicativas que

envolvem o exercício da linguagem na vida cotidiana, mas, aí, já se estava em outra interface. Seja como for, o que deve ficar claro é o direito de opção por uma interface externa e a possibilidade de se examinar então, dentro de tal opção, a relação interna semântica/pragmática.

(a3) A questão da interface Semântica/Pragmática deve ser inserida num breve contexto histórico-teórico para que possa ser metodologicamente útil. De fato, a visão tridimensional clássica que passa por Peirce (SM), Morris (FTS), Carnap (IS) e Ogden & Richards (MM), localiza, basicamente, a relação Sintaxe, Semântica e Pragmática como componentes diferenciados da conexão do signo lingüístico com a linguagem em si mesma, com os objetos do mundo e com os usuários, respectivamente. Essa divisão caracteriza, certamente, uma referência histórica importante porque, num certo sentido, introduz a Pragmática como subcomponente reconhecido de uma disciplina em que a sintaxe e a semântica já eram tradicionalmente constituintes. Mas tal tricotomia, na verdade, não constitui, *de per se*, o tratamento de interface. Para isso, é necessário que um conjunto de fenômenos lingüísticos seja identificado como expressando relações semântico-pragmáticas tais que, sem elas, eles não seriam, provavelmente, descritos e explicados adequadamente. Veja-se, por exemplo, a questão do significado enquanto relação nome-objeto, ou enquanto nome-uso, discutida nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. Independentemente, então, de se assumirem, ou não, as problemáticas teses ali implicadas, passou-se a compreender melhor a necessidade de se separarem, metodologicamente, as propriedades lingüísticas em seus múltiplos usos e jogos comunicativos das problemáticas relações semânticas que elas supostamente mantêm com as coisas extralingüísticas. Strawson (OR) pode, provavelmente, ser considerado como um dos primeiros a postular a necessidade da abordagem pragmática na célebre distinção entre proposições e enunciados com que pretendeu ter abalado a convicção russeliana sobre as relações entre linguagem e verdade. Austin (HTW) e Searle (ASE) representam a clássica tendência para os atos de fala, uma das mais influentes teorias nas origens filosóficas da Pragmática, quando o conceito de intencionalidade emergiu na assim chamada Filosofia da Mente, em oposição ao que se desenvolvia na Filosofia da Lógica, para o tratamento da linguagem natural.

Mas, via de regra, tem-se reconhecido o mérito histórico de Grice (MNG/LC) quando a questão é a mais específica da interface Semântica/Pragmática. Isto porque, na tentativa de conciliar *insights* frege-russelianos com as críticas de Strawson, ele tratou de minimizar a idéia de uma linguagem natural logicamente imperfeita, construindo uma categoria de inferências pragmáticas, ditas implicaturas, que poderiam abrigar efeitos comunicativos problemáticos para uma semântica de base lógica. Nessa perspectiva, porém, viu-se levado a distinguir tais inferências, digamos implícitas, do proposicionalmente dito, base semântica na interface com as mencionadas implicaturas. Talvez se devesse dizer que, de lá para cá apenas, é que o problema do mapeamento entre as duas disciplinas, Semântica e Pragmática, começou a ser sistematicamente tratado.

Em suas formulações mais recentes, Bach (ILFS), Carston (SPD) e Levinson (PMT) são alguns dos mais dedicados especialistas a reformar o roteiro percorrido pelos argumentos clássicos em debate sobre onde se encontram Semântica e Pragmática, na perspectiva de uma teoria do significado na linguagem natural.

Kent Bach tem sido um dos mais persistentes estudiosos da distinção semântica e pragmática. Nessa perspectiva, tem defendido tal dicotomia de maneira mais ou menos consensual como relativa à distinção básica entre o significado da sentença e o do enunciado, ou ainda, o gramatical e lingüístico versus a informação contextual extralingüística. Sua formulação, como ele próprio o reconhece, não é radical ou exatamente inovadora. O mérito dela está no fato de que Bach distingue, sem posicionamentos pré-concebidos, o conjunto de fenômenos lingüísticos que poderiam ser constituídos como tipicamente pragmáticos daqueles que são eminentemente semânticos e dos que podem ter aspectos de um e outro lado. A abordagem de Bach não se propõe a determinar se um fenômeno como a pressuposição, por exemplo, cai numa ou noutra

fronteira. O que ele defende é que, dada uma relação de fenômenos relevantes e dada a distinção classicamente estabelecida, tudo vai depender da abordagem caso-a-caso, visto que, tudo o que interessa é a descrição adequada de tal fenômeno nas relações semântico-pragmáticas. Discutindo teses problemáticas como a autonomia da semântica, a literalidade do significado, a noção de intenção, etc., Bach expressa sua compreensão, diríamos não-radical, da distinção em pauta, endossando uma certa posição mais construtiva, por assim dizer, das relações de interface entre a proposição e o enunciado.

Carston (SPD), também influente comentarista do mencionado tópico, diferentemente de Bach, assume, dentro do roteiro aberto pela Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (RCC), uma posição de interface semântica e pragmática, em que a primeira disciplina se caracteriza pelo processo de decodificação da estrutura lingüística em oposição à segunda, como processo inferencial que necessariamente complementa a proposição. Supondo a tese da subdeterminação da semântica, Carston atribui à pragmática o papel de preencher as lacunas da forma lógica para que a proposição possa ser completamente interpretada. Nessa perspectiva, assume um tipo de semântica fora dos padrões de condições-de-verdade, situando-se dentro das abordagens cognitivistas que pressupõem a idéia de cérebro/mente como um sistema representacional-computacional.

Para Levinson (PMT), há duas espécies de pragmática, que se distinguem da semântica por caracterizarem processos inferenciais canceláveis ou não-monotônicos em oposição aos monotônicos de sua disciplina parente. Num primeiro nível, fenômenos como implicaturas conversacionais generalizadas, no estilo Grice-Horn, seriam necessários para que a semântica de base pudesse ser totalmente interpretada. Tal pragmática, então, seria caracterizada como pré-semântica. Num outro plano, uma pragmática pós-semântica representaria o nível de implicaturas conversacionais particularizadas e atos de fala. Defendendo um conceito, segundo ele desconsiderado até então, de significado de enunciado-tipo, Levinson pretende, com sua teoria das implicaturas generalizadas, caracterizar uma noção de pragmática mais relevante que a oferecida pela tradição, especialmente no que diz respeito a sua dupla função em relação à semântica da proposição.

Para encerrar tais considerações bastante breves sobre a interface semântica/pragmática, cabe, relacionando-as com o que se disse em (a2), observar que é possível identificar, mais genericamente, três direções de interface interna à lingüística, de acordo com as opções de interface externa, que ela mantém com outras ciências. Chomsky, por exemplo, de concepção cognitivista, interpreta a idéia de uma semântica dentro de uma perspectiva internalista e, se assim, uma pragmática de tipo semelhante. Movido pela compreensão de uma linguagem I, Chomsky define uma semântica e uma pragmática internalistas como tendo por objeto a competência cognitiva para desenvolver o conhecimento do significado e o conhecimento do uso da linguagem, respectivamente. É evidente que as chamadas linguagens externas, as línguas, e suas relações com as coisas, escapam completamente dos interesses chomskianos. Higginbotham (ONS/LTD) e Kasher (PMM) poderiam ser mencionados como entre os que tentam trabalhar semântica e pragmática, respectivamente, sob essa óptica.

Montague, por sua vez, assumindo a idéia de que, como em Davidson (TAM 1969), o fato semântico essencial é a relação nome-coisa, só pode conceber uma teoria pragmática, também formal e, em certo nível, pura como a semântica com que está relacionada. Nesse sentido, uma das possibilidades abertas por Montague é a de uma teoria praticamente análoga à semântica, apenas com expressões indexicais na linguagem formal. Kamp & Reilly (FDL) poderiam ser mencionados como herdeiros dessa tradição.

Já em Saussure, ainda que não haja a mencionada distinção de maneira explícita, ela pode ser delineada, por exemplo, dentro de uma perspectiva social, em que se opusesse, por exemplo, a idéia de proposição à idéia de texto ou discurso, como Ducrot, Brown & Yule, etc. Se é verdade que o estruturalismo saussureano, em suas origens, não postulou a

interface Semântica/Pragmática, a célebre dicotomia *Langue/Parole* é análoga a ela, motivando variadas formas de Pragmática, como a Lingüística Textual e a discursiva.

Concluindo, cabe lembrar que, no presente ensaio, o que está sob investigação não é exatamente uma tese sobre a natureza da interface semântica/pragmática, mas a utilização de tal dicotomia como forma de refinar os conceitos de sentido e referência, tendo em vista a tentativa de elucidação do debate (neodescritivistas versus causalistas) que, como vimos, parece um tanto espesso para considerações mais claras sobre a nomeação em linguagem natural. De qualquer forma, ficam subjacente à nossa forma de investigação, alguns critérios que podem ser resumidamente explicitados:

- a opção por uma interface externa Lingüística/Lógica, Lingüística/Comunicação determina a metodologia da interna Semântica/Pragmática;

- a interface Semântica/Pragmática pode ser desenvolvida em pelo menos três direções, compatíveis com as grandes tradições da disciplina lingüística;

- tal distinção se impõe desde que o conjunto de fenômenos investigados possa ser mais adequadamente descrito e explicado através dela. É o que pensamos ser o caso do debate em questão que foi modelado numa interface externa Lingüística/Lógica e recebeu todo o volume de críticas dos que mudaram o roteiro para a interface Lingüística/Comunicação, sem que isso tenha ficado claramente estabelecido.

Com (a4), tentemos justificar a importância de se distinguirem as interfaces externas lógica, comunicação, psicologia, etc., trazendo à cena não só a mistura de níveis que repassa os textos em debate, bem como a iminência de distinções que os próprios participantes percebiam.

Se o que consideramos é correto, então o debate envolveu relações lingüística/lógica/comunicação/psicologia que, não tendo sido adequadamente distinguidas ao nível da argumentação, foram instrumentos geradores de conflitos. Nessa parte do nosso ensaio, tentaremos demonstrar que, no interior dos próprios textos, emerge a necessidade do tratamento de interfaces, retomando para isso, passagens (ou partes) anteriormente mencionadas, aqui repetidas por razões tópicas.

Mill, por exemplo, em (1.02), explicita o seu entendimento sobre as relações entre lógica e linguagem natural, caracterizando de maneira inequívoca, em sua última frase, a motivação para a interface que orientou o seu trabalho:

(1.02) "A lógica é uma parte da arte de pensar; a linguagem é, evidentemente, e pelo consenso de todos os filósofos, um dos principais instrumentos ou auxiliares do pensamento; qualquer imperfeição no instrumento ou modo de empregá-lo está, evidentemente, sujeita mais ainda do que em qualquer outra arte, a confundir e entrar a operação e destruir qualquer confiança em seus resultados... Eis por que a investigação crítica sobre a linguagem tanto quanto é necessária para evitar os erros que ela origina, sempre foi considerada uma introdução necessária ao estudo da lógica" (SL, p. 19)

Da mesma forma, Frege, na passagem abaixo,

(1.19) "Eu parti da Matemática. A mais premente necessidade, parecia-me, era dotar essa ciência de uma melhor fundamentação.....As imperfeições lógicas da linguagem atravessaram-se no meio do caminho de tais investigações. Eu tentei contornar estes obstáculos com a minha conceitografia. Neste caminho, fui levado da Matemática para a Lógica." (PW, p. 253)

é levado a reconhecer a importância e as dificuldades da interface lógico-lingüística tendo em vista a necessidade de aproximar a linguagem natural e a matemática.

(1.21), abaixo, já na sua primeira frase, torna explícito o seu reconhecimento sobre a importância do caráter instrumental da linguagem com relação à lógica:

- (1.21) “Eu acredito que eu posso fazer mais clara a relação de minha conceitografia com a linguagem comum, se eu a comparo com a que há entre o microscópio e o olho. (...)” (CTG, p. 8-9)

Frege entendia que só através da análise da linguagem se poderia fazer avançar uma linguagem estritamente formal, se com ela pretendêssemos estabelecer as bases objetivas do nosso pensamento. De maneira análoga e inversa, uma de suas teses fundamentais foi, como se vê em (1.15), (1.16) e (1.17), recusar a interface que a tradição construiu entre lógica e psicologia:

- (1.15) “Pensamentos são independentes de nosso pensar. (...) (PW, p. 127)”

- (1.16) “Pensamentos não são entidades psicológicas e não consistem de idéias no sentido psicológico. (...)” (PW, p. 127)

- (1.17) “Nenhuma investigação psicológica pode justificar as leis da Lógica.” (PW, p. 175)

Se Frege, então, assumia a necessidade de uma relação trabalhada entre Lógica e linguagem natural, ao mesmo tempo em que tentava libertar a primeira de suas amarras com a Psicologia, uma coisa é certa: reconhecia a evidência de interfaces interdisciplinares e sua importância teórica.

Russell, assim como Frege e Mill, também deixou inúmeras passagens em que identifica a interface lógica e linguagem natural como problemática e carente de análise precisa. Em (1.51), abaixo,

- (1.51) “Um momento atrás, eu estava falando acerca das grandes vantagens que derivamos das imperfeições lógicas da linguagem, devido ao fato de que nossas palavras são todas ambíguas. Proponho, agora, considerar que espécie de linguagem seria uma linguagem logicamente perfeita.” (LK, p. 197)

já denuncia as propriedades da linguagem cotidiana se aproximada de uma linguagem formal e, em (1.53), reconhece a eficiência para a comunicação de tais imperfeições:

- (1.53) “As linguagens reais não são logicamente perfeitas nesse sentido e não podem sê-lo, se devem servir aos propósitos da vida cotidiana.” (LK, p. 198)

Seja como for, em (1.62), abaixo,

- (1.62) “A teoria dos nomes tem sido negligenciada em virtude de sua importância só ser evidente ao lógico, e para ele os nomes podem permanecer puramente hipotéticas já que nenhuma proposição lógica pode conter qualquer nome real. Contudo, para a teoria do conhecimento é importante saber que espécie de objetos podem ter nomes, supondo-se a existência de nomes.” (SV, p. 88)

Russell expressa o seu entendimento sobre as complexas relações de interface linguagem natural/lógica/filosofia.

Até aqui, evidentemente, tudo se concentra na compreensão da nossa linguagem no interior de um projeto logicista. Tal perspectiva muda, diametralmente, em

Wittgenstein, quando a linguagem natural é examinada no interior de um processo comunicativo. (2.01), abaixo,

- (2.01) “É importante constatar que a palavra 'significação' é usada incorretamente, quando se designa com ela a coisa que "corresponde" à palavra. Isto é, confunde-se a significação de um nome com o portador do nome. Se o Sr. N.N morre, diz-se que morre o portador do nome, e não que morre a significação do nome. E seria absurdo falar assim, pois se o nome deixasse de ter significação, não haveria nenhum sentido em dizer: “O Sr. N.N. morreu”” (IF, p.31 - parágrafo 40).

representa um ataque à tese logicista do significado-referente, à medida que agora é a relação com o processo comunicativo que determina a concepção de semântica em jogo. Wittgenstein, como se sabe, acredita que a conexão Filosofia/linguagem natural era decisiva na abordagem de inúmeros enigmas

Assim como seus contendores teóricos, Kripke trabalha, também de maneira direta, na interface lógica/linguagem natural. (2.26) ilustra perfeitamente o que se disse:

- (2.26) “A tradição lógica moderna, como representada por Frege e Russell, parece sustentar que Mill estava errado sobre os nomes singulares, mas correto sobre os nomes gerais. ... Minha própria visão, por outro lado, olha Mill como mais ou menos certo sobre nomes 'singulares', mas errado sobre nomes 'gerais'.” (NN, p. 134-135)

Mais interdisciplinar ainda, é a proposta de Kripke sobre nomes próprios da nossa linguagem, em sua interface com a lógica modal. Sua definição como em (2.28), abaixo,

- (2.28) “Permita-nos chamar um designador rígido se em todo mundo possível ele designa o mesmo objeto, um designador acidental ou não-rígido, se este não é o caso.” (NN, p. 48)

vai no rumo da intuição que os falantes têm dos nomes cotidianos com o conceito de mundos possíveis, central à mencionada forma de semântica modal.

Nesse ponto, então, já há razões suficientes para justificar a nossa proposta de contextualizar os diversos argumentos, atualizando os conceitos fundamentais envolvidos no debate, a partir das interfaces externas que uma teoria da linguagem pode, naturalmente, ter com a lógica e com a Teoria da Comunicação. Dito isso, o que nos cabe, agora, é examinar as motivações dos textos em debate para uma outra forma de interface determinada pela condição da anterior, a saber, a que pode ser construída entre semântica e pragmática.

Passemos, para isso, à (a5):

Nessa parte, o que tentaremos demonstrar é que a necessidade de reavaliação do debate em seus conceitos é determinada pelos próprios textos de Frege e Kripke, que, centro dos debates, trabalharam com os conceitos de sentido e referência de maneira indiferenciada, ora como propriedade semântica, ora como propriedade pragmática, na interface interna. É provável, que, se Frege e Kripke não distinguiram os dois planos internos, o semântico e o pragmático, é, certamente, porque o objetivo que buscavam não era, essencialmente, a análise do status lingüístico-comunicativo do nome próprio da nossa linguagem em si mesma. A questão crucial era a fundamentação lingüístico-filosófica da lógica e, por isso, as noções de sentido e referência foram tratados indistintamente como propriedade de expressões ou atividades dos usuários, na interface com as linguagens formais.

Sendo a redundância necessária, retomemos, então, algumas passagens dos textos *Sobre o Sentido e a Referência* de Frege e *Naming and Necessity* de Kripke, para ratificar, agora, a nossa defesa de que o refinamento via interface interna Semântica/Pragmática proposta, não é incompatível com o espírito das teorias descritivistas e causal, sendo, pelo, contrário, uma forma de torná-las mais transparentes em suas perspectivas. No que se segue, Frege e Kripke expressam, visivelmente, o caráter indiferenciado com que tratam as noções de sentido e referência, ora como propriedades da linguagem (semânticas), ora como propriedades dos usuários (pragmática).

Diz Frege:

- (3.04) “Um nome próprio (uma palavra, um sinal, um conjunto de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou se refere à sua referência. Por meio de um sinal exprimimos seu sentido e designamos sua referência.” (LFL, p. 66-67)

E com isso faz, explicitamente, como se vê, um uso equivalente de sentido e referência como propriedades simultaneamente de palavras e atos dos falantes.

A mesma mistura de planos aparece em (3.04), embora, mais uma vez, Frege não perceba o seu valor teórico.

- (3.05) “Idealistas ou céticos terão talvez objetado há longo tempo. “Você fala sem maiores delongas da lua como um objeto; mas como sabe que o nome 'lua' tem, de fato, alguma referência? Como sabe que alguma coisa, o que quer que seja, tem uma referência?” Respondo que não é nossa intenção falar da nossa representação de lua nem nos contentamos, apenas, com o sentido, quando dizemos 'a lua'; pelo contrário, pressupomos a referência.” (LFL, p. 67)

O que Frege faz, aqui, na verdade, é garantir a referência do nome 'lua', através do seu uso pelos falantes como expressão referencial. Ele se pergunta pela relação de 'lua' com lua, mas a subordina à intenção dos usuários de referir. Isso, no fundo, é um dos elementos responsáveis pela grande amplitude que a categoria nome próprio assume em sua obra, problema que ele atribui a uma impropriedade lógica da linguagem cotidiana. (3.05) é, também, um bom exemplo para que se veja a referência do nome identificada com o objeto em si mesmo. Frege precisava distingui-la da subjetividade da representação para conseguir aquela objetividade que ele achava indispensável à lógica. Daí por que Frege reafirma, explicitamente, que:

- (3.06) “A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos.” (LFL, p. 63)

Exatamente porque isso é o mais importante para ele, não faz maior diferença tratar da noção de referência como propriedade ora do nome próprio, ora da nossa intenção designativa. As citações que se seguem ratificam o tratamento indiferenciado do par referência-das-palavras-referência-dos-usuários:

- (3.07) “... é certo que se alguém tomasse a sentença como verdadeira ou falsa, também atribuiria ao nome 'Ulisses' uma referência e não somente um sentido; pois é da referência deste nome que o predicado é afirmado ou negado.” (LFL, 65)
- (3.08) “Que o nome 'Kepler' designa algo é uma pressuposição tanto da asserção 'Kepler morreu na miséria' quanto da asserção contrária.” (LFL, 75)

O que queremos demonstrar, mais uma vez, é que Frege, coerente com seu projeto logicista, não tinha muitas razões para ter feito as distinções que, ultimamente, introduzimos, embora elas estejam potencialmente em seus textos, sob a forma de uma certa ambigüidade em termos de sentido e referência. E esse parece ser um bom argumento para justificar, ao mesmo tempo, que cabe o refinamento que propusemos e que ele não é completamente injusto com o descritivismo original de Frege.

Quanto a Kripke, com mais naturalidade, ainda, podemos dizer que a nossa proposta alternativa não distorce a teoria causal enquanto teoria dos nomes próprios. Primeiro, porque foi o próprio Kripke a reconhecer a sua necessidade e importância para a teoria da linguagem (ver (3.11)). Segundo, porque, assim como Frege, ele tratou da referência e do sentido tanto ao nível das expressões quanto das intenções, de acordo com os seus interesses para a sustentação da semântica modal.

Confrontem-se as passagens abaixo:

- (2.28) “Permita-nos chamar alguma coisa um designador rígido se em todo mundo possível ela designa o mesmo objeto.” (NN, p. 48)
- (3.09) “Por 'Cícero' eu significarei o homem que denunciou Catilina e isto é o que a referência de 'Cícero' será. Eu usarei 'Cícero' para designar rigidamente o homem que (de fato) denunciou Catilina, para assim poder falar dos mundos possíveis nos quais ele não fez isso.” (NN, p. 79)
- (3.10) “Se 'Moisés' significa o homem que fez tal e tal, então, se ninguém fez tal e tal, Moisés nunca existiu.” (NN, p. 58)

De fato, as passagens citadas mostram um uso equivalente de sentido e referência como ou propriedade do nome, no caso 'Cícero' e 'Moisés' ou resultado da intenção de designar através daqueles nomes. Isso é assim porque, como se disse antes, a questão central em Kripke, de forma análoga a Frege, não é, exatamente, uma teoria dos nomes em si mesma, mas a caracterização deles como designadores rígidos, tendo em vista o seu papel lógico na construção de mundos possíveis. De modo que, assim como o matemático alemão, Kripke poderia ter distinguido, como mais tarde, de fato, reconheceu, os níveis semântico e pragmático. Se não o fez em *Naming and Necessity*, foi, certamente, porque isso não era necessário aos seus objetivos. Da mesma maneira, a identificação do referente com o objeto em si está perfeitamente de acordo com a sua concepção de mundo possível. Como se viu antes, o mundo real e seus objetos são os suportes sobre os quais se constroem as situações contrafactuais que sustentam a análise das modalidades. Nesse sentido, ora eu tenho um objeto nas minhas mãos (cf. (2.21) e (2.22)) e posso perguntar sobre a possibilidade de ele não ter tido algumas propriedades que, de fato, tem; ora, através de um nome próprio (cf. (2.15)), eu refiro um indivíduo, portador desse nome no mundo real, e imagino mundos onde esse indivíduo fosse diferente. Não importa, portanto, para Kripke, se eu tenho o objeto determinado, num contexto específico, através de um dêitico, ou num contexto generalizado, através de um nome próprio. O que interessa é que o referente do falante ou semântico seja um objeto deste mundo sobre o qual se possam construir outros. Mesmo que ele acabe por se comprometer com um certo essencialismo, essa realidade em si dos objetos é indispensável a Kripke, na sua sofisticada construção transmundana.

Se isso é assim, compreende-se que Kripke não tenha diferenciado, em NN, os planos semântico e pragmático à medida que um conceito como o de referência, naquele texto, está a serviço de seu papel lógico no interior da Semântica das Modalidades.

Mas se Kripke, em *Naming and Necessity*, trazia apenas latente a distinção semântica e pragmática, alguns anos mais tarde foi mais explícito e categórico quanto à

necessidade de se distinguirem os dois planos. Em seu debate com Donnellan, no interior das fileiras causalistas,¹³⁵ diz Kripke:

- (3.11) “Eu penso que a distinção entre referência semântica e referência do falante será de importância não somente (como no presente trabalho) como um instrumento crítico para bloquear postulações de ambigüidades não autorizadas, mas também será de considerável importância construtiva para a teoria da linguagem.” (SRSR, p. 22)

Onde referência do falante identifica o nível pragmático.

E como se pode caracterizar, para ele, uma distinção tão relevante? Tudo se esclarece, pensa Kripke, mediante um exemplo em que os falantes tomam uma pessoa por outra.

Suponhamos que dois indivíduos vejam Smith à distância e, equivocadamente, julgam ser Jones. O diálogo entre eles poderia ser assim:

- O que Jones está fazendo?
- Varrendo as folhas.

Na linguagem de ambos, como se vê, 'Jones' é o nome de Jones, mas está sendo usado para referir Smith. Em outros termos: desejando dizer '?' sobre a, os falantes usam 'd' como nome de a e dizem ? (d) porque acreditam que a preenche todas as condições de ser o indivíduo nomeado por 'd'.

Como se poderia, numa situação como esta, diferenciar a relação que 'Jones' mantém com Jones da que 'Jones' mantém com Smith?

Pois a idéia de Kripke é exatamente sugerir que, no primeiro caso, Jones é a **referência semântica** do nome, enquanto, no segundo Smith é a **referência do falante** (SRSR, p. 14-15).

A **referência semântica** poderia, então, em princípio, ser caracterizada como a entidade referida pelo nome a partir das **intenções gerais** dos falantes em respeitar **convencões, já estabelecidas** em seu idioleto, sobre aquele nome e sua referência.

Já a referência do falante poderia ser definida como a entidade referida a partir da **intenção específica dos interlocutores em designá-la, pelo nome, naquela situação específica** (SRSR, p. 14-15).

No primeiro caso, 'Jones' é considerado o nome de Jones, no idioleto dos interlocutores que o aplicam em situações generalizadas; no segundo, 'Jones' é o nome para aquele indivíduo especificamente localizado como referente, mesmo não sendo Jones.

No exemplo em pauta, a referência do falante e a semântica não coincidem, mas, obviamente, nada impediria que isso pudesse acontecer desde que a intenção específica dos falantes de referir um objeto por um nome se expressasse através do nome mesmo desse objeto no idioleto dos falantes (SRSR, p. 15).

Um outro exemplo, envolvendo, agora, descrições definidas, certamente será útil não só para deixar mais clara, ainda, a distinção em jogo, como, até, para mostrar uma das suas limitações. Consideremos os dois enunciados do diálogo abaixo:

(E1) O presidente do Brasil está conversando animadamente.

(E2) E o velho de cabelos grisalhos parece emocionado.

¹³⁵ Trata-se de interpretações divergentes de Kripke (SRSR) e Donnellan (1978) "Speaker Reference Descriptions and Anaphora" sobre o papel da distinção entre referência semântica e do falante para a análise da distinção entre uso atributivo e referencial das descrições definidas, tese anterior de Donnellan.

Imaginemos que, durante uma festa em Brasília em 2003, o deputado A, apontando o deputado José Genuíno que, equivocadamente, julga ser Lula, diga (E1), ouvindo do deputado B, a resposta (E2), com relação a um jovem de cabelos pintados que ele pensa, erroneamente, ser um velho.¹³⁶

Nesse caso, tanto o deputado A quanto o B referiram exitosamente o que é demonstrado, apesar dos equívocos, pelo entendimento entre eles. Paralelamente, as duas descrições não são satisfeitas. A primeira, porque, no idioleto de ambos, só Lula a satisfaz; a segunda, porque ninguém, no local, preenche condições de satisfazê-la. Kripke diria, então, que José Genuíno e o jovem são referências do falante, enquanto Lula é a referência semântica da primeira descrição, não tendo a segunda nenhuma referência desse tipo.

Diferentemente do exemplo com nome próprio, poderíamos, nesse caso, imaginar situações limites para a distinção proposta por Kripke. Se José Genuíno fosse, de fato, o presidente do Brasil em exercício e A e B não soubessem disso, como ficaria a análise? Qual seria a referência semântica? E se houvesse um terceiro indivíduo, velho de cabelos brancos na conversa sem que A e B vissem. A descrição teria ou não referência semântica?

Na verdade, essas e outras questões de grande complexidade permanecem subjacentes à distinção em pauta, exigindo uma análise mais minuciosa para elucidá-las.

Na ilustração de Kripke, por exemplo, a diferença entre a referência semântica e a do falante é esclarecida por meio da diferença entre intenções gerais e específicas dos falantes ao referir, sendo que esta, por sua vez, não é totalmente esclarecida.

De fato, Kripke diz que:

- (3.12) “Em um dado idioleto, o referente semântico de um designador é dado por uma intenção geral do falante para referir a um certo objeto quando quer que o designador seja usado. O referente do falante é dado por uma intenção específica, em uma dada ocasião, para referir um certo objeto.” (SRSR, p. 15)

mas não chega a explicar, com a devida clareza, em que condições se podem separar as intenções gerais das específicas no processo de referir.

Além disso, também não fica convenientemente esclarecido o papel do designador em cada caso. Se tal expressão lingüística funciona exatamente da mesma maneira nas duas formas de referência, então essa diferença não parece ter maior valor lingüístico; se sua função não é a mesma, então caberia a Kripke o ônus da explicação, e ele não o assumiu.

Conseqüência disso, uma última e problemática questão subjaz, ainda, à distinção proposta por Kripke: são os designadores que referem, ou referir é uma atividade exclusiva dos falantes em suas intenções gerais e específicas?

Realmente, Kripke não respondeu a essas questões, mas nesse ponto, as suas idéias já cumpriram o papel desejado em nosso texto: asseguraram a importância da distinção entre a referência semântica e a do falante e levantaram problemas cuja solução é o roteiro adequado para que cheguemos ao objetivo inicialmente formulado.

Passemos então, à (a6), com a reavaliação das noções de sentido e referência na interface semântica/pragmática que propomos sistematizar.

(a6) Finalmente, passemos ao refinamento dos conceitos de sentido e referência, base teórica central do debate, assumindo as considerações anteriores de (a1) à (a5), que giram em torno da interface semântica/pragmática. A primeira questão relevante diz respeito ao fato de que a articulação de uma interface semântica/pragmática depende, obviamente, de que tipo de semântica e pragmática vão ser consideradas. Há, por exemplo, semânticas de condições-de-verdade, cognitivas, discursivas, etc. Da mesma forma,

¹³⁶ Exemplo semelhante é oferecido por Linsky (1967) em *Referring*, capítulo VII, onde também ele distingue os dois tipos de situação.

pragmáticas formais, cognitivas, discursivas, e assim por diante. Ocorre que, por razões já aduzidas, a natureza de componentes de uma disciplina X depende, é evidente, de posições assumidas ao nível da filosofia de X. Ou seja, ao nível metodológico, metateórico e programático, por exemplo. Em palavras mais diretas, a primeira opção é, na verdade, metodológica. E dela, então, irão depender os subcomponentes como a semântica e a pragmática e, por extensão, conceitos como os de sentido e referência. Se isso é assim, então, ao nível da interface externa Linguística/Lógica haverá uma certa opção metodológica por um tipo de semântica e pragmática e, como decorrência, de sentido e referência. Isso implica que a mudança de interface para a Linguística/Comunicação terá, provavelmente, outras formas de semântica, pragmática, sentido e referência. Aqui, chegamos ao ponto crucial dos conflitos que têm caracterizado o debate sobre o fenômeno da nomeação. Acontece que cada interface envolve metodologias diversas, compromissos ontológicos específicos, tipos próprios de evidência e direção a determinados fins. A interface Linguística/Lógica, por exemplo, tem seus suportes teóricos especiais. Frege e Russell, para ilustrar o caso, trataram a linguagem natural sob uma certa perspectiva reducionista, em que a linguagem natural estava sob exame tendo em vista sua utilização no ambiente científico. Em tal interface, como se sabe, a lógica e a matemática são disciplinas formais que, por hipótese, podem ser aplicadas a qualquer área específica. Enquanto disciplinas puras, portanto, não têm sob sua responsabilidade determinar o valor-de-verdade de proposições particulares, que só a ciência própria para elas é capaz de fazê-lo. Nesse sentido, a preocupação, ao nível da filosofia da lógica, está, apenas, em examinar em que condições-de-verdade se pode operar com enunciados de teorias científicas. Assim, a questão fregeana de que um nome deve necessariamente ter a sua referência deve ser interpretada como equivalente à afirmação de que, se uma sentença veicula uma proposição num discurso científico, então os nomes que aparecem em tal sentença devem ter sua referência garantida. Conseqüentemente, admite-se, como de fato Frege o fez, que, num contexto de ficção, um nome possa ter sentido sem ter referência. Da mesma maneira, se Frege insistiu no fato de que a referência deveria ser o próprio objeto designado, isso deveria ser interpretado como afirmando que a lógica, enquanto disciplina formal, deveria ser compatível com as ciências empíricas, ainda bastante dependentes da observação naquela época. Essa aparente ambivalência na semântica fregeana, portanto, não é senão a reafirmação do que estamos dizendo: a interface linguística/lógica vale para um discurso científico e não para o discurso ficcional, para o qual, definitivamente, poderemos delinear uma outra interface, entre linguística e comunicação, por exemplo. Então, quando Kripke está argumentando que um nome de ficção, como 'Sherlock Holmes', refere uma figura imaginária, isso só faz sentido dada a natureza da comunicação, sendo uma proposição que envolve tal personagem, de nenhum interesse para uma ciência empírica. Uma diferença essencial entre as duas formas – discurso científico/discurso comunicativo – que atinge diretamente o debate em pauta é o fato de que o primeiro envolve conceitos rígidos de verdade, validade, inferência monotônica, etc; enquanto o outro trabalha de maneira mais frouxa, onde noções como plausibilidade, aceitabilidade e inferência cancelável são próprios da flexibilidade adequada ao dia-a-dia. Por esse ângulo, não é um contra-senso dizer que as noções de sentido e referência na interface comunicativa devem ser conceptualmente diferentes de suas contrapartes na interface com a lógica. O debate, entretanto, não foi orientado por esse prisma. Misturaram-se, simplesmente, os diversos níveis e utilizaram-se as diferenças e incongruências, indevidamente, como artilharia técnica. Tracemos, então, o que deveriam ser sentido e referência de expressões referenciais, especialmente do nome próprio, na interface Semântica/Pragmática, em cada uma das duas perspectivas externas, a saber, Linguística/Lógica, Linguística/Comunicação. Na interface com a Lógica, a semântica adequada deveria ser, como de resto a tradição tem confirmado, a de condições-de-verdade, centrada no processo inferencial. Nessa perspectiva, tudo de que se depende para o tratamento da validade ou não de argumentos é que proposições verdadeiras ou falsas, ditas premissas, sejam conectadas a proposições

ditas conclusões, de tal sorte que, numa dedução, por exemplo, um argumento válido seja aquele que de premissas verdadeiras não se siga conclusão falsa. Isso posto, a noção de referência semântica deve ser determinada *a priori*, dado o caráter normativo da lógica, tendo em vista que só predicções sobre referências garantidas podem ser verdadeiras ou falsas. Evidentemente, nessa interface externa, desde que seja possível para uma proposição ter condições-de-verdade, as diversas formas lingüísticas de referir poderão ser utilizadas. No que diz respeito ao nome próprio, ele corresponde a um termo singular e, dentro do nosso quadro, à moda de Quine corresponde a algum valor referencial se as proposições que o contêm operam em argumentos válidos. Não há exatamente, portanto, a questão de como determinar se um nome refere ou não de maneira bem sucedida. Para cada proposição específica de uma área, a esta cabe decidir, não à Lógica. Cabe, ainda, considerar que, numa extensão da Lógica clássica, envolvendo modalidades, o nome próprio cumpre a função especial de garantir a referência em todos os mundos possíveis. Isso, de fato, pode caracterizá-lo como uma espécie de designador rígido, e permite, como uma espécie de rótulo primeiro, identificar o indivíduo em mundos onde supomos que ele possa não ter essa ou aquela propriedade. Seja como for, ainda aqui, na interface com a lógica modal, não se coloca como um problema a identificação transmudana, dado que a construção de mundos possíveis já parte da identificação de uma entidade operacionalizada pelo nome próprio.

Como descrições definidas são potencialmente usáveis como expressões referenciais, e elas envolvem, diferentemente do nome próprio, uma composicionalidade interna, torna-se mais visível a emergência da noção de sentido. No plano semântico, o sentido pode ser totalmente interpretado, como Frege o queria, em termos de modo de apresentação da referência. Com relação às descrições definidas, a composicionalidade, na concepção de léxico mais a estrutura sintática poderia caracterizar o sentido a determinar a referência se, claro, tal descrição estivesse sendo usada referencialmente. Nada impede, como Kripke, ele próprio assumiu, que, no caso de um nome próprio, uma ou mais descrições possam ser usadas para determinar a referência dele, sem que isso autorize a dizer que o nome próprio tem sentido, na acepção tradicional do termo. E quanto à referência pragmática nesse nível? Bem, ocorre que os dêiticos podem caracterizar proposições em argumentos bem formados desde que se possa contextualmente determiná-los. Nada impede que se possa, então, na tradição de Montague, falar em referência pragmática. Nessa direção, o sentido poderia ser dado como forma de apresentação da referência baseada nas informações lingüísticas que os caracterizam. 'Ele é o autor de 'Language Instinct' seria uma proposição verdadeira desde que 'ele' refira Steven Pinker mediante o sentido de 'ele', terceira pessoa do singular, masculino, etc., mais os índices contextuais adequados.

Duas considerações ainda se fazem necessárias. A primeira, de que, em tal interface com a Lógica, a idéia de sentido da tradição, enquanto propriedade lexical, por exemplo, não cumpre nenhum papel especial, a não ser a de mediadora da referência, tanto ao nível do nome, quanto de termos conceituais, à medida que tudo o que está em jogo é a propagação da verdade ao nível das inferências. A segunda consideração, reforçando o que já foi dito anteriormente, é a de que nessa interface com as disciplinas formais, a noção de referência não deve ser identificada com a de coisa-em-si-mesma. Como Lógica e Matemática investigam formalmente a propriedade das proposições, tudo que está sob interesse é a relação de referência, por hipótese, exaurida na relação entre expressões e o que elas designam. Dizendo de outra maneira, para uma disciplina formal, tudo se esgota na relação nome-referência, tomada como central para a possibilidade da predicção. A especulação sobre se o referente existe ou não já é uma propriedade da interface da Lógica com as Ciências Empíricas.

Quanto à interface externa Lingüística/Comunicação, cabe primeiramente considerar, que ela diz respeito à comunicação cotidiana que sustenta o assim chamado raciocínio prático. Aqui se assume que se trata de um sistema muito mais flexível,

necessariamente vago em muitos aspectos e essencialmente retificável, dado o seu caráter dinâmico e criativo. Uma semântica nesse plano será tanto mais própria quanto mais organizada em termos de uma composicionalidade mórfico-léxico-sintática. A noção de verdade não tem, evidentemente, a mesma condição conceitual que na interface com a lógica; ainda assim, noções equivalentes, como a de veracidade, plausibilidade, etc., mais fracas, podem ser desejáveis. Traduzindo de maneira mais intuitiva, se, na interface anterior o princípio da bivalência deveria ser mantido, sob o risco de se sair da lógica clássica, na comunicação, poder-se-ia falar em verdade na perspectiva de “como se fosse verdade”, verdadeiro, falso, ou nem verdadeiro nem falso, etc. A idéia de referência semântica aqui poderia ser ainda a de objeto designado pelo nome, mas determinado como abstração de qualquer uso individual em favor de uma base social, que garante a sua referencialidade. Assim, a questão da existência física do referente continua sem papel, dado que o que é preciso é a garantia social da existência da referência. Isso permite à linguagem natural, na comunicação cotidiana, falar de coisas fisicamente inexistentes como se elas existissem de algum modo. Isso considerado, parece ser compatível com o quadro kripkiano de causalidade, como forma de assegurar a referência de um nome próprio genuíno. Tais cadeias causais representam, na verdade, o jogo histórico das relações sociais de nomeação em que, ao longo dos séculos, 'Platão', refere Platão por uma transmissão de informações socializadas na língua. O batismo, nesse sentido, teria duas peculiaridades: ser o ato inaugural de uma cadeia causal de natureza social e, para manter-se em sua posição rígida, não depender necessariamente de propriedades representadas por qualquer tipo de descrição, razão pela qual ele representa um evento de referência direta. O sentido, no plano semântico, nessa interface, seria, dentro do código lingüístico como abstração social, determinado pela rede de relações já identificada na tradição, tipo sinonímia, antonímia, hiponímia, etc. Em termos de comunicação, tal sentido poderia vir a participar composicionalmente de um nome próprio, agregar-se a ele, como um conjunto de descrições, por exemplo, ou, até, a determinar a referência completamente, como é o caso de nomes de entidades ficcionais. Sobre a referência pragmática nessa interface, valem as reflexões de Kripke, sobre como a referência do falante num contexto específico. Nesse caso, a intenção de referir poderia ser caracterizadora do sentido. Vale a pena repetir que nada impede que a referência do falante seja identificada com a referência semântica, no caso óbvio de emprego bem-sucedido de um nome próprio.

Consideremos, para uma análise mais minuciosa, que ilustre a seqüência de reflexões anteriores, um conjunto mais variado de expressões referenciais, como as dos enunciados (supostamente de discurso científico) abaixo, para caracterizar, num primeiro momento, o papel da interface interna Semântica/Pragmática, no contexto da interface externa Lingüística/Lógica:

- (E3) A Terra gira em torno do Sol.
- (E4) A água é H₂O e ferve a 100 graus.
- (E5) O quark é uma partícula fundamental da matéria.
- (E6) Buracos negros se formam a partir de estrelas e outros objetos maciços.
- (E7) O DNA constitui o gene.
- (E8) O Ponto G é o lugar do prazer feminino.
- (E9) O conjunto vazio é subconjunto de todos os conjuntos.
- (E10) A AIDS é adquirida.

- (E11) A *Lactuca Sativa* é um tipo de verdura.
- (E12) A velocidade da luz é aproximadamente 300.000 km/s.
- (E13) O Ponto Ômega é para onde o universo se dirige.
- (E14) O carbono-14 é o identificador da idade de fósseis.
- (E15) Seja c uma constante individual e x uma variável individual.
- (E16) $1+1 = 2$ e a raiz quadrada de $4 = 2$
- (E17) O ouro tem número atômico 79.
- (E18) Isto é Cloreto de Sódio, e ele é conhecido no sal de cozinha.
- (E19) A Gramática Universal tem propriedades inatas no sistema cognitivo humano.

A primeira questão importante a ser identificada é o fato de que, na interface com a Lógica, a linguagem natural é essencialmente considerada em sua função no discurso científico. De fato, a noção de inferência é fundamental, especialmente em sua forma lógica no interior de linguagens cuja dependência de argumentos válidos é decisiva. Certamente, a linguagem científica se expressa nas diversas áreas de conhecimento desse tipo, formais, naturais, etc. Como se disse antes, o papel da Lógica não é decidir se um nome próprio, ou uma expressão definida, tem sua referência garantida enquanto objeto no mundo. Uma vez potencialmente aplicável a um campo do conhecimento científico, a este cabe expressar proposições que possam ser verdadeiras ou falsas. Do ponto de vista lógico, a referência é suposta como garantida e se um argumento é dito bem-formado e válido, então as proposições-premissas e a proposição-conclusão devem ser bem-formadas e aptas para condições-de-verdade, o que implica dizer, sem o risco da vacuidade referencial. Isso diz respeito, então, à noção de referência semântica. Veja-se o caso de (E15), em que ' c ' é o nome de uma constante em F_c , por exemplo, e ' x ' é o nome de uma variável como em F_x . Aqui, em que se está trabalhando com a Lógica propriamente dita, pode-se entender mais claramente como funciona a semântica dos nomes. (E15) representa de maneira bem simples a forma estipulativa com que a Lógica trabalha. A ' c ' e a ' x ' são garantidas as suas referências para que se possam trabalhar tais elementos do léxico simbólico na estrutura do argumento. Esse exemplo é facilitado pelo fato de que a Lógica é uma ciência formal. Algo ocorre de modo similar com (E9), em que se atribui uma referência à descrição definida o 'conjunto vazio'. Nesses casos, fica, também, evidenciado que não há, exatamente, o problema de se os referentes existem ou não no mundo físico, já que estamos no espaço dos objetos formais. A questão sobre se existem ou não conjuntos e se o conjunto vazio é ou não uma entidade individual não faz muito sentido, a não ser para uma metafísica especulativa, dado que, enquanto referências de expressões lógicas, tem sua existência pressuposta. E quanto ao sentido, no plano semântico, poderia ser a forma de apresentação da referência, como queria Frege. Em (E16), por exemplo, há três formas diferentes, ou três sentidos, na apresentação da referência do numeral '2'. A saber, a referência de '2', a de '1+1' e a de 'raiz quadrada de 4'. Kripke diria que são casos de descrições rígidas. Mas, nesse caso, deveria aceitar que tais expressões referenciais têm composicionalidade, o que caracterizaria a presença de sentido, na concepção tradicional também presente em Frege. Consideremos, agora, enunciados que poderiam caracterizar verdades científicas na área das ciências naturais. (E7) apresenta a sigla DNA, como um nome próprio na função de

sujeito. Este caso, como o caso de (E10), parece ligeiramente mais problemático com relação às noções de sentido e referência. 'DNA' e 'AIDS' são potencialmente usáveis, como nomes que remetem diretamente à sua referência. Como se trata de uma ciência natural, pressupõe-se que não só a referência é garantida, como o próprio referente que, então, existe como objeto no mundo físico. Tal referência semântica, entretanto, pode estar conectada aos mencionados nomes sem nenhum intermediário, o que corresponde a nossa intuição de que alguém pode usar de forma bem-sucedida os nomes 'DNA' e 'AIDS' mesmo não conhecendo o significado das siglas. Paralelamente, nada impede que 'DNA' ou 'AIDS' sejam acompanhadas pela descrição que as constituem como siglas, a saber, **deoxyribose nucleic acid, acquired immune deficiency syndrome**. É, aliás, o que acontece, com falantes do português que socializam as siglas em sua forma inglesa, que não corresponde exatamente à sua descrição em português. 'AIDS', no Brasil, é muito mais empregado que 'SIDA', sigla na ordem do português. O que se pode dizer, então, é que a noção de referência semântica, nesse caso, parece perfeitamente compatível com a idéia de Kripke de designador rígido. Quanto a de sentido, nesse nível, siglas desse tipo podem apresentar a referência de duas maneiras. Ou com uma forma de sentido zero reduzido à referência não-mediada ou direta da sigla pura, ou agindo como descrição que constitui a forma composicional da sigla. No caso de (E10), ainda se poderia considerar uma questão problemática sobre se esta sentença é tautológica ou não, já que o 'A' da sigla indica isso e, pela tradição, se o predicado está contido no sujeito, então a sentença é analítica, verdadeira *a priori* e, portanto, tautológica. Aqui, contudo, pode ficar mais bem esclarecido o que se chama de referência direta. 'AIDS', ao referir diretamente AIDS, a doença, poderia ainda continuar a fazê-lo, mesmo que viesse a se descobrir, cientificamente, que tal moléstia tem um componente congênito. Provavelmente, algum filólogo purista sugerisse alterar a sigla, mas aí, então, (E10) já não teria sido tautológica e se não o foi então, não pode tê-lo sido. (E14) parece apresentar uma particularidade interessante porque há uma certa composicionalidade, como se fosse uma descrição, mas a verdade é que o número 14 não é exatamente uma propriedade atribuída ao carbono, mas o número motivado pela existência de seis prótons e oito nêutrons. Seja como for, trata-se de uma espécie de nome próprio científico motivado na sua estrutura. Isto significa que poderia ocorrer o caso, semelhante ao anterior, de que se alterasse o entendimento da estrutura do carbono-14, e ainda assim ele pudesse referir a mesma coisa, pelo menos temporariamente. Certamente, esses três últimos casos podem empurrar a discussão para uma questão relevante para a filosofia da ciência sobre a existência ou não de propriedades essenciais, sem as quais um objeto científico não poderia ser ele mesmo. Ainda assim, como as verdades científicas têm uma evolução histórica, haveria a possibilidade de se dizer que 'AIDS' é 'GIDS', após se ter descoberto o caráter genético da doença.

Como em (E4) e (E17), os nomes 'água' e 'ouro' não têm sido, na tradição gramatical clássica, assumidos como nome próprio. Mas, de fato, referem substâncias que, independentemente de sua ocorrência em infinitos fragmentos, é sempre a mesma, H_2O , por exemplo, para a primeira. Nesse sentido, como referência semântica de uma entidade única, pode-se considerar tais expressões referenciais com a função de nome próprio. Poderíamos, ainda, aceitar que tais nomes pudessem ter sentido enquanto conjunto de propriedades a serviço da determinação da referência. Assim, líquido incolor, inodoro e insípido poderiam participar da identificação da água. Mas, obviamente, H_2O representa uma propriedade hierárquica diferente das anteriores à medida que, uma água suja e contaminada, ainda assim poderia ser referida pelo nome 'água', mesmo não sendo mais inodora, incolor e insípida. A particularidade de (E6) é que tal nome próprio refere um número infinito de possibilidades de ocorrências diversas. Nessa perspectiva, poder-se-ia pensar em buracos negros como um nome comum. Isso se aceitamos as teorias físicas, de Einstein, por exemplo, que são compatíveis com tais entidades físicas. Ainda assim, mesmo no plural, mesmo representando uma pluralidade de entidades, e mesmo com existência duvidosa, 'buracos negros', em (E6), pode ser considerado um nome próprio com

referência semântica se o assumimos como a expressão designadora de uma classe de fenômenos físicos. Aqui, mais uma oportunidade de distinguir a referência semântica do referente enquanto objeto físico. Suponhamos que a teoria física viesse a abandonar a idéia de que buracos negros existem, certamente, ainda se poderia falar de sua referência como algo que seria esperado dentro da Teoria da Relatividade, por exemplo. Nesse aspecto, a nossa intuição ainda distinguiria tal nome de um nome típico de ficção, como Sherlock Holmes. Os nomes de planetas, ou estrelas, como em (E3), por exemplo, são nomes próprios mais típicos. Obviamente, existem infinitos outros não-nomeados, mas nesse caso, a existência dos nomes próprios é determinada pela relevância científica dos astros que devem ser identificados. A situação mais original quanto a esse tipo de nome ocorreu com Netuno, que foi denominado antes de ser, efetivamente, descoberto, o que presume ter sido sua referência semântica totalmente determinada pela descrição definida que o identificaria por uma propriedade que pressupunha a sua existência, a saber, ou Netuno existia, ou não se explicaria a órbita de Urano. (E5) é um caso que permite uma interessante especulação sobre a questão dos nomes próprios e comuns e sobre a natureza da referência semântica. 'Quark' pode ser reconhecido como um nome próprio, à medida que designa um tipo de partícula subatômica que se supõe exista. *Gell-Mann* teria batizado tal entidade e até tem uma obra recente com esse nome no título, *The Quark and the Jaguar*; ainda que não se tenha, e talvez não se possa fazê-lo nunca, tido nenhuma evidência direta de que tal partícula exista. Diz-se que não é possível identificá-la isoladamente. Paralelamente, pode-se pensá-la como tendo um nome comum, quando se fala de quarks, elétrons, prótons, etc. De fato, o nome próprio, por natureza, parece designar um indivíduo, uma entidade única. Nada impede porém que, como acontece com (E11), o nome próprio designe uma classe tomada como entidade. 'Lactuca Sativa' parece ser um indiscutível nome próprio para a classe das alfaces. De fato, o nome 'alface' parece potencialmente adequado para se falar das alfaces, ou dos elementos que compõem tal classe; já 'Lactuca Sativa' parece potencialmente usável para que seja possível referir-se à classe das alfaces tomada como uma entidade. Ainda no âmbito da Física, o nome 'Luz' em (E12) pode, perfeitamente, ilustrar esse uso ora amplo para referir-se a situações variadas como 'a luz está fraca' ou 'a luz apagou', ora restrito para o nome da entidade física cuja propriedade de mover-se é parâmetro de velocidade máxima. Nesses casos de 'Quark' e 'Luz', a questão do referente físico também é curiosa e ilustrativa. 'Quark' designa quark, mas tal partícula existe por hipótese, para que a física atômica tenha os seus princípios mantidos, já que não se pode individualizá-la e, conseqüentemente, não se pode percebê-la propriamente; 'Luz' refere luz uma entidade, ao contrário, absolutamente perceptível, mas cuja definição vacila entre partícula, onda, ou, até, ambas. Parece claro, entretanto, que tais nomes têm sua referência semântica garantida, independentemente de sua problemática natureza física. (E8) e (E13) podem ilustrar o caso de dois nomes próprios constituídos por descrições definidas. A particularidade sobre eles é que as descrições podem caracterizar um sentido arbitrário, na forma de apresentar a sua referência, já que a letra grega ômega ou o 'g' são apenas formas convencionais quanto ao mencionado ponto a que dizem respeito, ainda que o 'g' tenha sido motivado por Grafenberg, suposto descobridor desse detalhe fisiológico no corpo feminino. Além disso, a existência dos objetos a que se referem têm sido invariavelmente motivo de controvérsia, o que não bloqueia a utilização dos nomes que os referem em teorias científicas. Algo similar ocorre com (E19), enunciado, possivelmente, da ciência da linguagem, cujo conteúdo tem sido polêmico. Suponhamos que (E19) seja uma hipótese abdutiva. Nesse caso, tudo o que se deve entender é que se (E19) é verdadeira, então explica o fenômeno da aquisição da linguagem humana. Enquanto não há melhor explicação (*best explanation*), então (E19) pode ser assumida como verdadeira. Pois bem, 'Gramática Universal' refere o quê, exatamente, em (E19)? Algo que pode ou não existir, mas que, pela natureza da hipótese abdutiva, deve existir como a melhor explicação vigente para o problema da aquisição, até prova em contrário. (E18) serve-nos, finalmente para ilustrar o caso de referência pragmática na interface com a Lógica, uma vez que a verdade

ou não da proposição expressa depende crucialmente da determinação de informações contextuais sobre o termo 'isto' e também sobre o processo anafórico que faz com que 'ele' refira o mesmo que 'cloreto de sódio'. O uso dêitico no primeiro caso e a anáfora no segundo fazem parte do sentido, no plano pragmático, para determinar a referência. Tal plano, evidentemente, não tem a mesma expressividade nessa interface que na linguagem de comunicação. O discurso científico, por assim dizer, é prototípico de manifestação semântica, no sentido de que se o examina, em princípio, como livre de contexto-de-uso.

Dadas as considerações anteriores sobre nomes próprios em sentenças potencialmente pertencentes à linguagens científicas, o que caracteriza a interface relevante Lógica/Lingüística, passemos então ao exame de enunciados mais típicos do uso rotineiro, o que identifica uma segunda interface externa, a da Lingüística com a Comunicação. Nela, também, justifica-se a distinção semântica e pragmática. Tome em consideração as sentenças abaixo:

(E20) Bertrand Russell é um filósofo da Matemática.

(E21) O autor de *The Principles of Mathematics* é um filósofo.

(E22) O filósofo que vai passando estuda filosofia da Matemática.

(E23) Este filósofo estuda filosofia da Matemática.

(E24) Ele é um filósofo da Matemática.

(E25) Um filósofo da Matemática vai passando.

(E26) O filósofo é um pensador.

Nessa segunda perspectiva, a da Comunicação, cada uma das sentenças poderia ser considerada num contexto específico de uso, ou seja, numa ocorrência particular em que um determinado indivíduo se utiliza delas num tempo e local determinados, para falar a outrem sobre uma determinada pessoa.

Suponhamos, por exemplo, que na tarde de 20 de setembro de 1923, em Cambridge, vendo passar, a distância, alguém que julgava ser Russell, Wittgenstein, apontando-o, tenha afirmado (E20) para seu amigo Ramsey. Nesse caso, então, tal indivíduo, Russell ou não, caso Wittgenstein estivesse enganado, pode ser considerado o referente do falante naquele contexto específico.

Numa segunda perspectiva, trata-se de considerar (E20) como uma abstração de n-ocorrências, ou seja, como uma sentença de uso legítimo num contexto social generalizado. Russell, nesse caso, poderia ser considerado o referente semântico próprio do nome.

Em que se distinguem as duas situações?

À luz das nossas considerações anteriores, a diferença entre elas é uma diferença entre dois tipos de relação de referência, estabelecida entre referidores, expressões referenciais e referentes. Tudo depende do contexto de uso em que essa relação é examinada e do papel que a expressão referencial exerce nela. Analisemos, então, os dois tipos de contexto a que submetemos (E20), ampliando a nossa análise para alcançar os designadores das demais sentenças.

No contexto inicial, a base da relação é constituída pelo primeiro e o terceiro constituintes. Como se trata de um contexto de uso específico em que o falante e o objeto designado são, por hipótese, determinados, a expressão referencial funciona, principalmente, como um intermediário dessa relação. A prova disso é que tal relação de

referência, que poderíamos chamar de pragmática, seria, praticamente, a mesma se fosse qualquer outra sentença de (E21) a (E22).

No segundo, a base da relação é constituída pelo segundo e terceiro constituintes.¹³⁷ Como se trata de um contexto de uso social generalizado, o falante, por hipótese Wittgenstein, representa, apenas, um falante qualquer, referindo-se não a um indivíduo contextualmente dado, senão ao referente da expressão tal como ela funciona em sua língua. Nesse caso, que poderíamos chamar de relação semântica de referência, há, ao contrário do anterior, diferenças significativas na forma como cada designador refere.

De fato, 'Bertrand Russell', 'O autor de *The Principles of Mathematics*' e 'O filósofo' são, visivelmente, menos dependentes de contexto do que 'ele', 'este filósofo', etc. Conseqüência disso, é que, enquanto (E20), (E21) e (E26) são perfeitamente aceitáveis como verdadeiros ou não, (E22), (E23), (E24) e (E25) só poderão ser avaliados na dependência de informações extralingüísticas.

No fundo, é como se a referência de (E22), (E23), (E24) e (E25) caracterizasse o quadro típico da relação pragmática, em oposição aos designadores em (E20), (E21) e (E26), casos paradigmáticos da relação semântica de referência.

Isso não quer dizer, absolutamente, que as expressões referenciais destas três últimas sentenças não se distingam na sua forma de referir. O nome 'Bertrand Russell', por exemplo, independe de sua ocorrência específica em (E20), quando poderia, inclusive, ser usado equivocadamente, para que o falante referisse outra pessoa que não Russell; está ligado a este, concretamente, mediante um ato lingüístico institucional de batismo. Sua relação semântica, portanto, com seu referente, em cada ocorrência, é determinada por uma cadeia causal que remete àquele ato. Já a expressão 'o filósofo' não designa um indivíduo, mas um conjunto deles. Trata-se de uma relação semântica de referência generalizadora, cuja forma lógica de Frege para cá tem sido $(? x)(Fx \rightarrow Gx)$ mas, ainda assim, poderia ser usada para referir Russell em (E26). Quanto à descrição definida, a questão é um pouco mais delicada e merece um tratamento mais detalhado.

'O autor de *The Principles of Mathematics*', no plano semântico mantém com seu referente, no caso Russell, uma relação contingente. Realmente, antes de 1900, por exemplo, tal descrição não seria satisfeita por nenhum indivíduo, embora 'Russell' já designasse Russell, distinguindo-se, assim, esse tipo de expressão do nome próprio. Além disso, a descrição definida para referir um determinado indivíduo sem ambigüidade, ou o faz mediante um uso dêitico como acontece em (E22), ou apoiada em um nome próprio como é o caso de (E21). Mesmo assim, como o demonstrou Donnellan, nada impede que se faça da descrição ou um uso referencial ou atributivo, o que, da mesma forma, a diferencia dos nomes próprios. Isso não quer dizer, de forma nenhuma, que uma expressão de estrutura descritivista não possa se transformar, por um batismo típico ou não-institucional, em um nome próprio. 'A Casa Branca' é, provavelmente, um desses casos. Mas, aí, a forma de referir passa a ser outra. Poderia acontecer, por exemplo, que o palácio do governo americano fosse pintado de azul e ainda tivesse o mesmo nome.

Diante desse quadro interpretativo da forma como se comportam as expressões referenciais mais variadas, o que se poderia dizer, agora, sobre a distinção entre a referência do falante e a referência semântica num contexto comunicacional?

Em primeiro lugar, que ela parece se incluir numa oposição mais generalizada entre a referência no plano pragmático, caracterizado aqui pelo contexto de uso específico onde são os falantes que referem, e a referência no plano semântico definido pela abstração dos falantes num contexto social generalizado, onde as palavras referem.

¹³⁷ Em sua resposta a Kripke, Donnellan admite uma posição mais ou menos semelhante a que estamos propondo "Pessoas referem e expressões referem". Chamemos a estes fenômenos "Referência do Falante" e "Referência Semântica", respectivamente" diz ele em "Speaker's Reference, Description and Anaphora", p. 28. Quanto à substituição da expressão 'do falante' por 'pragmática' que fizemos, ela nos parece justa, uma vez que esta última permite uma generalização teórica mais adequada ao entendimento de referência como relação e não como entidade.

Em segundo lugar, que, se no plano pragmático, a variedade de expressões referenciais não é muito significativa, à medida que elas são apenas intermediárias de uma relação entre a intenção do falante de referir um objeto determinado e este objeto, no plano semântico, é preciso distinguir a forma de referir dos designadores. A relação de um nome próprio com seu referente, por exemplo, parece ser uma relação especial que se caracteriza por uma cadeia de uso social remetendo a um ato denominativo, o que não ocorre com outras expressões.

Quanto à primeira dúvida sobre o emprego que Kripke faz de intenções específicas e gerais, se a nossa análise foi bem sucedida, ela está inteiramente elucidada. A específica é caracterizada pelo contexto de uso de uma ocorrência com referente determinado, caracterizando a relação pragmática de referência, enquanto a geral é, na verdade, o subentendimento de uma espécie de falante coletivo como abstração de um uso social sistemático de uma expressão referencial. Na relação pragmática de referência, o designador é, apenas, uma espécie de instrumento de uma intenção de referir um objeto contextualmente dado; na semântica, a relação de base é entre o designador e seu referente, sendo o falante, apenas uma instância do uso social do nome.

Dizendo de outra maneira, falantes referem e expressões referem. Quando um falante refere, ele o faz através de uma expressão pragmaticamente referencial; quando as expressões referem, fazem-no através dos falantes semanticamente constituídos no uso social da língua, e isso, finalmente, responde às duas últimas questões abertas em Kripke.

Dito isso, já temos condições suficientes para sistematizar a reavaliação dos conceitos de sentido e referência na articulação da interface interna **(S)**emântica/**(P)**ragmática com as externas Lógica e Comunicação.

Reenfatizamos que a visão tradicional dos especialistas tem identificado a interface interna Semântica/Pragmática com a externa Lógica/Comunicação. A Semântica, especialmente a das condições de verdade, representaria a conexão com a Lógica, sendo a Pragmática própria para o tratamento dos fenômenos comunicativos. Em nossa perspectiva, vale a pena considerar que a interface interna Semântica/Pragmática pode ser modelada de acordo com a interface externa em pauta. Assim, se estamos na interface externa Lógica/Ciências Cognitivas, devemos ter uma Semântica e uma Pragmática sistematizadas de maneira adequada à tal interface externa. Decorre disso, por exemplo, que, no caso, tanto a Semântica quanto a Pragmática tem objetos *qua* propriedades cognitivas. Noutra interface, como a da Lógica, Semântica e Pragmática teriam, certamente, um design formal.

Começamos com a avaliação das noções de sentido e referência em termos semânticos e pragmáticos dados os interesses da relação lógico-lingüística.

Referência (S) – Na interface com a Lógica, a referência semântica do nome próprio é o objeto individual designado que corresponde ao valor de uma constante individual sobre o qual se aplica uma predicação afirmativa ou negativa. Tal referência é, por hipótese, garantida no âmbito da área em que se encontra a proposição dentro da qual opera tal nome/constante. Dessa forma, ‘Aristóteles é filósofo’ pode ser traduzida por ‘Fa’ em que a referência do nome ‘Aristóteles’ e da constante ‘a’ é assegurada no sentido de que, pressupõe-se, isso deve ser assim para que ‘Fa’ ou ‘Aristóteles é filósofo’ possam ter valor-de-verdade. Evidentemente, nesse caso, tudo que interessa é o papel lógico-lingüístico da referência caracterizada como individual, ainda que diversas expressões além do nome próprio típico possam expressá-la. De modo que, $(\exists x)(Fx \supset Gx)$ e Fa, então, Ga, é uma fórmula lógica de um raciocínio correto, dado que tal argumento tem sua validade garantida, entre outras coisas, pelo fato de que ‘a’ em Fa deve ser tomado como tendo uma referência a que se atribui a propriedade F. Considere-se, ainda, que, num contexto modal onde $\Box Ma$ implica $\Box \Box Ma$, ‘a’ deve referir a em todos os mundos possíveis, independente de qualquer outra propriedade que a pudesse, ou não, ter. A questão de se o referente existe ou não transcende ao papel dessa interface, caindo sob a responsabilidade da forma de

compromisso ontológico subjacente à teoria científica que esteja ao alcance da aplicação da Lógica.

Referência (P) – Ainda considerando-se os interesses formais, pode-se supor a necessidade de identificação da referência de dêiticos, por exemplo. Como isso pressupõe informações extra-lingüísticas ou contextuais, já podemos caracterizar tal fenômeno como da ordem da referência pragmática.

Sentido (S) – Na interface com a Lógica, mais especialmente com uma semântica intensional, poder-se-ia manter a idéia fregeana de modo de apresentação da referência, o que, em tempos mais recentes poderia ser traduzido como uma função de interpretação que atribui uma entidade $I(c)$ para cada constante c da linguagem L em cada mundo m que pertence a M .

Sentido (P) – Nesse nível, o que se poderia caracterizar como sentido é o conjunto de informações contextuais que permitem a identificação da referência pragmática, atuando como uma função semelhante ao caso anterior.

Na interface com a Comunicação, da mesma forma se faz necessária a distinção entre sentido e referência na perspectiva semântico-pragmática.

Referência (S) – Trata-se do objeto denotado pelo nome próprio numa perspectiva de uso social generalizado. Abstraindo-se o contexto particular de algum enunciado, 'Aristóteles' designa o filósofo grego, por exemplo, desde que a cadeia social de batismo consagrou tal relação de referência. Ou, ainda, supondo-se o uso de modalidades na comunicação, 'Aristóteles' é o nome socialmente aceito para designar o filósofo grego que fundou a Lógica em todas as situações possíveis, mesmo naquelas em que ele poderia não ter fundado a referida disciplina. Um fenômeno que causa alguma perplexidade diz respeito ao valor semântico dos nomes de ficção em que parece paradoxal usar-se um nome com vacuidade referencial. Já observamos, anteriormente, que é necessário se distinguir entre o referente enquanto entidade em si mesma da referência enquanto objeto que satisfaz o uso de um nome. Na verdade, é como se o uso de um nome como 'Pégaso' para designar o cavalo alado é possível, dado que, ainda que o cavalo alado seja uma entidade sem existência física, nada impede que se possa designá-lo em sua existência virtual ou possível. Algo a ser traduzido mais ou menos assim: 'Pégaso poderia referir um cavalo alado' e se esse fosse o caso, então o cavalo alado pode ser a referência do nome Pégaso ainda que não aja nenhuma evidência física da existência de tal cavalo.

Referência (P) – No plano pragmático, a referência do nome próprio é caracterizada como o objeto indicado pela intenção do usuário, ao usar tal tipo de expressão. Evidentemente, um fenômeno pode trazer alguma perplexidade quanto à questão da referência pragmática em uma certa situação de uso. Trata-se da hipótese não-incomum, de que o falante possa usar inadequadamente um nome para designar um certo objeto. Nesse caso, porém, apenas acontece que não há identificação entre a referência semântica e a pragmática.

Sentido (S) – Ao nível semântico, o sentido de um nome próprio poderia ser caracterizado pelo conjunto vazio, a saber, como uma forma de sentido zero, em oposição a expressões referenciais como descrições definidas que determinam a sua referência através do significado das partes. Em princípio, mas não necessariamente, o nome próprio determina a sua referência de maneira direta e, nesse caso, mesmo quando ele tiver em sua origem uma descrição, ela não funciona atributivamente naquela forma típica de o nome referir. Caso contrário, 'Porto Alegre é uma cidade triste' poderia ser uma sentença contraditória. Nada impede, entretanto, que um nome próprio refira também com sentido.

Aqui, cabe uma consideração importante. Diz-se que o nome próprio designa, em contraste com as descrições definidas que o fazem indiretamente. Não é inviável, contudo que, desde a noção de sentido como modo de apresentação da referência, a forma fônica do nome próprio ordinário fosse entendida como seu sentido. Especialmente, se considerarmos o caráter informativo de cadeia fônica do nome. 'Kripke', para citar um

caso, é um nome de alto valor informativo se considerarmos que é um nome incomum com baixa previsibilidade.

Sentido (P) – É constituído pelos critérios através dos quais é determinado a referência do falante. Nesse plano, a intenção de referir um dado objeto num contexto específico é, certamente, a base do sentido. Obviamente, tal intenção pode ser complementada por palavras ou gestos, como é o caso usual de apontar.

Concluída, portanto, essa fase **(a)** de refinamento do par conceitual sentido-referência, cabe, agora, passar à etapa **(b)** que se segue.

Dito isso, passemos, então, a (b1), ou seja, a sistematização da proposta alternativa.

A resposta adequada passa pela advertência, já explicitada anteriormente, de que não pretendemos, absolutamente, uma teoria nova, mas, apenas, a tentativa de uma reestruturação dos modelos em debate, com o objetivo de fazer evoluir o quadro de interpretação do nome próprio de nossa linguagem. Nesse sentido, a nossa abordagem alternativa não é senão a busca de, articulando os melhores *insights* de cada teoria, dar uma resposta aos problemas que os modelos originais não conseguiram resolver. Obviamente, o quadro teórico resultante, base para uma re-interpretação do debate, abrirá outros problemas para os quais talvez não haja solução, mas, aí, então, a compreensão do nosso tema já terá, esperamos, evoluído.

Entendidas essas limitações, o quadro alternativo que estamos propondo caracteriza-se:

1º) por deslocar o eixo teórico dos debates, para uma articulação de uma interface interna Semântica/Pragmática no interior de duas interfaces externas, a saber, a lógico-lingüística e a lingüístico-comunicativa;

2º) por tentar aproximar propriedades conceituais das teorias em debate;

3º) por buscar um quadro descritivo-explanatório que seja mais adequado ao tratamento do nome próprio – sentido e referência – na linguagem natural;

4º) por defender as seguintes teses:

(a) As noções de referência semântica e pragmática devem ser distinguidas da idéia de referente enquanto objeto em si mesmo, tomado fora do processo de nomeação;

(b) As relações de sentido e referência devem ser articuladas na interface interna Semântica/Pragmática;

(c) As noções de sentido e referência, na interface Semântica/Pragmática, são determinadas a partir dos objetivos metodológicos das interfaces externas;

(d) Sentido e referência na interface com a Lógica Clássica Elementar ou Intensional são mecanismos subordinados ao seu papel formal; na interface com a comunicação, tais conceitos dizem respeito às suas funções informativo-comunicativas;

(e) Sentido e referência podem ser considerados propriedades cognitivas (no cérebro/mente) ou formais (extra-mentais), abstratas;

Sobre o nome próprio, especificamente, trata-se de sintetizar as seguintes propriedades básicas abaixo:

- Na interface lógico-lingüística:

(f) O nome próprio é uma categoria semântica em conexão com as constantes individuais, termos singulares, referindo objetos dentro de um domínio previamente estipulado;

(g) Em sua relação com as modalidades, referem, de maneira rígida, a mesma entidade em todos os mundos possíveis;

(h) O nome próprio determina sua referência através do seu sentido, enquanto função que leva dele a uma entidade individual no domínio;

(i) O nome próprio não cumpre, em princípio nenhuma, função pragmática especial;

- Na interface lingüístico-comunicativa:

(j) Os nomes próprios referem semanticamente mediante uma abstração em termos de uso social de situações específicas;

(k) O nome próprio, em sua forma típica de referir, fá-lo diretamente, portanto, sem sentido (na concepção tradicional de sentido);

(l) O nome próprio refere o mesmo indivíduo em todas as situações possíveis;

(m) O nome próprio, ainda que tipicamente não tenha sentido, não necessariamente funciona sem tê-lo, quando é constituído por uma descrição definida que mantém sua composicionalidade;

(n) O nome próprio, em sua função típica de referir, é caracterizado por uma espécie de sentido zero, o que, em última análise, é a mesma coisa que dizer que ele só se distingue de outro por uma cadeia fonêmica, sem sentido (na concepção não-tradicional) em última instância;

(o) O nome próprio tem sua cadeia social inaugurada pelo ato de batismo;

(p) O nome próprio refere pragmaticamente, via o sentido intencional de referir.

Dado o processo de refinamento das noções de sentido e referência pela sua inserção na interface Semântica/Pragmática nos dois planos de relação com a Lógica e de fronteira com a Comunicação, já é hora de (b2) - reavaliar o debate, especialmente as críticas e contra-exemplos desfechados contra os descritivismos e contra a teoria causal.

Começemos com o contexto descritivista.

Como se disse antes, dois resultados relativamente surpreendentes na abordagem de Frege foram o alargamento da categoria de nome próprio a uma série de expressões lingüísticas e a proliferação de entidades ditas individuais. Agora, já é possível um entendimento mais claro da situação em que Frege se envolveu. Na verdade, mesmo que não tivesse, na época, condições de explicitar o fato que se segue, Frege já estava reduzindo as relações nome próprio/referência semântica aos interesses da interface Lógica/Linguagem Natural. Como nessa interface tudo está relacionado às condições-de-verdade de uma proposição, tratava-se, evidentemente, de garantir a estrutura básica de uma proposição simples em que um objeto cairia sob um conceito. Essa distinção assegurada determinaria a possibilidade do verdadeiro e do falso. Para isso, tudo que Frege precisava era de caracterizar a identificação da entidade individual e determinar os tipos de

expressão referencial para ela. A consequência mais clara disso era que a função de identificar individualmente passava a ser o que determinava a relação bem-sucedida nome-objeto. Em outras palavras, se uma expressão lingüística qualquer identificava um objeto tomado como entidade individual, então tal expressão funcionava como um nome próprio. Paralelamente, se uma coisa era a referência semântica de um nome próprio bem-formado, então tal coisa era um objeto enquanto referência semântica. Dito isso, não se pode mais interpretar como estranha a conclusão a que Frege chegou. Coerente com a interface assumida, ele, simplesmente, estava reconstruindo a categoria lingüística nome próprio e a categoria ontológica objeto a partir do papel que elas deveriam assumir se a proposição bem-formada para um argumento válido era o que estava sob consideração. Qualquer expressão que designasse um objeto particular poderia, então, ser um nome próprio. A questão de que expressões variadas podiam fazê-lo, ainda que lingüisticamente relevante, era logicamente inexpressiva. Da mesma forma, a variedade de objetos designados por tais nomes também não era um problema próprio de uma disciplina formal; tudo o que era preciso era de que uma proposição fosse constituída com adequadas condições-de-verdade. Talvez, se, sinteticamente, fôssemos expressar o argumento fregeano, ele pudesse ter a seguinte formulação: se uma proposição P qualquer, de uma linguagem científica L qualquer, for bem-formada em suas condições-de-verdade, então a expressão lingüística que designa uma entidade individual funcionará como nome próprio e deverá ter sua referência garantida. Não tendo o consequente a condição de verdadeiro, não é o caso que o antecedente o seja. Essa compreensão de que a interface externa Lógica/Linguagem Natural representa as condições fundadoras do jogo semântico provavelmente seja a mais razoável para justificar aquelas passagens tidas como as mais estranhas do raciocínio fregeano, como, por exemplo, a de que a sentença que não é falsa é o nome do verdadeiro. De fato, fora dessa perspectiva, ficaria problemático justificar porque uma proposição verdadeira refere o objeto lógico verdadeiro e não o estado de coisas que, por hipótese, é o caso. A não ser pelo fato de que tal estado de coisas é irrelevante para a área formal.

Ainda quanto a Frege, um dos pontos mais criticáveis, especialmente por Kripke, é o de que o nome 'Aristóteles' teria o significado de 'O discípulo de Platão' ou 'O mestre de Alexandre', etc. Sem dúvida, entendida a noção de sentido na forma tradicional, é bastante contra-intuitivo dizer que 'Aristóteles' tem tal sentido à medida que nada parece justificar que tal nome próprio tenha essa composicionalidade que a descrição apresenta. Em outras palavras, o nome 'Aristóteles' intuitivamente parece justamente sem sentido, em oposição à descrição 'O discípulo de Platão', etc. Mas então, Frege parece ter uma outra noção de sentido, como roteiro de determinação da referência, e isso muda completamente o cenário. Se Aristóteles foi, de fato, o discípulo de Platão, após tal acontecimento, nada impede que a mencionada descrição pudesse identificá-lo, ainda que não necessariamente, dado o fato de que Aristóteles já era designado por 'Aristóteles' antes de ter sido discípulo de Platão. No plano lógico, o valor dessa consideração reside apenas no fato de que uma sentença do tipo 'O discípulo de Platão fundou a Lógica' poderia ser verdadeira, dada a garantia da referência. O que complica tal posicionamento é a consequência de que se 'Aristóteles' significa o discípulo de Platão, então a sentença 'Aristóteles é o discípulo de Platão' deveria ser igual à 'Aristóteles é Aristóteles'. Nossa intuição, entretanto, é a de que a segunda seja tautológica, e não a primeira. Acontece que, na primeira, a descrição definida está sendo usada como predicação, e não exatamente como nome próprio, o que significa que a sua composicionalidade é o que está em jogo, e isso já permite caracterizá-la como não-tautológica, inclusive pela razão já aduzida de que Aristóteles poderia não ter sido o discípulo de Platão. Isso, entretanto, não desautoriza a outra interpretação de sentido oferecida por Frege, a saber, a de modo de apresentação da referência. Ainda que Frege não o tenha feito, parece não ser inconsistente com sua concepção de nome próprio ordinário, que ele seja uma expressão lingüística cujo sentido é exatamente algo do tipo zero, o que então explicaria a sua intuição de que o sentido, como forma de identificação da referência de um nome próprio genuíno, como 'Aristóteles', devesse ser dado por

alguma descrição. Evidentemente, isso é compatível com o fato de que ele não se referia a uma descrição especificamente, mas a um conjunto delas. Ora, se fosse uma única descrição apresentada, então não poderia ser nenhuma outra, e isso geraria inconsistências óbvias para Frege. Mas, se ele pensava que o nome próprio genuíno fosse uma espécie de expressão lingüística vazia de sentido descritivo, então se justificaria o fato de que qualquer que fosse a descrição, correspondendo à verdade, ela poderia servir como significado de tal nome. Seja como for, o fato é que, na interface Lógica/Linguagem natural, Frege não se preocupou – e nem necessitava disso – com a distinção nome próprio/descrição definida. Para ele, tudo que estava em jogo era a determinação da referência enquanto entidade distinta do conceito. Exatamente por isso foi a sua famosa nota de rodapé, em que ele atribuiu sentido ao nome próprio ‘Aristóteles’, o que deslanchou a monumental polêmica e o ataque de Kripke. Tal passagem, entretanto, poderia ser entendida de outra forma, a saber, a de que Frege simplesmente tinha como seu objetivo apenas garantir a determinação da referência através de um meio objetivo, que viria a constituir a sua noção de sentido. A origem de todos os problemas é que a expressão ‘sentido’ já tinha uma outra concepção tradicional, o que acabou determinando uma ambigüidade no texto fregeano. Uma outra inconsistência na concepção de nome próprio em Frege surgiu de sua tentativa, como se viu anteriormente, de determinar critérios para a classificação de uma expressão referencial como nome próprio. Conforme (A14), mencionado antes, pronomes como ‘eu’, dado um contexto específico, poderiam ser nomes próprios, uma vez referindo-se a entidades individuais. Porém, como Frege não distinguiu a referência pragmática, no plano formal, ele acaba não assumindo tais categorias lingüísticas como nomes próprios. Nesse sentido, a sua interpretação, sendo similar para demonstrativos como ‘isto’, opunha-se a de Russell, para quem tal expressão lingüística era o caso mais legítimo, e quase único, de nome logicamente próprio. De forma análoga, por ter trabalhado ao mesmo tempo na interface com a lógica e com a comunicação, Frege confundiu-se, em seus critérios, com nomes tipo ‘Ilhas Malvinas’, conforme (A16), obviamente próprios na tradição, mas que pareciam não atender, por sua forma plural, ao requisito Fregeano para funcionar dentro da mencionada categoria. Em outras palavras, a falta de uma sistematização diferenciada para a interface externa com a lógica e com a comunicação, e com a interna entre a semântica e a pragmática acabou por condicionar como imprópria e inadequada a concepção que Frege tinha de nome próprio na linguagem natural. Em seu sistema, como consequência da análise que se vem fazendo, nomes inquestionavelmente próprios ficam fora dos critérios fregueanos para tal categoria, outros tipicamente não-próprios se enquadram na concepção fregueana dessa categoria, havendo ainda alguns que, por um lado se encaixam, por outro, não. Finalmente, cabe considerar, dentro de nossa perspectiva reavaliada, um fato que trouxe a Frege seu maior aborrecimento, ou seja, aquele dos nomes próprios de ficção, como ‘Guilherme Tell’. Aqui, mais uma vez, as distinções de interfaces elucidam completamente o problema com o qual Frege foi mal sucedido. Evidentemente, para a lógica, enquanto disciplina subserviente às ciências empíricas da época, era um exemplo preocupante o de nomes próprios da nossa linguagem que referem entidades ficcionais, fisicamente inexistentes. Parece claro que proposições envolvendo tal tipo de nome próprio não pudessem ter um valor-de-verdade. Na interface com a comunicação, todavia, também parece absolutamente claro que os nomes de ficção possam referir de maneira exitosa, ainda que designem entidades ditas inexistentes. Frege chamou tais expressões de falsos nomes próprios, quando poderia, mais simplesmente, dizer apenas que elas não aparecem no contexto do discurso científico. No dia-a-dia, ao contrário, com a linguagem no interior de uma comunicação bem mais frouxa, é perfeitamente aceitável usar nomes próprios do tipo em pauta e assumir a referência de tais expressões de maneira não-problemática.

Quanto à TD2, de Russell, também o filtro das interfaces certamente elucidava inúmeros conflitos. Quando Russell, por exemplo, aproxima os nomes próprios ordinários dos logicamente próprios e das descrições, o valor de sua análise, é preciso que se diga, deve ser completamente reconhecido na interface Lógica/Linguagem Natural. Mesmo que

um tanto reducionista, no sentido de sacrificar um pouco nossas intuições, a tentativa russelliana era de aproximar os interesses lógicos e lingüísticos. Mas, claramente, não se posicionava para oferecer qualquer teoria exclusivamente sobre a nossa linguagem na fronteira com a comunicação. Caso contrário, não chegaria a resultados tão estranhos quanto o de reduzir o papel dos nomes a descrições abreviadas ou, ainda, ao de falsos nomes logicamente próprios. Da mesma forma, assim como em Frege, a idéia de tratar nomes como descrições era a de recusar a estrutura sujeito-predicado que pudesse autorizar problemas como o dos enunciados existenciais negativos, do tipo ‘O Rei da França não existe’. O tratamento via quantificação era, então, a saída lógica preventiva para as anomalias que pudessem decorrer da propriedade de nossa linguagem comunicativa de referir o que não existe. Registre-se, ainda, que a noção de contexto empregada por Russell, para dizer de uma descrição, que ela só tem sentido contextualizada, também poderia merecer um tratamento de interfaces, especialmente porque, no caso do dêitico ‘isto’, uma outra noção de contexto – físico – poderia ser invocada.

No que se refere aos neodescritivistas a primeira questão importante a considerar é a de que, desde Wittgenstein nas “Investigações”, o que veio a ocorrer foi o deslocamento mais radical da interface com a lógica para a interface com a comunicação e, conseqüentemente, da interface com a semântica para a interface com a pragmática. Dizendo de outra maneira, o que Wittgenstein, Strawson, Grice, Austin e Searle fizeram foi contestar os argumentos de índole mais logicista em favor do uso cotidiano dos nomes próprios. Quanto à estratégia de considerar o significado de um nome a partir da disjunção de descrições definidas, de fato isso já era potencialmente a visão de Frege e não foi suficiente para conter a eficiência de Kripke. A mesma impotência argumentativa atinge a idéia de que algumas descrições pudessem ser mais relevantes que outras. Tudo porque, seja uma disjunção de descrições definidas, sejam elas diferentes hierarquicamente, nada impede a observação kripkeana de que o nome próprio inaugura, através do batismo, uma cadeia causal e, por hipótese, todas as descrições que se sucedem representam possibilidades ancoradas no papel do nome próprio de referir diretamente em todos os mundos possíveis. Destaque-se que a interface Semântica/Pragmática esclarece, também, a crítica dos neodescritivistas a Kripke quanto à noção de intencionalidade. De fato, tal noção, essencialmente pragmática, cumpre, na comunicação, um papel fundamental na atividade lingüística do nome próprio. Uma última consideração pode ser necessária. (C5) – (C10) não mereceram a atenção devida dos descritivistas, provavelmente porque a idéia tradicional de sentido lexical não parecia relevante para qualquer interesse lógico, cuja semântica tinha como unidade básica a proposição em suas condições-de-verdade. Seria preciso, nesse caso, situar-se na interface lingüística/comunicação e desenhar o papel da semântica nesse lugar, o que escaparia totalmente aos debates em que a lógica era o cenário principal.

Passemos então à análise do quadro causal, agora sob a nova perspectiva.

Se é verdade que Kripke, em sua noção de nome próprio como designador rígido, esteve mais próximo de nossas intuições, também é verdade que, ainda assim, estava construindo suas noções na interface lógico/lingüística. Sua diferença, nesse particular, em relação a Frege e Russel, era a sua preocupação com a lógica em sua complementação modal. Por isso, sua concepção de nome próprio procurava uma conexão entre o papel de tal categoria, no uso cotidiano, e sua função numa semântica de mundos possíveis. Constatado que sua proposta, assim como a de seus antecessores, não oferecia condições necessárias e suficientes para identificar o nome próprio, tal fato ficaria perfeitamente compreensível se se considera a prioridade de seu interesse lógico-lingüístico sobre seu interesse lingüístico-comunicativo. Realmente, parece estranho que ele próprio admitisse que não só nomes próprios designem rigidamente, como também que tais nomes possam designar não-rigidamente, como é o caso de (D2) e (D25), respectivamente. Dentro da mesma perspectiva, ficaria esclarecido o motivo pelo qual Kripke não leva em consideração a composicionalidade semântica de um nome próprio, como em (D6), (D9), (D10), etc.

Ocorre que, na verdade, tais nomes podem, em enunciados contrafactuais, referir rigidamente - 'Geografia poderia não ser o estudo da Terra'. Mesmo que algo estranho parecesse ter acontecido ao nome, que, então, ficaria com sua adequação prejudicada. Mas, parece claro, que tais considerações já estariam envolvendo aspectos comunicacionais da linguagem natural, questão importante, mas não prioritário para Kripke. De forma mais simples, a idéia esclarecedora é a de que a função de designador rígido é a relevante para a interface lingüística/lógica modal, e nessa, o significado de 'geografia' não tem nenhuma repercussão. Ao contrário, na semântica convencional da comunicação diária, onde a noção de informatividade é central, provavelmente se devesse considerar que, não sendo o estudo da Terra, não coubesse mais o termo 'geografia', dada a importância de sua composicionalidade intramorfológica. Da mesma forma, também é estranho às teses de Kripke a questão do significado social que um nome próprio pode adquirir historicamente. É caso de (D24), em que o nome 'Hitler' passa a ter um conjunto de descrições definidas tão fortes, que ainda não sendo necessárias, parecem bastante ligadas ao nome, ao ponto de as pessoas aceitarem a idéia intuitiva de que tal nome tem uma enorme significação. Aqui, a distinção entre uma semântica de base social e outra de base lógica seria decisiva para o esclarecimento sobre o papel do nome próprio. O caso dos nomes de espécies naturais que envolveu Kripke e Putnam igualmente parece depender de uma articulação semântico-pragmática. (D32) e (D33) sugerem, exatamente, que tais nomes, como 'água', possam, em contextos específicos, variar entre próprios e comuns. De todos os problemas, talvez o mais o mais complicado para o quadro kripkiano seja exatamente o dos nomes próprios de ficção. De fato, pensada a relação nome-referente, sem qualquer abordagem de interface Semântica/Pragmática, Kripke parece justificado em sua compreensão de que se Sherlock Holmes não existe, não poderá vir a existir, ainda que pudesse haver uma contraparte sua no mundo real com todas as propriedades que se atribuem ao detetive ficcional. Para capturar, entretanto, a intuição comunicativa ligada ao uso cotidiano de que não há diferença maior entre nomes próprios de ficção ou de realidade, parece ser necessária a relação semântico-pragmática. Ocorre que, no plano comunicativo, 'Sherlock Holmes' tem um uso com referência garantida no mundo real, ainda que restringido a uma situação literária. Tal uso garante uma espécie de paradigma semântico em que Sherlock Holmes, mesmo não tendo existência física, pode ser referido como se a tivesse, por analogia com a relação nome-referência padrão. Mas, então, isso já estaria pressupondo a distinção entre as interfaces externa e interna para a abordagem semântica do nome próprio. Paralelamente, deve-se considerar que o tópico em pauta também envolvia, para Kripke, interesses filosóficos importantes. Ele pretendia reverter certas intuições clássicas da tradição kantiana, especialmente com a distinção entre necessidade e aprioricidade. Além disso, como se discutiu, anteriormente, precisava responder ao ceticismo quineano sobre as modalidades. Em síntese, em *Naming and Necessity*, Kripke se situa, na verdade, na interface entre três disciplinas diferentes, a saber, Lógica, Filosofia da Linguagem e Lingüística. Seu compromisso prioritário está, sem dúvida, localizado em sua Semântica de Mundos Possíveis. Nela a noção de nome próprio como designador rígido é fundamental. Paralelamente, a fundamentação filosófica para tal empreendimento, leva-o a envolver-se com a teoria da linguagem. Suas especulações sobre a relação nome-descrições, enunciados de identidade, sobre a questão do batismo, da idéia de cadeia causal, entre outras, demonstram isso. Mas, tudo gira em torno do eixo semântico das modalidades. Por isso, provavelmente, ele rotula sua proposta mais como um quadro (*picture*) sistemático do que propriamente como teoria. Seja como for, na mencionada obra, ele não distinguiu a interface interna entre Semântica e Pragmática e isso, como conseqüência, implica uma certa mistura de critérios e ausência de outros. A crítica de Searle, por exemplo, de que não se pode tratar de referência sem que a noção de intencionalidade intervenha parece justa e irresponsável para Kripke, que só mais tarde viria a reconhecê-la, quando, então, percebeu a importância do que veio a chamar de referência do falante. Da mesma forma, a questão de batismos encadeados, caso de (D15), pressuporia a distinção semântica/pragmática,

quando se pretende tratar de um contexto em que se nomeia algo com um nome de outra coisa com a intenção de manter-se a tradição do original.

3.4 - O Nome Próprio do Ponto de Vista da Comunicação: Expressões Referenciais e Enigmas

Nesta última seção do presente ensaio, após uma exaustiva avaliação do debate sobre o fenômeno da nomeação, desde a descrição das diversas tendências até o conflito argumentativo e suas conseqüências, passemos ao que, metaforicamente, chamamos “A Lógica Natural da Linguagem do Ponto de Vista do Nome Próprio”. Evidentemente, o que pretendemos sugerir com o rótulo ‘lógica natural’ é a confluência entre a interface interna semântico-pragmática e a externa lingüístico-comunicativa. Já que a maioria absoluta das questões sobre a nomeação foram emergindo de acordo com os interesses logicistas, queremos, nesta última parte deste livro, reexaminar aspectos comunicativos que se encontram enraizados na prática de designar. Nessa direção, faremos uma subdivisão em que (A) será o jogo das expressões referenciais e (B), a síntese dos enigmas sobre o nome. Sobre tais tópicos, traremos à cena considerações com perspectivas muito mais de caráter exploratório do que expectativas de resultados técnicos. Antes, para reengatar o que foi anteriormente feito, permita-nos uma retrospectiva do roteiro central que conduziu este ensaio até aqui.

À moda de Kant, a teoria da proposição de J. Stuart Mill distinguia as proposições essenciais, puramente verbais predicções de um nome, das proposições acidentais de valor real, que predicam algo de uma coisa e não apenas de seu símbolo lingüístico. As primeiras, pensa Mill, giram em torno da linguagem, e seu uso excessivo pela silogística clássica é uma das causas de a lógica parecer trivial e desnecessária; as segundas são as que, apontando para o mundo, dizem algo de seus objetos e, com isso, aumentam o nosso conhecimento, dando origem a inferências produtivas. A teoria dos nomes de Mill está a serviço de sua teoria da proposição, e o nome próprio não é senão a categoria sobre cuja atuação semântica recai a responsabilidade de designar os objetos do mundo sem atribuir-lhes nenhuma propriedade, condição de possibilidade das proposições acidentais ou reais. O nome próprio não-conotativo, sem significado, de Mill, portanto, era uma categoria lingüística inteiramente subordinada ao seu papel lógico de denotar, sem propriedade, o objeto do qual é o nome.

Quando Frege criticou, ao seu modo, a lógica clássica, ele atacou a estrutura da proposição tipo sujeito-predicado e pretendeu erigir uma nova teoria da proposição em termos de função e argumento. Nesse contexto, uma questão central era fundamentar lingüisticamente a sua concepção de estrutura proposicional para chegar a uma teoria do juízo compatível com todo o seu projeto logicista. Na relação do mundo com a linguagem, Frege precisava distinguir o objeto do conceito ou classes de objetos, bem como as expressões lingüísticas que designavam tal objeto ou tal conceito. Se ‘F(x)’ ou ‘F(x, y)’ eram, para Frege, expressões da generalidade de estruturas proposicionais, era necessário, ao nível da linguagem ordinária, diferenciar ‘F’ de ‘x’ e ‘y’ para dar uma sustentação lingüístico-ontológica à uma teoria do juízo. ‘F’ passou a ser a parte insaturada, o símbolo da expressão funcional em oposição a ‘x’ e ‘y’, símbolos de elementos completos para completar a expressão funcional, numa generalização da estrutura proposicional completa (PL, p. 126). ‘x’ e ‘y’ eram, então, as variáveis para o argumento, cuja expressão lingüística, como sinal para um objeto, era o nome próprio em oposição ao termo conceitual, nome do conceito e base da incompletude da função F. O nome próprio em Frege, portanto, era uma categoria lógico-lingüístico-ontológica submetida inteiramente ao seu papel lógico na nova teoria da função, base para a nova teoria do juízo.

Quando Russell, engajando-se ao projeto logicista de Frege, pretendeu fundamentar também, ao nível epistemológico, uma teoria do juízo, o nome próprio, logicamente estabelecido, só pôde ser representado por uma expressão que exemplificasse

uma situação de *acquaintance* com um particular, e 'isto' passou a ser este paradigma de nome logicamente próprio. Assim, os nomes próprios da nossa linguagem não eram realmente próprios e não passavam senão de descrições abreviadas, com o mesmo destino lógico das expressões que abreviavam. 'Quine é sábio' era, logicamente, a mesma coisa que 'O autor de Word and Object é sábio', cuja forma profunda era $(?x)[x \text{ é autor de Word and Object} \rightarrow (?y)(y \text{ é autor de Word and Object} \rightarrow y = x) \rightarrow x \text{ é sábio}]$. O nome próprio, para Russell, portanto, era uma categoria lógico-lingüístico-epistemológica em duas perspectivas. Ou era um estereótipo logicamente próprio e não tinha, praticamente, contraparte lingüístico, ou era uma categoria lingüística inexpressiva, apenas disfarce da forma lógica de uma descrição.

Frege e Russell, é óbvio, não chegaram a essa concepção de nome próprio de maneira gratuita. Tudo é consequência de um projeto de fundamentação lingüístico-ontológico-epistemológica para uma nova concepção de lógica mais rigorosa e menos limitada que a clássica aristotélica. Isso determinou que o nome próprio não fosse investigado, senão em seu papel no interior da proposição, unidade lógica fundamental, e também que os juízos problemáticos tenham-se constituído no roteiro pelo qual os filósofos e lógicos andaram decifrando a natureza da categoria lingüística em pauta. A questão toda era que, tendo em vista as condições de verdade de certos juízos como os de identidade, os existenciais negativos, os de contexto de crença, principalmente, enigmas envolvendo os nomes próprios, surgiam, exigindo solução.

Church e Carnap com Frege, Quine com Russell, toda uma trajetória de especulações lógico-filosóficas foi construída nos últimos anos, e a ela dedicamos o nosso primeiro capítulo - A Linguagem Natural da Lógica, do qual este é um quadro super-simplificado.

Wittgenstein começou a reviravolta metodológica ao atacar as bases do descritivismo frege-russelliano em nome de que a linguagem era um jogo social de múltiplas direções e que não podia sustentar, como se fosse um bloco homogêneo e ideal, uma concepção de lógica, por isso mesmo, limitada. Revertiam-se os papéis, e o nome próprio era, agora, a categoria lingüística tema para a qual se procurava uma fundamentação semântica.

O Neodescritivismo de Wittgenstein, Searle e Strawson tratou de retificar as bases frege-russellianas e considerou o nome próprio logicamente equivalente não a uma mas a um conjunto de descrições. Pela fórmula de Searle, se um nome 'a' designasse um indivíduo d do qual P_1, P_2, P_3 e P_n fossem descrições verdadeiras, então a sentença 'a é $P_1 \rightarrow P_2 \rightarrow P_3 \dots \rightarrow P_n$ ' seria analítica.

O nome próprio, portanto, era, na concepção neodescritivista, sinteticamente, uma categoria lingüística logicamente equivalente a um conjunto de descrições em seu papel intraproposicional.

Quando Kripke, recuperando Mill, e demolindo as bases descritivistas, demonstrou a inviabilidade, também, do neodescritivismo, a questão do nome próprio era um pivô teórico de múltipla direção. Kripke queria atacar a tradição filosófica através da teoria do juízo de Kant, a concepção neodescritivista que dava sentido ao nome próprio *qua* categoria lingüística e a concepção do nome próprio no contexto lógico de Quine para resgatar as bases de sua semântica para a lógica modal.

Kripke disse, então, que os nomes não tinham sentido e que eram designadores rígidos, ou seja, referiam o mesmo objeto em todos os mundos possíveis. Disse, também, como uma espécie de síntese de sua crítica que, se 'a' e 'b' eram nomes próprios de uma entidade d , então, sendo 'a = b' um juízo verdadeiro, mesmo que descobríssemos isso *a posteriori*, 'a = b' seria um juízo necessário.

O nome próprio, para Kripke, era uma categoria lógico-lingüística sobre a qual se construíam mundos possíveis em enunciados contrafactuais.

Dummett com Frege, Donnellan e Putnam com Kripke, o debate contemporâneo se desenvolveu com grande intensidade nos últimos vinte anos, e a ele

dedicamos o segundo capítulo, Nome Próprio - A Lógica da Linguagem Natural, do qual este é um brevíssimo resumo.

Até este ponto, entretanto, o nome próprio não tinha sido investigado à luz de um outro prisma, a saber, o de categoria lingüística enquanto instrumento de designação de objetos num contexto de interfaces. Era preciso caracterizá-lo dentro da lógica natural da linguagem, e a esta tarefa dedicamos o terceiro capítulo, quando procuramos demonstrar as contribuições, os problemas e as limitações das teorias em jogo, se confrontadas em termos semânticos e pragmáticos, não só no plano da interface com a lógica, mas, também com a da comunicação.

Nesse contexto, a teoria descritivista original e sua variante contemporânea se mostraram insuficientes e sensíveis a muitos contra-exemplos, e a causal, um pouco mais coerente, ainda assim revelou-se limitada e sofrendo uma razoável contra-exemplicação. Dada, entretanto, a grande força teórica de alguns conceitos dos modelos em luta, optamos por uma reinterpretação do debate, introduzindo a interface interna semântica/pragmática, ora no plano das relações lógico-lingüísticas, ora no plano da fronteira lingüístico-comunicativa.

O nome próprio, então, passou a ser uma categoria lingüística duplamente determinada, conforme o seu papel semântico-pragmático, nas interfaces externas com a lógica ou com a comunicação. Na primeira, essencialmente, um designador rígido, como termo singular para todos os mundos possíveis. Na segunda, em síntese, uma expressão lingüística, eixo de descrições, através da qual se expressa a intenção de identificar um objeto, ou mesmo uma classe, tomada como entidade individual.

Dadas estas últimas considerações, absolutamente resumidas, da interpretação do debate, passemos à (A), penúltima parte, em que faremos uma contextualização final da relação do nome próprio com outras expressões referenciais, à moda do Wittgenstein das Investigações e seus jogos de linguagem.

(A)

1º jogo - Nome Próprio X Dêiticos

Dentro da abordagem alternativa, nomes próprios e dêiticos parecem distinguir-se através de algumas propriedades semânticas e pragmáticas indiscutíveis. Confrontemo-los através das seguintes sentenças:

- (F1) **Marx** é comunista.
- (F2) **Ele** é comunista.
- (F3) **Marx** poderia não ser comunista.
- (F4) **Ele** poderia não ser comunista.
- (F5) **Marx** é Marx.
- (F6) **Ele** é ele.
- (F7) **Marx**, o autor de “O Capital”, é comunista.
- (F8) **Ele**, o autor de “O Capital”, é comunista.
- (F9) **Marx** é comunista. Ele escreveu “O Capital”.

A primeira constatação que se faz no confronto entre (F1) e (F2) é que o nome 'Marx', 'Karl Marx', possui um valor semântico à medida que designa um indivíduo historicamente constituído, independente do contexto de uso específico, o que não acontece com o dêitico 'Ele'. Esta expressão referencial só funciona sobre informações contextuais específicas, constituindo-se, basicamente, numa categoria pragmática. Em um contexto social generalizado, (F1) é verdadeira desde que Marx seja comunista como, de fato, parece que foi. (F2) será verdadeira ou falsa dependente de contexto específico. Verdadeira se o falante aponta para Marx, por exemplo, e falsa se aponta para Clinton.

Uma segunda diferença é estabelecida a partir da comparação entre (F3) e (F4). Como nome de autor de "O Dezoito Brumário", 'Marx' designa Marx no mundo real onde ele foi comunista, (F1), e nos mundos onde ele não o foi, (F3). 'Ele' não refere rigidamente a não ser num contexto de uso específico e, portanto, só nesse contexto pode assemelhar-se ao nome próprio. Se 'ele' designa Marx, por exemplo, (F4) designá-lo-ia onde ele, Marx, não fosse comunista.

A prova dessa espessura semântica do nome próprio em oposição ao dêitico é dada pelo confronto de (F5) e (F6). (F5) é necessariamente verdadeira, ou seja, verdadeira em todos os mundos possíveis; (F6), ao contrário, pode ser falsa desde que se apontem dois indivíduos diferentes no contexto de uso específico, por exemplo.

Da mesma maneira, (F7) é verdadeira desde que, semanticamente, sendo 'Marx' o nome do mesmo indivíduo descrito como o autor de "O Capital", ele seja comunista. Em (F8), 'Ele' não se associa semanticamente à descrição. Pode fazê-lo num contexto específico, mas, então, pode ser falsa ainda que o autor de 'O Capital' seja comunista.

(F9) remete a toda uma complexidade dos casos de anáfora que não nos é relevante aqui. Serve, apenas, para que observemos que um pronome pode referir, nesse caso independente do contexto de uso específico dessa sentença, mas dependente do nome próprio (poderia ser uma descrição definida) da sentença anterior. Nessa situação, 'ele' é uma espécie de dêitico indireto que aponta para o indivíduo através do seu nome.

Sendo uma categoria fundamentalmente pragmática, 'ele' não tem sentido, senão na intenção de um falante específico de referir um determinado objeto. Ao contrário do nome próprio, não há relação causal de um dêitico com seu referente.

2º jogo - Nomes Próprios X Nomes Comuns

Aqui, vamos supor, para que possamos distinguir os dois tipos de nomes, que a questão de um nome comum referir é, como em Frege, aceita.

Consideremos as seguintes sentenças:

(F10) **Os comunistas** são revolucionários.

(F11) **Um comunista**, o autor de "O Capital" é revolucionário.

(F12) **O comunista** à sua frente é revolucionário.

(F13) Lênin foi um **Marx** da prática revolucionária.

(F14) **O Alemão** foi para a Itália.

A primeira observação é que o nome comum, para essa análise, não inclui a classe dos nomes para espécies naturais, magnitudes físicas, ou termos de massa que merecerão um comentário à parte.

A diferença entre a forma de designar de um nome próprio e um nome comum, em princípio, é bastante evidente. O nome próprio 'Marx' em (F1) refere um indivíduo enquanto o nome comum 'comunistas' em (F10) refere uma classe, um conjunto de

indivíduos, ou ainda, como em Frege, um conceito. A presença de ‘comunistas’ na posição de sujeito, na estrutura gramatical de superfície, não impede que um exame da forma lógica das sentenças revele as diferenças entre os dois tipos de expressão referencial. (F1) é simbolizável por ‘C(m)’ enquanto (F10) (? x)(Cx ? Rx), ou seja, enquanto (F1) diz de um indivíduo, Marx, que ele tem a propriedade de ser comunista, (F10) diz que se um indivíduo qualquer pertence ao conjunto dos comunistas, também pertence ao conjunto dos revolucionários.

Em seu uso típico, portanto, a diferença básica entre um nome próprio e um comum é a diferença do indivíduo para o conjunto. Mas isso não impede que um nome comum refira, num contexto de uso específico, indivíduos. No diálogo familiar, por exemplo, ‘O carro está com o pneu furado’ ou ‘A televisão estragou’ ou ‘A mãe saiu’ mostra nomes comuns que podem estar sendo usados para referir objetos individualizados. Isso significa que, do ponto de vista da relação pragmática de referência, nomes comuns e próprios não se distinguem como no plano semântico. Além disso, nomes comuns podem referir indivíduos com o apoio de nomes próprios, descrições definidas ou dêiticos no âmbito da sentença. Em (F11), o nome ‘comunista’ refere Marx com o apoio da descrição definida; em (F12), num contexto específico e com apoio do dêitico, pode ocorrer a mesma coisa. Da mesma forma, pode acontecer, como em (F13), que um nome próprio designe uma propriedade. Nessas situações, entretanto, o nome próprio está fora de sua função típica de referir, não sendo senão a indicação de propriedades do indivíduo através do seu nome. A sentença diz que Lênin teve, na prática revolucionária, propriedades análogas às de Marx, provavelmente, na teoria revolucionária. A diferença entre nomes próprios e comuns é, também, bastante nítida ao nível do sentido. Um nome próprio está ligado ao seu referente, individualizado mediante uma cadeia causal inaugurada por um ato denominativo, enquanto um nome comum refere um conceito mediante o isomorfismo entre as suas notas constituintes e as propriedades dos objetos que caem sob tal conceito.¹³⁸ Aliás, é consequência disso que os nomes comuns, tomados como equivalentes ao conjunto das notas que o constituem, são considerados como tendo significado em oposição aos próprios, ditos sem significado. De fato, o nome próprio enquanto rótulo para um objeto individualizado não funciona através de qualquer significado. Isso não impede que um nome próprio não possa ter o significado de sua origem num nome comum, como é o caso de (F14) em que ‘Alemão’ é o nome de um jogador de futebol. É até comum que os nomes próprios carreguem um significado etimológico. ‘Renato’, por exemplo, é renascido, ‘Pedro’ é pedra e ‘Denis’ significa pertencente ao Deus do vinho. Tais significados, entretanto, não constituem, necessariamente, o sentido do nome próprio, ou seja, o modo de apresentação de seu referente. A sentença:

(F15) **O Alemão** é brasileiro.

não só não é contraditória como é verdadeira se dita do jogador de futebol da seleção brasileira de 1986.

Quanto aos nomes de espécie natural do tipo ‘água’ em (F16),

(F16) **A água** é indispensável à vida.

eles, de fato, se assemelham ao comportamento do nome próprio no sentido de que designam rigidamente, ou seja, referem o mesmo objeto em todos os mundos possíveis. Por outro lado, conforme já advertimos anteriormente, também funcionam como nome comum, combinando-se, inclusive, com dêiticos, como no caso de

138 Frege toma a idéia de notas do conceito a partir da definição que Kant dá de conceito como representação geral (repraesentatio per notas comuns) (FA, p. 220). A teoria dos marcadores semânticos de Katz é uma adaptação moderna dessa análise componencial do conceito.

(F17) **Esta água** é pura e aquela água é mineral

quando designam os objetos diferentes.

Além disso, quando 'água' designa água rigidamente, fá-lo através do estereótipo de água, constituído de propriedades como líquido inodoro, insípido, incolor, formado de dois átomos de hidrogênio para um de oxigênio, etc., o que ainda aproxima aquele de um nome comum.

3º jogo - Nomes Próprios X Descrições Definidas

A relação do nome próprio com a descrição definida é uma das mais delicadas no plano da referência semântica. Não foi por acaso que a tradição filosófica aproximou estes dois tipos de expressões referenciais e até os julgou equivalentes.

Para analisar a relação dos nomes próprios com as descrições definidas, consideremos as sentenças abaixo:

(F18) **Saussure** é o fundador do Estruturalismo lingüístico.

(F19) **O autor do *Curso de Lingüística Geral*** é o fundador do Estruturalismo lingüístico.

(F20) **O autor do *Curso de Lingüística Geral*** escreveu esta obra em 1916.

(F21) **O autor das *Investigações Filosóficas*** defendeu a concepção de linguagem como figuração dos fatos.

(F22) **O Papa** de 1988 é jovem.

A primeira constatação importante é que tanto nomes próprios quanto descrições definidas são expressões referenciais que podem designar indivíduos independentemente do contexto de uso específico da sentença onde ocorrem. Em outras palavras, nomes e descrições podem constituir-se no plano do uso social da língua a partir de fatos históricos sobre os indivíduos que designam. Assim, 'Saussure' e 'O autor do Curso de Lingüística Geral' referem o mestre franco-suíço porque são expressões referenciais de conteúdo semântico historicamente determinado, desde o momento em que aquele indivíduo foi batizado e escreveu o "Curso de Lingüística Geral", respectivamente. Aqui, entretanto, no nível dos fatos, começam as diferenças entre as expressões referenciais em jogo. O nome próprio refere o indivíduo e o constitui no âmbito da linguagem. Poder-se-ia dizer que o batismo é o primeiro ato que determina a expressão lingüística de um objeto individualizado. Quando Saussure escreveu as suas aulas, mais tarde publicadas com o título de "Curso de Lingüística Geral", ele já era identificado por 'Saussure'. Na intuição de Kripke, 'Saussure' designa rigidamente enquanto 'O autor do "Curso de Lingüística Geral"', não. Saussure já era chamado 'Saussure' e poderia não ter sido o autor dessa obra, desde que seus discípulos não a tivessem organizado, por exemplo. O nome próprio, portanto, tem, salvo casos excepcionais, uma prioridade histórica sobre qualquer descrição.¹³⁹ A cadeia causal que o liga ao seu referente remete a um ato denominativo inicial que o designa como um indivíduo em sua totalidade, sem destacar-lhe qualquer propriedade. Por isso, diz-se que o nome próprio não tem significado. É o que Peirce chamaria de símbolo,

¹³⁹ O estranho é que Kripke não tenha dado a devida atenção à determinação histórica que o batismo provoca, à medida que transmite uma prioridade cronológica do nome próprio sobre qualquer outra propriedade descrita em geral. Por isso, ele parece vacilar na análise de descrições do tipo 'a filha de Rainier III e Grace Kelly' para a princesa Caroline, ao suspeitar que ela não poderia não ter sido filha daqueles pais. De fato, essa é uma das únicas descrições de um acontecimento que antecede o batismo.

ou um signo convencional (SO, p. 72). Saussure poderia não ter o nome 'Saussure' embora não pudesse não ser Saussure, como diria Kripke. A descrição definida, ao contrário, não refere diretamente e de forma convencional o seu referente. Antes designa uma propriedade desse objeto que funciona como um índice, ainda no sentido de Peirce (SO, p. 73), para constituí-lo como referente dessa descrição. Por isso, diz-se que a descrição definida tem significado.

Realmente, uma descrição é uma expressão referencial, mas não de maneira exclusiva. Donnellan demonstrou que ela pode ter um uso atributivo. Nada impediria que alguém pudesse usar (F19) para dizer de quem quer que tivesse escrito o "Curso de Lingüística Geral" que era o fundador do Estruturalismo lingüístico.

Além disso, mesmo em uso referencial, uma descrição definida não funciona como um nome próprio. (F18), por exemplo, diz de Saussure que ele foi o fundador do Estruturalismo lingüístico, o que é verdade desde que ele tenha, realmente, sido isso. (F19) diz de Saussure que ele foi o autor do "Curso de Lingüística Geral" e que fundou o Estruturalismo lingüístico, ou seja, diz duas coisas sobre ele. Saussure poderia ter fundado o Estruturalismo lingüístico antes de 1916, como, de fato, aconteceu e (F19), então, em 1910 não poderia ser verdadeira pela vacuidade da descrição, embora (F18) já fosse verdadeira, o que mostra que as duas sentenças não são equivalentes. (F20) também é uma prova desta não equivalência entre o nome e a descrição. Substituindo-se esta por aquele, teríamos 'Saussure escreveu esta obra em 1912', o que não oferece informações suficientes para que a julguemos verdadeira ou falsa, enquanto (F20) é verdadeira.

Uma outra questão que, certamente, distingue o nome da descrição definida, tendo em vista o fato de que esta última tem significado em oposição ao primeiro, é a da relevância do uso da descrição. (F21) e (F22) são exemplos sugestivos. (F21) implica, no sentido de Grice, que Wittgenstein defendeu a idéia de linguagem como figuração dos fatos nas "Investigações Filosóficas", mas isso é totalmente falso. Nessa obra, ele atacou tal concepção que, efetivamente, defendeu no "Tractatus Logico-Philosophicus", obra escrita antes das "Investigações". De modo que (F21), se considerada pelo que implica, a saber, que Wittgenstein defendeu tal concepção na obra que o indica, poderia ser tida como falsa. Já com o nome próprio 'Wittgenstein' no lugar da descrição, seria indiscutivelmente verdadeira. O uso da descrição, no caso, só para referir Wittgenstein, sem qualquer valor atributivo, seria uma espécie de quebra da relevância. (F22) mostra uma situação semelhante. Trata-se de uma sentença tomada, normalmente, como verdadeira. 'Karol Wojtila é jovem', entretanto, já não o seria, certamente pelo menos num contexto onde não se estivesse tratando de religião. Se (F22) é razoável é tão somente porque o indivíduo referido pela descrição está sendo considerado *qua* portador da propriedade que o distingue. O nome próprio, por sua vez, o designa em todos os mundos mesmo naqueles onde ele não fosse o líder católico.

4º jogo - Nomes Próprios Reais X Nomes Próprios de Ficção

A questão da vacuidade referencial é, seguramente, um dos problemas que mais tem atormentado os lógicos que buscam definir o papel das categorias que constituem a proposição enquanto entidade que deve ter um valor-de-verdade. Os nomes próprios de ficção, nesse sentido, têm sido uma fonte de perplexidades lógico-filosóficas. Fora de um contexto logicista, entretanto, à luz de seu uso rotineiro, um enunciado contendo tais nomes não pode ser abordado da mesma forma.

Consideremos as sentenças abaixo:

(F23) **Gorbachev** é o líder político soviético.

(F24) **Russell** não existe mais.

(F25) **James Bond** não existe.

(F26) **James Bond** é o 007.

(F27) **Sean Connery** é **James Bond**.

(F28) **Confúcio** é um filósofo chinês.

Frege, como se sabe, colocava a necessidade de o nome referir como pressuposto para que a proposição pudesse ser verdadeira ou falsa, embora admitisse que ela teria sentido, mesmo no caso de o nome próprio constituinte não possuir referente. Assim, para Frege, a questão da existência do referente 'Confúcio' em (F28), por exemplo, está subordinada à questão se (F28) está sendo tomada como verdadeira ou falsa. Se 'Confúcio é um filósofo chinês' é verdadeira ou falsa, então 'Confúcio' deve referir, porque é dele que se diz alguma coisa. Se 'Confúcio' não refere, então (F28) não pode ser nem verdadeira nem falsa.

Nesse contexto, parece claro que os nomes próprios de ficção, para Frege, só se constituem em problemas à medida que se deseje investigar logicamente uma proposição. Nesse sentido, torna-se grave a constatação de que nomes próprios de ficção produzem proposições nem verdadeiras nem falsas, ameaçando a aplicação do princípio do terceiro excluído à linguagem cotidiana. Talvez, por isso, Frege protestasse contra a possibilidade de a linguagem ter nomes para entidades de ficção.

Russell, da mesma forma, enredou-se com o problema da falha referencial, principalmente devido a sentenças como (F25). Desde que James Bond não existe mesmo, (F25) parece verdadeira mas sem significado, uma vez que fala sobre algo que, não sendo nada, não poderia servir como suporte para afirmações significativas. A teoria das descrições encontrou, aí, sua grande justificativa. A partir dela, (F26) é, para Russell, falsa, ao contrário, portanto, da posição de Frege, para quem tal sentença não seria nem verdadeira nem falsa.

Kripke também olhou os nomes próprios de entidades ficcionais sob o filtro lógico. Para ele, James Bond não poderia não ser o '007', uma vez que James Bond não existe e fim. Mesmo que viesse a se descobrir uma pessoa com todas as características atribuídas a essa personagem, isso não lhe daria estatuto de real. James Bond não deixará, jamais, de ser pura fantasia.

O problema dos nomes próprios de ficção, é bom que se diga, está longe de ser trivial e, à primeira vista, é de difícil definição. Frege, Russell e Kripke, entre outros, não perderam o seu tempo, obviamente. Cabe, de qualquer maneira, acrescentar-lhe outra angulação teórica.

O quadro alternativo, que propusemos, defende a tese de que a referência é uma relação entre referidores, expressões referenciais e referentes. Dentro desse ponto de vista, cada elemento se define pela forma como participa da relação de referência. Nesse sentido, os referidores ou usuários e os referentes ou objetos designados se distinguem enquanto participantes da relação de referência, de si mesmos enquanto elementos fora dessa relação. Um falante A, por exemplo, pode, ao empregar um nome próprio, estar fazendo um uso individual e específico desse nome a ponto de chamar, uma única vez, seu gato de estimação de 'B. Russell'. Mas pode, também, usar esse nome para referir o autor de "On Denoting", representando, assim, o papel de um falante qualquer de uma comunidade que usa 'B. Russell' para B. Russell, o filósofo. Esse falante comum, portanto, desempenha dois papéis diferentes na relação com o nome próprio que usa, e com o referente que designa. Além, é claro, do papel que exerce fora dessa relação. Da mesma maneira, o referente do nome próprio pode ser, no caso do gato, um objeto, cujo vínculo com o nome é, apenas, a intenção do falante A. Mas, se for o filósofo, trata-se de um referente ligado ao nome 'B. Russell', mediante cadeias causais de uso social, inauguradas por um ato de batismo.

Obviamente, o gato e o filósofo têm uma existência bastante diferente dessa suposta relação de referência.

Dentro desse quadro, como fica a questão dos nomes próprios de ficção?

Inicialmente, do ponto de vista do uso rotineiro da linguagem, 'Gorbachev' e 'James Bond' são nomes próprios do mesmo tipo para o falante comum. A questão de que o primeiro designa um indivíduo real e o segundo, uma personagem de ficção não parece lingüisticamente relevante.¹⁴⁰ A prova disso é que 'Confúcio', por exemplo, é usado, naturalmente, para referir um indivíduo do qual se pode até duvidar ter existido. Ninguém, contudo, do ponto de vista do uso da linguagem, seria capaz de achar o emprego de tal nome estranho, como se houvesse necessidade de uma decisão empírica sobre a existência daquele indivíduo.

Além disso, dentro da nossa concepção de relação semântica de referência, a questão da existência ou não do objeto designado toma uma outra dimensão que não a de Frege-Russell-Kripke.

Na interpretação de Russell, por exemplo, (F25) é problemática à medida que ele identifica o referente do nome com o objeto designado fora dessa relação. Para nós, entretanto, (F25) pode ter sentido e ser verdadeira ao mesmo tempo. Ela não afirma que o referente do nome não existe. Diz, apenas, que ele não tem existência física, o que implica tratar-se, então, de uma personagem de ficção, uma vez que se 'James Bond' não referisse ou referisse nada, essa sentença não só não teria sentido como não se justificaria em seu uso. Uma prova disso é que, no caso de (F24), a expressão 'mais' se justifica, tendo em vista que Russell não é uma personagem de ficção, como ficaria implicado se tal expressão fosse suprimida.

Isso parece mais coerente, ainda, se considerarmos que James Bond, mesmo como personagem de ficção, existe. De fato, ele é um objeto de ficção, mas não tem existência física fora desse contexto, mas nele, existe. (F26), para nós, na acepção comum de 'verdadeiro', é sentença verdadeira. Frege e Russell, nesse caso, não conseguiram ver a lógica fora de sua aplicação às ciências naturais, como entendidas na época. (F26) parece, apenas, isso sim, não ser uma sentença típica de uma teoria empírica., cujo valor-de-verdade depende de uma confirmação da existência física do objeto de que fala.

Kripke, por sua vez, teria razão? James Bond não poderia ser 008? Na seqüência da história ficcional, ele não poderia ter outras propriedades sem deixar de ser a mesma personagem?

De fato, se James Bond não existisse no mundo real, não se poderia conjecturar sobre as propriedades que ele não tem. Mas a nossa intuição (Kripke dá valor a ela) parece ser a de que James Bond poderia ser 008 sem deixar de ser o mesmo. Isso mostra que Kripke se engana? não exatamente. Mostra, apenas, que, se ele acha que James Bond não existe em nenhum sentido, aí, então, se engana, a não ser que o uso social de tal nome na literatura ou no cinema seja algo absolutamente inócua.

Frege, Russell ou Kripke, todavia, não deixam de ter razão num aspecto: há diferenças mesmo na lógica natural da linguagem entre nomes próprios reais e de ficção. Um nome próprio que designa uma entidade real, uma pessoa, por exemplo, liga-se ao seu referente de maneira completamente convencional. Clinton poderia ter sido chamado 'Stalin' sem nenhum problema. Ainda assim seria Clinton. Isso é o que, em última análise,

¹⁴⁰ Para uma semântica das condições-de-verdade, como a de Davidson, entretanto, que é uma abordagem baseada na concepção de verdade de Tarski tal como ele a apresenta, principalmente, em seu artigo clássico de 1944 "The Semantic Conception of Truth", a diferença entre nomes próprios reais e de ficção pode ter um outro tipo de interesse. Não é por outra razão, aliás, que as especulações logicistas de Frege e Russell, principalmente, sobre o tema, acabaram tão valorizados no contexto da semântica lingüística. Tal programa, entretanto, não é objeto de nosso ensaio. De qualquer maneira, artigos como o de Davidson (RWR), o de John MacDowell (OSRP), e o de Edward Zalta (FBLO), fazem comentários sobre o problema da natureza da referência, tendo como pano de fundo as posições antagônicas de Frege e Kripke. Destaque-se, também, que Tyler Burge (RPN) tem sugerido uma teoria dos nomes próprios apoiada por Davidson, em que os nomes são tratados como predicado.

faz com que a referência determine o sentido no caso do nome próprio real. Já 'James Bond', ainda em nossa intuição, parece não ter podido ter outro nome e ser o mesmo. Ou seja: o nome de entidade de ficção parece constituir-na numa espécie de batismo não só denotativo como fundador daquele objeto. O nome próprio, então, designando um indivíduo real, o constitui na linguagem; o nome de ficção designando-o na linguagem, o constitui na realidade comunicacional da ficção. Exatamente por isso, o nome de ficção possui de fato, e nisso Frege e Russell tinham razão, uma dependência muito maior das descrições definidas que se associam a ele. Elas constituem as propriedades do objeto designado por aquele nome, ou seja, caracterizam o sentido que, nesse caso, determina o referente e, por conseqüência, a relação de referência. Quando uma entidade de ficção é nomeada, é que ela se constitui e, no mesmo momento do batismo, suas propriedades são determinadas por um conjunto de descrições. (F27) é um caso interessante a demonstrar o que se disse: 'James Bond' é o nome próprio do agente 007 da ficção, mas é tão determinado por suas propriedades que mais parece um conjunto delas. 'Sean Connery é James Bond' poderia ser verdadeira mas não necessária, já que, quando Roger Moore passou a sê-lo, Sean Connery já não mais o era.

Wittgenstein disse, e com clareza, no *Tractatus*, que a nossa linguagem é logicamente perfeita tal como é e, nas *Investigações*, foi o logicismo que teve que ceder.

Passemos, então, à (B), última parte deste ensaio.

(B)

Aqui, procederemos a uma síntese dos aspectos mais problemáticos que emergiram do tópico. Eles, de fato, apresentaram o verdadeiro roteiro subjacente ao trabalho dos lógicos e filósofos, constituindo-se no que se tem chamado 'os enigmas do nome', dadas as perplexidades que oferecem à investigação racional. Evidentemente, não esgotaremos todas as formas de apresentação de tais enigmas, nem as diversas tentativas de solucioná-los. Tudo o que pretendemos é reapresentá-los - já que eles aparecem diluídos ao longo deste ensaio - na clareza de seu excitante caráter lógico-filosófico e contrastá-los contra o pano-de-fundo das elocubrações que, de maneira figurada, chamamos a lógica natural da linguagem. Para isso, faremos, primeiramente, a apresentação dos ditos enigmas, rotulados pelo nome de seus autores, em sua forma mais crua, juntamente com a solução que eles próprios propuseram. A seguir, faremos uma síntese dos debates sobre as possíveis soluções, para, finalmente, reavaliá-los via abordagem das interfaces. Vale a pena lembrar que tais enigmas envolvem nomes próprios e descrições e estão correlacionados.

O Enigma de Frege (EF):

Frege (1892) sistematizou o que foi consagrado como o 'enigma dos enunciados de identidade' (EF):

Se 'a=a' é verdadeiro e se 'a=b' é verdadeiro, então '(a=a)' = '(a=b)'. Mas 'a=a' parece tautológica e 'a=b', não; parece informativa.

Assim, se 'a' e 'b' são nomes que designam o mesmo objeto, o resultado paradoxal de (EF) é que '(a=b)' parece, ao mesmo tempo, = '(a=a)' e ? de '(a=a)'.

Frege teve neste enigma uma das motivações para o seu famoso par sentido/referência. 'a' e 'b' referem o mesmo objeto, mas o fazem de forma diversa. A referência, então, é a mesma, e o sentido, não. Se (EF) envolve sentido e referência, entende-se que 'a=b' possa ser igual a 'a=a', quanto à referência, e 'a=b' seja informativamente diferente de 'a=a', quanto ao sentido.

Os Enigmas de Russell (EsR):

Russell (1905), como se disse em 1.3, considerou, como roteiro motivador para sua modelar teoria das descrições, três elegantes enigmas, envolvendo descrições definidas e nomes próprios.

Nós os rerepresentamos aqui para fins de clareza:

- O Enigma do Contexto Epistêmico (ECE) e a Lei de Leibniz: Se 'George IV queria saber se Scott é o autor de Waverley' é verdadeiro e 'Scott' refere a mesma pessoa que 'O autor de Waverley' por que falha a troca de nomes que referem a mesma entidade (Lei de Leibniz) e 'George IV queria saber se Scott é Scott' parece falsa?

- O Enigma da Vacuidade Referencial (EVR) e a Lei do Terceiro Excluído: Se 'O Rei da França é calvo' é falsa desde que não haja a entidade referida, como é possível que 'O Rei da França não é calvo' continue falsa no mesmo caso e ainda valha a Lei do Terceiro Excluído?

- O Enigma dos Enunciados Existenciais Negativos (EEEN) e a forma sujeito/predicado: Se 'O Rei da França não existe' é verdadeira, de quem se fala, ou sobre quem a afirmação é verdadeira?

Russell (1905/1919) propôs elegantes soluções técnicas para os seus três paradoxos. Em seus aspectos essenciais, a sua solução para o primeiro enigma, (ECE), é considerar que somente nomes logicamente próprios são intercambiáveis sem perda de valor de verdade. Assim, 'Scott' e 'O autor de Waverley' não poderiam ser intersubstituíveis. O primeiro nome, ainda que funcione como se fosse próprio, não o é exatamente, podendo ser equivalente a uma descrição abreviada. O segundo também não é um nome. A solução de Russell passa pela eliminação de tais descrições em sua famosa formulação para uma sentença do tipo 'O autor de Waverley era escocês':

- Pelo menos uma pessoa escreveu Waverley e
- No máximo uma pessoa escreveu Waverley e
- Quem quer que tenha escrito Waverley era escocês

Eliminada a descrição definida, não há aplicação da Lei de Leibniz ou o Princípio da Intercambialidade de Carnap (nomes de mesma referência intersubstituídos não alteram o valor de verdade) que ficam, finalmente, preservados.

A solução de Russell para o segundo enigma, (EVR), é considerar que 'O Rei da França é calvo' é, desde que não haja tal entidade, sempre falsa. Para ele, tal sentença envolve uma forma lógica composta por $(?x)[x \text{ é o Rei da França} \rightarrow (?y)(y \text{ é o Rei da França} \rightarrow y = x) \rightarrow x \text{ é calvo}]$. Como, na primeira parte da conjunção, nada satisfaz a função proposicional $x \text{ é Rei da França}$, então segue-se a falsidade do enunciado sob avaliação. Quanto a sua negação 'O Rei da França não é calvo', basta que tal sentença seja interpretada como é falso que o rei da França seja calvo. Com toda a proposição no escopo da negação, a sentença é verdadeira, o que deixa intacta a Lei do Terceiro Excluído, então ameaçada.

Para o caso de (EEEN), Russell observa que 'O Rei da França' não deve ser considerado o sujeito em sentenças do tipo 'O Rei da França não existe' à medida que nada denota. É por essa razão que dizer 'isto existe' ou 'Scott existe' é tautológica, e suas negações, contradições. Nesses dois últimos casos, 'isto' é um nome logicamente próprio e 'Scott' está sendo tomado como se o fosse. Então, se 'O Rei da França não existe' é significativa, não-tautológica, nem contraditória, é, justamente, porque 'O Rei da França' não funciona como logicamente próprio, não sendo equivalente nem a 'isto' nem a 'Scott'.

O Enigma de Quine:

Quine (WAO) também traz, ao debate teórico, uma exemplificação problemática envolvendo modalidades, quantificação e enunciados de identidade com nomes e descrições.

Dado que

(a) necessariamente $9 > 7$ e

(b) $9 =$ número de planetas

pode-se derivar

(c) necessariamente o número de planetas > 7 .

Ainda, entretanto, que (a) e (b) sejam aceitáveis e que a derivação seja correta, (c) parece inaceitável, dado que o número de planetas só contingentemente é 9.

Da mesma forma que com a noção de necessidade, também se pode ilustrar o problema para Quine com a idéia de possibilidade.

(d) é possível que $9 < 7$ (falsa) e

(e) $9 =$ número de planetas

pode-se obter

(f) é possível que o número de planetas < 7 (verdadeira)

Quine retira daí que o Princípio da Intercambialidade de Carnap (1956) falha em contextos modais, o que é, evidentemente, indesejável.

Para Quine, o que ocorre com as modalidades é o que ocorre com os contextos epistêmicos em geral, o Princípio da Intercambialidade ou da substitubibilidade *salva veritate*, não funciona. (g), abaixo, pode ser considerada verdadeira e (i), ainda assim, ser falsa.

(g) João acredita Cassius Clay foi o melhor do mundo

(h) Cassius Clay = Mohamed Ali

(i) João acredita que Mohamed Ali foi o melhor do mundo

Além disso, se combinadas modalidade e quantificação, poderíamos de (a) obter, por generalização existencial,

(j) $(?x)(\text{necessariamente } x > 7)$

o que implica compromissos com propriedades essenciais, no caso, a de 9 ser um objeto com a propriedade necessária de ser maior do que 7.

Quine sugere, então, uma espécie de predicado semântico de necessidade - NEC - que não permite as derivações indesejadas. De fato, se se assume (k),

(k) NEC ' $9 > 7$ '

o nome da sentença entre aspas é que está no escopo do predicado de necessidade NEC e não a proposição $9 > 7$. Dentro disso, a generalização existencial não se aplica, dado que em (l)

(l) $(?x)(\text{NEC } 'x > 7')$

o x do nome da sentença não é uma variável, não podendo estar no escopo do quantificador existencial. Trata-se, apenas, de uma letra que não pode ser separada do todo sentencial. Dessa forma, não se tem a assim chamada modalidade *de re*, cujo compromisso com propriedades essenciais era, exatamente, o que Quine queria evitar. Da mesma forma, (g) teria a seguinte formulação:

(m) João acredita ser verdadeiro 'Cassius Clay foi o melhor do mundo'

com a sentença entre aspas sendo um todo em que 'Cassius Clay' não é uma parte isolada substituível por 'Mohamed Ali', ainda que tais nomes refiram a mesma pessoa. A solução de Quine passa, então, pela forma de reduzir tais contextos a interpretações *de dicto* ou, como ele as denomina, nocionais, em oposição às *de re* ou relacionais. As primeiras evitam os conflitos com o Princípio da Intercambialidade e com o indesejável essencialismo.

O Enigma de Kripke:

Kripke (PAB) apresenta uma seqüência de enigmas da crença (EC) cujo caso mais famoso é o de Pierre, um falante do francês que mora na França. Pierre concorda sinceramente que

(a) Londres est jolie

sem ter ido nunca a Londres, apenas por sua experiência cultural. Uma vez indo morar em Londres, e aprendendo inglês, sem usar tradução, Pierre, agora pela experiência direta, concorda que

(b) London is not pretty

sem saber que Londres é London.

Usando o princípio da desmenção e uma adequada tradução, podemos chegar a

(c) Pierre believes that London is not pretty and believes that London is pretty.

O que Kripke pretende com tal enigma é demonstrar que ele aparece independentemente da aplicação do Princípio da Intercambialidade. Do mesmo modo, diz Kripke, quando Peter aceita sentenças como

(d) Paderewski tem talento musical.

e

(e) Paderewski não tem talento musical.

baseando-se em informações associadas ao nome 'Paderewski', sem saber que ele saiba que se trata da mesma pessoa, pode-se derivar a mesma sentença paradoxal

(f) Peter crê que Paderewski tem talento musical e crê que Paderewski não tem talento musical.

independentemente do Princípio da Intercambialidade e, agora, até de qualquer tradução.

Kripke não cria tais paradoxos articulados a uma proposta sua de solução. Tudo o que ele pretende é demonstrar que eles surgem, nesses diversos contextos de crença, sem que se apele senão para o processo de desmenção.

Dado esse conjunto de enigmas, de Frege a Kripke, consideraremos, agora, os principais argumentos que estão em jogo no debate que envolve os diversos pontos de vista sobre os problemas e suas possíveis soluções. O enigma básico dos enunciados de identidade formulado por Frege, a saber, como é possível que '(a=b)' seja igual e diferente de '(a=a)' tem sua solução clássica através do par sentido/referência, dispositivo que também serve para outros paradoxos envolvendo nomes e descrições. Russell (OD),

entretanto, como se sabe, desacredita a solução fregeana em nome de que a distinção sentido/referência é demasiadamente tênue e obscura. O argumento russelliano em seu núcleo duro pode ser apresentado da seguinte maneira: Estrela da Manhã é um planeta, não um complexo denotador; 'A Estrela da Manhã' é um complexo denotador, não um planeta. Nessa mesma perspectiva, o sentido da estrela da manhã é diferente de 'O sentido da Estrela da Manhã' e de 'O sentido de "A Estrela da Manhã"'. Neste último caso, é que estamos falando sobre o sentido do complexo denotador, referência, portanto, da expressão completa. Russell se pergunta, nesse ponto, sobre a relação entre 'A Estrela da Manhã', quando se fala sobre o sentido, e A Estrela da Manhã, quando se a usa para falar da denotação. Para ele, tal relação é suficientemente problemática para implodir o par fregeano. Ou em suas próprias palavras, "Mas a dificuldade com a qual nos confrontamos é que nós não podemos ser bem sucedidos em *ambos* preservar a conexão de significado e denotação e impedi-los de serem uma e a mesma coisa." (OD, p. 49)

Independentemente dos resultados do debate argumentativo que se arrasta até hoje entre inúmeros comentaristas (ver ROF, p. 71), as soluções de Frege e Russell continuam, alternativamente, sendo apresentadas para os demais paradoxos. É o caso do enigma de contextos epistêmicos formulado por Russell (OD), ilustrado pelas sentenças abaixo:

- (a) George IV queria saber se Scott é o autor de Waverley.
- (b) Scott = o autor de Waverley
- (c) George IV queria saber se Scott é Scott.

A questão em jogo é por que, supostos (a) e (b) e o Princípio da Intercambialidade, (c) não tem seu valor-de-verdade garantido.

Para Frege, dadas as suas noções de sentido e referência, a solução deste tipo de problema está no fato de que (a) constitui um contexto oblíquo em que a sentença subordinada não tem sua referência costumeira, referindo-se, isto sim, a seu sentido costumeiro. Nesse caso, não se poderia substituir 'o autor de Waverley' pelo nome 'Scott' porque o primeiro não está referindo seu objeto, mas seu sentido. Ora, o Princípio da Intercambialidade vale para a intersubstituição de nomes que refiram o mesmo objeto, em contextos transparentes, e por isso não se aplica a essa situação aqui. Russell, como já se viu anteriormente, recusa a idéia de sentido fregeano e resolve tal paradoxo, via uma teoria das descrições, em que estas são eliminadas. Os enigmas de Quine, análogos ao russelliano, cumprem a função de desautorizar os operadores modais e sua combinação com quantificações. Quine, em síntese, quer demonstrar que as modalidades e os contextos epistêmicos em geral não são confiáveis desde que neles não funciona um princípio tão fundamental quanto o da Intercambialidade. Por isso sua solução, já apresentada, apela para um operador (NEC) que, em interpretação *de dicto*, não só salva a Intercambialidade como evita contextos suspeitos e, finalmente, afasta qualquer essencialismo. Nesse sentido, para Quine, o enigma em pauta teria a seguinte formulação: George IV queria saber se era verdadeiro 'Scott era o autor de Waverley', em que a sentença entre aspas é um todo não-estruturado em que 'o autor de Waverley' não refere individualmente e, portanto, não permite nenhuma substituição, mesmo pelo nome 'Scott', supostamente equivalente, por hipótese.

Kripke discorda de Quine e tenta, ao mesmo tempo, enfraquecer o argumento quineano e salvar as modalidades. Para ele, Quine e seus associados nesse caso, cometem uma inadequação, ao combinarem o Princípio da Desmenção e o da Intercambialidade, gerando paradoxos, aparentemente resultantes de tal combinação. Esses paradoxos, argumenta Kripke, podem ser derivados exclusivamente da Desmenção (caso Peter), ou dela e algum outro dispositivo como o da tradução (caso Pierre). Se isso é assim, então o

argumento quineano não está autorizado a suspeitar de que modalidades e contextos epistêmicos são fatais ao Princípio da Intercambialidade. Kripke, como se sabe, assumindo que nomes próprios são designadores rígidos, considera-os intercambiáveis *salva veritate* em sentenças modais de identidade, bem como em todos os contextos de necessidade e possibilidade metafísicas. Kripke, endossa e desenvolve a posição de Marcus ((FCFS/ISFC/MIL) de que os enunciados de identidade como ‘Hesperus = Phosphorus’ são necessariamente verdadeiros, ainda que tais verdades possam ser descobertas *a posteriori*. Para ele, é preciso distinguir a oposição metafísica entre necessidade/contingência, de epistêmica entre *a priori/a posteriori*. Quanto aos contextos epistêmicos em geral, Kripke aceita a idéia de que eles não sejam referencialmente transparentes no sentido de que permitam a intercambialidade para quaisquer nomes e descrições definidas, em oposição a contextos modais ditos shakesperianos em que a intercambialidade de nomes próprios vale. Mesmo assim, Kripke assume uma forma de modalidade *de re*, onde mesmo descrições podem ser intercambiáveis. Para ele, uma sentença como ‘Necessariamente ‘Beijing é a capital da China’ pode ter duas leituras, de acordo com a posição do operador modal, conforme as formas lógicas abaixo

Necessariamente: (?x) (x é a capital da China & x = Beijing)

(?x) (x é a capital da China & necessariamente x = Beijing)

Em tais leituras, a primeira *de dicto* e a segunda *de re*, esta última permite a intercambialidade e não envolve propriamente paradoxos, mesmo em contextos epistêmicos. ‘George IV queria saber se Scott era o autor de Waverley’ caracteriza, para ele, um contexto referencialmente opaco mas, ainda assim, é compatível com o Princípio da Intercambialidade desde que se tenha uma interpretação *de re* do tipo George IV queria saber de Scott se ele era o autor de Waverley.

É claro que Kripke assume um compromisso com propriedades essenciais. Ele, aliás, acha que as nossas intuições são compatíveis com a distinção essencial/acidental. É razoável, pensa ele, que Platão seja essencialmente um ser humano e acidentalmente mestre de Aristóteles. Nessa direção, Kripke, invertendo a concepção tradicional, trata os nomes de espécies naturais, conforme se viu antes, como nomes próprios, e isso, articulado à sua idéia essencialista, leva-o a considerar sentenças como ‘O ouro tem número atômico 79’ ou ‘A água é H₂O’ como necessariamente verdadeiras. Carnap evitava esse tipo de compromisso sobre o qual divergem Kripke e Quine, assumindo a idéia de que um nome tem extensão e não uma direta conexão com as coisas. Para ele, dois nomes com a mesma extensão são intercambiáveis apenas em contextos extensionais, sendo que, se têm a mesma intensão, então são intercambiáveis em contextos extensionais e intensionais. ‘O autor de Waverley’ e ‘Scott’ num contexto intensional não poderiam ser intersubstituíveis porque, ainda que se supusesse a mesma extensão, são intensionalmente diferentes. Da mesma forma, Kaplan (QTF) tenta resolver o impasse entre Kripke e Quine, propondo uma alternativa em que é possível quantificar com modalidades e não se ter compromisso essencialista. A idéia básica consiste em assumir-se a idéia fregeana de que a oração subordinada é uma citação referindo ela mesma, mas em que, diferentemente de Quine, uma parte dela, como ‘o autor de Waverley’, por exemplo, pode referir individualmente. A notação ‘<’ e ‘>’ serve para Kaplan explicitar o tipo de citação fregeana. (?x)(< x é maior do que 7 > é uma verdade matemática), combinando com um predicado semântico de necessidade (N) para salvar a intenção quineana. (?x) (N < x é maior do que 7 >). Como este tipo de solução ainda implica problemas, relativamente à forma de referir, Kaplan acrescenta um novo operador ?n que garante que, se uma expressão designa um objeto, sempre o designa. Algo como ?n (‘9’, 9) que é para ser lido ‘9’ necessariamente designa 9. A formatação formal e final nos dá (?x) [?n (x, 9) & N < x é maior do que 9>]. Kaplan (QTF, p. 196) / Mackenzie (ILP, p. 180).

Dado esse contexto de emergência de enigmas envolvendo nomes próprios e descrições definidas e o debate sobre soluções, passemos à reavaliação das informações e argumentos, supondo, especialmente, a interface externa lingüístico-comunicativa e a interna semântico-pragmática.

De fato, a formulação desses paradoxos está completamente subordinada à interface lógico-lingüística. O ponto crucial é sempre o conflito na estrutura de um argumento dedutivo, em que, ora o Princípio do Terceiro Excluído, ora o Princípio de Intercambialidade, ora as Modalidades, ora a Quantificação, suportes da Lógica de Predicados e/ou Modal, estão ameaçados. A abordagem da linguagem natural, nesse contexto, cumpre o papel de oferecer sustentação às linguagens formais envolvidas, dado o interesse em que a racionalidade dos últimos esteja enraizada na racionalidade da primeira. Evidentemente, ninguém deseja uma lógica formal arbitrária, contra-intuitiva e sem aplicação potencial ao raciocínio prático. Como já consideramos, anteriormente, mesmo em tal interface faz sentido a distinção Semântica/Pragmática, ainda que esta última tenha um papel mais restrito, dado o fato de que o campo científico de aplicação da lógica trabalha, essencialmente, com sentenças livres de contexto específico.

Dito isso, retomemos os enigmas e os meandros argumentativos sobre eles, se é a função comunicativa da linguagem natural que está no centro das atenções teóricas na interface semântico-pragmática. Começemos com a análise dos enunciados de identidade, nas diversas formas de expressões referenciais, inicialmente em contextos transparentes.

- (a) Hesperus é Hesperus.
- (b) Hesperus é Phosphorus.
- (c) Hesperus é a Estrela da Manhã.
- (d) A Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã.
- (e) A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde.
- (f) Aquilo é a Estrela da Manhã.
- (g) Cassius Clay é Mohamed Ali.
- (h) A água é H_2O .
- (i) Água é água.
- (j) Isto é isto.
- (k) Um Kennedy é um Kennedy.

Do ponto de vista comunicativo, são raras as situações em que sentenças como (a) aparecem. Já que se trata, informativamente, de uma tautologia semântica, só se justifica, pragmaticamente, como expressão de alavanca de implicatura, naquilo que, com Grice (SWW) (ver nota de rodapé 134), se poderia caracterizar como quebra da máxima de quantidade. Suponha-se um diálogo como:

- (A) Você viu a jogada de Pelé?
- (B) Pelé é Pelé.

(A) estaria autorizado a inferir que (B) implicou algo do tipo Pelé é símbolo de qualidade, ou qualquer coisa semelhante. Como o raciocínio prático parece bastante determinado pelo aspecto informativo, tautologias e contradições representam aparentes violações de algum princípio de cooperação subjacente. Exatamente por isso, se (B) tivesse dito 'Pelé não é mais Pelé', pareceria estar, com esse tipo de contradição, implicando que ele não é mais o mesmo em termos de qualidade ou algo do gênero. (i), por razões análogas, também só se justifica na perspectiva de uma implicatura sobre a importância vital do líquido, por exemplo.

Quanto a (b), trata-se de um enunciado comunicativamente bem mais comum. Frequentemente, há uma situação que o justifique.

(A) Eu conheci Edson Arantes do Nascimento quando era criança em Bauru, onde ele viveu na infância.

(B) Sim, e daí?

(A) Edson Arantes do Nascimento é Pelé.

(B) É mesmo?

Para Kripke, (a) e (b) são necessariamente verdadeiras desde que os nomes envolvidos sejam designadores rígidos, ainda que a verdade de (B) possa ser descoberta *a posteriori*. A idéia básica de Kripke é que não há mundo possível onde Hesperus pudesse não ser Phosphorus, mesmo que a afirmação de tal identidade dependesse de uma conclusão empírica. Mas, comunicativamente, como há uma tradição lingüística de se ter um nome para cada objeto, (b) parece justificar-se porque o objeto está sendo apresentado de duas maneiras diferentes. Frege acreditou em sentidos diferentes, mas fez convergirem duas noções diversas de sentido; Kripke denunciou a impropriedade, mas, então, implodiu a idéia de sentido para nome próprio. Como, entretanto, cada nome próprio é uma forma fônica e/ou gráfica única, nada impede que tal forma seja relevante na determinação da referência. O que se poderia chamar de referência direta, através de um designador rígido, seria, então, a maneira puramente formal, sem conteúdo, sem composicionalidade de o nome próprio referir. Mas, se a forma fônica/gráfica distingue dois nomes próprios e é relevante para a determinação da referência, então um enunciado de identidade como (b) é tautológico semanticamente, mas informativo quanto à forma. Isso aproxima um pouco mais, Frege, Kripke e as nossas intuições.

Considere-se, ainda, que variações, sob a forma de pergunta, tipo 'Pelé ainda é Pelé?' ou 'Hesperus é realmente Phosphorus?' mostram, através de implicaturas, possibilidades informativas de tais enunciados. No primeiro, a inferência sugerida de dúvida se Pelé joga como antes, e a segunda se a descoberta astronômica é, de fato verdadeira.

Quanto a (c), ela representa, em princípio, uma identidade que se expressa com o uso de um nome próprio e uma descrição definida. Lida a descrição referencialmente, então (c) parece equivalente a (a) e a (b), ainda que estas não expressem qualquer propriedade do planeta em questão. Isso nos permite ver, mais claramente, o que poderia ter sido a origem da mistura que Frege fez das noções de sentido. (c) apresenta a diferença de forma entre o nome próprio e a descrição, e isso se torna evidente, também porque o nome não tem o conteúdo que a descrição expressa. Tanto isso é verdade, que há uma composicionalidade na descrição, coisa que permite, inclusive, trocar 'da manhã' por 'matutina', sem mudança de sentido, e, por 'da tarde', com mudança. (c) também pode motivar uma reflexão sobre a concepção fregeana de sentido/referência, se se reavalia, sob a ótica comunicativa, a crítica russelliana em *On Denoting*

Suponhamos que se assuma a distinção sentido/referência na interface semântico-pragmática, poder-se-ia construir a seguinte situação: o falante F enuncia a sentença (c) para falar da denotação Vênus e o faz através das expressões 'Hesperus' e 'A Estrela da Manhã' com a intenção de caracterizar a identidade via o sentido zero do nome próprio e o sentido composicional da descrição definida, como expressão de uma propriedade de Vênus. Se F, por acaso, é uma pessoa interessada em linguagem, nada impede que, paralelamente, ela proferisse o enunciado (c') 'O sentido da descrição 'A Estrela da Manhã' denota Vênus', com a intenção de falar do sentido da expressão, através de uma forma mais complexa, ainda como modo de apresentação da denotação, no caso o sentido de 'A Estrela da Manhã'. Do ponto de vista pragmático, se se aceita que uma expressão lingüística pode ser usada para designar algo de alguma forma léxico-sintático-semântica, parece razoável que o falante F possa falar sobre tal forma, usando uma expressão, com outra forma léxico-sintático-semântica que o denote. No exemplo, a expressão 'O sentido da descrição 'A Estrela da Manhã' apresenta a sua denotação o sentido de 'A Estrela da Manhã', com uma forma léxico-sintático-semântica que envolve oito palavras. O sentido fregeano, ou forma léxico-sintático-semântica da expressão 'O sentido da descrição 'A Estrela da Manhã' é uma propriedade que tal cadeia lingüística expressa para designar a referência fregeana, uma propriedade da cadeia lingüística 'A Estrela da Manhã'. Ou em palavras mais simples: um falante F qualquer pode falar de qualquer coisa através de uma expressão referencial que apresente tal coisa de certo modo, e sempre se distinguirá a coisa designada do modo de designá-la, mesmo quando a coisa de que F fala é o modo de designar uma coisa. Russell, certamente, tinha razão ao supor que, para uma teoria semântica, é motivo de inquietação a opacidade da relação significado-denotação, como ele entende que Frege o concebeu. De um ponto de vista pragmático, a dita dicotomia é razoavelmente intuitiva.

Independentemente dos aspectos específicos do debate sobre o tópico, que vão além do escopo do presente ensaio, o refinamento das noções de sentido/referência na interface Semântica/Pragmática introduz variações no contexto das relações nomes próprios, descrições, enunciados de identidade, etc. Dada, por exemplo, a distinção referência semântica/referência do falante, ou pragmática, conforme já visto implícita em Frege, Kripke e, inclusive, Russell (ao assumir que o significado denota a denotação e, ao mesmo tempo, que a denotação é sobre o que falamos (OD, p. 48-49)), é possível, de fato, reexaminar alguns dos problemas sobre a questão.

Realmente, se há uma referência do falante, distinta da semântica, e se quer distinguir nome próprio e descrição definida, via estratégia fregeana, então a noção de sentido passa a ser, como vimos, e, agora, justificadamente, dupla. Ou seja, o modo de apresentação da referência semântica e o modo de apresentação da referência pragmática. No plano comunicativo, (c) pode ser, então, uma sentença veiculando uma proposição livre de contexto sobre Hesperus ou um enunciado através do qual um falante F fale sobre Hesperus. No primeiro caso, 'Hesperus' refere Hesperus, de algum modo - diretamente, para Kripke, ou associado a alguma descrição, conforme Frege; enquanto, no segundo, F refere Hesperus através de 'Hesperus', usado com a intenção de referir aquela entidade daquela maneira. A conexão 'Hesperus'/Hesperus representa uma realização de um ato de referir, instância da generalidade 'Hesperus'/Hesperus. Quanto à forma de determinação de referência, pode-se dizer que 'Hesperus' refere diretamente Hesperus, numa abstração de uso social e que F tem a intenção de referir Hesperus diretamente numa instância particular.

Sobre descrição definida em (c), a primeira e já estabelecida constatação no plano comunicacional é que se pode considerá-la de duas formas: ou designando uma propriedade de Hesperus, ou, se Hesperus é a única entidade que tem tal propriedade, designando tal entidade como um todo. Um uso atributivo, ou um referencial, como o quer Donnellan. No primeiro caso, (c) é equivalente a 'Hesperus é (uma) estrela da manhã'; no segundo, 'Hesperus é A estrela da Manhã'. Na primeira situação, (c) é, obviamente, não-

trivial e informativa; na segunda, surge o enunciado possível de identidade que gera o problema de como é possível que (c) seja igual e diferente de (a). Ainda nessa última hipótese, coloca-se a questão de como 'A Estrela da Manhã' refere Vênus. Parece que, mesmo em uso referencial, a expressão pode designar Vênus através da propriedade, ou diretamente. A tradição tem ignorado a segunda alternativa, mas é bastante comum que uma descrição perca a sua composicionalidade, funcionando como um designador rígido. 'Porto Alegre' refere a capital do Rio Grande do Sul, inclusive através da sigla POA, sem que haja qualquer significado mediador. Se por um acidente astronômico, Vênus viesse a não aparecer mais pela manhã, ainda assim 'A Estrela da Manhã' poderia ser uma expressão referencial para aquele astro. Tanto assim que Vênus é um planeta, designado, no caso, pelo nome 'Estrela da Manhã, impróprio para ele. (c) seria, então, contingente na leitura não-referencial e na leitura referencial via propriedade que Vênus poderia não ter; e seria necessário na leitura de 'Estrela da Manhã' como designador rígido, caso em que mesmo sem a propriedade, 'A Estrela da Manhã' designasse Vênus. Uma descrição definida pode, então, do ponto de vista comunicativo, funcionar como um predicado (predicativo) simples, como uma expressão referencial com sentido e como uma expressão referencial equivalente a um nome próprio rígido. Quanto aos dois últimos casos de uso referencial da descrição definida, o valor comunicativo/informativo de ela montar a sua composicionalidade interna e referir seu objeto por uma propriedade dele justifica-se, principalmente, se é tal propriedade que se deseja caracterizar como relevante. Compare-se 'O Presidente do Brasil foi eleito democraticamente para esse cargo'. e 'Lula foi eleito democraticamente para esse cargo'. Ambos, a descrição e o nome próprio, referem o indivíduo Luís Inácio da Silva, mas não parece ser possível a intersubstituição. De fato, na primeira, a informação contida na descrição é relevante para a interpretação de 'esse cargo'; na segunda, fica uma vaguidade sobre a que se refere tal expressão. De forma análoga, 'O Presidente do Brasil em 1990 era bastante jovem' e 'Collor não era bastante jovem em 1990' não parecem absolutamente inconsistentes mesmo que a descrição definida refira o mesmo que o nome próprio. Collor poderia ser considerado bastante jovem como Presidente do Brasil, cargo ocupado, a maioria das vezes, por gente acima dos cinquenta e, ao mesmo tempo, não ser bastante jovem, como pessoa acima dos trinta, na época. Um outro aspecto interessante sobre a descrição definida é o fato de que ela parece introduzida, semanticamente, por uma espécie de batismo, decorrente de propriedades adquiridas ou não, em oposição ao batismo do nome próprio, anterior a qualquer propriedade. Mas essa cadeia causal que distingue os tipos de batismo passa a ser, historicamente, uma diferença essencial entre os dois tipos de expressão referencial. Suponhamos a sentença, 'Lula é o Presidente do Brasil', ela se refere a um indivíduo, cujo nome pré-propriedade é 'Luís Inácio da Silva', 'Lula' é apelido de infância, consagrado pela fase política e 'O Presidente do Brasil', a descrição que o refere depois do batismo, ou eleição, como chefe da nação brasileira. Veja-se que, diferentemente da Teoria Causal de Kripke, há duas cadeias causais, sendo que, pragmaticamente, o nome 'Lula' não é o de cadeia causal original, mas o de uso mais amplo, sendo o ponto de partida para falar de mundos possíveis, onde ele não era Presidente do Brasil nem sindicalista. Aliás, diz-se, 'as vezes, que tal fato aconteceu com Lula, quando ele ainda não tinha o apelido de 'Lula', embora, obviamente, já fosse Lula. (g) é um caso desse tipo. 'Cassius Clay' e 'Mohamed Ali' são designadores rígidos para o maior lutador de todos os tempos. Mohamed Ali, entretanto, é nome posterior 'a sua conversão ao islamismo. De modo que, intuitivamente, (g) é falsa, antes da conversão e verdadeira, depois. Pragmaticamente, Cassius Clay poderia não ter sido Muhamed Ali, porque poderia não se ter convertido; semanticamente, como diria Kripke, se 'Cassius Clay' e 'Mohamed Ali' são designadores rígidos para aquele lutador, então (g) é necessariamente verdadeira ainda que, epistemicamente, pudesse ser reconhecida como tal *a posteriori*.

Quanto a (d), o que se pode acrescentar é que, dadas as propriedades de a descrição definida ser lida atributiva ou referencialmente e, nesta última leitura, rigidamente ou composicionalmente, ela pode ser necessariamente verdadeira ou não. É o que registra a

nossa intuição, A Estrela da Manhã não poderia não ser a Estrela da Manhã. Lida a primeira como designador rígido e a segunda, não, faria sentido interpretar como equivalente a 'Vênus poderia não ser a Estrela da Manhã', e tomar, esta, como verdadeira. De um ponto de vista griceano, a aparente violação da máxima de quantidade, com o uso de (d) sendo tautológico, poderia ser justificado por um tipo de implicatura tal como a estrela da manhã tem uma beleza insuperável, por exemplo, (e) está para (d) assim como (b) está para (a); (e) ilustra, apenas, uma variação a mais para enunciados de identidade.

No que diz respeito a (f), ilustra-se uma situação de dependência de contexto na interpretação de 'Áquilo'; se o gesto pronominal leva a Vênus, então (f) é verdadeira; caso contrário, não. Mas não podemos decidir, semanticamente, o valor-de-verdade, dada a dependência da Pragmática para determinar a referência do dêitico.

(h) e (i) são enunciados de identidade envolvendo nomes de espécie natural. Ambos contêm 'água' como nome próprio na perspectiva de que designam, rigidamente, a mesma substância. (h) envolve uma descrição química como propriedade essencial da água. Kripke assume essa possibilidade e toma (h) e (i) como necessariamente verdadeiras. A análise, aliás, via enunciados desse tipo reforça a idéia kripkeneana de que esse tipo de nome funciona como próprio. (i) poderia, ainda, ser fonte de implicatura, para uma inferência como a água é absolutamente necessária à vida, por exemplo. (j) e (k) são enunciados de identidade com dêiticos e descrições indefinidas com nome próprio. (j), curiosamente, se verdadeira com 'isto' designando o mesmo objeto nas duas ocorrências, parece ser no sentido de Russell, uma relação de identidade com nomes logicamente próprios. Tautologia absoluta, mais redundante ainda que (a), (d) e (h), já que nem a informação lexical aparece. (k) é um caso estranho, em que a implicatura, que seu uso pode provocar, leva à idéia de que a família Kennedy tem suas peculiaridades inconfundíveis. Quanto a se um Kennedy poderia não ser um Kennedy, é difícil de se assumir que um Kennedy pudesse ser, ele mesmo, John Jr., por exemplo, sem ser filho de J. F. K. Ser filho de antecede o batismo e parece ser uma propriedade essencial de uma pessoa. ter uma outra origem, intuitivamente, altera a identidade. Então, (k) é necessariamente verdadeira. O caráter especial de tal descrição é que é indefinida e envolve um designador rígido, não de um indivíduo, mas de uma família, tomada como uma classe.

Um último aspecto que poderíamos destacar com relação aos enunciados de identidade em um contexto comunicativo diz respeito à assimetria entre os designadores rígidos. Numa sentença como (b) 'Hesperus é Phosphorus', ainda que a identidade possa ser comutativa, com (b') 'Phosphorus é Hesperus' sendo igual a (b), a posição do sujeito dentro de uma língua como o Portuguesa, parece implicar, griceanamente, que em (b) estamos falando de Hesperus para dizer que ele é Phosphorus e em (b'), de Phosphorus, que ele é Hesperus. A interface sintático-semântica, nesse caso, parece determinar, em Português, a interpretação como aquela em que o objeto de que se fala, semanticamente, corresponde ao sujeito sintaticamente, cabendo a posição pós-verbal ao predicativo, ou objeto direto, conforme o caso.

Dito isso, passemos aos Enigmas de Russell, começando pela ordem inversa de apresentação, deixando a questão dos contextos epistêmicos para o final.

Sobre os enunciados existenciais negativos, consideremos como base de reflexões os exemplos abaixo:

(l) O Rei do Brasil não existe.

(m) Homero não existiu.

(n) Pégaso não existe.

(o) Sherlock Holmes não existe.

- (p) O triângulo redondo não existe.
- (q) Sócrates não existe.
- (r) Osagep não existe.
- (s) Quarks não existem.

Na interface com a lógica, como se sabe, tais enunciados constituíram-se como uma verdadeira fonte de perplexidades. A razão objetiva é consequência de se admitir a hipótese da não-existência do referente de que se fala nesses casos. Se, em (l), o Rei do Brasil não existe, então do que é que se está falando? Ou, ainda, o que é que não existe? Uma primeira impressão é a de que (l), se é verdadeira, não tem sentido e, se tem sentido, é falsa. Como consequência, ainda, da inexistência do objeto, aparece a questão-síntese aterradora: como é possível falar do que não há? Tais paradoxos, entretanto, parecem dissolver-se quando se aborda a linguagem na interface com a comunicação. Nenhum falante do português veria maiores problemas para sua intuição com o enunciado (l). Provavelmente o traduziria como O Brasil não tem rei, em que se fala do Brasil e se nega que ele tenha essa propriedade. Independentemente desse tipo de interpretação parece que o falante F, ao enunciar (l), estaria fazendo uma afirmação informativa de que o rei do Brasil não existe, tendo em vista a possibilidade de que ele existisse. A alternativa de que se pudesse negar a 'O Rei do Brasil' a posição de sujeito, sintaticamente, poderia funcionar do ponto de vista lógico, mas sacrifica, sem dúvida, a intuição comunicativa e a gramática de superfície. De fato, pluralizando-se para 'Os Reis do Brasil', o verbo existir iria para o plural. O mais razoável parece, na interface com a comunicação, aceitar-se a possibilidade de se falar sobre uma entidade que funciona como referência da descrição definida, ainda que tal entidade não exista realmente. Nesse caso, como já o fizemos antes, à moda de Carnap, distinguimos a entidade em si mesma do referente, ou extensão do nome. A interpretação de (l), nessa perspectiva, seria a de que a entidade de que se fala não tem existência física, ou ainda a de que não há nenhuma instância real de indivíduo com essa propriedade. Ainda assim, a expressão 'O Rei do Brasil' refere uma entidade possível. O importante aqui é que se distinga um contexto comunicativo em que se aceita com naturalidade a condição de falar de algo virtualmente existente, de um contexto mais rígido, científico, em que a questão da existência física é primordial. Quando um lógico observa que existir virtualmente pode ser fonte de mais perplexidade, talvez não se dê conta de que a comunicação tem um caráter fundamentalmente frouxo, onde a troca de informações se dá num certo nível, sem que haja um compromisso com a explicação exaustiva de todos os processos referenciais e inferenciais em jogo. De fato, se não se distingue a referência de um nome ou expressão da entidade em si mesma, duas constatações ficam inexplicadas: a primeira é que, do ponto de vista comunicativo, qualquer falante competente do português não veria nenhuma irregularidade, nenhuma estranheza sintático-semântica em nenhum dos enunciados em questão, talvez com exceção de (r), em que osagep é um elemento lexical desconhecido; a segunda é que, do ponto de vista lógico, se referência e entidade em si mesma são identificadas, então o que dizer das diversas formas de entender a existência das entidades sobre que se fala nos mesmos enunciados. Assim, o rei do Brasil não existe, mas poderia existir; sobre Homero, acredita-se que escreveu a *Iliada* e a *Odisséia*, mas não tem sua existência garantida. A mencionada obra poderia ter sido escrita por outra pessoa. Pégaso não só não existe como é problemático supor sua existência; um cavalo alado talvez não pudesse pertencer ao conjunto dos cavalos. Quanto a Sherlock Holmes, ainda que não exista no mundo real como entidade independente, pode-se dizer que existe enquanto personagem de Conan Doyle, já o triângulo redondo parece necessariamente não existir. Sócrates não existe mais, mas existiu. Quarks, por sua vez, parecem não ter sua existência garantida por nenhuma evidência, mas por necessidade teórica. Veja-se, entretanto, que os

enunciados recém referidos parecem bem formados semanticamente, e equivalentes quanto ao processo referencial, apesar das idiossincrasias e diferenças sobre cada entidade designada. Quanto a 'osagep', se se o assume como tendo uma referência, então (r) tem sentido; não sendo nome semanticamente constituído, então (r) é mal formado. Seja como for, parece que há uma diferença entre (r) e os demais casos. Ora, se fosse a entidade que garantisse alguma coisa, todas as anteriores, se verdadeiras, seriam equivalentes a (r), o que, como se disse, não parece ser o caso.

Quanto ao segundo enigma de Russell, aquele em que o rei do Brasil é calvo e o rei do Brasil não é calvo, parecem desafiar o Princípio do Terceiro Excluído se o rei do Brasil não existe, os problemas são um tanto diferentes na interface com a comunicação. Inicialmente, são raras as situações em que alguém atribui uma propriedade ou a nega, de uma entidade que não existe. Em segundo lugar, embora a solução russelliana, em termos de escopo externo da negação, pareça impecável, não é irrazoável, intuitivamente, considerar-se 'O Rei do Brasil é calvo' como falsa, desde que não haja tal rei, e 'O Rei do Brasil não é calvo', desde que se negue alguma propriedade de uma entidade que não existe. Ou seja, faz algum sentido, pragmaticamente, entender-se que exatamente porque uma entidade não existe, negar-se qualquer propriedade dela é fazer uma afirmação verdadeira, uma interpretação mais ou menos assim: se o rei do Brasil não existe, então é verdade que ele não pode ser calvo. Seria, provavelmente, mais problemático, dizer-se que o rei do Brasil é não-calvo, porque aí, ao invés de se negar uma propriedade dele, estar-se-ia afirmando dele uma não propriedade.

Passemos então ao primeiro tipo de enigma formulado por Russell, o de contexto epistêmico, o caso da descrição 'O autor de Waverley'. Consideremos, para isso, os enunciados abaixo:

(t) George IV queria saber se Scott é o autor de Waverley.

(u) George IV queria saber se a proposição 'Scott é o autor de Waverley' era verdadeira.

(v) George IV queria saber de Scott se ele é o autor de Waverley.

(x) George IV disse: 'Scott é o autor de Waverley'.

(y) George IV disse de Scott que ele é o autor de Waverley.

Além da solução via teoria das descrições russelliana, da proposta fregeana de sentido e referência em contextos oblíquos, e da alternativa de Quine ao tratar a sentença encaixada como um todo não-estruturado, pode se trazer alguma consideração sobre os paradoxos de tal contexto, na interface linguagem/comunicação. O argumento problemático pode ser assim formulado: dado (t) e dado que Scott é o autor de Waverley, porque não se pode concluir como verdadeiro o enunciado 'George IV queria saber se Scott é Scott', já que o Princípio da Intercambialidade deve valer. Pragmaticamente, tal estrutura argumentativa não está bem formada. Parece claro que, em (t), o que George IV queria saber era se aquele indivíduo tinha aquela propriedade, ou seja, George IV distingue o indivíduo referido por 'Scott' da propriedade expressa através de 'O autor de Waverley'. A segunda premissa iguala 'Scott' e 'O autor de Waverley', fazendo, portanto, uma outra leitura das expressões referenciais em jogo. Nesse sentido, é que a conclusão fica, comunicativamente, comprometida. A alternativa de Quine para salvar via modalidade *de dicto* o Princípio da Intercambialidade, dado que a proposição, sendo um todo estruturado, não se presta a substituições de partes, parece um tanto contra-intuitiva do ponto de vista comunicativo. É certo que se pode fazer uma leitura *de re* e uma *de dicto* na interface com a lógica para organizar a questão. Pragmaticamente, entretanto, parece que há uma diferença entre as duas leituras, sendo que a *de re* dá a impressão de se impor em última instância, em

comunicação usual. Vejamos, na leitura *de dicto*, George IV quer saber sobre a verdade de uma proposição; na *de re*, George IV quer saber sobre Scott. Ora, do ponto de vista comunicativo, a não ser que George IV estivesse interessado numa estrutura argumentativa, querendo saber se uma premissa era verdadeira, o mais intuitivo é que ele quisesse saber sobre Scott. Nesse caso, saber se a proposição sobre Scott era verdadeira, leitura *de dicto*, parece implicar que o desejo de George, em última instância, era saber algo sobre Scott, leitura *de re*. Nessa perspectiva, o que estamos dizendo é que, pragmaticamente, (u) parece Grice-implicar (v). Da mesma maneira, (x) parece Grice-implicar (y), a não ser estivéssemos estudando as citações de George IV.

Dito isso, passemos ao enigma envolvendo a noção de modalidade. Para isso, considere (z), abaixo:

(z) Necessariamente $9 > 7$.

Como se viu, anteriormente, Quine e Kripke são líderes de um debate sobre a viabilidade ou não do conceito de necessidade e suas propriedades lógicas. O problema de Quine é a sua denúncia de que esse tipo de situação é similar ao dos contextos epistêmicos em geral, onde o Princípio da Intercambialidade é ameaçado. Kripke recusa esse tipo de argumento em nome de que os paradoxos não são gerados somente envolvendo o mencionado princípio. Seja como for, Quine não aceita a interpretação *de re* e apresenta sua solução através de um operador (NEC) que funciona numa leitura *de dicto*. O ponto de divergência em questão diz respeito ao comprometimento ou não com propriedades essenciais. Numa interface com a comunicação e com o senso comum, a primeira observação que pode ser feita é que a idéia de necessidade não é tão forte quanto a mesma noção no âmbito da Lógica, parecendo, intuitivamente, dizer respeito a uma propriedade de 9, e não da proposição. De maneira semelhante ao que dissemos sobre a interpretação *de re* e *de dicto*, no caso dos contextos epistêmicos, ainda que a interpretação *de dicto* seja feita, ela parece, pragmaticamente, Grice-implicar a *de re*. Isso significa que, como no caso anterior, a solução quineana é possível, mas onerosa na interface com a comunicação. A leitura *de dicto*, nesse tipo de contexto, parece razoável apenas se o tópico é sobre proposição, ou seja, metalingüístico ou metalógico. A interpretação *de re*, portanto, qualifica-se como mais próxima da nossa intuição. Quanto à questão do comprometimento essencialista, pode-se pensar, mais uma vez na inspiração de Carnap, de que não se trata nem de negar propriedades essenciais, nem de considerá-las propriedades inerentes as coisas. Poder-se-ia pensar em termos de que propriedades essenciais e acidentais estão numa oposição cuja base subjacente é a idéia de hierarquia de propriedades. O que seria essencial, nessa perspectiva, é o que está sendo tomado como nó mais alto de uma árvore em relação a propriedades acidentais ou de nó mais baixo. Em última análise, seria possível assumir-se que uma propriedade está sendo tomada como essencial em relação a outras, no sentido de que, em nenhuma situação, poderíamos supor aquela coisa sem aquela propriedade e, ainda assim, não comprometer-se em que aquela propriedade é essencial ao nível daquela coisa tomada como em si mesma, externa, portanto, às condições de conhecimento. De outra maneira, ao assumirmos que uma coisa não pode não ter uma certa propriedade em nenhuma situação é que tal propriedade passa a ser essencial no sistema em que se encontra. Para tentar dizer de maneira mais simples ainda, o que ocorre na interface com a comunicação, podemos considerar que um falante F qualquer assume, de maneira não-problemática, que uma coisa possa ter propriedades essenciais, no sentido de opostas às acidentais, sem que, com isso, esteja tomando necessidade como um compromisso metafísico radical. Se é assim, pragmaticamente, o debate Quine-Kripke não tem o mesmo peso, e a solução intuitiva parece respeitar um pouco as restrições de ambos.

Para encerrar, talvez seja interessante retomar um certo sentido que Kripke atribui aos enigmas, a saber, que eles são enigmas. Isso significa, em outras palavras, que o papel teórico que os justifica é deslanchar raciocínios e argumentos em diversas direções

que abram caminho à racionalidade, e não o papel passivo de problema com cuja solução tudo se encerra.

CONCLUSÃO

Depois do longo roteiro percorrido no acidentadíssimo terreno da teoria da referência e do sentido do nome próprio, chega o momento em que, numa espécie de redundância necessária, é preciso fazer o balanço final de nosso ensaio sobre o fenômeno-nomeação.

Inicialmente, convém reafirmar que o tópico da nossa investigação, o nome próprio, enquanto categoria da linguagem natural é, no mínimo, dramático. Com efeito, não é razoável abordá-lo sem que se entre num contexto multidisciplinar onde Lingüística, Lógica, Filosofia e Comunicação se interdependem de maneira radical, oferecendo ao trabalho de análise um obstáculo multiforme e movediço.

Não é, na verdade, um tema típico, para um roteiro único de pesquisa, mas para vários. Poder-se-ia tratar do nome próprio em Frege, em Russell, ou em Kripke, e cada um desses projetos, no âmbito filosófico internacional, se justificaria. Preferimos, no entanto, assumir um risco maior e, através do fio condutor de um debate detalhadamente reconstruído, fazer um trabalho com objetivos pluridirecionados.

O primeiro desses objetivos foi o de trazer, à superfície de um texto acadêmico, a duríssima interpretação estrutural do nome próprio, enquanto categoria enraizada em projetos lógico-filosóficos de grande complexidade técnica e submetida a sistemas conceituais voltados para outros fins.

De fato, foi necessária uma espécie de micro-cirurgia teórica para que, nos dois primeiros capítulos, fosse possível apresentar, de maneira sistemática, o nome próprio em Mill, Frege, Russell e

Kripke, principalmente, quando esta categoria estava esfacelada conceitualmente, num emaranhado de problemas não-homogêneos.

Aqui, talvez, emergiu a nossa contribuição mais forte. O nome próprio, depois do presente ensaio, é um tema adequado para uma abordagem semântica mais especializada, consistente e, certamente, menos pretenciosa. Antes de ser uma solução para questões tão graves, o percurso metodológico que delineamos é uma forma de advertência. A comunidade acadêmica lingüística e filosófica não pode continuar olhando o nome próprio, através dos óculos da ingenuidade, como uma fonte absolutamente não-problemática de trivialidades.

Pelo contrário, aquela espécie de opacidade desinteressante que liga o nome ao seu referente é, no fundo, o objeto de maior interesse para uma filosofia relevante da linguagem.

Além desse objetivo mais amplo e que, do nosso ponto de vista, já justificaria este trabalho, não resistimos ao perigoso desejo de trazer alguma contribuição mais ousada a questões de primeira ordem no cenário lógico-filosófico contemporâneo.

(A) Como os nomes próprios referem?

Que eles referem é uma constatação da maior obviedade; como eles o fazem, é de uma simplicidade espessa e enigmática.

Aqui, se a estória que contamos foi bem sucedida, começa o jogo problemático de uma pergunta teórica. A resposta para (A) poderia ser, surpreendentemente, a de que os nomes próprios referem como a teoria assumida diz que referem, e

isso pareceria completamente circular. Mas, infelizmente, não é. De fato, tantos nomes brilhantes da história da filosofia não divergiram tanto por acaso. Antes de discordarem propriamente sobre a questão, eles estavam em posições diferentes com relação a ela. Não assumiam, entretanto, de maneira explícita, que isso é que os separava. Nós, porém, os denunciámos. Se X é uma disciplina, deve haver uma Filosofia de X, em que se decide o conjunto de suposições iniciais assumidas, especialmente quanto ao lugar metodológico de X. Mill, Frege, Russell, Kripke, Wittgenstein, Searle, etc., não partiram da mesma posição metodológica. No máximo, é possível agrupá-los por proximidade, e foi o que fizemos. Além disso, depois que se assume a metateoria de X, suas interfaces externas, ainda resta examiná-la quanto às suas subteorias, ou interfaces internas. No caso do debate que abordamos, o conflito situava-se, basicamente, na fronteira externa, entre Lógica, Lingüística e Filosofia e, na interna, entre Semântica e Pragmática. Nisso constituiu-se a base de nossa reinterpretação dos argumentos sob investigação.

A história dos descritivismos sobre o nome próprio é a história de um projeto logicista e de sua ambição de fundamentá-lo filosófico-lingüísticamente. Se a Lógica Clássica não sustentava mais as intenções formais do presente, então era urgente reformá-la, mas não sem o ônus da referida fundamentação, que passava, entre tantas outras coisas, pelo problema da nomeação. Apenas, aconteceu que os obstáculos eram um pouco mais duros do que se imaginava, especialmente porque a lógica natural da linguagem cotidiana não correspondia tão docilmente.

Tudo começa pelo fato de que a tradição lógico-lingüístico-filosófica identificou referência, referente e coisa-em-si como o objeto lingüisticamente designado. Os lógicos da nomeação, envolvidos, desde Mill, com a necessidade de retirar a racionalidade de seu contexto mentalista e psicológico, foram os primeiros a exigir aquela identificação. E mais, reclamavam, ainda, a existência física de tal objeto. A lógica, agora exorcizada em relação aos perigos da subjetividade, também precisava se aproximar das ciências empíricas, historicamente estabelecidas em seu estatuto, e só a presença real dos objetos a que se referia era uma garantia desse tipo. Mas isso não é exatamente um compromisso da Lógica propriamente, mas de cada ciência em particular que deve assegurar que não está tratando de objetos inexistentes e irrelevantes. À Lógica cabia apenas normatizar a questão.

Ainda que razoável essa justificativa, do ponto de vista da análise da nomeação em linguagem natural, a necessidade de se distinguirem referência, referente e objeto real parece indiscutível, se estamos na interface com a comunicação. Nesse nível, uma língua é um corpo social em que os usuários são peças imprescindíveis e agentes centrais do processo de nomear. A noção de referência, portanto, parece metodologicamente mais esclarecedora aplicada à relação entre os referidores, as expressões referenciais e os referentes. Nesse sentido, ora é um falante específico que refere, com o uso de uma expressão referencial, um referente específico; ora é uma expressão referencial que, mediante o uso social de uma comunidade, designa seu referente, objeto que pode existir fora dessa relação. Dizer, então, que um nome próprio refere um indivíduo é dizer que o uso

social desse nome, inaugurado pelo batismo, garante essa relação, digamos semântica, entre ele e aquele objeto enquanto referente.

Essas distinções, no entanto, servem apenas à primeira parte da resposta a (A). Ela só se completa com a análise de (B).

(B) O nome próprio tem sentido?

E, novamente, uma pergunta teórica, que agora, mais claramente ainda, leva a outra: Sim, mas o que se deve entender por sentido? Ou, mais facilmente, em que teoria do sentido estamos?

Na acepção mais profunda do termo 'sentido', naquela em que tal termo designa a razão de ser de algo, o nome próprio, se funciona efetivamente na linguagem, se refere de maneira eficaz, deve ter sentido, como a sua forma de designar.. Frege parece ter pensado assim ao definir o sentido como o critério, o modo, o instrumento pelo qual se determina o referente. Isso poderia valer mesmo para o caso dos dêiticos que Frege não se preocupou em resolver. Nós o endossamos aqui, mas com restrições, se nos deslocamos para a interface com a comunicação. O sentido do nome próprio não é idêntico ao significado composicional de uma expressão, é a cadeia causal que o liga ao seu referente e que, produto do uso social, garante a sua relação semântica de referência com ele, objeto nomeado, ou as informações contextuais, se estamos no plano pragmático.

Noutra acepção de 'sentido', entretanto, repassada pelo preconceito descritivista, que dá a tal termo o valor de significado enquanto entidade puramente lingüística, o nome próprio, se designa

diretamente o seu objeto, pode ter sentido, mas tal propriedade não altera a sua relação causal primeira com o seu objeto.

Isso não implica que o significado de palavras constituintes do nome ou associadas a ele não possa ser um instrumento de identificação do referente. Mas, então, 'significado' agora, já está reduzido à concepção fregeana forte de sentido, e isso não muda a situação, tendo em vista que esse significado se anexa, apenas, à cadeia causal ou intencional base do sentido do nome próprio, semântica e pragmaticamente.

E, com isso, também (C) já se esclarece.

(C) Onde está o sentido do nome próprio?

Agora, já estamos preparados. Tudo depende de onde se está teoricamente. Na fronteira com a Lógica, o sentido só pode ser uma entidade extramental; na região da comunicação social, deve ser algo obviamente social e, na interface com a cognição, deve ser mental, ou, pelo menos, cérebro-mental. Por isso, Frege, na primeira fronteira, tratava o pensamento como necessariamente objetivo. Quanto aos aspectos comunicativos, o sentido do nome próprio, em termos semânticos, está no uso social da linguagem, na cadeia causal que o liga ao seu referente. Não está, então, na mente, não é uma intenção individual. Esta intenção, particularmente considerada pode ser o sentido mas não da referência semântica, senão da do falante em questão. Não seria esclarecedor falar-se de uma intenção social de referir a não ser numa perspectiva metafórica.

Nisso, mais uma vez, a propriedade da abordagem Kripke-Putnam-Searle. A semântica,

finalmente, sai da circularidade indesejável da espiral lingüística. O que liga um nome próprio ao seu referente, seja no plano semântico, seja no pragmático é uma entidade de natureza extralingüística, cadeia causal e intenção, respectivamente, e isso oferece a possibilidade, quase evidente, de a linguagem, enfim, tocar a realidade,

Se isso é assim, (A), (B) e (C), agora, conduzem, certamente, à resposta para (D).

(D) Qual o status lógico-lingüístico para o nome próprio?

O nome próprio é a categoria semântica básica da relação lógico-lingüística. Não há lógica puramente arbitrária, mera combinação sintática de símbolos vazios. Não há lógica sem um suporte semântico que a interprete, isto é, não há lógica sem ontologia, mesmo que formal. A fundamentação lingüística da Lógica não passa, então, de uma intermediação, pela qual a lógica da linguagem natural, a da comunicação social, é convidada, pela intimidade histórica que mantém com os objetos do mundo e inclusive com as origens clássicas da própria disciplina lógica, a participar do processo de ancoragem sem o qual a Lógica ficaria órfã de realidade. Se isso se complica é porque também a lógica da nossa linguagem está amarrada aos seus próprios limites. De um lado, a propriedade semântica necessária dos nomes próprios, sem a qual, a comunicação, na ausência do referente, poderia ser caótica; de outro, a intenção particular de referir que pode, dado, então, o milagre do contexto, fazê-lo, até sem palavras. Por isso, o nome próprio deste livro, é “O Enigma do Nome” que esperamos, na interface

lógico-semântico-pragmática, tenha, finalmente,
sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PPN** ACKERMAN, D. "Proper Names, Propositional Attitudes and Non-Descriptive Connotations". In: *Philosophical Studies*, n. 35, p. 55-69. Tempe: Arizona State University, 1979.
- NWN** ALMOG, J. "Naming Without Necessity". *The Journal of Philosophy*, 83, p. 210-42, 1986.
- HTW** AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- ILFS** BACH, E. *Informal Lectures on Formal Semantics*. New York: New York State University, 1989.
- WN** BACH, K. "What's in a Name?". *Australasian Journal of Philosophy*, 59, n. 4. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- TAR** _____. *Thought and Reference*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- SPD** _____. "The Semantics-Pragmatics Distinction: What it is and Why it Matters". *Linguistische Berichte*, 8 (Special Issue on Pragmatics). p. 33-50, 1997. Reprinted In: TURNER, K. (ed.). *The Semantics-Pragmatics Interface from Different Points of View*. Oxford: Elsevier Science, 1999.
- WMU** BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Meaning and Understanding* Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- FLE** _____. *Frege: Logical Excavations*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- IE** BAR-HILLEL, Y. *Indexical Expressions*, *Mind*, 63, 1954.
- KA** BENNETT, J. *Kant's Analytic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- BFLE** BOMBASSARO, L.; PAVIANE, J. (org.), *Filosofia, lógica e existência*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- ILTP** BOOLE, G. *An Investigation of the Laws of Thought, on which are Founded the Mathematical Theories of Logic and Probabilities*. London: Macmillan, 1854. Reimpresso em: New York: Dover Publications, 1951.

- TML** _____. *The Mathematical Analysis of Logic*. Chicago: St. Augustine Press, 1998.
- DA** BROWN & YULE. *Discourse Analysis*. New York: Cambridge University Press, 1983
- RPN** BURGE, T. "Reference and Proper Names". *Journal of Philosophy*, n. 70. New York: Columbia University, 1973.
- TST** _____. "Truth and Singular Terms". *Noûs*, VIII, p. 309-25, 1974. Reproduzido em: PLATTS, M. (ed.). *Reference, Truth, and Reality*. London: Routledge & Kegan Paul, p. 167-181, 1980.
- NAC** CANFIELD, J. V. "Names and Causes". *Philosophical Studies*, n. 35, p. 71-80. Tempe: Arizona State University, 1979.
- FLM** CARNAP, R. *Foundations of Logic and Mathematics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1939.
- IS** _____. "Introduction to Semantics". In: *Studies in Semantics I*; Cambridge: Harvard University Press, 1942.
- MN** _____. *Meaning and Necessity*. Chicago: The University of Chicago Press, 1947.
- SPD** CARSTON, R. "The Semantics/Pragmatics Distinction: A View from Relevance Theory". In: TURNER, K. (ed.). *The Semantics/Pragmatics Interface from Different Points of View* (CriSPI 1). p. 85-125. Oxford: Elsevier Science, 1999.
- OCOR** CHATEAUBRIAND Filho, O. *Ontic Commitment, Ontological Reduction and Ontology*. Tese de Doutorado, [s.l.], 1971.
- SST** CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Mouton: The Hague, 1957.
- ATS** _____. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- RSL** _____. *Reflexões sobre a linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- KL** _____. *Knowledge of Language*. New York: Praeger, 1986.
- MPLT** _____. "A Minimalist Program for Linguistic Theory". HALE, K.; KEYSER, S. (eds.). *The view from Building 20*, p. 1-52. Cambridge: MIT Press, 1993.
- LT** _____. *Language and Thought*. Wakefield, Rhode Island and London: Moyer Bell, 1994.

- TMP** _____. “The Minimalist Program”. *Current Studies in Linguistics*, 28. Cambridge: MIT Press, 1995.
- FLSD** CHURCH, A. “A Formulation of the Logic of Sense and Denotation”. In: HENLE, P.; KALLEN, H.; LANGER, H. (eds.). *Structure, Method and Meaning: Essays in Honour of H. M. Scheffer*. New York: The Liberal Art Press, 1951.
- IML** _____. *Introduction of Mathematical Logic*. Princeton: Princeton University Press, 1956.
- SSM** COLE, P.; MORGAN, J. (eds.). *Syntax and Semantics III, Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975.
- RPPR** COSTA, J. C. da. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância: a lógica não-trivial da linguagem natural*. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984, 188 p.
- NPC** _____. *Noumena, phaenomena e coisa-em-si*. Porto Alegre: UFRGS, 1986. Inédito.
- TAM** DAVIDSON, D. “Truth and Meaning”. *Synthese*, 17, p. 304-323, 1967.
- RWR** DAVIDSON, D. “Reality Without Reference”. *Dialectica*, n. 3, p. 247-258, 1977. Reproduzido em: PLATTS, M. (ed.). *Reference, Truth, and Reality*. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- SONL** DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (eds.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, 1972.
- DRSP** DAVIDSON, M. “Direct Reference and Singular Propositions”. *American Philosophical Quarterly*, 37. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2000.
- ROF** DE ALMEIDA, C. *Russell on the Foundations of Logic*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- SJSM** DE JONG, W. R. *The Semantics of John Stuart Mill*. Dordrecht: Reidel, 1982.
- FLCI** DE MORGAN, A. *Formal Logic or the Calculus of Inference, Necessary and Probable*. London: The Open Court Co., 1962.

- LR** DEVITT, M.; STERELNY, K. *Language and Reality - An Introduction to the Philosophy of Language*. Cambridge: The MIT Press, 1987.
- NC** DONNELLAN, K. S. "Necessity and Criteria". *Journal of Philosophy*, n. 59, 1962. Reproduzido em: ROSENBERG, J. F.; TRAVIS, C. (eds.). *Readings in the Philosophy of Language*, 1971.
- PNID** _____. "Proper Names and Identifying Descriptions". In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (eds.). *Semantics of Natural Languages*, 1972.
- SRDA** _____. "Speaker Reference, Descriptions, and Anaphora". In: FRENCH, P. A.; UEHLING Jr. T. E.; WETTSTEIN, H. K. (eds.). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, 1979.
- CAPR** _____. "The Contingent *a Priori* and Rigid Designators". In: FRENCH, P. A.; UEHLING Jr. T. E.; WETTSTEIN, H. K. (eds.). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, 1979.
- ADL** DUCROT, O. *L'argumentation dans la Langue*. Brussels: Mardaga, 1995.
- FPL** DUMMETT, M. A. *Frege's Philosophy of Language*. London: Duckworth, 1973.
- TOE** _____. *Truth and Other Enigmas*. London: Duckworth, 1978.
- IFP** _____. *The Interpretation of Frege's Philosophy*. London: Duckworth, 1981.
- CTN** EVANS, G. "The Causal Theory of Names". *Proceedings of the Aristotelian Society*, 47, p. 187-208. **ANO**
- KMO** FETZER, P. W.; HUMPHREYS, J. (eds.). *The New Theory of Reference: Kripke, Marcus and Its Origins*. Kluwer Academic Publishers: Synthese Library Series, p. 3-12, 1998.
- BLA** FREGE, G. *The Basic Laws of Arithmetic: Exposition of the System*. Los Angeles: University of California Press, 1964.
- CTG** _____. *Conceptografia, os fundamentos da aritmética e outros estudos*. Tradução para o espanhol de Hugo Padilla. México: Universidade Estadual Autônoma de México, 1972.

- FA** _____. *Os fundamentos da aritmética: uma investigação lógico-matemática sobre o conceito de número*. Seleção e tradução de Luís H. dos Santos. São Paulo: Abril (Coleção Pensadores), 1974.
- LFL** _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.
- PW** _____. *Posthumous Writings*. HERMES, H. e outros (eds.). Oxford: Basil Blackwell, 1979.
- PMC** _____. *Philosophical and Mathematical Correspondence*. GABRIEL, G.; HERMES, H. e outros (eds.). Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- CPML** _____. *Collected Papers on Mathematics, Logic and Philosophy*. MCGUINNESS, B. (ed.). Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- CPPL** FRENCH, P. A.; UEHLING Jr. T. E.; WETTSTEIN, H. K. (eds.). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979.
- TPNC** GARDINER, A. H. *The Theory of Proper Names: a Controversial Essay*. 2 ed. London: Oxford University Press, 1954.
- RG** GEACH, P. *Reference and Generality*. New York: Cornell University Press, 1967.
- LM** _____. *Logic Matters*. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- TP** _____.; ANSCOMBRE, G. E. M. *Three Philosophers*. Oxford: Basil Blackwell, 1961.
- MNG** GRICE, H. P. (1957). "Meaning". *Philosophical Review*, n. 66, p. 377-388. Reeditado em: Steinberg & Jacobovits. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- LC** _____. (1967) "Logic and Conversation". In: COLE, P.; MORGAN, J. (eds.). *Syntax and Semantics III: Speech Acts*. p. 41-59. New York: Academic Press, 1975.
- SWW** _____. *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

- POL** HAAK, S. *Philosophy of Logics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. Tradução para o espanhol de ANTON, A.; ORDEIÑA, T. *Filosofia de los lógicos*. Madrid: Cátedra, 1982.
- WDL** HACKING, I. *Why Does Language Matter to Philosophy?* Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- DI** HARRISON, B. "Descriptions and Identification". *Mind*, XII, p. 321-388, 1982.
- CK** HARRISON, J. "The Confusions of Kripke". *Erkenntnis*, n. 27, p. 282-290, 1987.
- LCLL** HEIJENOORT, J. V. "Logic as Calculus and Logic as Language". [s.l.]. *Synthese*. 17, p. 324-330, 1967.
- NOS** HIGGINBOTHAM, J. "On Semantics". *Linguistic Inquiry*, p. 547-593, 1985.
- LTD** _____. "Linguistic Theory and Davidson's Program in Semantics." **In**: LEPORE, E. (ed.). *Truth and Interpretation. Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*, p. 29-48. Oxford & New York: Blackwell, 1986.
- EOM** _____. "Elucidations of Meaning". **In**: LUDLOW, P. (ed.). *Readings in the Philosophy of Language* Massachusetts: The MIT Press, 1997.
- ANL** HINTIKKA, J. K. e outros, (eds.). *Approaches to Natural Languages*. Dordrecht and Boston: Reidel, 1973.
- GTS** HINTIKKA, J. K.; SANDU, G. "Game-Theoretic Semantics". In: BENTHEM, J. van; MEULEN, A. Ter (eds.). *Handbook of Logic & Language*. Elsevier: Amsterdam, 1997.
- HLI** HUSSERL, E. *Logical Investigations*. Translated by J.N. Findlay. New York: Humanities Press, 1970.
- PLMW** JEVONS, W. S. (1890). *Pure Logic and Other Minor Works*. ADAWSON, R.; JEVONS, H. A. (eds.). London and New York: Macmillan Co., 1991.
- FDL** KAMP, H.; REYLE, U. *From Discourse to Logic - Introduction to Model Theoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. [s.l.], 1993.

- CDR** KANT, I. *Crítica da razão pura* Tradução portuguesa de M. P. dos Santos e A. F. Mourão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.
- QTF** KAPLAN, D. "Quantifying". *Synthese*, 19, p. 178-214, 1968/1969.
- DT** _____. "Dthat". COLE, P. (ed.). *Syntax and Semantics*, p. 383-400, 1978. Reproduzido em: FRENCH, P. A.; UEHLING Jr. T. E.; WETTSTEIN, H. K. (eds.). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, 1979.
- PMM** KASHER, A. "Pragmatics and the Modularity of Mind". *Journal of Pragmatics*, 8, p. 539-557. Reimpresso em: DAVIS, S. (ed.). (1991), "Pragmatics: A Reader". Oxford Univ. Press, 1984.
- BCTA** _____. "Bob and Carol and Ted and Alice". HINTIKKA, J. K. e outros (eds.). *Approaches to Natural Languages*, [s/l], 1973.
- ST** KATZ, J. J. *Semantic Theory*. New York: Harper and Row, 1972.
- PTN** _____. "A Proper Theory of Names". *Philosophical Studies*, n. 31, p. 1-80, 1977. Reproduzido como: "The Neoclassical Theory of Reference", In: FRENCH, P. A.; UEHLING Jr. T. E.; WETTSTEIN, H. K. (eds.). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, p. 123-129, 1979.
- RS** KLEMKE, E. D. e outros (eds.). *Readings in Semantics*. Urbana: University of Illinois Press, 1974.
- MDR** KNEALE, W. "Modality, *De Dicto* and *De Re*". In: TARSKY, A. e outros (orgs.). *Methodology and the Philosophy of Science: Proceedings of the 1960 International Congress*. Stanford: Stanford University Press, p. 622-633, 1962.
- IN** KRIPKE, S. "Identity and Necessity". In: MUNITZ, M. K. (ed.). *Identity and Individuation*. New York: New York University Press, p. 135-164, 1971.

- NN** _____. *Naming and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell, 1980. Versão corrigida, com novo prefácio e Addenda, do artigo publicado em: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (eds.). *Semantics as Natural Language*. Dordrecht: Reidel, 1972.
- SCML** _____. "Semantical Considerations of Modal Logic". *Acta Philosophica Fennica*, 16, p. 83-94, 1963. Reproduzido em: LINSKY, L. (ed.). *Reference and Modality*, Oxford: Oxford University Press, 1971; e em: KLEMKE, E. D. e outros. (eds.). *Readings in Semantics*, Urbana: University of Illinois Press, 1974.
- PAB** _____. "A Puzzle About Belief". In: MARGALIT, A. (ed.). *Meaning and Use*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.
- SRSR** _____. "Speaker's Reference and Semantic Reference". In: FRENCH, P. A.; UEHLING Jr. T. E.; WETTSTEIN, H. K. (eds.). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, 1979.
- ERC** KUHN, T. *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- PMT** LEVINSON, S. *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Implicature*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- PS** LEVIS-STRAUSS, C. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Nacional, 1976.
- CV** LEWIS, D. *Convention*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- _____. "Counterpart Theory and Quantified Modal Logic". **In:** *Journal of Philosophy*, 65, p. 113-126, 1968.
- RF** LINSKY, L. *Referring*. London: Routledge & Kegan Paul, 1967.
- RM** _____. (ed.). "Reference and Modality". *Oxford Readings in Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1971.
- RAR** _____. "Reference and Referents". **In:** STEINBERG, D.; JACOBOVITS, L. A. (eds.) *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

- ILP** MACKENZIE, I. E. *Introduction to Linguistic Philosophy*. California: Sage Publications, 1997.
- PLIP** MANSEL, H. L. *Prolegomena Logica: An Inquiry Into the Psychological Character of Logical Processes*. Boston: Gould & Lincoln, 1860.
- FCFS** MARCUS, R. B. "A Functional Calculus of First Order Based on Strict Implication". *Journal of Symbolic Logic*, 11. p. 1-16, 1946.
- ISFC** _____. "The Identity of individuals in a Strict Functional Calculus of First Order". *Journal of Symbolic Logic*, 12, p. 12-15, 1947.
- MIL** _____. "Modalities and Intensional Languages". *Synthese*, 27, p. 303-322, 1961.
- OSRP** MCDOWELL, J. "On Sense and Reference of a Proper Name". *Mind*, LXXXVI, p. 159-185, 1977. Reproduzido em: PLATTS, M. (ed.). *Reference, Truth, and Reality*. London: Routledge & Kegan Paul, p. 141-166, 1980.
- APL** MCKINSEY, M. "Apriorism in the Philosophy of Language". *Philosophical Studies*, n. 52, p. 1-32, 1987.
- NI** _____. "Names and Intentionality". *The Philosophical Review*, LXXXVII, n. 2, 171-200, 1978.
- SLDI** MILL, J. S. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva - exposição da prova e dos métodos de investigação científica*. Seleção e tradução de J. M. Coelho. São Paulo: Abril (Pensadores), p. 79-254, 1984.
- TCWS** _____. *The Collected Works of John Stuart Mill, VII-VIII*. University of Toronto Press/ Routledge & Kegan Paul, 1973.
- SL** _____. (1843). *A System of Logic: Ratiocinative and Inductive*. Toronto: University of Toronto Press, 1978.
- AP** _____. *The Arguments of the Philosophers*. London: Routledge, 1989.
- NPL** MOLINO, J. "Le Nom Propre dans la Langue". *Langage*, Paris: Larousse, 1982.

- FP** MONTAGUE, R. "The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English". In: THOMASON R. (ed.). *Formal Philosophy. Selected Papers of Richard Montague*. New Haven: Yale University Press, 1974.
- FTS** MORRIS, C. W. *Foundations of the Theory of Signs*. Chicago: Chicago University Press, 1970.
- II** MUNITZ, M. K. *Identity and Individuation* New York: New York University Press, 1971.
- NB** NOONAN, H. "Names and Beliefs". In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, p. 93-107, 1981.
- MM** OGDEN & RICHARDS. *The Meaning of Meaning* London: Routledge, 1969.
- SM** PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- CPCS** _____. *Collected Papers of Charles Sander Peirce*. HARLSHOME, C.; WEISS, P. (eds.). Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- CPGR** PITCHER, G.; WOOD, O. (eds.). *The Collected Papers of Gilbert Ryle*. [s.l.]. Hutchinson, 1971.
- RTR** PLATTS, M. (ed.). *Reference, Truth, and Reality*. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- MLR** PUTNAM, H. "Mind Language and Reality". *Philosophical Papers*, 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- RR** _____. "Realism and Reason". *Philosophical Papers*, 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- DE** QUINE, W. V. "Designation and Existence". *Journal of Philosophy*, n. 36, p. 701-709, 1939.
- NEN** _____. "Notes on Existence and Necessity". *Journal of Philosophy*, n. 40, p. 113-127, [s.l.]: 1943.
- SNL** _____. *O sentido da nova lógica*. São Paulo, Martins, 1944.
- WAO** _____. *Word and Object*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- FLPV** _____. *From a Logical Point of View*. Cambridge: Harvard University Press, 1953.
- OROE** _____. *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969.
- ML** _____. *Methods of Logic*. New York: Halt, 1950.

- WPOE** _____. *The Ways of Paradox and Other Essays*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- TT** _____. *Theories and Things*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- FMLE** RAMSEY, F. P. *Foundations of Mathematics and Other Logical Essays*. London & New York: Humanities, 1931.
- LSN** RECANATI, F. "La Semantique des Noms Propres: Remarques sur la Notion de Designateur Rigide". In: *Langue Française - Grammaire et Référence*. p. 106-118, 1983.
- RPL** ROSENBERG, J. F.; TRAVIS, C. (eds.). *Readings in the Philosophy of Language*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1971.
- PM** RUSSELL, B.; WHITEHEAD, A. N. *Principia Mathematica* (1910). 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1927.
- OD** RUSSELL, B. "On Denoting" (1905). In: Russell, B. *Logic and Knowledge*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1971.
- PLA** _____. "The Philosophy of Logical Atomism". (1918). In: RUSSELL, B. *Logic and Knowledge*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1971.
- LK** _____. *Logic and Knowledge*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1971.
- SV** _____. *Significado e verdade*. Tradução de Alberto Oliva. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MPD** _____. *Meu desenvolvimento filosófico*. Tradução de Cerqueira & Oliva. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- IFM** _____. *Introdução à filosofia matemática*. (1919). Tradução de Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CPR** RYLE, G. *Collected Papers*. New York: Barnes & Nobles, 1971.
- ERA** SALMON, N. *Reference and Essence*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- CLG** SAUSSURE, F. de. (1916). *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1974.
- CRP** SCHWARTZ, D. S. "Causality, Referring and Proper Names". *Linguistics and Philosophy*, n. 2, p. 225-233. [s.l.], 1978.

- NR** _____. *Naming and Referring* New York: Walter de Gruyter & Co., 1979.
- OMTC** SCOTT, D. *Outline of a Mathematical Theory of Computation*, Oxford University Computing Laboratory, Programming Research Group, Technical Monograph PRG-2 (November 1970).
- PN** SEARLE, J. R. "Proper Names". *Mind*, n. 67, p. 166-173, 1958.
- ASE** _____. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- IT** _____. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of the Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- AF** _____. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Tradução de Carlos Vogt. Coimbra: Almedina, 1988.
- FIL** _____.; VANDERVEKEN, D. *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SRVV** SIMPSON, T. M. (org.). *Significado, Referência y Valores Veritativos*. Buenos Aires: Siglo XX, Argentina Editores, 1973.
- LRS** _____. *Linguagem, realidade e significado*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Francisco Alves-EDUSP, 1976.
- JSM** SKORUPSKI, J. *John Stuart Mill*. Londres/Nova York: Routledge, 1989.
- TPF** SLUGA, H. D. "Frege, the Early Years". In: *The Philosophy of Frege*. Berkeley: Garland Publishing, 1984.
- MKO** SMITH, Q. "Marcus, Kripke, and the Origin of The New Theory of Reference" :. *Synthese*, 104, n. 2, p. 179-189, 1995. Reimpresso em: FETZER, P. W.; HUMPHREYS. *The New Theory of Reference: Kripke, Marcus and Its Origins*. Kluwer Academic Publishers: Synthese Library Series, p. 3-12, 1998.
- DRDP** _____. "Direct, Rigid Designation and a Posteriori". In: FETZER ; HUMPHREYS (eds.). *The New Theory of Reference: Kripke, Marcus and Its Origins*. Kluwer Academic Publishers: Synthese Library Series, p. 137-178, 1998.

- DRD** SMITH, W. C. "Dummett and Rigid Designators". *Philosophical Studies*, n. 37, p. 93-103, 1980.
- BRNN** SOAMES, S. *Beyond Rigidity: The Unfinished Semantic Agenda on 'Naming and Necessity'*. New York: Oxford University Press, 2002.
- RCC** SPERBER & WILSON. *Relevance: Communication and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- SIR** STEINBERG, D.; JACOBOWITZ, L. A. (eds.) *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- OR** STRAWSON, P. F. *On Referring*. London: Methuen, 1950.
- ILT** _____. *Introduction to Logical Theory*. London: Methuen, 1952.
- IV** _____. *Individuals: an Essay in Descriptive Metaphysics*. London: Methuen, 1959.
- LLP** _____. *Logic-Linguistic Papers*. London: Methuen & Co. Ltd., 1971.
- SPLG** _____. *Subject and Predicate in Logic Grammar*. London: Methuen & Co. Ltd., 1974.
- MPSP** TARSKY, A.; NAGEL, E.; SUPPES, P. (eds.). *Logic, Methodology and Philosophy of Science: Proceedings of the 1960 International Congress*. Stanford: Stanford University Press, 1962.
- SCT** TARSKY, A. "Semantic Conception of Truth". In: KLEMKE, E. D. e outros (eds.). *Readings in Semantics*. Urbana: University of Illinois Press, 1974.
- STV** VENDLER, Z. "Singular Terms". In: STEINBERG, D.; JACOBOWITZ, L. A. (eds.). *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- SLRR** VENN, J. *Symbolic Logic – Revised and Rewritten*. London: Macmillan & Co., 1894. Reimpresso em: New York: Chelsea Publishing Bronx, 1971.
- PIL** _____. *The Principles of Inductive Logic*. Massachusetts: Chelsea, 1973.

- HSRM** WETTSTEIN, H. "Has Semantics Rested on a Mistake?". *The Journal of Philosophy*, 83. p. 185-209, 1986.
- CPPL** _____.; FRENCH, P. A.; UEHLING Jr. T. E. (eds.). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 28-44, 1979.
- TLP** WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução e apresentação de J. A. Giannotti. São Paulo: Ed. Nacional-EDUSP, 1968.
- IF** _____. *Investigações filosóficas*. Tradução de J. C. Bruni. São Paulo: Abril (Pensadores), 1975.
- RFM** _____. *Remarks on the Foundations of Mathematics*. WRIGHT R.; RHESS, R.; ANSCOMBE, G. (eds.). Cambridge: MIT Press, 1978.
- FTI** WRIGHT, C. (ed.). *Frege: Tradition and Influence*. London: Basil Blackwell, 1984.
- FBLO** ZALTA, E.; ANDERSON, D. J. "Frege, Boolos, and Logical Objects". *Journal of Philosophical Logic*, 33/1 (February). p. 1-26, 2004.
- AS** ZIFF, P. *Semantic Analysis*. New York: Cornell University Press, 1960.
- APN** _____. "About Proper Names". *Mind*, 86, p. 343, 1977.